

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

NOELLE CARVALHO DEL GIÚDICE

**DE MATERIALISTA A PÓS-MATERIALISTA: A TRAJETÓRIA
PROGRAMÁTICA DO PSOL E A REPRESENTAÇÃO DE NOVAS
DEMANDAS**

Belo Horizonte
2019

NOELLE CARVALHO DEL GIÚDICE

**DE MATERIALISTA A PÓS-MATERIALISTA: A TRAJETÓRIA
PROGRAMÁTICA DO PSOL E A REPRESENTAÇÃO DE NOVAS
DEMANDAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Universidade Federal Minas Gerais,
como requisito parcial à obtenção do título de Doutora
em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Helcimara de Souza Telles

Coorientadora: Profa. Dra. Silvana Krause

Belo Horizonte
2019

320 Del Giúdice, Noelle Carvalho
D331d De materialista a pós-materialista [manuscrito] : a
2019 trajetória programática do PSOL e a representação de novas
demandas / Noelle Carvalho Del Giúdice. - 2019.
233 f.
Orientadora: Helcimara de Souza Telles.
Coorientadora: Silvana Krause.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia

1.Ciência política – Teses. 2 Partido Socialismo e
Liberdade (Brasil). 3.Partidos políticos - Teses. I. Telles,
Helcimara de Souza. II. Krause, Silvana, 1963- . III.
Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

UFMG

FOLHA DE APROVAÇÃO

De materialista a pós-materialista: a trajetória programática do PSOL e a representação de novas demandas

NOELLE CARVALHO DEL GIÚDICE

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em CIÊNCIA POLÍTICA, área de concentração INSTITUIÇÕES, COMPORTAMENTO POLÍTICO E POLÍTICAS PÚBLICAS, linha de pesquisa Comportamento Político.

Aprovada em 04 de julho de 2019, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Heldmara de Souza Telles - Orientador
UFMG

Prof(a). Silvana Krause
UFRGS

Prof(a). Denise Paiva Ferreira
UFG

Prof(a). Mario Fuks
UFMG

Prof(a). Bruno Pinheiro Wanderley Reis
UFMG

Prof(a). Alejandro Moreno
Instituto Tecnológico Autónomo de México

Belo Horizonte, 27 de agosto de 2019.

AGRADECIMENTOS

Essa jornada começou há 10 anos, na Universidad Autónoma de Madrid, momento em que conheci a ciência política e me aventurei na trajetória acadêmica. Entre idas e vindas, pausas e licenças, chega ao fim essa caminhada e são muitos a quem tenho que agradecer.

Em primeiro lugar agradeço à minha orientadora, professora Helcimara Telles, que me acolheu no seu grupo de pesquisa e me incentivou a dar mais um passo em direção à conclusão do doutorado. À ela devo em grande parte o sucesso deste projeto: agradeço imensamente por confiar em mim mais do que eu mesma e por todo apoio acadêmico durante esse período de trabalho.

À professora Silvana Krause, minha coorientadora, por aceitar fazer parte deste projeto e contribuir tão grandemente com seu conhecimento e sua orientação sempre precisa.

Ao meu pai, minha mãe e meu irmão, pelos exemplos de toda uma vida, e ao meu marido Vinícius pelo suporte incondicional em todos os momentos dessa trajetória, e por abrir mão de seus projetos para que eu alcançasse esse objetivo. Ao meu filho Leonardo, que chegou no meio dessa jornada e mudou TUDO.

Agradeço aos amigos do Grupo de Pesquisa *Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento eleitoral* de todas as gerações com as quais convivi. Ana Clara, Érica, Hanna, Nayla, Pedro, Roberto, Valéria e tantos outros que, ainda que não nomeados aqui, guardo com muito carinho na memória. Um agradecimento mais que especial a Nerea Ramirez e, principalmente, Paulo Victor Melo, companheiros de jornada e quase que coorientadores desta tese, com quem compartilhei tantos momentos de desespero, alegrias e trocas. Foram incontáveis dias e noites de conversas, leituras e orientações. Eu JAMAIS teria conseguido sem vocês.

Aos companheiros do DGAM, em especial a meus sócios Raphael e Hudson, por cobrirem minhas ausências e pelo companheirismo de sempre.

Um agradecimento especial ao pessoal do PSOL, deputados, lideranças, ex-lideranças e colaboradores, que gentilmente contribuíram com o fornecimento de informações para esta tese e se disponibilizaram em ajudar a construir esta pesquisa.

Aos meus alunos, que sem perceber me ensinam tanto.

Aos meus queridos amigos que caminham a meu lado e tanto me inspiraram na elaboração deste trabalho.

Estendo os agradecimentos aos professores e colegas do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFMG, por propiciarem um espaço de debate que em muito contribuiu ao meu crescimento intelectual e acadêmico.

Por fim, agradeço a todos àqueles que direta ou indiretamente contribuíram para tornar possível esse momento.

*As rosas da resistência nascem no asfalto.
A gente recebe rosas, mas vamos estar com o punho cerrado falando de nossa existência
contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas.*

(Marielle Franco)

RESUMO

O Partido Socialismo e Liberdade nasceu em 2004 como dissidência do partido dos trabalhadores e, desde as suas primeiras eleições, em 2006, vem demonstrando crescimento eleitoral relativo e aumento de seu desempenho, ganhado cada vez mais apoio por parte do eleitorado. Nascido com a intenção de resgatar as pautas econômicas e classistas abandonadas pelo Partido dos Trabalhadores após sua chegada ao governo, o PSOL mudou os rumos de sua trajetória programática ao longo de seu desenvolvimento. Sem abandonar as pautas que defendia quando nasceu, o partido passou a dar forte ênfase na representação e defesa dos direitos de grupos identitários tradicionalmente discriminados como negros, mulheres, LGBTs e indígenas, além de lutar pelo aumento da participação popular na tomada de decisão do estado e defender o ecossocialismo. Tratam-se de pautas consideradas prioritárias para indivíduos que apresentam valores pós-materialistas, temas que ganharam relevância a partir da ocorrência da mudança geracional de valores decorrente do desenvolvimento econômico experimentado pelas sociedades. Partindo-se da análise dos programas eleitorais do PSOL, de documentos produzidos pelo partido em seus Congressos Nacionais, e de entrevistas com suas principais lideranças, o trabalho analisa a trajetória programática do PSOL e busca verificar se o seu crescimento e ganho de desempenho eleitoral estão relacionados à sua jornada em direção à representação de valores pós-materialistas.

Palavras-chave: PSOL. Valores. Pós-materialismo. Mulheres. Negros. LGBTs. Pautas identitárias.

ABSTRACT

The Partido Socialismo e Liberdade was born in 2004 as a dissident of the Partido dos Trabalhadores and, since its first elections in 2006, has been showing relative electoral growth and an increase in its performance, increasing its support from the electorate. Born with the intention of rescuing the economic and classist issues abandoned by the Partido dos Trabalhadores after its arrival in the government, PSOL changed the course of its programmatic trajectory throughout its journey. Without abandoning the issues that defended when it was born, the party began to place a strong emphasis on the representation and defense of the rights of traditionally discriminated identities groups, such as blacks, women, LGBTs and indigenous people, in addition to fighting for increase popular participation in state decision-making and defend ecosocialism. These are considered priorities for individuals who present post-materialist values, themes that have gained relevance since the occurrence of the generational values change resulting from the economic development experienced by societies. Based on the analysis of the PSOL electoral programs, documents produced by the party in its National Congresses, and interviews with its main leaders, the paper analyzes the programmatic trajectory of the PSOL and seeks to verify if its growth and gain in electoral performance are related to his journey towards the representation of post-materialist values.

Keywords: PSOL. Values. Post-materialism. Women. Blacks. LGTBs. Identity groups.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorização para análise	25
Quadro 2 – Variáveis do <i>World Value Survey</i>	60
Quadro 3 – Primeiros parlamentares do PSOL	90
Quadro 4 – Formação da Executiva Nacional do PSOL 2004-2007	92
Quadro 5 – Estrutura Hierárquica do PSOL em sua Origem	96
Quadro 6 – Características Originárias do PSOL (2004 – 2010)	104
Quadro 7 – Evolução dos debates nos Congressos Nacionais do PSOL.....	137
Quadro 8 – Principais propostas do PSOL para as eleições de 2006	145
Quadro 9 – Principais propostas do PSOL para as eleições de 2010	148
Quadro 10 – Principais propostas do PSOL para as eleições de 2014	156
Quadro 11 – Principais propostas do PSOL para as eleições de 2018	166
Quadro 12 – Evolução das propostas do PSOL às eleições presidenciais	169
Quadro 13 – Evolução da representação parlamentar do PSOL	176
Quadro 14 – Bancada eleita pelo PSOL em 2006 – Câmara dos Deputados	179
Quadro 15 – Bancada eleita pelo PSOL em 2010 – Câmara dos Deputados	180
Quadro 16 – Bancada eleita pelo PSOL 2014 – Câmara dos Deputados	181
Quadro 17 – Bancada eleita em 2018 – Câmara dos Deputados.....	182

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do Brasil – proteção ambiental x crescimento econômico.....	64
Gráfico 2 – Votação do PSOL para a Câmara dos Deputados 2006/2018	177
Gráfico 3 – Votação do PSOL para Deputado Estadual 2006/2018.....	177

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa Cultural – WVS onda 6 (2010-2014)	59
Mapa 2 – Mapa Cultural - Evolução da Posição do Brasil – WVS ondas 4 (1996), 5 (2008) e 6 (2010-2014)	71

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Os dois eixos dos valores pós-materialistas	57
Figura 2 – Principais Tendências do PSOL em sua composição inicial	100
Figura 3 – Formação histórica das principais tendências do PSOL	103
Figura 4 – Dendograma de Classificação Hierárquica Descendente.....	188
Figura 5 – Representação do dendograma pelas palavras de destaque	189
Figura 6 – Interação das classes de acordo com a aproximação entre as palavras.....	191
Figura 7 – Palavras destacadas na classe 3.....	193
Figura 8 – Palavras destacadas na classe 2.....	196
Figura 9 – Palavras destacadas na classe 1	198
Figura 10 – Palavras destacadas na classe 5.....	200
Figura 11 – Palavras destacadas na classe 4.....	203

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – WVS Brasil: proteção ambiental x crescimento econômico ondas 2, 3, 5 e 6	63
Tabela 2 – WVS Brasil: Quando há poucos empregos, os homens devem ter mais direito a um emprego do que as mulheres ondas 2, 3, 5 e 6	64
Tabela 3 – WVS Brasil: Não gostaria de ter como vizinhos: pessoas de raça diferente ondas 2, 3, 5, 6	65
Tabela 4 – WVS Brasil - o aborto é justificável ondas 2, 3, 5, 6	66
Tabela 5 – WVS Brasil - A homossexualidade é justificável ondas 2, 3, 5, 6	67
Tabela 6 – WVS Brasil - Não gostaria de ter como vizinhos: homossexuais ondas 2, 3, 5, 6.	68
Tabela 7 – WVS Brasil - Índice materialismo/pós-materialismo ondas 2, 3, 5 e 6.....	69
Tabela 8 – Votação dos deputados Federais do PSOL candidatos à reeleição em 2006.....	172
Tabela 9 – Índice de Razão de Avanço PSOL – Câmara dos Deputados (2006/2018).....	178
Tabela 10 – Índice de Razão de Avanço por Região PSOL 2006/2018.....	184
Tabela 11 – IRA, PIB e Educação por par de eleição (2006/2018).....	185

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIDS	Acquired Immunodeficiency Syndrome
AL	Alagoas
AP	Amapá
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APS	Ação Popular Socialista
AS	Alternativa socialista
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
BPs	Brigadas Populares
BR	Brasil
CE	Ceará
CEE	Comissão Executiva Estadual
CEM	Comissão Executiva Municipal
CEN	Comissão Executiva Nacional
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
C-SOL	Coletivo Socialismo e Liberdade
CSP	Conlutas
CST	Corrente Socialista dos Trabalhadores
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DE	Diretório Estadual
DEM	Democratas
DF	Distrito Federal
DM	Diretório Municipal
DN	Diretório Nacional
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EN	Executiva Nacional
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPSM	Frente Povo Sem Medo
HGPE	Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral
HIV	<i>Human Immunodeficiency Virus</i>

INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IRA	Índice de Razão de Avanço
IS	Socialismo Internacional
ITCD	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis
ITR	Imposto Territorial Rural
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros e intersexuais
MAIS	Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MES	Movimento Esquerda Socialista
MLB	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)
MLS	Movimento de Luta Socialista
MLST	Movimento de Libertação dos Sem-Terra de Luta
MP	Medida Provisória
MT	Movimento dos Trabalhadores
MTL	Movimento Terra e Liberdade
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
PA	Pará
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PED	Processo de Eleição Direta
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Portadores de Necessidades Especiais
PPS	Partido Popular Socialista
PRC	Partido Revolucionário Comunista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores

PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
RCTV	Radio Caracas Televisión
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SP	São Paulo
SR	Socialismo Revolucionário
ESR	Enlace e Socialismo Revolucionário
SWP	<i>Socialist Work Party</i>
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TLS	Trabalhadores na Luta Socialista
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UCE	Unidades de Contexto Elementar
UCI	Unidade de Contexto Inicial
UF	Unidade da Federação
UNE	União Nacional dos Estudantes
VS	Vertente Socialista
WVS	<i>World Value Survey</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1.1 Notas Metodológicas	23
CAPÍTULO I:	31
COMO SURGEM NOVOS PARTIDOS E PORQUE PROSPERAM	31
1.1 O que significa prosperar?	35
1.2 Fatores que favorecem o nascimento de partidos políticos e impactam no seu sucesso	37
1.3 Variáveis que impactam no surgimento e êxito de novos partidos no Brasil	44
CAPÍTULO II:	49
A MUDANÇA GERACIONAL DE VALORES E A EMERGÊNCIA DE VALORES PÓS-MATERIALISTAS	49
2.1 A mudança geracional de valores no contexto mundial	50
2.2 Valores pós-materialistas no Brasil	61
CAPÍTULO III:	76
O PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE COMO DISSIDÊNCIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES - ORIGEM E FUNDAÇÃO	76
3.1 Da fundação à transformação do Partido dos Trabalhadores	77
3.2 Dissidentes do PT: o processo de criação do PSOL	84
3.2.1 Segundo ciclo de rompimento com o PT	87
3.3 Organização Interna do PSOL no seu nascimento	91
3.3.1 Organização Interna	93
3.3.2 Tendências Internas	98
CAPÍTULO IV:	105
A TRAJETÓRIA PROGRAMÁTICA DO PSOL: DE MATERIALISTA A PÓS-MATERIALISTA	105
4.1 Programa Partidário	106
4.2 Congressos Nacionais do PSOL	108
4.2.1 O I Congresso	109
4.2.2 O II Congresso	114
4.2.3 O III Congresso	121
4.2.4 O IV Congresso	126
4.2.5 O V Congresso	130

<i>4.2.6 O VI Congresso.....</i>	<i>132</i>
4.3 Programa de Governo	141
<i>4.3.1 Eleições de 2006.....</i>	<i>142</i>
<i>4.3.2 Eleições de 2010.....</i>	<i>146</i>
<i>4.3.3 Eleições 2014</i>	<i>149</i>
<i>4.3.4 Eleições de 2018.....</i>	<i>157</i>
CAPÍTULO V:	171
DESEMPENHO ELEITORAL DO PSOL	171
CAPÍTULO VI:	188
A TRAJETÓRIA PROGRAMÁTICA DO PSOL SEGUNDO SUAS LIDERANÇAS: ENTREVISTAS COM LÍDERES E EX-LÍDERES DO PARTIDO	188
<i>6.1 Classe 3 – Processo de formação do PSOL</i>	<i>193</i>
<i>6.2 Classe 2 – Trajetória política e intelectual dos membros do PSOL.....</i>	<i>196</i>
<i>6.3 Classe 1 – Princípios norteadores do PSOL.....</i>	<i>198</i>
<i>6.4 Classe 5 – Bandeiras históricas do PSOL.....</i>	<i>200</i>
<i>6.5 Classe 4 - novas pautas incluídas pelo PSOL ao longo de sua trajetória</i>	<i>203</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	211
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	216
APÊNDICE I – INFORMAÇÕES DAS LIDERANÇAS ENTREVISTADAS.....	227
APÊNDICE II - ROTEIRO ENTREVISTAS.....	230

INTRODUÇÃO

O presente trabalho estuda o processo de formação e desenvolvimento de um novo partido, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), nascido como dissidência do Partido dos Trabalhadores (PT). O objetivo principal pretendido tem como foco analisar a trajetória programática do PSOL e verificar se o seu crescimento eleitoral está relacionado à sua jornada em direção à representação de valores pós-materialistas. Parte-se da hipótese principal de que o PSOL passou a demonstrar um maior crescimento a partir do momento que passou a incorporar demandas pós-materialistas entre suas pautas.

O PSOL surgiu em 2004, a partir de um rompimento ideológico da bancada de parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT) e de uma rebelião de algumas de suas tendências internas de extrema esquerda do partido. A posição assumida pelo PT logo após a chegada ao governo de Lula, em 2003, fez com que diversos agrupamentos e coletivos internos do partido pensassem em novos rumos. A votação da proposta de reforma da previdência culminou com a expulsão de parlamentares petistas, que se uniram para a formação de um partido.

Nesse sentido, o PSOL nasceu com o objetivo de resgatar os ideais classistas e de defesa da classe trabalhadora, presentes quando da origem do Partido dos Trabalhadores, e buscando evitar o processo de transformação pelo qual esta agremiação passara ao longo dos anos. Durante os seus 15 anos de existência, o PSOL participou de sete eleições, entre eleições nacionais, estaduais e municipais, a primeira delas em 2006, demonstrando um crescimento eleitoral razoável e tendo alcançado cada vez mais representação legislativa em todos os níveis, sempre se posicionando como oposição em relação ao PT, uma alternativa, à esquerda, ao PT.

Entender como os partidos políticos se organizam e se desenvolvem tem uma grande importância para compreender as mudanças nos sistemas de partidos e sua estabilidade. Mesmo quando uma legenda se caracteriza como um pequeno partido (TELLES, 2007) e não parece representar uma ameaça real de substituir partidos já estabilizados, sua presença tem um impacto importante na competição eleitoral, posto que acaba por retirar votos dos partidos existentes, desestabilizando, de certa forma, a arena política (NASCIMENTO; TEIXEIRA, 2015). Assim, a presença do PSOL no cenário político nacional, mesmo que ainda não tenha ameaçado a hegemonia dos partidos tradicionais, pode impactar na correlação de forças existente entre os principais atores e mudar a forma do jogo político.

O estudo de partidos políticos tem sido objeto de vastos estudos da ciência política nacional. No entanto, há escassa literatura no que se refere a análises sobre estas agremiações estudadas individualmente, dissociadas do sistema, que emergiram após o período de redemocratização. A maior parte da literatura sobre partidos políticos no Brasil centrou seus esforços na análise do Partido dos Trabalhadores em diversos aspectos (MENEGHELO, 1999; KECK, 1991; MELO, 2004; TELLES, 1997, 2003; RIBEIRO, 2008d, 2013). Melo (2013) focou suas análises no PMDB e as razões que justificam a sua manutenção como partido efetivo ao longo dos anos, após a redemocratização. Para além desses estudos, não se encontram na literatura partidária brasileira análises que tenham como objeto outros partidos, com ressalva para os partidos no legislativo, cujo enfoque os enquadra como membros do sistema e não como organizações ou máquinas eleitorais.

Ainda, há escassa literatura a respeito da esquerda no Brasil, e até mesmo na América Latina. Trabalhos como Lopez (2005) e Levitsky e Roberts (2011) trataram de debater a nova esquerda surgida na América Latina a princípios do século XXI, e que logrou chegar ao governo em grande parte dos países latino-americanos. Sobre a esquerda brasileira, inúmeros trabalhos (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991; TELLES, 2006; 2008; RIBEIRO, 2008d; SILVA, 2013; HUNTER, 2007) analisaram o crescimento e chegada ao governo do Partido dos Trabalhadores, havendo uma enorme lacuna em relação aos demais partidos que ocupam a posição de esquerda no espectro ideológico do país.

Em relação ao PSOL, poucos trabalhos são encontrados na literatura, (GENRO; ROBAÍNA, 2006; POMPEO, 2007; DELMANTO; SADA, 2008; SILVA, 2011; 2013) todos buscando descrever, com pouco distanciamento pessoal do objeto estudado, o partido em relação à sua composição original e o contexto político no momento de sua criação. No entanto, análises sobre a trajetória do partido e o caminho que tomou após o seu surgimento, assim como o papel que passou a ocupar no cenário político nacional, são inexistentes.

Quanto ao estudo de novos partidos políticos, o seu surgimento é fenômeno que vem sendo estudado pela ciência política há certo tempo. Clássicos trabalhos como os de Michels (1982), Duverger (1980), Panebianco (2005), dentre outros, dedicaram-se a estudar o surgimento do fenômeno partidário e criaram, a partir daí, tipologias de partidos políticos de acordo com o contexto e o formato da organização que se formou. No entanto, tais estudos, apesar de sua incontestável relevância, não são suficientes para explicar o surgimento de novos partidos no contexto da crescente diversidade e complexidade política contemporânea,

nos quais a questão da integração de classes e grupos sociais que buscam participar no sistema político não é mais o fator determinante para a construção de uma agremiação partidária.

Estudos que buscam verificar as variáveis que favorecem o afloramento e o sucesso de novas agremiações partidárias são pouco frequentes e relativamente recentes na ciência política, a sua grande maioria buscando explicar o surgimento e razões de êxito de novos partidos em democracias consolidadas. Neste campo de pesquisa, destacam-se os trabalhos desenvolvidos por Hauss e Rayside (1978), Harmel e Robertson (1985), Ignazi (1995; 1996), Lucardie (2000) e Hug (2001). No âmbito da América Latina, estudos sobre porque novos partidos são criados e em que contexto obtém sucesso são ainda incipientes, destacando-se o trabalho de Tavits (2007), Van Cott (2003), que estudou o surgimento de uma nova agremiação na Colômbia, e a pesquisa desenvolvida por Krause, Schaefer e Barbosa (2017), que investigou o surgimento de partidos políticos na América do Sul. No Brasil, pesquisas envolvendo essa questão são escassos, com destaque para os trabalhos de Kestler, Krause e Lucca (2013), Krause e Gerardi (2014), Schaefer (2015) e Krause *et al* (2016).

Importante fazer uma distinção entre o objeto de estudo das teorias apontadas. Há uma parcela dos estudiosos dos novos partidos que enfocam seus trabalhos no surgimento dessas novas agremiações, e quais seriam as variáveis que tenderiam a contribuir para o seu afloramento ou não. Em outro sentido, ainda no campo dos novos partidos, há estudiosos que buscam estudar as razões de sucesso ou fracasso dos partidos que surgiram. Trata-se de fenômenos distintos – o surgimento e o sucesso/fracasso de uma agremiação – que podem ser produzidos por diferentes variáveis e contextos.

Ainda, o estudo de novos partidos pode relacionar-se a um terceiro enfoque, em que se busca verificar o grau de novidade da agremiação recém-surgida, se representam de fato um novo ator, ou são resultado de um reordenamento de elites já incluídas no jogo político que se apresentam sob a forma de uma nova agremiação, após um cálculo estratégico (BARNEA; RAHAT, 2011)

Este trabalho centra-se, principalmente, no estudo da trajetória do PSOL, buscando analisar se mudanças ocorridas em sua trajetória programática impactaram no seu crescimento eleitoral, permitindo que se o considere como um partido bem-sucedido. Assim, se torna fundamental recorrer às teorias que enfocam seus estudos nas variáveis que influenciam o sucesso ou fracasso dos novos partidos. Dessa forma, a análise dos fatores que podem haver contribuído para fomentar o nascimento do PSOL não fazem parte desta pesquisa. Tampouco será analisado o grau de novidade do partido no cenário político brasileiro, considerando-se,

para a este estudo, o PSOL como um novo partido em sua origem, eis que estreou nas eleições de 2006 como um novo competidor, lançando candidatos e alcançando cadeiras, conforme conceito proposto por Barnea e Rahat (2011) e Krause, Schaefer e Barbosa (2017).

Ademais das teorias que analisam as razões de êxito ou fracasso dos partidos políticos recém-criados, importa, ainda, recorrer às análises teóricas que estudam a emergência de valores pós-materialistas no contexto mundial, uma vez que o objetivo central do trabalho está em argumentar uma mudança programática experimentada pelo PSOL em direção à adoção de demandas pós-materialistas. Inglehart (1977) observou a ocorrência de uma lenta e contínua mudança nas prioridades valorativas individuais em direção a uma postura pós-materialista – a qual chamou de mudança geracional de valores –, que estaria transformando o alinhamento, até então baseado em classes, para um alinhamento baseado em valores. Esta mudança estaria associada ao desenvolvimento econômico experimentado a partir da segunda metade do século XX, principalmente pelas sociedades industriais avançadas ou pós-industriais, e estaria provocando alterações profundas no campo religioso, no mundo do trabalho, nas relações de gênero, nas normas sexuais e na atividade política.

Dentro desta perspectiva, as sociedades teriam passado por mudanças geracionais no que se refere a orientações valorativas, diminuindo a importância dos valores de sobrevivência e segurança, valores materialistas, e passando a apresentar posturas prioritárias voltadas para a qualidade de vida e a auto expressão, uma vez que os indivíduos passariam a não mais se preocupar com situações de escassez em meio à instabilidade econômica, e passariam a priorizar a escolha humana, autonomia e a criatividade. Neste contexto, dentro da perspectiva pós-materialista, os indivíduos passariam a adotar posturas e atitudes mais críticas e participativas, mais interessadas na política e mais democráticas, no sentido de tomar parte dos assuntos públicos de uma maneira mais ativa e direta, e defender temas como a igualdade de gênero, direito dos homossexuais, aborto e respeito à diferença de uma forma geral.

A ocorrência da mudança geracional de valores ressaltada por Inglehart (1977) nas democracias avançadas foi objeto de estudo de grande parte da literatura a este respeito (DALTON, 1984; TORCAL, 1989; INGLEHART; WELZEL, 2005; MORENO, 2013a). Em democracias recentes, é escassa a literatura que se dedica a verificar a ocorrência do advento de valores pós-materialistas, com destaque para Moreno (2013b) e Carballo e Moreno (2013), que estudaram a mudança das prioridades valorativas na América Latina. Quanto ao estudo da ocorrência deste fenômeno no Brasil, pouquíssima bibliografia há. Destacam-se os estudos empreendidos por Ribeiro (2008a; 2008b; 2008c; 2010; 2012) e Ribeiro e Borba (2010).

Todos eles, no entanto, elaborados até o ano de 2012, não considerando, portanto, o contexto mais atual do Brasil, e nem utilizando da onda mais recente do *World Value Survey* levada a cabo no país.

Quanto à análise da inclusão da dimensão materialista/pós-materialista nos documentos partidários, pouquíssimos trabalhos podem ser encontrados, destacando-se a pesquisa desenvolvida por Madeira, Vieira e Tarouco (2017), que estudaram os programas de governo do PT e PSDB para as eleições presidenciais de 2006 a 2014, e detectaram a presença, ainda que com pouca expressão, de temas pós-materialistas nos documentos analisados.

Neste sentido, esse trabalho parte da hipótese principal de que o sucesso do PSOL como novo partido político no cenário nacional está relacionado à incorporação, em suas pautas, da defesa de valores pós-materialistas, como as pautas identitárias, o ecossocialismo e o aumento de mecanismos de participação popular.

Como destacam Harmel e Robertson (1985), o conceito de sucesso para um partido político é polissêmico e arbitrário, e a definição que se utiliza de sucesso ou fracasso relaciona-se com a dimensão do partido ou do sistema partidário que se pretende analisar. Para o presente trabalho, consideram-se como sucesso, ou êxito, duas dimensões do partido: o aumento no número de representantes eleitos para cargos do legislativo a cada eleição; e o aumento no seu desempenho eleitoral, entendido como ganho de apoio por parte do eleitorado. Assim, para a pesquisa, o PSOL poderá ser considerado um partido exitoso na medida em que demonstre uma trajetória ascendente em ambos os aspectos.

O trabalho se fundamenta nos seguintes questionamentos: O PSOL pode ser considerado um partido exitoso? Como a trajetória programática demonstrada pelo PSOL, com a inclusão de demandas pós-materialistas em suas pautas, impactou na trajetória eleitoral do partido? O sucesso demonstrado pelo PSOL se deveu à incorporação de demandas pós-materialistas em sua pauta?

Para responder aos questionamentos propostos, o trabalho se debruça em dois objetivos específicos. O primeiro deles compreende a análise da trajetória programática do PSOL, buscando verificar a ocorrência de mudanças em sua estrutura programática em relação às pautas defendidas pelo partido – tradicionalmente classistas e de defesa da classe trabalhadora – em direção à incorporação de pautas pós-materialistas.

O segundo objetivo consiste em verificar a trajetória eleitoral do PSOL, analisando-se o número de votos que recebeu e quantas cadeiras conquistou, além de apurar o seu

desempenho eleitoral a cada pleito, buscando averiguar se a agremiação pode ser considerada como um partido exitoso.

Além dessa introdução, que apresenta uma seção específica sobre os procedimentos metodológicos utilizados, essa tese está estruturada em seis Capítulos. O Capítulo I – Como surgem novos partidos e porque prosperam – se dedica à abordagem teórica desse trabalho e à análise das teorias que explicam porque surgem novos partidos e quais variáveis contribuem para o êxito ou fracasso das agremiações recém-criadas. Busca-se verificar se as mesmas condições que favorecem o afloramento de novas organizações partidárias são capazes de promover o seu sucesso.

O Capítulo II – A mudança geracional de valores e a emergência de valores pós-materialistas – busca analisar a mudança de valores que fez emergir a priorização de valores pós-materialistas no contexto mundial. Busca-se, ainda, investigar se a mudança geracional de valores, cuja ocorrência nos países industrializados e pós-industrializados foi verificada por Inglehart (1977), pode ser observada no Brasil, e quem são os indivíduos brasileiros que apresentam prioridades valorativas pós-materialistas.

Ainda buscando atingir o objetivo geral proposto, pretende-se examinar o processo de formação do PSOL e entender como o partido se estabeleceu no cenário político brasileiro, visando compreender o seu posicionamento ideológico e os princípios que nortearam sua atuação desde a sua origem até os dias atuais, assim como sua organização interna e a correlação de forças em seu interior, reflexão que se encontra elaborada no Capítulo III – O partido socialismo e liberdade como dissidência do partido dos trabalhadores: origem e fundação.

Em seguida, no Capítulo IV – A trajetória programática do PSOL: de materialista a pós-materialista –, verifica-se a trajetória programática do PSOL no intuito de perceber mudanças em seu discurso e nas pautas que defende. A finalidade é compreender se o PSOL defende as mesmas pautas desde que nasceu, abandonou as pautas originárias e passou a representar novas pautas, ou acrescentou novas pautas às tradicionalmente defendidas por ele. Ou seja, se passou a defender pautas identificadas com valores pós-materialistas, ou manteve apenas as pautas classistas – materialistas – que nasceu para representar. Para tanto, serão analisados os documentos produzidos pelo partido em seus Congressos Nacionais e os programas de governo apresentados às eleições presidenciais.

O Capítulo V – Desempenho eleitoral do PSOL – analisa a trajetória eleitoral do partido desde as primeiras eleições que participou até as eleições presidenciais de 2018,

verificando o número de votos que recebeu e quantos cargos conquistou. Busca-se, ainda, analisar o desempenho eleitoral demonstrado pelo PSOL a cada eleição federal, pretendendo verificar se o partido se enquadra no conceito de sucesso estabelecido para este trabalho.

A análise das entrevistas realizadas com lideranças e ex-lideranças do PSOL será apresentada no Capítulo VI – A trajetória do PSOL segundo suas lideranças: entrevistas com líderes e ex-líderes do partido – e busca averiguar a percepção de seus membros quanto ao sucesso do partido e a mudança em sua estrutura programática, demonstrando permanências e alterações em suas pautas.

Por fim, a pesquisa permitirá verificar quem de fato é o PSOL no cenário político brasileiro e apresentar alguns achados sobre o nascimento, desenvolvimento e organização do partido, e sua trajetória programática, que propiciará um terreno fértil para novos estudos sobre os partidos políticos de esquerda no Brasil, e razões de sucesso ou fracasso de pequenos partidos, além de contribuir para futuras análises de partidos políticos e sua trajetória.

1.1 Notas Metodológicas

Esse trabalho refere-se a um estudo de caso único, no qual foi possível aprofundar na análise do objeto da pesquisa, verificando em detalhes alguns de seus aspectos. A presente pesquisa encontra uma limitação no que se refere à disponibilidade de dados a respeito do partido objeto da análise, sobretudo quanto a dados referentes aos seus eleitores. As pesquisas eleitorais disponíveis ou, de um lado, não apresentam dados do PSOL considerado individualmente, senão que o classificam como “outros partidos”, ou, por outro lado, possuem um “n” bastante pequeno, não permitindo a generalização dos resultados para a caracterização do partido.

Assim, foram conduzidas análises qualitativas que possibilitaram a construção de respostas de questões muito particulares, que estão amparadas nos aspectos subjetivos das práticas sociais, operando no universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes (LAZARFELD; BERELSON; GAUDET, 1948). A abordagem qualitativa interessa-se mais pelos processos do que pelos resultados (BOGDAN; BIKLEN, 1994; LÜDKE; ANDRÉ, 1986) e preocupam-se mais com a compreensão e a interpretação sobre como os fatos e os fenômenos se manifestam do que em determinar causas para os mesmos (SERRANO, 2004).

No caso desta pesquisa, na qual o *corpus* de análise é o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) – que inclui sua trajetória desde o seu nascimento aos dias atuais, levando em consideração aspectos de sua organização interna, sua participação em eleições e, sobretudo, sua trajetória programática e a ênfase que deu a determinados temas em determinados momentos, optou-se por apresentar sua estrutura em dois âmbitos distintos, quais sejam:

Âmbito metodológico 1: Composição e constituição da pesquisa

a) Pesquisa Bibliográfica

Descrição e Justificativa: A questão norteadora desta pesquisa tem como foco a verificação das razões que levaram o PSOL a figurar-se como um partido exitoso, propondo que a sua trajetória programática, e a ênfase que passou a dar a valores pós-materialistas, está relacionada com o seu crescimento eleitoral. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica fornecerá o arcabouço teórico necessário ao entendimento das questões ora propostas, abordando temáticas relacionadas aos fatores que favorecem o surgimento e o êxito ou fracasso de partidos políticos, ao afloramento de valores pós-materialistas nas democracias avançadas e em que medida isto pode ser verificado em novas democracias, especificamente no Brasil, e a história do Partido Socialismo e liberdade de uma forma geral.

Procedimentos: Foram levantados aportes bibliográficos, incluindo livros, artigos, teses, *sites*, entre outros, que subsidiaram o entendimento dessas questões.

b) Pesquisa Documental

Descrição e Justificativa: Os documentos utilizados para a elaboração do presente trabalho referem-se a registros oficiais do Partido Socialismo e Liberdade, e dividem-se em dois tipos, analisados nos subitens do Capítulo IV:

- Programas de governo apresentados às eleições presidenciais. Tais documentos foram selecionados por conterem os posicionamentos oficiais do PSOL registrados no Superior Tribunal Eleitoral, órgão competente para fiscalizar as eleições no território nacional. Neste sentido, são documentos que refletem as pautas que serão defendidas pelo partido durante

aquele período eleitoral e guiarão a atuação governamental caso o partido venha a sair vencedor do pleito. O PSOL participou até o presente momento de quatro eleições presidenciais, quais sejam 2006, 2010, 2014 e 2018. Em relação às eleições de 2006, o partido não registrou programa de governo junto ao TSE, tendo concorrido sem inscrever oficialmente suas propostas. Por este motivo, em relação a estas eleições, as propostas partidárias foram analisadas de forma indireta, a partir de notícias, reportagens e entrevistas da candidata aos meios de comunicação. Quanto às demais eleições, as análises foram empreendidas no próprio texto dos programas de governo registrados.

- Congressos Nacionais do PSOL. Segundo o estatuto do PSOL, as resoluções aprovadas nos congressos nacionais do partido definirão as diretrizes gerais do partido sobre as questões da realidade, determinando sua atuação futura e suas prioridades. Por este motivo, a análise do conteúdo dos congressos nacionais se revela de importância fundamental, pois indicam as prioridades partidárias do momento em que ocorrem. Até o presente momento, o PSOL realizou seis congressos nacionais. Assim, quanto aos Congressos Nacionais, dois tipos de documentação foram analisados: as teses apresentadas para serem debatidas; e as resoluções aprovadas contendo as teses vencedoras. Quanto a esta documentação, a análise encontrou uma limitação. O PSOL não conta com arquivo oficial de sua documentação, de forma que tais documentos não se encontram facilmente disponíveis, não podendo ser encontrados em sites ou outros canais oficiais do partido, e tampouco membros históricos e fundacionais do PSOL têm acesso a ela. Dessa forma, algumas informações referentes às teses apresentadas e às resoluções aprovadas nos congressos foram obtidas de forma indireta, por meios de notícias de jornais, documentos produzidos por algumas das tendências do partido e trabalhos acadêmicos publicados sobre o PSOL. O Quadro 1 traz informações sobre os elementos utilizados para análise em relação a cada congresso nacional do partido.

Procedimentos: Realizou-se uma leitura minuciosa e a categorização de elementos que caracterizam prioridades valorativas materialistas e aqueles que se referem a prioridades valorativas pós-materialistas, no seguinte sentido, como definido por Inglehart (1977; 1990):

Quadro 1– Categorização para análise

Temas Materialistas	Temas pós-materialistas
Economia	Participação popular
Reformas tributária, agrária e urbana	Proteção ao meio ambiente
Proteção aos trabalhadores	Gênero e minorias sexuais
Dívida Pública	Proteção à população negra e indígena
Manutenção da ordem	Democracia

Fonte: elaboração própria a partir de Inglehart (1977; 1990).

c) Índice de Razão de Avanço

Para medir o avanço eleitoral do PSOL, mediram-se os resultados eleitorais do partido, e o seu crescimento eleitoral, segundo o Índice de Razão de Avanço (IRA), desenvolvido por Simas (2011). Trata-se de mecanismo capaz de captar a mudança no nível de apoio de um partido a partir de dados eleitorais. Este índice, ainda pouco explorado na literatura internacional, mede o apoio agregado por um partido político em dois tempos distintos, a partir do qual é possível obter o eventual impacto das novas gerações eleitorais sobre o número de votos conquistados pela agremiação. Os resultados obtidos pelo IRA permitem indicar a existência ou não de um padrão recorrente de apoio ao partido por parte de parcelas de eleitores que foram incorporados ao processo eleitoral.

O IRA é calculado pela comparação da votação recebida pelo partido em relação ao comparecimento dos eleitores a uma determinada circunscrição eleitoral. Assim, o apoio eleitoral a um partido cresce quando sua votação tem um aumento maior proporcionalmente ao aumento do comparecimento dos eleitores entre dois pares de eleições. Por outro lado, o partido perde apoio eleitoral em qualquer das seguintes condições: i) quando se desenvolve menos do que seria proporcional ao aumento do eleitorado; ii) quando há diminuição entre dois pares de eleições. Em ambos os casos, o IRA será negativo (SIMAS, 2001). A fórmula do IRA pode se apresentar em forma de razão ou diminuição, da seguinte maneira:

Na forma de razão: $(V1/C1) / (Vo/Co)$

Na forma de diminuição: $(V1/C1) - (Vo/Co)$

Onde:

V_0 = número de votos obtidos pelo partido no tempo «0»

V_1 = número de votos obtidos pelo partido no tempo «1»

C_0 = total de eleitores que compareceram a votar no tempo «0»

C_1 = total de eleitores que compareceram a votar no tempo «1»

O intervalo de variações das duas formas do IRA é diferente. Na forma de diminuição, varia entre -1 e $+1$, e na forma de razão varia entre 0 e $+\infty$. As duas formas têm um comportamento bastante claro e equivalente entre si. Para o presente trabalho, foi adotada a forma de razão, por considerar-se de mais fácil interpretação. Na forma de razão, são possíveis apenas três variações quanto aos resultados: i) resultados superiores a 1 demonstram

um crescimento maior do que o proporcional do partido em relação aos eleitores, o que indica ganho de apoio eleitoral; ii) o intervalo entre 0 e 1 representa uma faixa de crescimento menor que o proporcional, ou seja, indica perda de apoio eleitoral; iii) resultados iguais a 1 revelam uma situação de estabilidade, em que o partido manteve exatamente o mesmo índice de apoio entre os pares de eleições (SIMAS, 2001).

Para se considerar os votos obtidos pelo partido, foram somadas as votações nominiais obtidas por todos os candidatos a deputado federal pelo partido em cada uma das eleições, a partir de dados disponibilizados pelo TSE. Não foram incluídos os votos recebidos pela legenda, uma vez que tais dados não se encontram disponíveis para as eleições de 2014 e 2018. Para identificar o comparecimento, foram considerados todos os eleitores, em todos os estados da federação e o Distrito Federal, que votaram para o cargo de deputado federal.

O índice de razão de avanço foi aplicado, ainda, no Capítulo V, para analisar as regiões brasileiras onde o PSOL obteve o maior desempenho eleitoral nas eleições para a Câmara dos Deputados. Para o cálculo dos votos obtidos pelo partido em cada região, foram somadas as votações nominiais obtidas por todos os candidatos a deputado federal pelo partido em cada uma das eleições, em cada estado da região analisada, a partir de dados disponibilizados pelo TSE. Uma vez mais se deixou de incluir os votos recebidos pela legenda, uma vez que tais dados não se encontram disponíveis para as eleições de 2014 e 2018. O comparecimento dos eleitores foi obtido a partir da somatória de eleitores que compareceram às urnas em cada um dos estados de cada região analisada.

d) Dados do *World Value Survey*

Descrição e justificativa: Para as análises contidas no Capítulo III, foram utilizados os dados produzidos pelo projeto *World Value Survey* (WVS). O WVS é uma grande investigação sobre mudanças socioculturais e políticas, executada por uma rede global de cientistas sociais a partir de *surveys* aplicados a amostras nacionais representativas de mais de 80 nações espalhadas por todos os continentes. As coletas de dados têm se repetido desde o início da década de 1980 em sucessivas ondas (1980-1984, 1990-1993, 1995-1997, 1999-2002, 2005-2008 e 2010-2014, com a 7ª onda já em fase de produção) e, na sua última edição concluída, produziu dados representativos para mais de 80% da população mundial. A primeira rodada do projeto WVS, realizada entre 1981 e 1984, não incluiu o Brasil entre os países pesquisados. A 2ª onda foi realizada no Brasil em 1991, a 3ª onda foi realizada em 1997, a 5ª

onda foi levada a cabo no país em 2006, e 6ª onda foi finalizada em 2014. A 4ª onda, produzida entre 1999 e 2004, não incluiu o país.

Procedimentos: Para a descrição do cenário brasileiro, foi utilizada estatística descritiva a partir dos dados das 4 rodadas produzidas pelo WVS que incluem o Brasil. Para descrever a população brasileira, foram selecionadas variáveis que buscam medir a importância ou saliência para os brasileiros de cinco temas: racismo, direito das mulheres, aborto, homossexualismo e proteção ambiental x crescimento econômico. Estes temas foram selecionados por representarem *issues* que se enquadram como preocupações tipicamente pós-materialistas, e por dizerem respeito a temas constantemente levantados pelo PSOL em seus discursos, programas, documentos, e defendidos com veemência por seus representantes.

Âmbito metodológico 2: Composição da Pesquisa de Campo: Analisando as lideranças do PSOL

Descrição e Justificativa: A compreensão da percepção das lideranças é essencial para se determinar como elas perceberam as mudanças ocorridas no PSOL desde a sua fundação até a sua atual configuração, e a que atribuem o crescimento eleitoral e sucesso do partido. A conversação com os líderes possibilita a construção do “tecido de informações” (REY, 2010), que permite a estruturação do conhecimento sobre o partido, buscando a compreensão de vários aspectos da agremiação e o que a difere do seu momento fundacional para o atual, permitindo demonstrar a relação causal entre a adoção de valores pós-materialistas e o sucesso do PSOL.

Procedimentos: A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas, nas quais foi aplicado um roteiro semiestruturado, que mesclam e combinam perguntas abertas e perguntas fechadas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, com 13 lideranças do partido, políticos e membros da direção, membros históricos e recém filiados ao partido, lideranças ativas e ex-lideranças. O roteiro aplicado e a lista de entrevistados podem ser verificados nos Apêndices 1 e 2.

Análise dos dados

Todas as análises dos dados foram efetivadas pela Análise de Conteúdo, “técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva e sistemática do conteúdo manifesto da comunicação” (BARDIN, 2009, p. 21).

A análise das entrevistas com as lideranças foi dividida em três etapas: exploração do material produzido, tratamento dos dados e interpretação (ALBERTI, 1990). Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas, tiveram duração média de 40 minutos e focaram na história do partido, as pautas que defendia quando nasceu e as pautas defendidas no atual momento, funcionamento interno e razões de seu crescimento eleitoral. A coleta de dados se deu entre dezembro de 2018 e abril de 2019, e somente foi realizado após a assinatura de cada participante do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Como suporte à análise de conteúdo, utilizou-se o *software* IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), um programa de análise de dados em pesquisas qualitativas desenvolvido na linguagem Python que utiliza funcionalidades providas pelo *software* estatístico R (SOUZA *et al.*, 2018).

Entre as vantagens no processo de análise dos dados por meio de *softwares*, estão o auxílio na organização e separação de informações, o aumento na eficiência do processo e a facilidade na localização dos segmentos de texto, além da agilidade no processo de codificação,

Para a análise textual da pesquisa, foi utilizada a técnica da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), na qual os segmentos de texto são classificados em função dos seus respectivos vocabulários, e permite considerar as palavras como unidades, bem como em seus contextos de ocorrência e estruturação temática (SOUZA *et al.*, 2018; CASTANHO *et al.*, 2018).

Essa interface possibilita, com base no *corpus* original – que se refere ao conjunto de textos que se pretende analisar, no presente caso, refere-se às 13 entrevistas realizadas, à recuperação dos segmentos de textos e à associação de cada um, o que permite o agrupamento das palavras estatisticamente significativas e a análise qualitativa dos dados. Cada entrevista é denominada de Unidade de Contexto Inicial (UCI). As Unidades de Contexto Elementar (UCE), ou segmentos de texto que compõem cada classe, são obtidas a partir das UCI e apresentam vocabulário semelhante entre si e diferentes das UCE das outras classes (CASTANHO *et al.*, 2018).

A partir do *corpus*, os segmentos de textos apresentados em cada classe foram obtidos das palavras estatisticamente significativas, permitindo que a análise qualitativa dos dados fosse realizada. As classes são formadas segundo a relação das várias UCI processadas e que apresentam palavras homogêneas. Para a classificação e a relação das classes, as UCI são agrupadas quanto às ocorrências das palavras por meio de suas raízes, originando as UCE, o que resulta na criação de um dicionário com formas reduzidas, utilizando-se, para tanto, do teste qui-quadrado (SOUZA *et al.*, 2018).

CAPÍTULO I: COMO SURGEM NOVOS PARTIDOS E PORQUE PROSPERAM

Como bem salientou Sartori (1976), os partidos políticos formam parte de um todo e, para compreendê-los, é necessário analisar o contexto e o ambiente institucional em que se encontram. Ainda que funcionem precipuamente como interlocutor entre a sociedade e o estado, e existam para disputar eleições e formar governos, os partidos políticos subsistem nos interregnos entre eleições, mesmo quando não participam do governo. Os membros orgânicos e os parlamentares do partido estão em constante interação com o entorno político, social e institucional. Neste sentido, os partidos estão imersos em sistemas políticos que os moldam e, portanto, sofrem influência externa e interna. Sendo assim, para compreendê-los em sua totalidade é necessário que sejam analisados sob diversos prismas, sendo um deles o contexto de seu surgimento.

O estudo acerca do surgimento do fenômeno partidário tem sua origem seminal com os trabalhos de Ostrogorsky (1902), Weber (2009)¹, Michels (1982) e Duverger (1980), que buscaram estudar os partidos políticos enquanto organização que começou a se formar no cenário político europeu no início do século XX, todos tomando a origem das agremiações partidárias como ponto de partida para o desenvolvimento de seus modelos. Michels (1982), ao elaborar sua “Lei de Ferro” dos partidos políticos, salienta que a origem de um partido político não necessariamente determina seu desenvolvimento, de forma que, mesmo aqueles de origem democrática, tendem a evoluir para uma estrutura burocrática centralizada e oligarquizada.

Duverger (1980), ao elaborar um modelo de tipologias partidárias, parte seu estudo da forma de nascimento dos partidos políticos, afirmando que a origem das organizações partidárias teria uma forte influência em sua estrutura e funcionamento interno. Neste sentido, os partidos classificados como de quadros seriam aqueles nascidos a partir de uma estrutura burocrática, com origem interna ao sistema político e apresentando experiência parlamentar e eleitoral anterior. Partidos de massas seriam aqueles formados a partir da expansão do sufrágio e da incorporação de novos atores, sobretudo trabalhadores, apresentando uma origem exterior à burocracia política existente até então, representando um grupo preexistente que se desenvolveu fora do parlamento.

¹ “Democracy and the Organization of Political Parties (1902)”, de Ostrogorsky e “Economia e Sociedade [1922] (2009)”, de Weber. Citados por Schaefer (2015).

Ainda em relação ao estudo do surgimento do fenômeno partidário, LaPalombara e Weiner (1966) desenvolveram um modelo explicativo para o afloramento das organizações partidárias a partir de crises de legitimidade, integração e participação que despontam em ambientes desafiadores que provocam convulsões político-sociais (Krause *et al.*, 2016), como guerras, depressões econômicas e crise do sistema político, e que ensejam a criação de um contexto favorável para a emergência de novos partidos políticos. Assim, os autores enfatizam a importância de se verificar a natureza do esgotamento do ambiente político para o surgimento das novas agremiações partidárias.

Panbianco (2005) também é enfático em afirmar que a gênese do partido exerce forte influência sobre suas características organizativas, afirmando que, para compreender o desenvolvimento organizativo dos partidos políticos, é necessário analisar o grau de institucionalização das agremiações, focando, sobretudo, no seu modelo genético.

Em que pese a extrema relevância que os citados estudos têm para a ciência política ainda nos dias atuais, é de se ressaltar que tais trabalhos são insuficientes para explicar o surgimento de novas agremiações partidárias em sistemas político-partidários já consolidados, ainda que relativamente, em que se observa a existência de diversos partidos atuando no cenário político, participando de eleições e formando governos, enfim, jogando segundo as regras do jogo existentes, e sobrevivendo (ou não) neste ambiente.

Como destaca Krause *et al.* (2016), os modelos propostos pelos autores não são suficientes para explicar o surgimento de novos partidos no contexto de crescente diversidade e complexidade política contemporânea, em que a questão da integração de classes e grupos sociais que reivindicam sua participação no sistema político representativo não é mais o fator determinante para a construção de uma agremiação partidária. É dizer, a dinâmica dos sistemas partidários contemporâneos não é necessariamente movida por heterogeneidades/clivagens sociais, mudanças socioculturais ou crises. Para o autor,

o papel central de integração de grupos sociais no sistema político já foi cumprido pelos partidos de origem externa e não teriam mais razão de ser nesse novo contexto: [...] o partido político foi perdendo seu papel central como instrumento fundamental para a integração de grupos à ordem política existente, ou para modificar a própria ordem (KRAUSE *et al.*, 2016, p. 6).

Neste sentido, ao estudar o processo de nascimento e desenvolvimento do PSOL no cenário político brasileiro, necessário recorrer à bibliografia diversa da clássica acima mencionada, buscando embasamento teórico em uma bibliografia – se não nova, constantemente atualizada - que trata especificamente da investigação das causas do

surgimento de novos partidos em democracias consolidadas, e as razões de seu sucesso ou fracasso no cenário político.

O PSOL surgiu em um contexto de existência e atuação de diversos partidos², em um país como o Brasil, em que pode ser relativamente fácil e interessante criar um novo partido político e por em marcha sua atuação, e o estudo de sua trajetória pode trazer uma predição a respeito de seu sucesso ou fracasso no cenário político brasileiro futuro.

Dessa forma, para o presente trabalho, serão tomadas para a formação do marco teórico estas pesquisas que buscam analisar o surgimento de novos partidos, e seu sucesso ou fracasso, em democracias que apresentam um sistema de partidos relativamente consolidado. Tais estudos têm como expoentes principais Hauss e Rayside (1978), Harmel e Robertson (1985), Ignazi (1995; 1996), Lucardie (2000), Hug (2001). Na América Latina e Ásia destacam-se Tavits (2007), Van Cott (2003) e Krause, Shaefer e Barbosa (2017). Especificamente sobre novos partidos no Brasil, destacam-se Kestler, Krause e Lucca (2013), Krause e Gerardi (2014), Schaefer (2015) e Krause *et al.* (2016).

Antes de se passar à análise das teorias em destaque, necessário fazer uma importante distinção entre o objeto de estudo das apontadas teorias. Há uma parcela dos estudiosos dos novos partidos que enfocam seus trabalhos no surgimento dessas novas agremiações, e quais seriam as variáveis que tenderiam a contribuir para o seu afloramento ou não. Em um outro sentido, ainda no campo dos novos partidos, há estudiosos que buscam estudar as razões de sucesso ou fracasso dos novos partidos que surgiram. Trata-se de fenômenos distintos – o surgimento e o sucesso/fracasso de uma agremiação - que podem ser produzidos por diferentes variáveis e contextos.

As teorias que estudam o afloramento de novas agremiações têm muita importância para a análise do contexto de nascimento do PSOL, já que este partido surgiu em meio à crise de representação pela qual passava o PT, e estudar o que impulsionou o seu início é de grande importância para um entendimento global do sistema de partidos brasileiro.

Entretanto, o trabalho centra-se, principalmente, no estudo da trajetória do partido, buscando verificar as razões de seu sucesso, de forma que se torna fundamental recorrer às teorias que enfocam seus estudos nas razões de sucesso ou fracasso dos novos partidos. Parte-se da hipótese de que o PSOL tem mostrado um maior sucesso eleitoral, e a pesquisa tem seu foco em buscar as razões desse sucesso.

² Em 2003, ano em que se deu início à coleta de assinaturas para o registro do PSOL como um novo partido, existiam no Brasil 24 partidos em funcionamento, segundo dados do TSE.

O estudo de novos partidos, como colocado por Krause e Gerardi (2014), também refletem uma preocupação a respeito da novidade trazida por estas agremiações, é dizer, o que há de novo nelas? Trata-se de se analisar se o partido recém-criado já está inserido no sistema político, posto que advindo predominantemente de quadros políticos já instituídos. Como salientam os autores, nem sempre os novos partidos representam novas demandas, politização de tensões ou clivagens sociais ou representam uma forma de integração de setores excluídos do sistema político (BARNEA; RAHAT, 2011). Podem ser resultado de um reordenamento de elites já incluídas no jogo político que se apresentam sob a forma de uma nova agremiação, após um cálculo estratégico. É dizer, nem sempre novos partidos representam de fato uma novidade no sistema político em que nasceram.

Esta análise tampouco faz parte da presente pesquisa. A análise da documentação do PSOL, assim como das entrevistas realizadas com parlamentares e lideranças do partido dá conta de que o mesmo nasceu, principalmente, com a intenção de resgatar as pautas historicamente defendidas pelo PT, sempre incluídas em seus programas e estatutos, e que foram abandonadas quando Lula foi eleito para ocupar a Presidência da República. Nesse sentido, o PSOL não nasceu com o objetivo de representar novas demandas ou setores não contemplados pelos partidos políticos existentes, de forma que não cabe aqui a análise do grau de novidade que esta agremiação representou para o sistema partidário brasileiro, considerando-se, portanto, que a nova agremiação não representou uma novidade no sistema político brasileiro.

Sendo assim, para a presente pesquisa toma-se o PSOL como um novo partido baseando-se no conceito de novos partidos como aqueles competidores estreantes nas eleições para o Parlamento, ou seja, as agremiações são contabilizadas como “novas” a medida que lançam candidatos em uma determinada eleição (BARNEA e RAHAT, 2011; KRAUSE, SCHAEFER e BARBOSA, 2017). Assim, com base no referido conceito, considera-se o PSOL, em seu nascedouro – obteve o registro definitivo na Justiça Eleitoral em 2005 - como um novo partido, eis que estreou nas eleições de 2006 como um novo competidor, lançando candidatos e alcançando cadeiras.

Desta forma, tem-se que o marco teórico da presente pesquisa centra-se na análise das teorias que buscam explicar as razões de êxito ou fracasso dos partidos políticos recém-criados, uma vez que explicar os motivos do sucesso do PSOL trata-se do foco central do trabalho.

Como ressaltado por Harmel e Robertson (1985), não necessariamente as mesmas condições que favorecem o afloramento de novas organizações partidárias são capazes de promover o seu sucesso. Da mesma forma, a ausência de fatores que facilitam o sucesso de um novo partido não necessariamente será suficiente para inibir a formação de novas agremiações.

Ao analisar o sistema de partidos de 19 democracias consolidadas, os autores concluíram que, apesar de fatores estruturais, como a natureza do sistema eleitoral, exercerem algum efeito no sucesso eleitoral dos novos partidos, a presença de um aparato eleitoral que possa inibir o sucesso de novos partidos não foi capaz de inibir o surgimento de novas agremiações. Ironicamente, os sistemas que produziram o maior número de novos partidos demonstraram ser os menos favoráveis ao alcance de votos e cadeiras (sucesso eleitoral para os autores) pelas novas organizações.

Dessa forma, nota-se que a existência de condições favoráveis ao afloramento de agremiações partidárias não implica necessariamente na probabilidade de sucesso das organizações novas que surgem neste contexto. São questões distintas e, agremiações nascidas em ambientes pouco favoráveis para o seu afloramento podem apresentar alta probabilidade de sucesso, e vice-versa.

Assim, as variáveis que impulsionam o nascimento de novas organizações partidárias podem ser responsáveis pelo sucesso dessas agremiações ou não. É dizer, em países em que um determinado grupo de variável foi responsável pelo nascimento de novos partidos, esses mesmos partidos podem obter sucesso devido a outros fatores, diferentes daqueles que favoreceram seu afloramento.

1.1 O que significa prosperar?

Já resta clara a necessidade de se distinguir o nascimento das organizações partidárias de seu sucesso ou fracasso. Necessário se faz, agora, definir o que significa prosperar para um partido político. O conceito que se utiliza de sucesso ou fracasso está estritamente relacionado com a dimensão do partido ou do sistema partidário que se pretende analisar.

Como ressaltam Lawson e Merkel (2007), prosperidade pode ter diversos significados no mundo dos partidos políticos. Ganhar eleições é sinal de sucesso, assim como ganhar o direito de governar, mas também o é a habilidade de se juntar a outros que já conseguiram alcançar uma posição de destaque no governo. Para os autores, partidos pequenos prosperam

quando ganham um espaço, ainda que pequeno, na coalizão do governo, quando são capazes de mudar o resultado da corrida eleitoral entre grandes partidos, ou, simplesmente, quando ganham a representação de uma determinada minoria.

Por outro lado, questiona-se o quão exitoso seria um partido que ganha com frequência as eleições, reunindo poder e riqueza para si e seus maiores doadores, escolhendo trajetórias políticas contrárias a suas promessas de campanha e ao desejo de seus apoiadores. É possível alcançar uma das dimensões do conceito de prosperidade à custa de outra, ou à custa da própria democracia, e ainda considerar-se como exitoso (LAWSON; MERKEL, 2007)?

É importante deixar claro que a noção de êxito ou fracasso é um conceito polissêmico e arbitrário (HARMEL; ROBERTSON, 1985), sobretudo em contextos heterogêneos e complexos como os presentes na América Latina (LOPEZ, 2005; KESTLER, KRAUSE; LUCCA, 2013). Em ambientes como este, é possível perceber formas parciais de êxito, como o crescimento contínuo da votação eleitoral, a mera sobrevivência do partido ao longo do tempo, ou sua inclusão como um ator relevante dentro do sistema político.

Em que pese as inúmeras dimensões utilizadas para se considerar um partido político como exitoso, inclusive sem nunca ganhar muitos votos ou cadeiras (HARMEL; ROBERTSON, 1985), considera-se como sucesso, para o presente trabalho, duas dimensões do partido: o aumento no número de representantes eleitos para cadeiras do legislativo a cada eleição disputada, tanto no âmbito municipal (vereadores), quanto estadual (deputados estaduais) e federal (deputados federais e senadores) e; o aumento de seu desempenho eleitoral entendido como o aumento de apoio por parte do eleitorado.

É necessário recorrer às duas dimensões destacadas para que se possa considerar o PSOL como um partido exitoso. O desempenho eleitoral dos partidos não pode se basear apenas na quantidade de votos ou de cadeiras obtidas na Câmara dos Deputados, em função dos coeficientes de desproporcionalidade (TELLES, 2007). No entanto, aumentar o apoio eleitoral sem conquistar cadeiras não dá a oportunidade ao partido de participar na tomada de decisões do estado, e o mesmo deixa de levar para a agenda a defesa dos interesses dos grupos que representa. Dessa forma, apenas conquistar cadeiras não indica uma trajetória bem-sucedida, assim como tampouco o é o aumento de apoio eleitoral sem que se consiga chegar à institucionalidade.

Assim, o PSOL poderá ser considerado um partido exitoso na medida em que demonstre uma trajetória ascendente nos dois aspectos determinados como componentes do conceito de sucesso.

1.2 Fatores que favorecem o nascimento de partidos políticos e impactam no seu sucesso

O afloramento das agremiações partidárias pode ser incentivado por uma série de razões. Estudiosos destacaram a importância de fatores institucionais, mudanças estruturais, cálculo estratégico dos atores, surgimento ou saliência de novas demandas não representadas pelos partidos existentes etc.

Uma significativa parte da literatura (ALDRICH, 1995; TAVITS, 2006, DOWNS, 1999; KIRCHMEIER, 1966) afirma que a formação de um novo partido está estreitamente relacionada com a dinâmica dos atores imersos no jogo político. Para esta parcela da literatura, a formação de novas legendas nas democracias contemporâneas não está relacionada ao impulso na integração ao sistema político, mas à estratégia política das elites orientadas por fatores conjunturais e o mercado político (KIRCHMEIER, 1972, *apud* KESTLER, KRAUSE E LUCCA, 2013).

Esta perspectiva que considera o papel central dos atores baseia a criação de um novo partido no cálculo racional das elites políticas, em que é considerada a relação custo-benefício de entrar na arena política com uma nova legenda.

Pedersen (1982) pontua que a construção de um projeto político relevante, com ideologia e atores que encarnam essas teorias, não necessariamente irá desencadear na formalização de um partido. Para o estágio final, a saída desse projeto como um partido tem de passar pelo filtro do cálculo do mercado político (COX, 1997).

Ao analisar o sistema político norte americano, o trabalho de Aldrich (1995) sustenta haver uma série de incentivos que induz os políticos ambiciosos a dirigirem-se aos partidos políticos, que diz respeito a uma série de problemas que surgem entre as eleições e a governança que torna possível que, com a criação de partidos políticos, os políticos ganhem mais do que querem ganhar, com mais frequência e durante um maior período de tempo. O contexto histórico determinará quando e de que forma estas oportunidades surgirão.

Aldrich (1995) identifica três grupos de condições políticas que podem gerar incentivos para a formação de partidos políticos, que constituem problemas que devem ser resolvidos para que seja possível o surgimento dessas novas agremiações: os problemas da

ação coletiva, os problemas da escolha social e os problemas de ambição política. Fatores ligados a estes três âmbitos explicam a formação dos partidos políticos, tanto de origem parlamentar como de origem extraparlamentar.

Os problemas de escolha social são sanados pelos partidos na medida em que resolvem o dilema da decisão política, da consecução de objetivos políticos diferenciados em posições a respeito de políticas públicas, valores e crenças. Neste mesmo sentido, problemas de ação coletiva podem ser resolvidos pelos partidos, já que estas agremiações são capazes de conseguir votos e recursos materiais e humanos para que os candidatos que defendem determinadas políticas ganhem as eleições. Quanto ao problema da ambição política, os partidos políticos resolvem o desafio de proporcionar aos políticos não somente a oportunidade de ganhar as eleições, mas de manter-se no cargo, desenvolver uma carreira longa e produtiva.

Neste contexto, o partido político surge como uma solução institucional para alcançar, por meio de medidas cooperativas, metas comuns para os seus distintos membros, ao mesmo tempo em que garante os objetivos pessoais destes quanto à conquista de posições de lideranças e cargos políticos (ALDRICH, 1995).

Também destacando a importância do cálculo estratégico para o nascimento de novas agremiações, Tavits (2006; 2008) sustenta que o surgimento de partidos políticos resulta de uma decisão das elites de entrar na arena eleitoral como um novo competidor. Esta decisão está condicionada pelos custos desta entrada, a probabilidade de receber suporte eleitoral e os benefícios na ocupação de cargos.

Custos de entrada, para a autora (TAVITS, 2006; 2008), estão relacionados aos impactos das variáveis institucionais. As regras específicas para se registrar oficialmente um partido, é dizer, o custo monetário de seu registro, o número de assinaturas necessário, a disponibilidade ou não de recursos públicos para o partido recém-criado, importam muito para a decisão de se criar ou não um partido. Quanto maior o número de assinaturas exigido, e quanto mais alto o valor a ser dispendido, mais recursos serão necessários ao partido para entrar no sistema político, o que pode ou não ser compensado pela disponibilidade de um fundo partidário público, e se ele será ou não acessível a novos partidos. Em alguns casos, apenas partidos que receberam um determinado número de votos recebem o direito de acessar o fundo partidário. Assim, o acesso ao fundo está essencialmente relacionado à probabilidade de o novo partido receber suporte eleitoral, o que dá uma importância considerável ao sistema eleitoral e às regras eleitorais que convertem votos em cadeiras, o que, segundo a autora,

representa também um importante custo para a entrada de novos partidos no sistema político-partidário.

Tavits (2006; 2008) destaca, ainda, a probabilidade de se receber suporte eleitoral como elemento indispensável na decisão de se criar um novo partido. O autor relaciona este elemento a uma estimativa feita pelas elites a respeito da chance de este novo partido que se pretende criar sofrer uma derrota eleitoral. Com efeito, como este cálculo é realizado antes das eleições, apenas será possível uma resposta clara a este respeito no momento da eleição, quando este elemento já deverá haver sido considerado no cálculo. Assim, a elite de um potencial novo partido apenas entrará na arena eleitoral caso creia que seu partido será viável, e esta crença for compartilhada com elites partidárias de outras agremiações já existentes.

Obviamente, é difícil desenvolver esta crença de maneira consistente antes que se tenha qualquer informação sobre o possível desempenho eleitoral do novo partido. É possível, segundo Tavits (2006; 2008), inferir a probabilidade de sucesso eleitoral a partir do desempenho eleitoral prévio dos partidos existentes. Quando mais cristalizado o suporte para os partidos existentes, mais difícil será para novos atores atrair o voto dos eleitores. Isto explicaria porque o surgimento de novos partidos é pouco comum em democracias estabilizadas, e bastante presente em novas democracias. Assim, um importante indicador da probabilidade de um novo partido conseguir votos é o tempo de duração da democracia.

O terceiro componente do modelo proposto por Tavits (2006; 2008), necessário para que a elite decida ou não lançar um novo partido, relaciona-se aos benefícios na ocupação de cargos. Políticos são racionalmente guiados por incentivos eleitorais associados a recompensa monetária e prestígio. Ademais de buscar estes tipos de incentivos eleitorais, políticos estão preocupados em ser importante influência na determinação das políticas públicas a serem implementadas. Assim, tendo em vista que prestígio e recompensa monetária recebidos por deter um cargo político estão presentes em todos os sistemas, o cálculo da importância dos benefícios na ocupação de cargos para a decisão de se criar um novo partido político relaciona-se com os diferentes graus de possibilidade de se alcançar influência política.

Com base no modelo proposto, Tavits (2006; 2008) argumenta haver um efeito interativo entre as variáveis para se analisar a viabilidade de se criar um novo partido. Espera-se, por exemplo, que os benefícios na ocupação de cargos serão mais significativos no cálculo dessa viabilidade se a probabilidade de ser eleito é menor. Se a probabilidade de ser eleito é alta, o benefício na ocupação de cargos será secundário no cálculo, já que, se eleito, alguns destes benefícios são quase automáticos. Da mesma forma, espera-se que a probabilidade de

ser eleito será menos significativa no cálculo quando os benefícios na ocupação de cargos são extremamente altos, tornando bastante atrativa a entrada e fazendo valer o risco de não ser eleito.

Analisando os estudos sobre novos partidos anteriormente publicados, e testando quase todos os argumentos sobre o surgimento de novos partidos presente na literatura existente, Hug (2000) também destaca a importância do cálculo estratégico para a decisão de se criar ou não um novo partido. O autor faz um estudo sistemático sobre o surgimento destas novas agremiações, e argumenta que há uma lógica básica presente na formação de novos partidos, independentemente do tipo de partido que se forma. O autor relaciona o surgimento de um novo partido político como o resultado de um jogo entre os partidos existentes e os grupos interessados em formar um novo partido. Hug (2000) destaca, ainda, a importância de uma série de variáveis explicativas agrupadas em tópicos: novos *issues*, custos de formação, e o custo-benefício do embate eleitoral em relação a um competidor fraco recém-criado, enfatizando a importância dos atores políticos e lideranças na impulsão de novas organizações e o perfil de lideranças para a criação de novas agremiações.

Outro fator de extrema importância na criação de novos partidos relaciona-se com os incentivos institucionais que poderiam motivar a criação de novas legendas, e contribuir para o seu sucesso. Quanto mais restritivas sejam as regras institucionais, menores serão os incentivos para que se decida criar um novo partido, posto que terá menores chances de sucesso.

Uma série de variáveis institucionais foram elencadas e testadas pela literatura. Entre as mais usadas, pode-se citar a magnitude do distrito eleitoral (HUG, 2001; TAVITS, 2006; 2008; MAINWARING; TORCAL., 2006); a cláusula de barreira efetiva (LAGO; MARTÍNEZ, 2011; SELB; PITUCTIN, 2010); a fórmula eleitoral (HAUSS; RAYSIDE, 1978); a forma de governo (HAUSS; RAYSIDE, 1978; MAINWARING; TORCAL., 2006); a forma do financiamento dos partidos (HUG, 2001; SIKK, 2007; TAVITS, 2006; 2008; MAINWARING; TORCAL., 2006); o grau de fragmentação do sistema de partidos (ROBERTS; WIBBELS, 1999; TAVITS 2006; 2008; MAINWARING; TORCAL., 2010; ROBBINS; HUNTER, 2007), e o grau de centralização política (HAUSS; RAYSIDE, 1978; LAGO; MARTÍNEZ, 2011). Facilidades para legalizar o partido também foi uma variável citada como possivelmente fomentadora da criação de novas legendas (HUG, 2000; KRAUSE *et al.*, 2016).

Tavits (2006; 2008) ressalta várias normas institucionais que podem influir na criação de novos partidos, por exemplo, se é necessário pagar um valor para participar e a quantidade de assinaturas necessária para que a agremiação adquira personalidade jurídica e possa competir nas eleições. Willey (1998) e Bolin (2007) entendem que incentivos institucionais como facilidades de registro partidário, financiamentos públicos (fundo partidário, financiamento de propaganda eleitoral em meios de comunicação) (KRAUSE ET AL, 2016), impactam diretamente a motivação para a formação de novas agremiações. Harmel e Robertson (1985) afirmam que elementos institucionais como os sistemas proporcionais incentivam a representação de um número maior de partidos, o que poderia ser um incentivo à formação de novas agremiações.

Ainda quanto a fatores que fomentam a criação e sucesso de novos partidos, mudanças estruturais que causam um forte impacto no sistema político podem estar associadas à criação de uma dinâmica que incentiva a formação de novos partidos, por favorecer a inserção de novos atores no cenário político. Kestler, Krause e Lucca (2013) e Krause et. al. (2016) enfatizam a importância de mudanças sócio estruturais para o nascimento de novas legendas, incluindo neste contexto variáveis como fraturas sociais, crises, conjuntura e oportunidades históricas. Tais fatores seriam responsáveis por operar uma mudança significativa em um determinado sistema político, fazendo aflorar incentivos para a criação de novos partidos políticos.

Sikk (2012) também sustentou a importância de mudanças estruturais como fomentadoras da criação de uma estrutura de oportunidades para o surgimento de novas legendas. Ao analisar o nascimento de novos partidos políticos no Leste Europeu, o autor desataca a crise de legitimidade da autoridade política existente nestes países, e afirma que, nestes casos, novas agremiações foram incentivadas por lideranças políticas que buscavam apresentar uma novidade no cenário político, sem vínculos com políticos estabelecidos, mostrando-se como um novo estilo de fazer política e sem nenhum tipo de vínculo ideológico. Buscavam desafiar os velhos partidos, não tentando purificar qualquer ideologia, mas sim melhorar a forma de fazer política. Nos casos analisados por Sikk, o sucesso dos novos partidos se deveu a uma combinação de fatores: carisma dos líderes partidários, mobilização de consideráveis recursos financeiros destinados aos gastos com campanha eleitoral, e/ou associação entre competência e simpatia do líder.

Harmel e Robertson (1985) salientaram, ainda, a diversidade sociocultural de um determinado país como fundamental para o sucesso de novas agremiações partidárias. Para os

autores, a propensão de formar novos partidos, e de estes partidos serem exitosos, não está relacionada com variáveis políticas e estruturais. Está fortemente relacionada com a diversidade sociocultural entre a população, uma vez que a formação de novos partidos fornece um veículo para a expressão dessa diversidade, especialmente quando nem todas as visões estão adequadamente representadas pelos partidos existentes.

Como destacam os autores, diversidade cultural pode, em qualquer momento, criar novas demandas que, se não atendidas pelos partidos existentes, podem servir como incentivo para a criação de novos partidos. Em muitos países europeus e Anglo americanos, a era pós-revolução industrial adicionou uma nova dimensão à diversidade sócio política: pós-materialismo versus materialismo (INGLEHART, 1977). Pós-materialismo é comumente citado como um possível favorecedor do surgimento de novos partidos para representar esses novos issues, sobretudo aqueles relacionados ao meio ambiente (WOLINETZ, 1979; BURKLIN, 1982).

Segundo Inglehart (1991), novos partidos nascem a partir do surgimento ou saliência de novos temas (*issues*), derivados de mudanças socioeconômicas ou morais que não figuravam na agenda política. Tudo isto, combinado com a incapacidade dos partidos tradicionais de dar uma resposta satisfatória a estas novas demandas, criaria o ambiente propício para um novo partido se estabelecer e agregar tais demandas.

Em sentido similar, Hug (2000) salienta que o surgimento de novos partidos revela que os partidos tradicionais não foram capazes de incorporar novos temas ou assimilar novas clivagens surgidas no cenário político contemporâneo. Segundo o autor, o nascimento de novas legendas apenas é possível devido à falha no comportamento estratégico dos partidos já estabelecidos de incorporar tais temas. Um importante indicador da presença de novos *issues* seria o tamanho da população. Para o autor, em países populosos há uma maior probabilidade de que diferentes grupos da população busquem representação por meio de partidos políticos específicos. Afirma, ainda, que, em países mais homogêneos há um menor surgimento de novos *issues*.

No mesmo sentido, Kitschelt (1997) afirma que mudanças nas estruturas das clivagens como consequência da aparição de novos grupos sociais com novas demandas (*value change*) é um elemento central para compreender a formação de novas legendas.

Essa nova estruturação das novas clivagens é representante de mudanças socioculturais e novas formas de comportamento e valores políticos, que levam a novas

demandas programáticas que não são satisfatoriamente contempladas pelos partidos tradicionais já estabelecidos (MIRAGLIOTA, 2012; SIKK, 2012).

Bolleyer (2011) também sustenta a importância do surgimento de novos temas como fomentador do afloramento de novas agremiações. Ao analisar o surgimento de novos partidos na Europa Ocidental, a autora identifica o nascimento de um grande número de partidos verdes, que englobavam demandas ambientais de uma parcela do eleitorado já integrado ao sistema político, porém sem uma agremiação representativa de suas preocupações.

Krause et al (2016) reconhece que o surgimento de novos partidos políticos a partir de grupos *insiders*, também se motivou por uma crise de legitimidade da representação política sustentada por enfrentamentos postos por novas bandeiras que prometem incluir demandas nascidas com a complexidade e diversidade cultural advindas de uma cultura política pós-materialista não contempladas de forma satisfatória por partidos políticos tradicionais.

Alguns estudos (LOSADA; LIENDO, 2015) salientam, ainda, a importância da identificação partidária na decisão de criação de um novo partido. Argumentam que a viabilidade eleitoral do novo partido é ponto fundamental na decisão de sua criação. A noção de viabilidade eleitoral é calculada retrospectivamente com base no grau de cristalização ou estabilidade dos partidos políticos e das regras institucionais que regem o sistema (LOSADA; LIENDO, 2015). Os autores sustentam que quanto mais forte for a identificação partidária dos eleitores com os partidos já existentes, menores são as opções para o surgimento de novos partidos.

Uma parcela da literatura (MAINWARING; ZOCO, 2007; MAINWARING; TORCAL, 2010; TAVITS, 2006) chama a atenção também para os resultados pouco satisfatórios da avaliação do governo como incentivo para a criação de novos partidos e a razão de seu sucesso. Para tanto, avaliam-se indicadores econômicos como crescimento econômico, inflação, os níveis de corrupção etc. A relação de causalidade seria no sentido de que quanto menos satisfatórios são estes resultados, mais cresce o descrédito da população quanto aos partidos existentes, aumentando os incentivos para a formação das novas agremiações.

O nível de abstenção também pode ser um importante elemento de êxito dos novos partidos (LAGO; MARTINEZ, 2011). Segundo Lago e Martinez (2011), em contexto de baixo enraizamento dos partidos entre os eleitores, se as taxas de participação eleitoral são baixas, maiores serão as possibilidades de êxito dos novos partidos, tendo em vista que, nesta

situação, os eleitores estariam demonstrando seu desinteresse com as opções partidárias existentes.

1.3 Variáveis que impactam no surgimento e êxito de novos partidos no Brasil

Telles (2006) destaca que os partidos políticos no Brasil são tradicionalmente criados de cima para baixo e com pouca representatividade e, por isso, acabam desenvolvendo um jogo político baseado na conciliação de interesses. O baixo grau de institucionalização dos partidos no país leva a um frágil enraizamento na sociedade, gerando uma baixa identificação entre eleitores e partidos, o que seria exacerbado pela grande autonomia dos parlamentares, que mudam constantemente de legenda depois de eleitos.

Ao analisar o surgimento de novos partidos políticos na Colômbia, Tavits (2006; 2008) referiu-se ao cálculo estratégico feito pelas elites políticas a respeito do custo de se criar um novo partido político. Estes custos, para a autora, traduzem-se na análise do ambiente institucional que um determinado sistema político tem, levando em consideração questões como custos de entrada, possibilidade de a nova agremiação receber suporte eleitoral e benefícios da composição do gabinete (SCHAEFER, 2015).

Ao abordar o conceito que traz de cálculo estratégico abordado, Tavits (2006; 2008) salienta que os custos de entrada se relacionam às regras para registro e legalização de um novo partido, e as regras eleitorais existentes naquele país, que irão determinar as possibilidades de se conquistar ou não uma vitória eleitoral.

Analisando-se ambas as variáveis, é possível notar que o ambiente institucional existente no Brasil pode oferecer um ambiente muito favorável para o surgimento de novas agremiações.

Como bem salientam Braga e Bourdoukan (2009), regimes democráticos federais presidencialistas, caracterizados pela distribuição territorial de poder entre esferas de governo relativamente autônomas, como é o caso do Brasil, oferecem uma estrutura de oportunidade que fomenta o afloramento de novos partidos políticos.

Neste contexto, importante salientar que o sistema político-institucional brasileiro apresenta peculiaridades que se revelam como verdadeiros incentivos à criação de novos partidos políticos, permitindo a existência de um ambiente propício para que se abra uma estrutura de oportunidade para o surgimento de novas agremiações. Diversas características institucionais conduzem à criação destes incentivos. A combinação *sui generis* de

federalismo, presidencialismo, representação proporcional de listas abertas e a ampla possibilidade de realização de coligações aumenta as possibilidades de entrada de novos atores no cenário político.

Em 1995 foi promulgada a lei nº 9.096, que trouxe uma nova regulamentação para o funcionamento e organização dos partidos políticos no Brasil. O diploma legal trouxe mudanças fundamentais em relação à legislação anterior, e representou uma reestruturação dos partidos políticos no país.

A nova lei conceituou os partidos políticos como pessoas jurídicas de direito privado. Tradicionalmente, os partidos políticos sempre haviam sido considerados pessoas jurídicas de direito público pelo ordenamento jurídico brasileiro. Esta inovação trazia pela legislação representou uma importante novidade, uma vez que deu aos partidos políticos grande autonomia organizativa. As agremiações passaram a elaborar seus próprios estatutos e regras de funcionamento interno, devendo apenas informar à justiça eleitoral as alterações em seu programa e estatuto, assim como as composições de seus órgãos internos. As regras para seleção de candidatos e formação de coligações também deverão ser definidas pelo próprio partido em seu estatuto.

Ainda em relação à organização das legendas, a lei permite que as agremiações adotem as bandeiras ideológicas, programas, objetivos políticos e modelos de organização que bem entendam, desde que compatível com o estado democrático. Permite, ainda, que os partidos exijam disciplina partidária dentro das casas legislativas.

A Lei dos Partidos Políticos, traz uma série de dispositivos que incentivam a criação de novas agremiações. Um dos mais importantes se refere à exclusividade de lançamento de candidaturas a cargos eletivos pelos partidos políticos (BRASIL, 1995). No Brasil não é permitido o lançamento de candidaturas avulsas, é dizer, aquelas em que os candidatos não estão vinculados a nenhum partido político. Este mecanismo garante aos partidos um grande poder de barganha, já que os tornam entes exclusivos para a realização da representação formal. (EV E MELO, 2014).

Outra novidade importante trazida pela lei refere-se à supressão dos requisitos antes estabelecidos para a criação de novos partidos. Uma nova agremiação necessita não mais que registrar seu estatuto junto ao TSE e apresentar o apoio, por meio da coleta de assinatura, de eleitores que correspondam a 0,5% dos votos válidos da última eleição para a Câmara dos Deputados, distribuídos em nove estados, com o mínimo de 0,1% do eleitorado em cada um deles.

A lei prevê, ainda, os requisitos necessários para a constituição de novos partidos políticos. O art. 7º, § 1º traz a seguinte previsão:

§ 1º. Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove, no período de dois anos, o apoio de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% (cinco décimos por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles (BRASIL, 1995, art. 7).

Assim, segundo este critério, revela-se relativamente fácil criar um novo partido político, sendo necessário apenas a assinatura de 0,5% do eleitorado da última eleição para a Câmara dos Deputados, distribuídos em pelo menos um terço dos estados brasileiros. Está é uma barreira considerada baixa para a constituição de um partido, não impondo grandes restrições à formação de partidos novos (EV E MELO, 2014).

Este diploma legal garante, ainda, que os partidos políticos recém-criados tenham acessos a recursos financeiros e institucionais vitais para sua manutenção (EV E MELO, 2014). Assim que recebe o registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o partido político passa a ter direito a acessar o Fundo Partidário. A Lei prevê (Art. 41-A³) a sua distribuição proporcionalmente à representação do Partido na Câmara dos Deputados. Entretanto, 5% de seu valor é distribuído igualmente entre todos os partidos políticos (BRASIL, 1995). Dessa forma, um partido recém-criado pode acessar o Fundo Partidário imediatamente.

Outro recurso indireto recebido pelos partidos políticos é a possibilidade de acesso ao Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). O HGPE é o principal mecanismo de propaganda política no Brasil, utilizado para a divulgação do partido, bem como para a negociação de aliança com outros partidos durante as eleições (EV E MELO, 2014). A Lei das Eleições, Lei 9504/97, Art. 47, § 2º⁴, prevê que a distribuição do tempo de televisão e

³ Art. 41-A. Do total do Fundo Partidário

I - 5% (cinco por cento) serão destacados para entrega, em partes iguais, a todos os partidos que atendam aos requisitos constitucionais de acesso aos recursos do Fundo Partidário; e (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

II - 95% (noventa e cinco por cento) serão distribuídos aos partidos na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso II, serão desconsideradas as mudanças de filiação partidária em quaisquer hipóteses.

⁴ Art. 47, § 2º Os horários reservados à propaganda de cada eleição, nos termos do § 1º, serão distribuídos entre todos os partidos e coligações que tenham candidato, observados os seguintes critérios:

rádio será feita proporcionalmente à representação do partido político na Câmara dos Deputados. Porém, 10% será distribuído igualmente entre todos os partidos (BRASIL, 1997).

Quanto aos recursos institucionais, o partido, ao se constituir como uma legenda e alcançar assento nos legislativos, possui acesso aos órgãos que controlam as decisões legislativas no Brasil: o Colégio de Líderes e a Mesa Diretora (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999, 2007, citado por EV E MELO, 2014). Esse acesso possibilita ao partido engajar-se em negociações que lhe favorecem, além de permitir o acesso a recursos para a patronagem (EV E MELO, 2014).

Neste sentido, criar um partido político pode ser uma jogada interessante e de custos relativamente baixos no jogo político brasileiro. A agremiação recém-criada já nasce contanto com recursos para o seu funcionamento, tanto os advindos do fundo partidário quanto aqueles relativos ao acesso ao HGPE. Quando da criação do PSOL, estas regras encontravam-se em vigor, e o maior obstáculo encontrado pelas lideranças fundadoras do partido referiu-se à coleta de assinaturas (HELOÍSA HELENA, 2019; BABÁ, 2019, LUCIANA GENRO, 2018).

A partir de 2017, no entanto, importantes inovações foram trazidas, pela Emenda Constitucional nº 97 de 2017, quanto ao acesso a recursos do fundo partidário e ao Horário gratuito de propaganda eleitoral. O desempenho eleitoral exigido das legendas partidárias será aplicado de forma gradual e alcançará seu ápice nas eleições de 2030.

De acordo com as alíneas “a” e “b” do inciso I do parágrafo 1º do artigo 3º da EC nº 97/2017, a partir de 2019, terão acesso aos benefícios os partidos que obtiverem, no mínimo, 1,5% dos votos válidos para deputado federal, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 1% dos votos válidos em cada uma delas; ou tiverem eleito pelo menos nove deputados distribuídos em pelo menos um terço dos estados.

Nas eleições seguintes, em 2022, terão acesso ao fundo e ao tempo de HGPE a partir de 2027 aqueles partidos que receberem 2% dos votos válidos obtidos nacionalmente para deputado federal em um terço das unidades da federação, sendo um mínimo de 1% em cada uma delas; ou tiverem eleito pelo menos 11 deputados federais distribuídos em nove unidades.

I - 90% (noventa por cento) distribuídos proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados, considerados, no caso de coligação para eleições majoritárias, o resultado da soma do número de representantes dos seis maiores partidos que a integrem e, nos casos de coligações para eleições proporcionais, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integrem;
II - 10% (dez por cento) distribuídos igualmente.

A partir de 2027, terão acesso ao fundo e ao tempo de HGPE aqueles partidos que receberem 2,5% dos votos válidos nas eleições de 2026, distribuídos em nove unidades da federação, com um mínimo de 1,5% de votos em cada uma delas. Alternativamente, poderá eleger um mínimo de 13 deputados em um terço das unidades.

Nas eleições de 2030, a cláusula de desempenho imposta a partir de 2031 sobe para um mínimo de 3% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da federação, com 2% dos votos válidos em cada uma delas; ou tiverem tiver eleito pelo menos 15 deputados distribuídos em pelo menos um terço das unidades da federação.

As alterações realizadas no texto constitucional pela Emenda nº 97 podem contribuir para a redução do número de agremiações com assento no parlamento, e impor uma maior dificuldade para a criação de novos partidos políticos no Brasil.

Este Capítulo pretendeu verificar os fatores que favorecem a criação de novos partidos políticos, e impactam em sua trajetória de êxito ou fracasso, tanto no contexto geral quanto no Brasil, buscando analisar quais fatores podem haver influenciado na trajetória do PSOL em buscar se estabelecer como um partido exitoso. No Capítulo seguinte, será analisado a emergência de valores pós-materialistas no cenário mundial, e a ocorrência deste fenômeno no Brasil, permitindo verificar se a trajetória do PSOL perpassa pela representação dos valores aflorados neste contexto.

CAPÍTULO II:

A MUDANÇA GERACIONAL DE VALORES E A EMERGÊNCIA DE VALORES PÓS-MATERIALISTAS

No campo de estudo dos novos partidos, há estudiosos (BOLLEYER, 2011; MIRAGLIOTA, 2012; SIKK, 2012; HUG, 2000) que associam o afloramento e sucesso de novas agremiações partidárias ao surgimento ou saliência de novas demandas na sociedade, não cooptadas com êxito pelos partidos políticos tradicionais. Neste trabalho, parte-se da hipótese de que a saliência de temas pós-materialistas na sociedade brasileira contribuiu para o sucesso do PSOL, que foi capaz de representar estas demandas não abarcadas pelos demais partidos brasileiros.

Este Capítulo busca demonstrar a emergência de novas demandas no âmbito mundial, ligadas à mudança geracional de valores, no sentido de se dar prioridades a temas pós-materialistas, explicitando o contexto de sua ocorrência, e demonstrando quais tipos de *issues* ganharam saliência. Busca-se, ainda, demonstrar se é possível perceber a ocorrência deste fenômeno no Brasil, é dizer, se demanda por novos valores ligados ao pós-materialismo ocorreu também no contexto nacional.

Diversos autores (INGLEHART, 1977; DALTON; BECK; FLANAGAN, 1984; KITSCHOLT, 1995; KRIESI *et al.*, 2008; FLANAGAN, 1987; TORCAL, 1989) apontam para uma alteração nos padrões de comportamento dos eleitores e do sistema de partido a partir do final da Segunda Guerra Mundial, desencadeada por fatores como mudanças econômicas e técnicas, como a secularização, a expansão das oportunidades educacionais, o aumento dos padrões de vida e o aumento da industrialização - que mudou o setor industrial, o contexto do local de trabalho e o bairro residencial - o crescimento da mídia eletrônica, o surgimento da política social, o estado de bem-estar social, o colapso do bloco comunista.

Inglehart (1977) foi o primeiro a argumentar que uma nova divisão de valores - materialista/pós-materialista - substituiu clivagens tradicionais, como classe e religião, como base para o alinhamento. Essa nova divisão diz respeito à segurança física versus a qualidade de vida não material, passando a sociedade a priorizar valores como o ambientalismo, os direitos das mulheres, o desarmamento unilateral, a oposição à energia nuclear etc.

Nesse sentido, este Capítulo pretende apresentar as bases da mudança geracional de valores observada por estudiosos, que provocou essa mudança lenta e gradual de um amplo espectro de valores humanos (INGLEHART; WELZEL, 2005), e demonstrar que a mudança

geracional de valores pode ser notada no caso do Brasil, de forma que valores pós-materialistas vêm recebendo cada vez mais importância por uma parcela da sociedade brasileira.

2.1 A mudança geracional de valores no contexto mundial

Tradicionalmente, a polarização política reflete os conflitos entre as classes sociais: os apoios aos partidos de esquerda vêm da classe trabalhadora e a classe média tende a apoiar os partidos de direita (INGLEHART, 1977: 70; 1984: 25). No entanto, uma mudança nessa polarização foi estudada por diversos pesquisadores, sendo possível perceber que os eleitores pós-materialistas, apesar de seus níveis relativamente altos de renda e suas ocupações, se tornaram mais propensos a alinhar com posições de esquerda ou liberais, e o materialista (que é mais pobre) é mais propenso a apoiar a direita (INGLEHART, 1977; 1987).

Em sua pioneira obra *The Silent Revolution*, Inglehart (1977) foi o primeiro a estudar esta mudança de forma sistemática. O autor observou a ocorrência de uma lenta e contínua mudança nas prioridades valorativas individuais em direção a uma postura pós-materialista – que chamou de mudança geracional de valores –, que estaria transformando o alinhamento, até então baseado em classes, para um alinhamento baseado em valores.

No índice construído por Inglehart (1990; 2001) para medir essa mudança valorativa, tem-se, de um lado, os valores materialistas, representados por indivíduos preocupados por questões mais relativas à segurança e economia, os quais tendem a priorizar questões como o controle da inflação e a manutenção da ordem no país, e, de outro lado, os valores pós-materialistas, representados por indivíduos que apresentam uma postura crítica em relação às instituições políticas, questionando os mecanismos tradicionais de representação ao mesmo tempo em que buscam uma maior participação dos cidadãos na tomada de decisões do Estado.

O autor propõe a tese de que esta mudança geracional de valores estaria ocorrendo associada ao desenvolvimento econômico experimentado a partir da segunda metade do século XX, principalmente pelas sociedades industriais avançadas ou pós-industriais. Essa mudança estaria provocando alterações profundas no campo religioso, no mundo do trabalho, nas relações de gênero, nas normas sexuais e na atividade política (INGLEHART, 1977; 1990; 2001; INGLEHART; WELZEL, 2005; KITSCHOLT, 1995; TORCAL, 1989; RIBEIRO, 2008a).

A teoria desenvolvida por Inglehart (1977) sugere um lento aumento da adesão a valores pós-materialistas na medida em que as sociedades se desenvolvem economicamente e passam pelo processo de ampliação do acesso à educação. Dentro desta perspectiva, as sociedades teriam passado, em que pese significativas diferenças culturais existentes entre as nações, por mudanças geracionais no que se refere a orientações valorativas, demonstrando apresentar posturas prioritárias voltadas para a qualidade de vida e a auto expressão, uma vez que os indivíduos passariam a não mais se preocupar com situações de escassez em meio à instabilidade econômica, é dizer, com questões eminentemente materiais.

Neste contexto, dentro da perspectiva pós-materialista, passariam a adotar posturas e atitudes mais críticas e participativas, mais interessadas na política e mais democráticas, no sentido de tomar parte dos assuntos públicos de uma maneira mais ativa e direta, e defender temas como a igualdade de gênero, direito dos homossexuais, aborto e respeito à diferença de uma forma geral.

Enfatiza o autor (INGLEHART, 1977; INGLEHART; WELZEL, 2005) que seria possível associar o desenvolvimento econômico a mudanças nos sistemas de normas e valores em escala internacional. Começando com inovações tecnológicas, o desenvolvimento material aumentaria a produtividade do trabalho, levaria à especialização ocupacional, elevaria os níveis educacionais e de renda e, a longo prazo, causaria mudanças culturais que impactariam diretamente as relações de gênero, as disposições em relação à autoridade, as normas sexuais e os valores e comportamentos políticos.

A tese elaborada por Inglehart (1977) enfatiza a proeminência causal da dimensão material nos processos de mudanças valorativas a partir de duas hipóteses que se complementam: a da escassez e a da socialização.

A hipótese da escassez sugere que as prioridades individuais refletem o ambiente socioeconômico: as pessoas atribuem maior valor subjetivo às coisas que são relativamente mais escassas (INGLEHART, 1990). Como destaca Ribeiro (2008c), indivíduos que precisam cotidianamente lutar para superar constrangimentos à sua reprodução física, devido à escassez de recursos e à violência, naturalmente tendem a se sentirem inseguros e, conseqüentemente, priorizarem objetivos relacionados com o desenvolvimento material em oposição a metas transcendentais, subjetivas ou de longo prazo. A sobrevivência se impõe como primeira necessidade. Necessidades sociais, intelectuais e estéticas ocupariam posições inferiores nessa hierarquia, o que só poderia ser alterado quando as condições materiais de existência deixassem de ser a principal fonte de preocupação e estresse para os indivíduos.

Com o afloramento desse novo contexto, a utilidade do desenvolvimento material tenderia a decrescer, ganhando importância as demais necessidades (INGLEHART, 2001). Prioridades e estratégias vantajosas em um contexto podem não mais produzir efeitos desejados, sendo gradualmente substituídas por outras, mais compatíveis com a nova configuração (RIBEIRO, 2008c).

Entretanto, Inglehart (1990) afirma que a hipótese da escassez não é suficiente para interpretar estes acontecimentos. Isso porque o efeito do desenvolvimento econômico não pode ser verificado de imediato na alteração das prioridades valorativas, uma vez que esse processo engloba uma dimensão subjetiva que sofre imensa variação segundo o ambiente cultural em que se encontra inserido o indivíduo. Como destaca Ribeiro (2008c), a percepção que o indivíduo desenvolve sobre a sua situação não depende apenas do quanto suas necessidades fisiológicas são satisfeitas, pois os níveis de satisfação de cada pessoa variam enormemente em razão do entorno cultural em que está inserida e, sobretudo, no qual foi socializada.

Neste sentido, Inglehart (1990) afirma que a hipótese da escassez deve ser avaliada em conjunto com o que chama de hipótese da socialização, segundo a qual o relacionamento entre ambiente socioeconômico e prioridades valorativas não é de ajuste imediato: um substancial espaço de tempo está envolvido porque, em termos gerais, qualquer valor básico reflete as condições que prevaleciam durante os anos de infância e adolescência dos indivíduos. É dizer, valores básicos próprios refletem, em sua maioria, as condições que prevaleciam nos anos anteriores ao amadurecimento do indivíduo.

Para Inglehart (1977, 1990, 2001), longos períodos de crescimento econômico não produzem efeitos significativos nos valores da população adulta, já que, como salienta, estas pessoas não estariam em seu período de maior suscetibilidade. Assim, o efeito da prosperidade econômica na mudança das prioridades valorativas somente poderá ser verificado com a substituição de uma geração pela outra (RIBEIRO, 2008c). As mesmas experiências em relação às condições econômicas são interpretadas de maneiras distintas por indivíduos representantes de diferentes gerações. Assim, as prioridades que dão a determinados valores tendem a não ser as mesmas. Indivíduos que na infância experimentaram situações de grande insegurança física tendem a continuar priorizando a sobrevivência fisiológica sobre as demais necessidades quando adultos, mesmo quando as condições objetivas não mais justifiquem essa preocupação.

Ribeiro (2008c) bem sintetiza as duas hipóteses defendidas por Inglehart afirmando que o crescimento econômico produz efeitos importantes sobre o nível cultural, porém, esse impacto só pode ser verificado a longo prazo, quando as jovens gerações que experimentaram essas novas condições atingem a idade adulta (INGLEHART, 1977; 1990; 2001).

Inglehart (1990) e Inglehart e Welzel (2005) sugerem que o impacto do desenvolvimento socioeconômico nesse processo de alteração valorativa ocorre em duas fases distintas. Na primeira, a passagem da sociedade tradicional para a moderna, que se deu com a industrialização, fez que se deixassem de lado valores de sobrevivência para enfatizar o lucro e o crescimento econômico, valores materialistas. Na segunda, na passagem das sociedades industriais às sociedades pós-industriais, os valores estariam se direcionando no sentido de priorizar a auto expressão, escolha humana, autonomia e a criatividade, valores pós-materialistas.

O autor previu que, juntamente com a ampliação do número de pós-materialistas, ocorreria uma redução das taxas de mobilização política tradicionais e o crescimento de atividades de contestação. A causa primeira desse fenômeno seria a elevação gradual no número de pós-materialistas, o que significaria que um contingente cada vez maior de pessoas teria condições de se preocuparem com assuntos não relacionados com a sobrevivência física, como os de natureza política. Essa preocupação geraria o desejo de tomar parte dos assuntos públicos (INGLEHART, 1990).

Além disso, essa mudança nas prioridades valorativas estaria associada também ao processo de mobilização cognitiva, que produziria elevação significativa do que chama de “intervenção cidadã na política” (INGLEHART, 2001, p. 221). Níveis elevados de educação formal e a mudança da natureza das atividades laborais, que teriam deixado de ser meramente repetitivas, teriam contribuído para a independência de pensamento e de ação. Novas habilidades que potencializam a capacidade para a atuação política são desenvolvidas e acabam engendrando a formulação de demandas por participação por meio de novos canais que valorizam a autonomia da pessoa (INGLEHART, 1990; 2001; RIBEIRO, 2008b).

Como destaca Ribeiro (2008b), a mudança valorativa em direção à adoção de valores pós-materialistas faz emergir outras formas de atuação para além do voto e da filiação a instituições políticas tradicionais. Essa mudança conduz a uma elevação no número de indivíduos interessados em política, ao aumento da participação em formas não convencionais de ação política e aos surgimentos dos novos movimentos sociais, buscando estratégias para a

manifestação de suas preferências sobre assuntos específicos, como aborto, direito das mulheres e homossexuais, questões ambientais e corrupção (INGLEHART; WELZEL, 2005).

Esse novo padrão de atitudes se caracteriza também por uma maior tolerância em relação às diferenças. Assim, espera-se que a mudança valorativa experimentada pela sociedade traga uma maior aceitação de comportamentos que desviam dos padrões tradicionalmente aceitos, como aceitação da homossexualidade, do aborto, divórcio, relacionamentos extraconjugais, prostituição e o apoio à igualdade de gênero, além de uma maior propensão à manifestação de altos níveis de apoio aos valores democráticos. (INGLEHART, 1990; RIBEIRO, 2008b).

Essa teoria desenvolvida por Inglehart (1977) demonstrou-se seminal no seu campo de estudo, e serviu de fundamento para outros estudos no mesmo sentido. A visão apresentada por ele de que valores são os responsáveis por organizar a disputa política, baseia-se na visão de que prioridades valorativas são uma orientação atitudinal, que vai guiar como os conceitos sociais, econômicos e políticos são interpretados ou reinterpretados (MORENO, 2013). Ou seja, podemos pensar esses como a forma de olhar dos indivíduos sobre uma série de temas, forma como eles imaginam e constroem uma sociedade desejável.

Outros estudiosos também se debruçaram sobre estas questões, e desenvolveram teorias que apontam para conclusões similares. Flanagan (1987), também apontando a importância do desenvolvimento econômico na mudança de valores dentro de uma sociedade, sugere que esta alteração nas prioridades valorativas criou duas novas clivagens distintas: a primeira delas divide os materialistas e os não materialistas, ou a Política Antiga e a Nova Política. A segunda clivagem baseia-se em valores dentro desta nova política, distinguindo-se a Nova Esquerda e a Nova Direita.

Para o autor (FLANAGAN, 1987), a nova esquerda seria composta por libertários que apoiam questões morais como a liberalização do aborto, os direitos dos homossexuais e outros problemas de "qualidade de vida". A Nova Direita é composta por autoritários que endossam questões como antiaborto, valores morais e religiosos tradicionais, patriotismo, lei e ordem, etc.

Assim, sugere que um novo padrão de alinhamento teria surgido, em que as pessoas da classe média cruzaram a linha para suportar os valores da Nova Escravidão e a classe trabalhadora mudou para apoiar os interesses do Direito Antigo (FLANAGAN, 1987).

Kitschelt (1994, 1995) também caminhou em sentido similar, e apresentou um argumento muito parecido, alegando que a mudança na base de alinhamento foi estimulada

pelo surgimento de uma divisão "libertária versus autoritária", na qual a configuração do eleitor mudou "de uma alternativa simples entre o socialista (esquerda) e o capitalista (à direita) a uma configuração mais complexa" (KITSCHOLT, 1994, p. 30-31).

Esse mesmo autor sugere que o fim da União Soviética teria deslocado o eixo da competição partidária da questão fundamentalmente econômica - que colocava em disputa a defesa do socialismo versus o capitalismo - para o eixo de valores, relacionado à vida em sociedade, direitos individuais e papel do Estado neste setor - que vai de uma postura autoritária até uma postura liberal. Nesse sentido, orientações valorativas estariam adquirindo crescente importância não só para o posicionamento dos partidos políticos, mas também para a escolha do eleitor.

Em uma sociedade em que as ideologias e identidades políticas passam a ter papel estruturante muito reduzido na vida dos eleitores, outros elementos relacionados a orientações individuais crescem em termos do papel exercido na decisão do voto e na participação. Hoje o eleitor parece levar em conta prioritariamente elementos de ordem individual e pessoal para fazer sua escolha político-partidária, e essa escolha pode ser, em grande medida, influenciada por valores (KITSCHOLT, 1994).

A mudança geracional de valores proposta pelos autores (INGLEHART, 1977; 1990; 2001; KITSCHOLT, 1995; TORCAL, 1989; FLANAGAN, 1987) leva a uma série de transformações na sociedade, desde a igualdade de direitos para a mulher ao estabelecimento de instituições públicas mais democráticas. Segundo Carballo e Moreno (2013), o auge dos valores pós-modernistas modifica a agenda da sociedade industrial avançada, afastando-a de sua ênfase no crescimento econômico a qualquer preço e levando-a a uma maior preocupação com os custos que gera ao meio ambiente. Também se produziram modificações nas divisões políticas para além daquelas baseadas em conflitos entre as classes sociais, baseando-se em clivagens sobre assuntos culturais e a temas relacionados à qualidade de vida.

A aparição de novos valores sugere que as sociedades estariam em um momento de ponderar a introdução de novos temas diferentes das clivagens tradicionais encarnadas pela esquerda e direita. Estes novos temas diferenciariam os indivíduos de maneira mais etnocêntrica ou universalista, ultrapassando os limites de classe que marcava esta divisão. Essa modificação gera um importante impacto em diversos âmbitos como na competição política, na lógica do voto, nas campanhas eleitorais e na forma de organização e atuação dos partidos políticos (RIBEIRO, 2008c).

A mensuração dos valores não é tarefa fácil. Como destaca Moreno (2013), valores nem sempre viajam bem no tempo, além da dificuldade de estudá-los com base em metodologias unidimensionais, por isso apresenta-se uma grande disputa metodológica sobre o tema.

Como medida da adesão a valores materialistas/pós-materialistas, Inglehart e Welzel (2005) elaboraram um índice que pode ser obtido por meio da aplicação de uma série de perguntas compostas por 12 itens que representam os principais objetivos prioritários de qualquer sociedade, a saber: (1) manter a ordem; (2) aumentar a participação dos cidadãos nas decisões importantes; (3) combater o aumento de preços; (4) proteger a liberdade de expressão; (5) manter altas taxas de crescimento econômico; (6) assegurar que o país tenha importantes forças de defesa; (7) dar maior importância à opinião das pessoas sobre os assuntos em seu trabalho e comunidade; (8) fazer das cidades e paisagens mais bonitas; (9) manter a economia estável; (10) progredir em direção a uma sociedade menos impessoal e mais humana; (11) lutar contra a delinquência; (12) progredir em direção a uma sociedade onde as ideias são mais importantes do que o dinheiro.

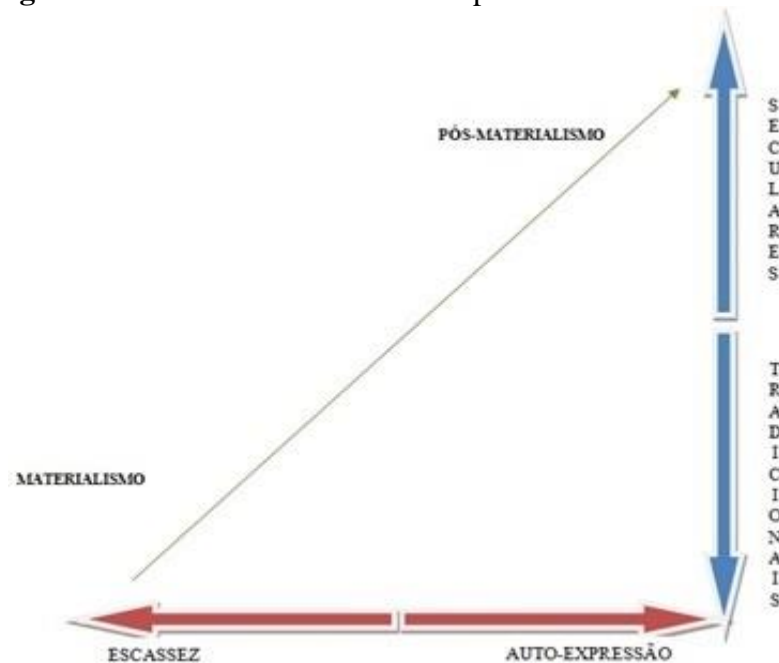
Os entrevistados eram convidados a escolher sua primeira e segunda opção e, a partir de suas respostas, classificados como materialistas, mistos ou pós-materialistas. A partir das prioridades selecionadas, os indivíduos são dispostos em uma escala de 6 pontos, na qual “0” corresponde a uma posição radicalmente materialista e “5” a uma postura pós-materialista extremada (INGLEHART *et al.*, 2014).

No entanto, percebe-se que os valores não são se expressam da mesma maneira em todo o globo. A existência de diferenças regionais importantes, que guiam o poder de atuação das prioridades valorativas nas sociedades, foi destacada por diversos autores (INGLEHART, 1977, 1990, 2001; INGLEHART; WELZEL, 2005; MORENO, 2013). As características históricas, educacionais e organizacionais de cada sociedade levam à emancipação de formas valorativas diferentes e também determinam a força dessa nova forma de organização da sociedade. É dizer, a mudança valorativa seguiria caminhos distintos em cada nação em decorrência das suas diferentes matrizes culturais construídas ao longo de histórias particulares.

A partir dos resultados da pesquisa mundial de valores, Inglehart e Welzel (2005) construíram o mapa mundial de valores, propondo a existência de duas grandes dimensões de variância cultural: valores tradicionais versus valores racionais e valores de sobrevivência versus valores de autoexpressão. Os valores tradicionais ressaltam a importância da religião,

da deferência à autoridade, do nacionalismo e dos laços familiares. De forma contrária, os valores racionais seculares colocam menor ênfase na religião e, em geral, expressam a aceitação de atitudes como o divórcio, a eutanásia e o aborto. Por sua vez, os valores de sobrevivência traduzem a ênfase na importância da estabilidade econômica e na segurança, diferentes dos valores de autoexpressão, os quais conferem prioridade à proteção do meio ambiente, igualdade entre os gêneros, tolerância em relação à imigração e à diferença em geral, entre outros (INGLEHART, 2014). Estas dimensões propostas pelos autores estão ilustradas na Figura 1.

Figura 1 – Os dois eixos dos valores pós-materialistas



Fonte: Burni, Claret e Frahia, 2014.

O mapa de Inglehart e Welzel (2005) posiciona cada sociedade em função dos valores predominantes entre suas populações, e revela a existência de grandes zonas culturais no mundo, configuradas pelo compartilhamento de valores entre nações. O resultado final preserva de maneira evidente os agrupamentos correspondentes às distintas tradições culturais, sobretudo fundamentadas na religião.

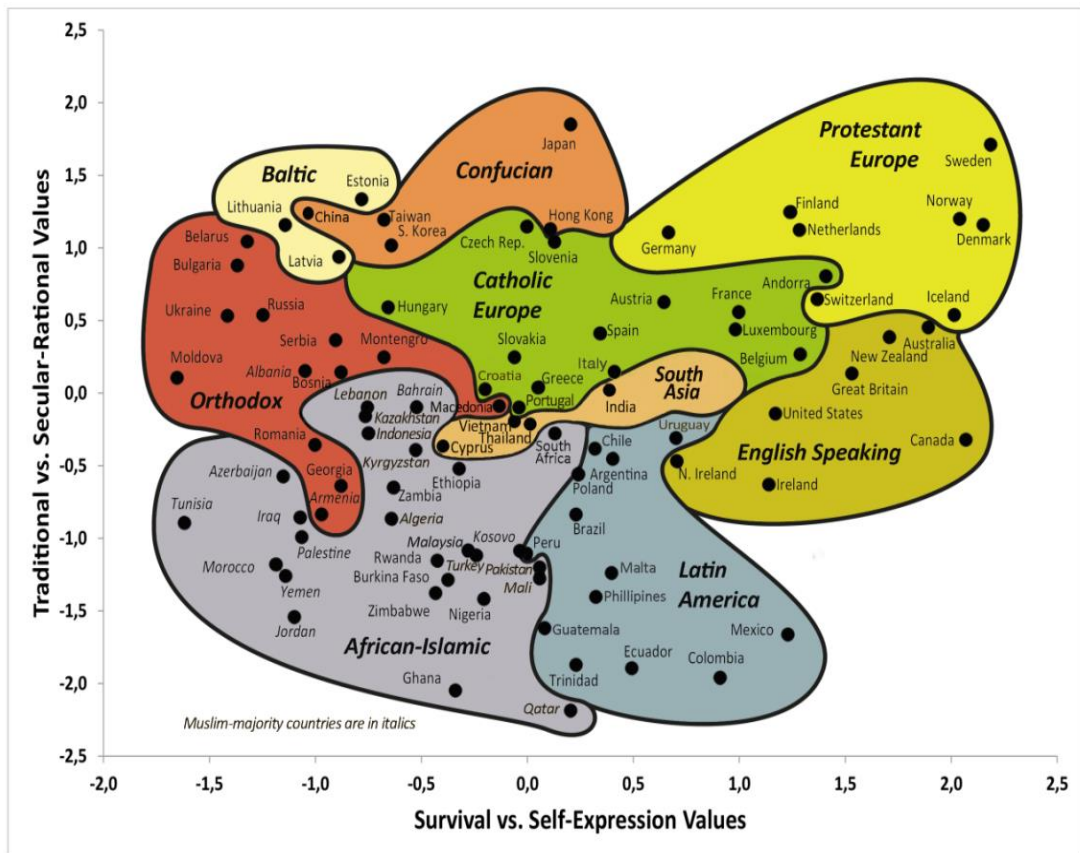
Essas zonas culturais teriam sido formadas por tradições que, mesmo diante dos processos de modernização, manifestam grande poder de permanência. Assim, o fato de uma sociedade ter sido historicamente protestante ou ortodoxa ou islâmica ou confuciana se manifesta em coerentes zonas culturais com distintos sistemas valorativos que persistem

mesmo quando controlado pelos efeitos do desenvolvimento socioeconômico (INGLEHART; WELZEL, 2005, p. 19).

Os estudos demonstram que os países de tradição islâmica, como Paquistão, Jordânia e Marrocos, em geral, encontram-se marcados pela presença de valores tradicionais e de sobrevivência. Seguindo em diagonal, os países da Europa protestante, como Suécia, Dinamarca e Noruega, são aqueles onde os valores racionais seculares e de autoexpressão são mais fortemente presentes. A maior parte das nações de língua inglesa possui os mesmos níveis de autoexpressão da Europa protestante, porém são mais tradicionais. Os valores do grupo dos países confucionistas, China, Hong-Kong, Coreia do Sul e Taiwan, são marcadamente do tipo sobrevivência e racional-seculares (INGLEHART, 2014; BURNI, CLARET; FRAHIA, 2014).

No caso da América Latina, é igualmente possível identificar uma zona cultural relativamente homogênea. Os povos das sociedades latino-americanas revelam de maneira consistente valores relativamente similares a partir de uma ampla gama de temas (INGLEHART; CARBALLO, 2013). As características valorativas do continente são marcadamente tradicionais e tendem para um meio termo entre os valores de sobrevivência e autoexpressão. Segundo Inglehart e Carballo (2013), o continente reflete a convergência de uma série de influências econômicas, religiosas e históricas e a configuração dos valores na América Latina se aproxima daquela dos países da Europa católica, especialmente Espanha, Portugal e Itália.

Mapa 1 – Mapa Cultural – WVS onda 6 (2010-2014)



Fonte: *World Value Survey*⁵

Como destaca Ribeiro (2008c), a solução conciliadora entre as duas posições clássicas discutidas anteriormente pode ser sintetizada na seguinte formulação: o desenvolvimento econômico é acompanhado por uma mudança significativa nos valores sociais em uma direção previsível, porém esta mudança se processa sob caminhos relativamente estabelecidos por tradições culturais específicas, formadas ao longo da história de cada país e região, com alto poder de permanência.

⁵ <http://www.worldvaluessurvey.org/WVSContents.jsp>

Quadro 2 – Variáveis do *World Value Survey*

INDICADORES	Indicador / Pergunta		
Índice de materialismo e pós-materialismo	1) manter a ordem		
	2) aumentar a participação dos cidadãos nas decisões importantes		
	3) combater o aumento de preços		
	4) proteger a liberdade de expressão		
	5) manter altas taxas de crescimento econômico;		
	6) assegurar que o país tenha importantes forças de defesa		
	7) dar maior importância à opinião das pessoas sobre os assuntos em seu trabalho e comunidade		
	8) fazer das cidades e paisagens mais bonitas		
	9) manter a economia estável		
	10) progredir em direção a uma sociedade menos impessoal e mais humana		
	11) lutar contra a delinquência		
	12) progredir em direção a uma sociedade onde as ideias são mais importantes que o dinheiro		
Mapa Cultural (Inglehart e Welzel, 2005)	Sentimento de felicidade		
	A maioria das pessoas pode ser confiável		
	Mudanças futuras: Maior respeito pela autoridade		
	Ação política: assinando uma petição		
	Quão importante é Deus em sua vida		
	Justificável: homossexualidade		
	Justificável: aborto		
	Quão orgulhoso da nacionalidade		
	Post-Materialist index 4-item	1) manter a ordem	
		2) aumentar a participação dos cidadãos nas decisões importantes.	
		3) combater o aumento de preços	
		4) proteger a liberdade de expressão	
	Autonomy Index	Qualidades Importantes para a Criança: Fé Religiosa	
		Qualidades Importantes para a Criança: Obediência	
Qualidades crianças importantes: Independência			
Qualidades Importantes para a Criança: Determinação, Perseverança			

Fonte: Melo (2019).

O Quadro 2 apresenta as variáveis e indicadores usados pelo *World Value Survey* para a construção dos índices materialismo e pós-materialismo e do mapa cultural acima citado. É de se destacar que a mudança nas prioridades valorativas sobre temas como ordem, liberdade, direitos políticos, igualdade, Estado de Bem-Estar Social, tributos, o papel do Estado, aborto, religião, participação civil, meio-ambiente, diversidade étnica, entre outros gerou um cenário de mudança em apoios políticos, criando um ambiente favorável para o afloramento de novos atores na disputa de poder.

No entanto, a priorização de novos valores não é capaz por si só de modificar o sistema. Os valores surgidos precisam ser ativados por estes novos atores, articulando-os a ideologias e respostas às novas demandas (GUNTHER; KUAN, 2007; GUNTHER *et al.*, 2016).

Como salienta Moreno (2015), clivagens valorativas refletem conflitos históricos e culturais que em algum momento são integrados ao sistema de partidos. Para que os valores se tornem fonte de clivagens políticas duradouras, os seus conflitos precisam ser organizados em termos ideológicos por elites políticas, sociais ou intelectuais, e esse apelo ideológico precisar estar articulado por um partido político como uma estratégia de mobilização para ganhar suporte eleitoral.

Como destacado, espera-se que os valores sejam características relativamente estáveis da sociedade, porém não imutáveis. As orientações valorativas mudam quando a sociedade muda, e seu papel político reflete a forma como os líderes políticos moldam a competição e mobilizam apoio ao redor deles (MORENO, 2015). Mas o papel político dos valores depende, em última instância, da sua mobilização pelas elites e sua conexão com orientações partidárias.

Os valores ganham maior relevância política quando se relacionam a preferências partidárias. Esta relação representa uma conexão entre o que as pessoas entendem como importante, bom e desejável, e o partido político que elas apoiam, ou com o qual se identificam (MORENO, 2015).

Neste sentido, a mudança geracional de valores, e a adoção de valores pós-materialistas pelas sociedades contemporâneas pode produzir um terreno fértil para o afloramento de novas agremiações partidárias, ou explicarem o sucesso de organizações recém-criadas, se os partidos políticos tradicionais não forem capazes de absorver essas novas demandas e representar setores da sociedade que passam a se identificar com elas (BOLLEYER, 2011; MIRAGLIOTA, 2012; SIKK, 2012; HUG, 2000).

2.2 Valores pós-materialistas no Brasil

Esta seção pretende demonstrar se a mudança geracional de valores proposta por Inglehart (1977) para as sociedades industriais avançadas e pós-industriais também pode ser verificada no contexto nacional, que apresenta configurações socioeconômicas

significativamente distintas das existentes nas sociedades estudadas pelo autor quando desenvolveu o modelo.

A hipótese principal do trabalho é a de que o sucesso do PSOL pode ter se dado, em parte, por meio da cooptação de valores pós-materialistas, sobretudo pela representação dos grupos identitários, como negros, mulheres, indígenas, LGBTs e eco socialistas, que não encontravam guarida nos partidos tradicionais. Assim, pretende-se demonstrar a existência no Brasil desse grupo de pessoas que se inclinam ao pós-materialismo quanto às suas prioridades valorativas.

Há autores (RIBEIRO; BORBA, 2010; INGLEHART; CARBALLO, 2013; MORENO, 2013) que destacam que as nações latino-americanas não fazem parte das nações pós-industriais, e suas histórias econômicas apresentam particularidades, como processos de modernização incompletos e frágeis, e, portanto, exibem contingentes reduzidos de pós-materialistas quando comparados com nações economicamente desenvolvidas. Isso, entretanto, não inviabiliza análises sobre os efeitos individuais dessa alteração nas prioridades valorativas.

Para Ribeiro e Borba (2010), os países latino-americanos não apresentam as condições necessárias para a configuração da síndrome pós-materialista, mas afirmam a importância de análises dos impactos individuais da adoção dessas prioridades por parte de suas populações sobre diferentes dimensões das suas atitudes e comportamentos políticos já que particularidades da cultura política latino-americana, como baixas taxas de mobilização e elevada desigualdade social representam elementos de extrema relevância para a discussão das teses propostas por Inglehart (1977, 1990, 2001) em nível mundial.

A seguir, utilizando-se dos dados coletados pela Pesquisa Mundial de Valores para o Brasil, passa-se à análise descritiva da população brasileira quanto a temas considerados por Inglehart (1977, 1990, 2001) como característicos do pós-materialismo. Como afirma o autor, a mudança nas prioridades valorativas de forma global tende a produzir uma maior preocupação com assuntos como aborto, proteção a grupos historicamente marginalizados como mulheres, negros e homossexuais, questões ambientais e corrupção (INGLEHART; WELZEL, 2005).

Para descrever a população brasileira, foram selecionadas variáveis que buscam medir a importância ou saliência para os brasileiros de cinco temas: racismo, direito das mulheres, aborto, homossexualismo e proteção ambiental x crescimento econômico. Estes temas foram selecionados por representarem *issues* que se enquadram como preocupações tipicamente pós-

materialistas, e por dizerem respeito a temas constantemente levantados pelo PSOL em seus discursos, programas, documentos, e defendidos com veemência por seus representantes.

Em relação à preocupação dos brasileiros com a proteção ambiental, foi selecionada a variável que mede a adesão à proteção ambiental em detrimento do crescimento econômico. Os indivíduos deveriam responder se se deve dar prioridade à proteção ambiental, ainda que isso possa causar um desenvolvimento econômico mais lento ou diminuição de empregos, ou se o crescimento econômico e criação de empregos devem ser prioritários, ainda que cause danos ao meio ambiente.

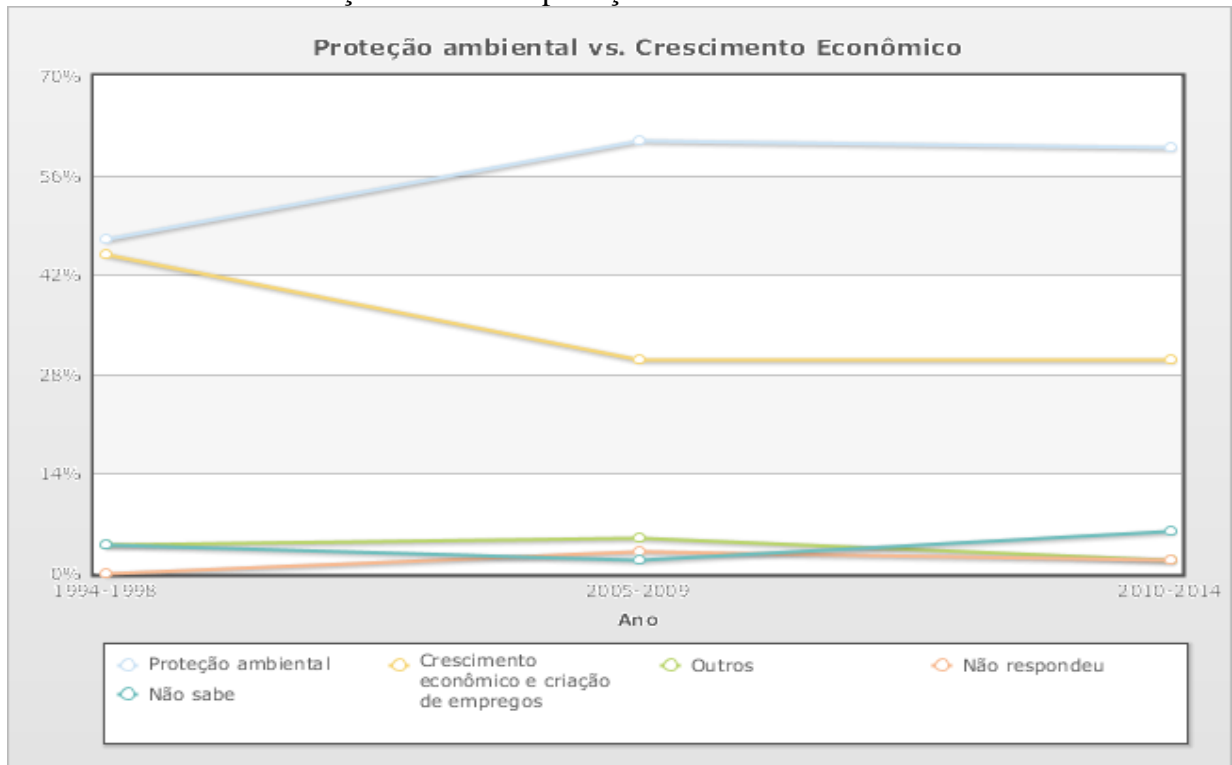
Parte-se da premissa proposta pela teoria do desenvolvimento humano, que relaciona o abandono de preocupações com o crescimento econômico ao materialismo, e a atribuição de maior importância a questões relacionadas à preservação ambiental ao pós-materialismo. A Tabela 1 apresenta a evolução ao longo dos anos da preocupação dos brasileiros com esta questão. Frise-se que esta pergunta não foi incluída na 2ª rodada do WVS, de forma que é possível comparar apenas 3 das 4 rodadas em que o Brasil foi pesquisado.

Tabela 1 – WVS Brasil: proteção ambiental x crescimento econômico ondas 2, 3, 5 e 6

	Total	1994-1998	2005-2009	2010-2014
Proteção ambiental	57	47	61	60
Crescimento econômico e criação de empregos	34	45	30	30
Outros	4	4	5	2
Não respondeu	2	0	3	2
Não sabe	4	4	2	6
(N)	4.129	1.143	1.5	1.486

Fonte: *World Value Survey*.

É possível notar um aumento na preocupação dos brasileiros com a questão ambiental ao longo dos anos. O percentual de pessoas que dão prioridade a estas questões em detrimento do crescimento econômico representava 47% da população em 1997. Esse número apresentou um considerável crescimento em 2006, passando para 61%, e mantendo-se estável em 2014 (60%). Este resultado pode ser melhor visualizado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução do Brasil – proteção ambiental x crescimento econômico

Fonte: *World Value Survey*.

Para verificar a inclinação da população brasileira quanto à proteção aos direitos das mulheres, foi selecionada a variável que verifica a predisposição dos brasileiros à garantia de trabalho à mulher. Os indivíduos deveriam responder se estavam ou não de acordo com a afirmação de que quando há poucos empregos, os homens devem ter mais direito a um emprego do que as mulheres. A Tabela 2 apresenta a evolução da postura dos brasileiros quanto a este aspecto.

Tabela 2 – WVS Brasil: Quando há poucos empregos, os homens devem ter mais direito a um emprego do que as mulheres ondas 2, 3, 5 e 6

	1989-1993	1994-1998	2005-2009	2010-2014
Poucos empregos: homens devem ter mais direito a um emprego do que as mulheres (%)				
Concorda	28	38	35	22
Discorda	52	57	2	64
Nenhum	20	5	62	14
Não respondeu	0	0	0	0
Não sabe	0	0	0	1
(N)	5.911	1.782	1.143	1.5

Fonte: *World Value Survey*.

A partir dos dados, nota-se uma considerável mudança quanto à variável analisada. Em 1991, 38% concordavam que os homens deveriam ter mais direito a um trabalho que as mulheres. Em 1997 esse percentual apresentou uma leve queda, passando a 35%, e demonstrando uma queda ainda maior em 2006, quando passou a 22%. Em 2014, esse percentual reduziu para 17%. Comparando a primeira rodada feita no Brasil e a última, verifica-se que o número de pessoas que concordam com a afirmativa reduziu para menos da metade.

Interessante pontuar que na 3ª rodada da pesquisa, realizada no Brasil em 1997, o número de pessoas que discorda da citada afirmativa foi de apenas 2%, estando o maior percentual (62%) entre as pessoas que responderam que nem concordam nem discordam.

Em relação ao racismo, o WVS não possui nenhuma pergunta, constante do questionário aplicado ao Brasil, que possa refletir de forma inequívoca a postura dos brasileiros quanto a este tema. A única variável que cita a questão racial no Brasil é aquela que diz respeito à aceitação ou não de pessoas de outras raças como vizinhos⁶. Aos indivíduos era mostrada uma lista contendo diferentes classes de pessoas, e deveriam mencionar, dentre eles, quais não gostariam de ter como vizinhos. A evolução da posição dos brasileiros quanto a esta pergunta é mostrada na Tabela 3.

Tabela 3 – WVS Brasil: Não gostaria de ter como vizinhos: pessoas de raça diferente ondas 2, 3, 5, 6

	1989- 1993	1994- 1998	2005- 2009	2010- 2014
Vizinhos: pessoas de raças diferentes (%)				
Não mencionado	96	95	97	98
Mencionado	4	5	3	2
(N)	5.911	1.782	1.143	1.5 1.486

Fonte: *World Value Survey*.

Quanto a este aspecto, é possível perceber uma tendência à estagnação entre os indivíduos brasileiros. Entre 1991 e 2014, houve uma variação de apenas 3% entre os indivíduos que não mencionaram pessoas de diferentes raças como vizinhos indesejáveis, passando de 95% na rodada 2 para 98% na rodada 6.

É de se observar, no entanto, que esta variável não reflete a natureza da questão racial no Brasil, e não diz respeito especificamente aos negros, principal alvo de comportamentos

⁶ O WVS levanta informações sobre aceitação de grupos que podem ser consideradas alvos privilegiados de discriminação e/ou intolerância fornecendo às pessoas uma listagem de grupos e interrogando qual deles não gostaria de ter como vizinhos (Ribeiro, 2010).

racistas no país. Contudo, a falta de uma variável mais precisa no projeto WVS impede uma análise mais profunda da questão.

Em relação à questão do aborto, Inglehart (1977) assinala que uma tolerância maior a comportamentos que se desviam dos padrões tradicionalmente aceitos – como é o caso do aborto – é comportamento tipicamente demonstrado por indivíduos pós-materialistas. Para analisar a postura dos brasileiros a este respeito, foi selecionada a variável que mede o quão justificável os indivíduos consideram este o aborto. Os indivíduos deveriam responder, quanto a este comportamento, se consideram que nunca se justifica ou sempre se justifica. Entre estas duas respostas, foi mostrada uma escala de 2 a 9, em que o indivíduo poderia se posicionar. Quanto mais alta a posição, mais justificável seria o aborto segundo seu entendimento.

A variação temporal da postura dos brasileiros quanto a este aspecto encontra-se exposta na Tabela 4. A partir dos dados apresentados, percebe-se um pequeno aumento do número de indivíduos que consideram que o aborto nunca é justificável.

Tabela 4 – WVS Brasil - o aborto é justificável ondas 2, 3, 5, 6

	TOTAL BRASIL				
	1989-1993	1994-1998	2005-2009	2010-2014	
Justificável: aborto (%)					
Nunca justificável	67%	64%	75	62	70
2	5%	4%	5%	7%	5%
3	4%	5%	3%	6%	2%
4	3%	4%	2%	3%	2%
5	10%	13%	7%	10%	9%
6	2%	3%	2%	1%	3%
7	2%	2%	1%	2%	2%
8	2%	2%	1%	2%	1%
9	1%	0%	1%	1%	1%
Sempre justificável	3%	3%	3%	3%	4%
Não sabe	0%	0%	0%	1%	0%
Não respondeu	0%	0%	1%	0%	1%
(N)	5.911	1.782	1.143	1.5	1.486

Fonte: *World Value Survey*.

Comparando-se a primeira rodada que o Brasil participou com a última, o percentual de pessoas que demonstram esta postura subiu de 64% para 70%. Esse percentual demonstrou um considerável aumento de 1991 para 1997, quando chegou aos 75%, caindo novamente ao patamar de 62% em 2006, e subindo outra vez em 2014 aos atuais 70%.

Entre os indivíduos que consideram o aborto sempre justificável, o percentual se manteve estável desde o início dos anos 90, sempre representando 3% da população, chegando a 4% em 2014.

Em relação à postura dos brasileiros quanto aos homossexuais, foram selecionadas duas variáveis para análise. A primeira delas diz respeito à medida de quanto se justifica o homossexualismo. Os indivíduos deveriam responder, quanto a este tema, se consideram que nunca se justifica ou sempre se justifica. Entre estas duas respostas, foi mostrada uma escala de 2 a 9, em que o indivíduo poderia se posicionar. Quanto mais alta a posição, mais justificável seria o homossexualismo segundo seu entendimento (TABELA 5).

Os dados sugerem que parece haver uma tendência a uma maior aceitação do homossexualismo pelos brasileiros, ainda que muito pequena se comparado a países pós-industriais.

Tabela 5 – WVS Brasil - A homossexualidade é justificável ondas 2, 3, 5, 6

	TOTAL	Brasil			
		1989-1993	1994-1998	2005-2009	2010-2014
Justificável: homossexualidade (%)					
Nunca justificável	48	69	55	31	34
2	4	3	4	6	3
3	4	3	5	6	2
4	3	3	3	5	3
5	17	11	13	23	20
6	4	2	4	5	6
7	3	1	3	4	4
8	3	2	3	5	3
9	2	1	1	2	3
Sempre justificável	9	5	9	9	16
Não sabe	2	1	1	1	4
Não respondeu	1	0	0	3	1
Média base	5.743	1.766	1.127	1.446	1.404
Média	3.6	2.4	3.2	4.2	4.6
Desvio padrão	3.1	2.56	2.99	2.99	3.38
(N)	5.911	1.782	1.143	1.5	1.486

Fonte: *World Value Survey*.

O percentual de pessoas que consideram este comportamento nunca justificável vem caindo em todas as ondas em que o Brasil foi pesquisado, passando de 69% em 1991, a 55% em 1997, caindo drasticamente a 31% em 2006, com um leve aumento a 34% em 2014.

Em sentido similar, as pessoas que consideram o homossexualismo sempre justificável subiram de 5% a 9% de 1991 a 1997, mantendo-se neste percentual até 2014, quando subiu a 16%.

A outra variável selecionada para verificar o posicionamento dos brasileiros quanto à questão da homossexualidade diz respeito à aceitação ou não deste grupo de pessoas como vizinhos. Aos indivíduos era mostrada uma lista contendo diferentes classes de pessoas, e deveriam mencionar, dentre eles, quais não gostariam de ter como vizinhos. A evolução da posição dos brasileiros quanto a esta pergunta é mostrada na Tabela 6.

Tabela 6 – WVS Brasil: Não gostaria de ter como vizinhos: homossexuais ondas 2, 3, 5, 6

	TOTAL	Brasil			
		1989- 1993	1994- 1998	2005- 2009	2010- 2014
Vizinhos: homossexuais (%)					
Não mencionado	78	70	74	78	89
Mencionado	22	30	26	22	11
(N)	5.911	1.782	1.143	1.5	1.486

Fonte: *World Value Survey*.

Em sentido similar aos dados fornecidos pela variável anterior, os dados da Tabela 6 demonstram uma maior aceitação dos homossexuais por parte dos brasileiros. Em 1991, 70% dos indivíduos entrevistados não mencionaram este grupo de pessoas como vizinhos indesejáveis. Este percentual aumentou em todas as rodadas em que o Brasil foi pesquisado, passando a 74% em 1997, 78% em 2006, e aumentando mais de 10 pontos percentuais em 2014, chegando a 89%.

O número de pessoas que considera esse grupo como vizinhos indesejáveis também demonstrou expressiva queda, saindo dos 30% em 1991, passando a 26% em 1997, 22% em 2006, chegando aos atuais 11%.

As análises realizadas neste Capítulo buscaram traçar um panorama geral do posicionamento dos brasileiros a respeito de temas considerados prioridades típicas do pós-materialismo. Importa verificar, agora, se a mudança geracional de valores proposta por Inglehart (1977) pode ser observada no Brasil, é dizer, se o desenvolvimento industrial e econômico que produziu a síndrome pós-materialistas nas democracias industriais avançadas pode ser percebido em alguma medida no país.

Para verificar o *quantum* de indivíduos materialistas e pós-materialistas há no Brasil, foi utilizada a variável índice de materialismo/pós-materialismo, que mede a adesão aos valores materialistas e pós-materialistas na população analisada, posicionando os indivíduos em uma escala de 7 pontos, em que quanto mais alto o indivíduo se posiciona, mais pós-materialista ele se mostra. Ao se analisar os dados produzidos pela Pesquisa Mundial de

Valores (WVS) para o Brasil, percebe-se que o número de indivíduos pós-materialistas no Brasil tem se mantido relativamente estável ao longo dos anos⁷, sendo possível notar, no entanto, um pequeno aumento em seu número desde 1991.

A Tabela 7 apresenta uma síntese dos percentuais de materialistas e pós-materialistas existentes no país para as 4 ondas em que o Brasil foi pesquisado.

Como se pode observar, somando-se os três pontos superiores da escala⁸, em 1991 o Brasil contava com 38% de indivíduos pós-materialistas. Esse número apresentou um ligeiro aumento para 41% em 1997. Em 2006, o número de indivíduos pós-materialistas no Brasil demonstrou uma significativa queda, caindo quase 10 pontos percentuais e ficando em 32%. Em 2014, esse percentual apresentou leve aumento, passando para 31%, sem, no entanto, alcançar o resultado demonstrado na 4ª rodada. Assim é possível perceber que o número de pós-materialistas no Brasil tem se mantido estável desde 2006, contando com aproximadamente 30% de indivíduos que se inclinam ao pós-materialismo quanto às suas prioridades valorativas.

Tabela 7 – WVS Brasil - Índice materialismo/pós-materialismo ondas 2, 3, 5 e 6

	TOTAL	Brasil			
		1989-1993	1994-1998	2005-2009	2010-2014
Índice materialismo/pós-materialismo 12-item (%)					
Materialista	7	7	5	8	6
1	21	20	22	21	21
2	31	30	30	33	29
3	26	28	29	23	23
4	7	8	9	7	7
Pós-materialista	2	2	3	2	1
Não respondeu	6	5	2	6	12
(N)	5.911	1.782	1.143	1.5	1.486

Fonte: *World Value Survey*.

Ao analisar quatro países latino-americanos, Ribeiro e Borba (2010) detectaram esta mesma tendência à estagnação no número de indivíduos pós-materialistas notada no Brasil, apontando, inclusive, para alguns países, um leve retrocesso no volume de pós-materialistas aos patamares do início da década de 1990 (RIBEIRO; BORBA, 2010). Os autores creditam esse fato, em parte, à profunda desigualdade na distribuição de renda e nos elevados níveis de pobreza que são recorrentes na história dessa região.

⁷ Fato também corroborado por Ribeiro e Borba (2010: 34).

⁸ Como proposto por Ribeiro e Borba (2010).

Essa tendência à estagnação pode ser melhor observada quando se compara a posição ocupada pelo Brasil nas três versões do mapa cultural desenvolvido por Inglehart e Wezel (2005). Na escala desenvolvida pelos autores, quanto mais positiva a pontuação em ambos os eixos maior a presença de valores racional-seculares e maior os valores de autoexpressão.

No mapa produzido em 1996, o Brasil mostrava uma pontuação próxima de -1,5 no eixo tradição/racionalidade, e uma pontuação ligeiramente abaixo de 0,0 no eixo sobrevivência/auto expressão. Em 2008, o país demonstrou haver se tornado ligeiramente mais pós-materialista, passando a ocupar a posição próxima de -1,0 no eixo tradição/racionalidade, e uma pontuação ligeiramente acima de 0,5 no eixo sobrevivência/auto expressão. Em 2014, o Brasil demonstrou um pequeno retrocesso no eixo sobrevivência/auto expressão, passando a ocupar uma posição intermediária entre 0,0 e 0,5, mostrando, entretanto, uma pontuação levemente maior no eixo tradição/racionalidade, ocupando a posição intermediária entre -1,0 e -0,5. Esta evolução da posição brasileira pode ser visualizada no Mapa 2.

Assim, a leve movimentação que o Brasil demonstra, em ambos os eixos, deixa claro a estabilidade que o país tem demonstrado ao longo dos anos em relação à mudança nas prioridades valorativas dos indivíduos em direção a uma postura mais pós-materialista.

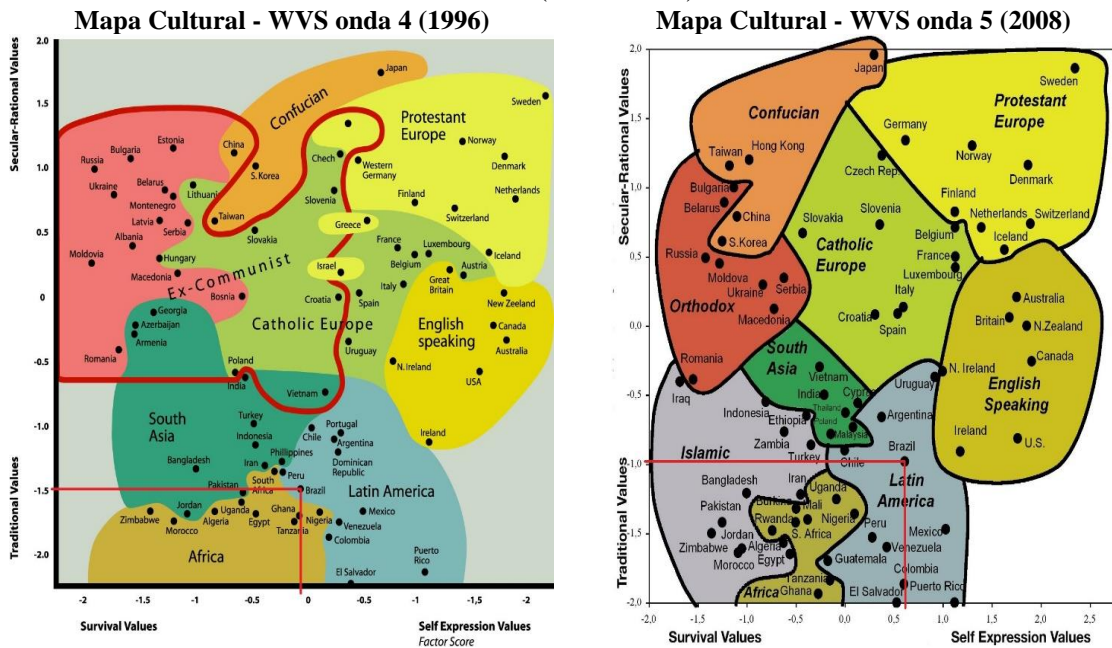
O baixo número de indivíduos pós-materialistas no país não inviabiliza o estudo que se propõe realizar. Alguns autores (INGLEHART; WELZEL, 2005; RIBEIRO; BORBA, 2010) já afirmaram a importância de análises que se debruçam sobre os efeitos individuais dessa alteração nas prioridades valorativas mesmo em nações que contam com contingentes bastante reduzidos de pós-materialistas na comparação com nações economicamente desenvolvidas⁹.

Não se pretende aqui verificar se o sucesso do PSOL se deu pelo aumento do contingente de pós-materialistas. O que se pretende verificar é se o partido foi capaz de representar esse grupo de indivíduos que, ainda que reduzido, existe no país, e se, a partir de então, e por causa disso, o partido obteve sucesso. É dizer, se o PSOL conseguiu ser o canal de representação desse grupo de indivíduos com a institucionalidade, e, por isso, obteve sucesso.

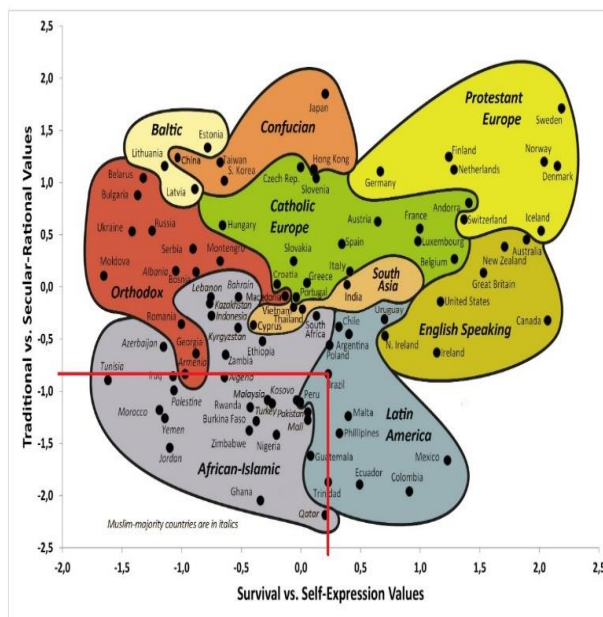
⁹ Os autores citam estudos de grande relevância realizado em países que apresentam uma reduzida população de indivíduos pós-materialistas. Destacam Gibson e Duch (1994), que investigaram o efeito da adesão a valores pós-materialistas sobre a cultura política dos cidadãos de ex-repúblicas soviéticas em que o total de indivíduos pós-materialistas não chegava 10% da população, Opp (1990), que fez estudo semelhante para a então Alemanha Ocidental, além de citar estudos semelhantes realizados no Brasil (Ribeiro, 2008a). Ver Borba e Ribeiro, 2010.

Assim, restando evidenciada a existência de um grupo de indivíduos que demonstram atitudes valorativas pós-materialistas no Brasil, importa verificar como se caracterizam os pós-materialistas brasileiros. A seguir, será apresentada uma série de estudos que tomam o Brasil como unidade de análise para testar a validade da teoria do desenvolvimento humano no país.

Mapa 2 – Mapa Cultural - Evolução da Posição do Brasil – WVS ondas 4 (1996), 5 (2008) e 6 (2010-2014)



Mapa Cultural - WVS onda 6 (2010-2014)



Fonte: World Value Survey.

A ocorrência de uma mudança geracional nas prioridades valorativas no Brasil é objeto de pouca literatura no âmbito nacional. A maioria dos escassos estudos que trabalha o caso brasileiro apenas destaca pontualmente essa mudança de valores (SINGER, 2013; RESENDE, 2013; TAROUCO; MADEIRA, 2013; MADEIRA; VIEIRA; TAROUCO, 2017). O principal expoente da transposição para o caso brasileiro, da teoria do desenvolvimento humano proposta por Inglehart (1977), é Ribeiro (2008a; 2008b; 2008c; 2010; 2012).

Em um trabalho inédito para o caso brasileiro, e partindo da premissa de que a emergência de valores pós-materialistas em nível mundial estaria sendo acompanhada de uma postura mais tolerante em relação a grupos minoritários e vítimas de preconceito (INGLEHART; WELZEL, 2005), Ribeiro (2010) analisou as prioridades valorativas do público nacional e testou se esta suposta mudança subjetiva tem sido acompanhada no nível individual por uma postura socialmente mais tolerante. Para tanto, o autor utiliza os dados de três rodadas do *World Value Survey*: onda 2, onda 3 e onda 5.

Tomando inicialmente a dimensão da aceitação de grupos minoritários ou vítimas frequentes de discriminação ou preconceito (pessoas de outras raças, pessoas com AIDS, trabalhadores imigrantes ou estrangeiros, homossexuais e pessoas de outras religiões) o autor identifica uma situação positiva se se analisa a situação nacional isoladamente, constatando que a maioria valoriza a tolerância e o respeito aos outros e apenas reduzidas minorias citaram os grupos mencionados acima como vizinhos indesejáveis.

O trabalho de Ribeiro (2010) conclui que há relação entre a chamada síndrome de valores pós-materialistas e a ocorrência de uma postura tolerante, pluralista e democrática no contexto brasileiro. É dizer, é entre os indivíduos que manifestam maior adesão aos valores pós-materialista que se pode encontrar maior propensão à tolerância em relação aos grupos analisados.

O autor chama a atenção para a relevância da variável educação. Verificou-se que o nível de escolaridade dos entrevistados é um preditor importante de seus valores e disposições, sempre com efeito superior ao produzido pelo índice de materialismo/pós-materialismo.

Em outro trabalho de grande relevância, Ribeiro (2008a) testa a hipótese de que atitudes relacionadas à participação estão associadas à valores pós-materialistas na população nacional, partindo da premissa de que um dos principais componentes da reorientação valorativa em direção à priorização de valores de auto expressão engendra demandas por

mecanismos que possibilitam a participação ativa e autônoma dos cidadãos na política (INGLEHART, 1990; 2001).

Ribeiro analisa duas rodadas do WVS, a segunda (1991) e a terceira (1997), e conclui que valores pós-materialistas estão associados a um maior ativismo político no Brasil. Pós-materialistas são mais interessados, atribuem maior importância e conversam mais sobre política, além de participarem mais em instituições ou atividades políticas, como partidos, grupos locais de discussão e sindicatos.

Outro estudo conduzido por Ribeiro (2008b) considera a hipótese da teoria do desenvolvimento humano que associa a priorização de metas e objetivos pós-materialistas à ocorrência de valores e atitudes favoráveis aos processos de estabelecimento, consolidação e aprofundamento de regimes democráticos, e verifica a validade desta afirmação para o caso brasileiro.

Após testar diversas variáveis que indicam atitudes pró-democráticas com o índice de materialismo/pós-materialismo, o autor concluiu que os pós-materialistas brasileiros não apenas são mais propensos a elegerem a democracia como melhor forma de governo diante das demais opções existentes, mas também rejeitam com maior intensidade situações políticas que afrontam as condições necessárias ao seu funcionamento adequado, como o governo de um líder forte que não leva em consideração o poder legislativo. Constatou, ainda, a existência de relacionamento positivo entre o índice de materialismo/pós-materialismo e avaliações favoráveis sobre o processo democrático levando em consideração os seus efeitos sobre a economia, a tomada de decisões e a ordem social.

Em termos gerais, Ribeiro (2008b) concluiu que “a substituição de prioridades valorativas materialistas por metas pós-materialistas conduz à preferência pela democracia *per se* também entre os brasileiros” (RIBEIRO, 2008b, p. 128). Ou seja, o sentimento de segurança física e econômica que conduz à priorização da autoexpressão se mostrou também capaz de impactar positivamente a opção pró-democracia entre o público nacional.

Neste sentido, pode-se dizer que os pós-materialistas brasileiros, isto é, aquele grupo de indivíduos que priorizam valores seculares e de auto expressão no país, são mais tolerantes em relação a grupos minoritários, mais interessados, atribuem maior importância e conversam mais sobre política, além de participarem mais em instituições ou atividades políticas, como partidos, grupos locais de discussão e sindicatos, e são mais propensos a elegerem a democracia como melhor forma de governo e a rejeitar situações políticas que afrontem seu funcionamento adequado.

A partir dessas considerações, pretende-se verificar se o PSOL foi capaz de representar as demandas desse grupo de indivíduos pós-materialistas brasileiros, enfatizando em seus documentos a defesa de interesses desse grupo, que não encontravam eco nos partidos tradicionais.

De fato, alguns estudiosos nacionais já destacaram a saliência que este grupo vem demonstrando no país. Para Singer (2013), os protestos ocorridos no Brasil em junho de 2013 evidenciaram a existência de uma nova agenda e uma nova postura que seriam típicas do pós-materialismo. O autor identificou uma forte predominância de dois grupos distintos entre os manifestantes: indivíduos da classe média tradicional, inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional; e jovens trabalhadores, que “conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho” (SINGER, 2013, p. 27). No entendimento do autor, trata-se de um movimento formado por base majoritária de jovens e jovens adultos, com alta escolaridade.

Entende-se, portanto, que o perfil dos manifestantes se aproxima do perfil de indivíduos, como observou Inglehart (1977) que tenderiam a adotar prioridades valorativas pós-materialistas.

Resende (2013) traz conclusão similar à apontada por Singer (2013). Ao interpretar os protestos de rua ocorridos nas grandes cidades brasileiras em junho de 2013, o autor conclui que o projeto de estado implementado no país não corresponderia mais aos anseios da população. Resende (2013) afirma que a relação entre renda e bem-estar somente se revela positiva até um nível relativamente baixo de renda, suficiente para atender as necessidades básicas da vida. “A partir daí, o aumento do bem-estar está associado ao que se pode chamar de qualidade de vida, cujos elementos fundamentais são o tempo com a família e os amigos, o sentido de comunidade e confiança nos concidadãos, a saúde e a ausência de estresse emocional” (RESENDE, 2013: 36).

Nesse sentido, para o autor, teria havido grandes avanços nas condições econômicas de vida dos brasileiros desde a estabilização do processo inflacionário. A partir de então, novas demandas teriam surgido na sociedade, relativas ao cotidiano, questões de eficiência administrativa, e garantia de qualidade de vida. Esse novo modelo ainda não teria encontrado nas esferas políticas tradicionais a capacidade de participar da formulação de alternativas, e afirma a necessidade de que surjam lideranças capazes de exprimir, formular e executar o novo desenvolvimento.

Dessa forma, pode-se inferir que as manifestações ocorridas em junho de 2013 evidenciaram mudanças nas estruturas das clivagens como consequência da aparição de novos grupos sociais com novas demandas, que não encontravam abrigo nas instituições políticas tradicionais. O protagonismo apresentado pelos movimentos sociais fez aflorar a busca por uma representação institucional destes grupos, que sempre se movimentaram fora do cenário político, mas não encontravam nos partidos políticos tradicionais campo para a institucionalização de suas lutas.

De fato, as demandas identificadas com as prioridades valorativas pós-materialistas têm merecido pouco destaque nos documentos produzidos pelos partidos políticos tradicionais no Brasil. Madeira, Vieira e Tarouco (2017), ao analisarem os programas partidários e de governo do PT e PSDB para as eleições presidenciais de 2006 a 2014, concluíram que a maior ênfase dos programas analisados recaía sobre temas identificados com o materialismo, como questões econômicas e de redistribuição, e o papel do Estado na manutenção da ordem.

Os autores apontam que, embora tenham incluído, em alguma medida, demandas pós-materialistas em seu programa, com destaque para o documento apresentado pelo PSDB em 2014, todos os programas analisados depositavam um maior peso às demandas materialistas.

Dessa forma, percebe-se que as demandas relacionadas às prioridades valorativas pós-materialistas não são acolhidas de forma satisfatória pelos partidos tradicionais. Essa nova agenda política, evidenciada, sobretudo após as manifestações de junho de 2013, que conclamou por pautas tradicionalmente relacionadas a prioridades valorativas pós-materialistas, pode haver semeado um terreno fértil para a atuação do PSOL, que teria aproveitado a lacuna deixada pelos atores políticos tradicionais no acolhimento destes interesses, e passado a se firmar como uma alternativa real de representação destes grupos.

Como já destacado por Harmel e Robertson (1985), Bolleyer (2011), Miragliota (2012) e Sikk (2012), o surgimento de novas demandas e a incapacidade dos partidos políticos tradicionais de dar uma resposta satisfatória a estas novas reivindicações é capaz de criar um ambiente propício para um novo partido se estabelecer e agregar tais interesses. As análises empreendidas nos Capítulos III e IV pretendem conhecer o Partido Socialismo e Liberdade, desde sua fundação até os dias atuais, buscando verificar se o partido foi capaz de incorporar em seus documentos as demandas pós-materialistas carentes de representação pelas agremiações tradicionais brasileiras.

CAPÍTULO III:

O PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE COMO DISSIDÊNCIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES - ORIGEM E FUNDAÇÃO

Enganam-se aqueles que creem que se trata de uma repetição do anterior, do ciclo petista, e que, portanto, até seus tempos serão iguais. Nada mais distante da vida e da dialética. Vivemos um ritmo muito mais acelerado na história. A base de massas para o novo projeto e a crise de representação política dos trabalhadores e mesmo dos setores médios atingiu seu nível mais elevado das últimas décadas. Assim, o espaço potencial para ser ocupado é gigantesco (...). É evidente que o chamado para a construção de um partido amplo, socialista e dos trabalhadores é a orientação correta para construir uma representação com força real dos trabalhadores e do povo. (Genro e Robaina, 2006)

Este Capítulo apresenta o contexto de surgimento do Partido Socialismo e Liberdade, apresentando o histórico de conflitos iniciados ainda dentro do Partido dos Trabalhadores que culminaram com a expulsão dos parlamentares que criaram o PSOL. Ainda, demonstra a organização interna do partido em seus primeiros anos de existência.

Em outubro de 2006, o então recém-criado Partido Socialismo e Liberdade participava de suas primeiras eleições e lançava a candidatura de Heloísa Helena para a presidência da República. A candidata recebeu 6.575.393 votos, representando um total de 6,85% de votos válidos. Tal resultado, ainda que pouco expressivo no contexto nacional, chamou a atenção dos estudiosos.

Para entender o contexto histórico do lançamento desta candidatura, necessário voltar o olhar para o cenário político presente no momento de fundação deste partido.

O PSOL surgiu em 2004, conseguindo seu registro definitivo em setembro de 2005, a partir de um rompimento ideológico da bancada de parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT) e de uma rebelião de algumas de suas tendências internas de extrema esquerda do partido.

A posição assumida pelo PT logo após a chegada ao governo de Lula em 2003 já fazia com que diversos agrupamentos e coletivos internos do partido pensassem em novos rumos. Assim que assumiu a presidência, Lula estabeleceu uma divisão de poder no governo que deixou insatisfeitos diversos setores da esquerda do PT. A indicação de um latifundiário ligado ao agronegócio para o Ministério da Agricultura, a nomeação de Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central e o apoio do governo federal ao ex-presidente José Sarney, candidato à presidência do Senado Federal, incrementou a polarização interna no partido (POMPEO, 2007).

Corroborando, Amaral (2010, p. 177) ressalta que “a manutenção de uma política econômica ortodoxa, com elevados superávits primários e taxas de juros, assim como a ampliação da autonomia do Banco Central, marcaram uma posição de continuidade com os ajustes pró-mercado do período FHC”.

O deslocamento do PT em direção ao centro do espectro político-ideológico, evidenciado, sobretudo, no contexto da votação e aprovação da reforma da Previdência Social encaminhada pelo governo Lula em 2003, e contra a qual se declararam alguns parlamentares chamados de “radicais do PT” (SILVA, 2011), aprofundou o grau de divergência destes em relação ao partido. A votação da reforma da Previdência Social culminou com a expulsão do partido de quatro parlamentares que haviam se oposto à aprovação do projeto – Heloísa Helena, Luciana Genro, João Fontes e Babá (João Batista Araújo). Tais parlamentares, juntamente com importantes sindicatos e uma parcela significativa de militantes ligados ao funcionalismo público, se organizaram para a criação de um novo partido que representasse os ideais que o PT havia deixado de lado em sua nova postura mais ao centro.

A trajetória traçada pelo Partido dos Trabalhadores desde a sua criação até a assunção do governo federal em 2003 passou por diversas transformações que representaram importantes marcos no nascimento do PSOL. Esta trajetória será a seguir analisada.

3.1 Da fundação à transformação do Partido dos Trabalhadores

Logo quando de sua fundação, o PT chamou a atenção de muitos estudiosos (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991; AMARAL, 2003, 2008, 2010; SAMUELS; SHUGART, 2004; HUNTER, 2007; 2008; RIBEIRO, 2008d) por sua forma de organização peculiar na história dos partidos políticos brasileiros. Demonstrando ser uma novidade (Meneguello, 1989), o PT nasceu trazendo uma proposta política pioneira no cenário político brasileiro e organização interna com um

alto grau de coesão e disciplina partidárias, sua origem e vinculação com as bases sociais, apresentando um modelo centralizado de funcionamento, intensa atividade interna e a primazia da função de agregação de interesses sobre a função eleitoral (Amaral, 2010).

O PT surgiu em 1980, no contexto do aumento de produtividade das grandes indústrias, combinado a baixos salários e ao contexto da política econômica do governo militar, que promovia arrochos salariais refletidos sobretudo nos trabalhadores. A partir deste

cenário, na região do ABC paulista, que concentrava grande parte das indústrias do país, deu-se início a um novo movimento sindicalista urbano, denominado “corrente autêntica do sindicalismo”, buscando medidas como a reforma da legislação trabalhista, negociação coletiva entre sindicatos e empresas diretamente, direito de greve, autonomia sindical, dentre outros (MENEGUELLO, 1989; TELLES, 2003).

Liderado por Lula, esse novo movimento sindical passou a ganhar espaço e força política, sobretudo com as greves ocorridas no final da década de 70, e alargou a agenda de reivindicações deste novo movimento, que passou a incluir pautas para além de questões trabalhistas.

Demandas como a democratização do estado autoritário, a luta pela cidadania plena, a conquista de direitos políticos e sociais, como a liberdade de greve, e o fim da repressão foram introduzidas no discurso desse novo movimento. Essa agregação ampla de bandeiras chamou a atenção de movimentos sociais não sindicais, que dirigiram seu apoio às mobilizações desse novo sindicalismo.

Assim, o movimento recebeu o apoio de uma parcela da população que não se enquadrava neste primeiro quadro de criação do novo sindicalismo. Trabalhadores assalariados de classe média como professores, médicos, bancários e funcionários públicos, além de intelectuais, estudantes, parlamentares de oposição e uma enorme gama de setores populares urbanos juntaram-se ao movimento, que ganhou projeção nacional (RIBEIRO, 2008d; MENEGUELLO, 1989; TELLES, 2003).

Neste contexto, fez-se necessário a criação de um novo ator que pudesse levar as questões surgidas no âmbito deste novo movimento à arena política, que se apresentasse como uma nova forma de representação popular institucionalizada. Os líderes deste movimento, então, se organizaram na fundação de um novo partido político, dando origem ao Partido dos Trabalhadores.

Em seu trabalho seminal sobre a origem do PT, Meneguello (1989) destaca a novidade representada pelo partido no cenário político nacional. Segundo a autora, este pioneirismo se revelara com base em três características principais que destacavam o partido do modelo de organização partidária até então predominante no país: sua origem, seu modelo de organização e sua proposta política.

Na sua origem, o PT se diferenciava dos partidos políticos então existentes no Brasil por representar uma confluência de setores organizados da sociedade mobilizados pela nova proposta de luta política. Neste sentido, fizeram parte da formação do PT os sindicalistas,

parlamentares de oposição ao regime militar que integravam a ala à esquerda do MDB, organizações de ideologia esquerdista, além de diversos grupamentos populares urbanos, incluídos os progressistas vinculados à Igreja Católica (MENEGUELLO, 1989).

Assim, o Partido dos Trabalhadores nasceu de baixo para cima, a partir da luta do movimento sindical que, ao acordar e agregar outros grupos sem voz institucional para a formação de um novo partido político, deslocou seu âmbito de atuação para o interior do sistema político.

A proposta política do PT se mostrava inovadora na medida em que não reivindicava filiação a qualquer matriz ideológica específica, nem mesmo à marxista, recusando a social democracia e o comunismo, e definindo-se apenas como um socialismo democrático (RIBEIRO, 2008d), o que o diferenciava substancialmente da esquerda tradicional. A proposta política petista incluía, ainda, a reorganização do sistema político, com a inserção político-institucional de novos atores, apresentando uma forma de governo popular, que buscava garantir a presença da classe trabalhadora no sistema político (MENEGUELLO, 1989).

Com relação a seu modelo de organização, o PT se diferenciava das demais organizações partidárias pelo estabelecimento, em seu estatuto, de mecanismos de participação das bases no processo decisório do partido (MENEGUELLO, 1989). Os Núcleos de Base, primeira instância no processo de elaboração do programa do partido e de tomada de decisões, não figuravam nos estatutos de nenhum outro partido político de então. A proposta do PT era garantir a participação e controle das bases nas decisões partidárias, inclusive em âmbito parlamentar, e o seu estatuto trouxe expressa a obrigatoriedade de consulta esta instância no processo decisório. Estabeleceu-se uma intensa integração com seus membros por meio de atividades políticas e tarefas de organização permanentes, fora do período eleitoral.

Pelas características inovadoras que apresentava, o PT foi definido por estudiosos (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991; TELLES, 2003), como o primeiro partido de massas (DUVERGER, 1980) do país, por apresentar origem externa ao parlamento, e representar uma forma institucionalizada de a classe trabalhadora poder fazer parte do sistema político, o que rompia completamente com os padrões de organização partidárias conhecidos no país. Sua forma de organização e proposta política deixavam claro que o partido conferia menos importância à atividade eleitoral e parlamentar do que os demais partidos, priorizando os laços com os movimentos sociais.

Em 1982 o PT participou de suas primeiras eleições, que escolheram governadores, senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores. O discurso eleitoral do partido foi construído em torno da novidade representada pela sua proposta política. Dessa forma, o discurso petista se firmou como uma contraposição entre o passado e o novo, trazendo uma retórica classista em que se buscava garantir a valorização do povo e da classe trabalhadora, e garantir sua inserção no sistema político (MENEGUELLO, 1989). Sua Plataforma Eleitoral Nacional pregava a reforma agrária radical, desconcentração da propriedade privada e governo de trabalhadores (MENEGUELLO; AMARAL, 2008).

Após o fim do regime militar, em 1985, voltando novamente o país a um regime democrático, o PT passou a incorporar este novo ambiente democrático, permitindo diversas formas distintas de ação política. Assim, surgiu o “PT Light”, composto por militantes menos radicais, adeptos a propostas com menor teor ideológico – favoráveis, por exemplo, à nova constituição elaborada em 1988, e à eleição de Tancredo Neves, questões das quais o partido se recusava a participar (MENEGUELLO; AMARAL, 2008). De outro lado, aglutinaram-se os setores radicais do partido, denominados “xiitas”, marcados por uma tendência fortemente ideológica. Essa dinâmica de convivência entre grupamentos divergentes marcou a organização interna do partido desde a volta à democracia.

A partir da segunda metade da década de 80 começou-se a notar as primeiras transformações das bases políticas e programáticas dentro do partido (MENEGUELLO; AMARAL, 2008). Em 1989, ano da primeira eleição presidencial direta pós-regime militar, em que foi lançada a candidatura de Lula para a presidência da república, o partido protagonizou sua primária concessão política ao agregar a diversidade partidária e ideológica da centro-esquerda, compartilhando o discurso político com setores antes criticados pelo partido, o que deixava claro que o ingresso do PT no cenário político e eleitoral impunha a realização de alianças e ampliação do leque de setores políticos.

De composição política variada desde o seu nascimento, formado por base de grupos de esquerda de filiação variada, o PT sempre conviveu com difíceis conflitos internos, notadamente marcados pela disputa entre visões diferentes do partido e dos rumos que devia seguir. Neste período, as várias dissensões deram-se em torno da visão não doutrinária que o grupo dominante impunha ao partido (MENEGUELLO; AMARAL, 2008; RIBEIRO, 2008d; TELLES, 2003).

Desde sua origem, o PT foi um partido de tendências, o que representava, inclusive, uma de suas novidades no sistema político brasileiro, e era considerado como um fator de

enriquecimento do debate interno (SECCO, 2011). Como destacou Lacerda (2002), o direito de tendências foi regulamentado pelo diretório nacional do partido, que estipulou normas para sua organização, na busca de evitar os chamados “partidos dentro de partido” (LACERDA, 2002: p.50), ou seja, tendências e grupos organizados que não reconheçam o caráter estratégico do PT e agiam autonomamente dentro e fora do partido. Ficou definida a representação proporcional das tendências dentro da direção partidária, o que garantia uma democracia interna na tomada de decisões do partido.

Desde 1984, o PT vinha sendo controlado pela Articulação, grupo interno criado em 1983 e formado por lideranças sindicais e moderados independentes, e firmou-se como a primeira grande coalizão dominante na história do partido (RIBEIRO, 2008d). No 3º Encontro Nacional do PT, em 1984, esta tendência conquistou dois terços dos delegados.

O enfraquecimento da Articulação teve início em 1990, no 7º Encontro Nacional, marcado por uma transição ideológica em que a tendência PRC (Partido Revolucionário Comunista), mais tarde denominada Nova Esquerda, liderada por José Genoíno, que mostrava uma tendência em direção à direita, revisando e rejeitando o ideário marxista (RIBEIRO, 2008d), uniu-se à VS (Vertente Socialista), liderada por Eduardo Jorge, para formar a chapa Socialismo e Liberdade, que buscava fazer oposição à Articulação e se diferenciar das correntes de esquerda.

Em 1993, por questões de diferenças ideológicas que foram se aprofundando, o grupo Articulação sofreu um processo de cisão, dando origem à Articulação Unidade na Luta e à Articulação de Esquerda. A partir desta cisão, o PT passou a ser controlado pela ala à esquerda do partido pelos dois anos seguintes. Meneguello e Amaral (2008) afirmam que

o que marcou as disputas internas no partido nos anos 90 foram as diferentes visões em torno das relações entre democracia e socialismo e entre luta institucional e luta social. A tensão em torno destas questões foi mais perceptível na primeira metade da década. (MENEGUELLO; AMARAL, 2008, p. 38).

No 10º Encontro Nacional, a Articulação Unidade na Luta, composta pelo núcleo dirigente da antiga Articulação, retomaria o controle do partido, aliando-se à tendência moderada Democracia Radical, e sendo a base do que ficaria conhecido como Campo Majoritário (MENEGUELLO; AMARAL, 2008).

A construção do Campo Majoritário marcou a instalação de uma visão moderada nas resoluções internas do partido, o que acabou refletindo nos seus programas de governo.

A partir da segunda metade da década de 1990 o PT passou a apresentar uma posição cada vez mais flexível quanto à construção de alianças eleitorais, e a demonstrar

comportamentos que indicavam uma transformação tanto no seu aspecto ideológico-programático quanto organizacional (AMARAL, 2010).

Esta estratégia foi confirmada pela construção da Frente Brasil Popular, composta, além do PT, por PSB, PPS, PC do B, PSTU, PCB e PV, e com Lula como seu candidato às eleições presidenciais (MENEGUELLO; AMARAL, 2008). A estratégia se repetiria nas eleições seguintes, sobretudo nas presidenciais, o que é corroborado pela participação de todos os partidos aliados na elaboração do programa de governo, deixando claro que suas propostas se preocupavam cada vez mais com a ampliação das bases eleitorais do partido.

No final da década de 90, com a crise internacional e o enfraquecimento do modelo econômico implantado por Fernando Henrique Cardoso, o PT passou a promover alianças com setores do empresariado nacional, fundando-se na busca pela rearticulação da economia com o resgate da estabilidade, o fortalecimento do mercado nacional e o combate ao desemprego (MENEGUELLO; AMARAL, 2008).

Em junho de 2002, o PT publicou a chamada Carta ao Povo Brasileiro, em que deixava clara a mudança pela qual passara o partido, mostrando que buscava a integração nacional a partir de uma vasta coalizão que englobava lideranças populares e setores do empresariado para estabelecimento de um novo contrato social.

Finalmente, após disputar três eleições presidenciais, o PT sagra-se vencedor das eleições de 2002, passando a ocupar o governo federal a partir de janeiro de 2003, apresentando, como afirmam Meneguello e Amaral (2008), uma proposta transformada e assegurada pela aliança com setores do capital nacional e pelo compromisso da mudança sem ruptura, fruto de uma ampla negociação nacional.

Para alcançar a almejada vaga na Presidência da República, o PT promoveu uma série de mudanças em sua proposta política original. Amaral (2010) sistematiza as transformações pelas que passou o partido, principais responsáveis, segundo o autor, pela conquista do governo federal em 2002.

A primeira alteração destacada por Amaral (2010) refere-se à aproximação do PT ao centro da escala ideológica. O partido deixou de criticar alguns temas da agenda política historicamente combatidos por ele, como a agenda neoliberal e a política econômica. Em seu discurso eleitoral para as eleições de 2002, o PT garantiu o compromisso com a estabilidade monetária, a manutenção do equilíbrio fiscal, e com o cumprimento de acordos internacionais com o Fundo Monetário Internacional (FMI), bandeiras das quais, até então, sempre fora oposição.

Outra questão que destaca as mudanças sofridas pelo partido refere-se ao que Amaral (2010) chama de “desideologização”. Durante a década de 90, o PT passou a dar mais ênfase a questões concretas de governo, deixando de vincular suas propostas à construção de um Brasil socialista, como propunha a princípio, e passando a valorizar a capacidade do partido em governar e resolver problemas concretos da população, ressaltando a importância da colaboração de outras forças políticas.

Além disso, as propostas petistas perderam seu caráter de ruptura com a ordem institucional vigente presente no seu nascedouro, comprometendo-se o partido a atuar dentro dos parâmetros constitucionais e institucionais estabelecidos.

Amaral (2010) destaca, ainda, uma mudança de enfoque do partido, que passou a dar mais ênfase às disputas eleitorais e ao crescimento do partido no âmbito institucional, situação evidenciada também por Ribeiro (2008d).

O autor (AMARAL, 2010) chama a atenção também para a profissionalização da estrutura e autonomia das lideranças. Segundo o autor, “estratégias e campanhas eleitorais foram entregues a especialistas em marketing, e um *think-tank*, o Instituto Cidadania, foi criado para elaborar políticas públicas longe da influência direta do partido”. Essa profissionalização acabou fazendo com que o partido se autonomizasse em relação a suas lideranças, e retirasse do conjunto de militantes a participação no processo decisório em relação a algumas questões do processo eleitoral, marca característica do partido quando do seu nascimento.

Além disso, importante salientar a já destacada flexibilização do partido na realização de alianças (MENEGUELLO; AMARAL, 2008; AMARAL, 2010; RIBEIRO, 2008d; TELLES, 2003). Nas eleições de 2002, o PT promoveu alianças com agremiações com as quais possuía pouquíssima afinidade ideológica, além de se aproximar de empresários nacionais, contra os quais sempre havia lutado.

Essa formação de alianças e a continuidade da política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso já havia dado início a um processo de ruptura do partido com sua base histórica de sustentação. Em 2003, com a proposta de reforma previdenciária apresentada pelo partido, essa ruptura atingiu o funcionalismo público federal, além de uma parcela da juventude e da classe trabalhadora urbana (GENRO; ROBAINA, 2006), fazendo com que um número expressivo de militantes, além de deputados federais e estaduais, e importantes lideranças deixassem o partido.

3.2 Dissidentes do PT: o processo de criação do PSOL

Como destacado, ao assumir o governo federal em 2002, o PT passou a implementar medidas contra as quais sempre havia lutado. A indicação para o Ministério da Agricultura de um latifundiário ligado ao agronegócio, a nomeação do banqueiro Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central, e o apoio do governo federal à eleição de José Sarney para a presidência do Senado gerou intensos debates internos no partido, incomodando setores do PT que não concordavam com os rumos que o partido tomara.

O contexto da votação da reforma da previdência foi o ápice para a disputa interna que culminou com a expulsão dos parlamentares que viriam a criar o PSOL.

Ao longo dos governos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o PT havia se mostrado um grande opositor da reforma da estrutura previdenciária. Quando ocupou o governo federal, no entanto, o partido demonstrou haver mudado de posição ao apoiar a proposta de reforma previdenciária que, entre outras alterações, elevava a idade mínima para a aposentadoria e estabelecia a contribuição de 11% para os servidores públicos inativos sobre a parcela que excedesse R\$ 1.058,00 (AMARAL, 2010). As sugestões propostas no projeto de reforma previdenciária deixavam clara a intenção do PT em manter a continuidade da política pró-mercado que vinha sendo adotada pelo governo anterior.

Durante a tramitação do projeto que implementaria a reforma previdenciária, alguns parlamentares petistas manifestaram oposição ao governo e à liderança do partido, em razão de haverem traído bandeiras fortemente defendidas pelo partido ao longo de sua história. Algumas facções do partido entendiam que a proposta de reforma possuía viés privatizante, retirando direitos conquistados e com caráter político claramente distinto ao defendido historicamente pelo PT. O sociólogo Chico Oliveira, em carta aberta explicando os motivos que o levaram a deixar o PT, caracteriza a reforma da previdência como

anti-trabalhador e pró-sistema financeiro, uma reforma tributária mofina e oligarquizada, uma campanha de descrédito e desmoralização do funcionalismo público, uma inversão de valores republicanos em benefício do ideal liberal do êxito a qualquer preço (...). (SILVA, 2011).

Os deputados petistas, que votaram contra a proposta de reforma e se negaram a apoiar o “New PT” (GENRO; ROBAINA, 2006), como passou a ser chamado o partido após a adoção dessas medidas antes por ele combatidas, foram punidos pelo diretório Nacional do PT com a sua expulsão do partido, em dezembro de 2003.

A decisão de votar contra a reforma foi objeto de polêmica dentro da corrente de esquerda do PT. Alguns membros do partido, ainda que não concordassem com a medida, entendiam ser mais prudente abster-se a votar contra a posição do partido. Como salienta Valente (2018), havia um importante grupo de parlamentares que se posicionavam contrariamente à reforma da previdência e à autonomia dada pelo PT ao Banco Central. No entanto, a maior parte deles optou por não dar o voto contrário à reforma, senão que se abster de votar, o que acabou deixando um espaço para diálogo com o partido, que tomou a decisão de expulsar apenas aquele que de fato haviam votado contra¹⁰.

Para Genro (2018), a questão fundamental para a direção do PT naquele momento era dar uma sinalização para o mercado financeiro, e também pra base de governo dos outros partidos, de que o PT estava unido em defesa da reforma da previdência, e que o confronto direto com essa necessidade de mostrar a coesão do partido não seria tolerado. Como destaca Amaral (2010), a opção pela punição foi fruto da decisão do PT comandado pelo grupo mais moderado, com o objetivo de manter uma postura mais flexível, tanto programática quanto ideológica, e um recado aos grupos mais radicais do partido de que a independência parlamentar não seria tolerada.

Depois da expulsão dos parlamentares, algumas das correntes internas de que estes faziam parte optaram por considera-se expulsas junto com seus parlamentares. Foi o caso do Movimento Esquerda Socialista (MES) e da Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST), correntes de Luciana Genro e Babá, respectivamente. Roberto Robaina, membro do Diretório Nacional do PT e membro também do MES, renunciou a seu cargo na estrutura interna do partido. A corrente Democracia Socialista, da qual pertencia a então senadora Heloísa Helena, havia decidido permanecer no PT, mesmo depois da expulsão da parlamentar, e impôs uma grande pressão ao partido para evitar a sua expulsão. Entretanto, a então senadora manteve-se firme em sua oposição ao projeto de reforma previdenciária, e acabou por ser também punida com a penalidade da expulsão do partido (GENRO; ROBAINA, 2006).

Nas audiências da comissão de ética do PT, em que seriam decididas as expulsões dos parlamentares, diversos políticos e intelectuais, como Chico de Oliveira, Dalmo Dallari, Emir Sader, Paulo Arantes, Reinaldo Gonçalves, Eduardo Suplicy e Plínio de Arruda Sampaio, alguns dos quais se uniriam posteriormente ao PSOL, discursaram em oposição às expulsões, considerando-as arbitrárias. Um manifesto liderado pelo escritor e linguista norte-americano

¹⁰ Como destaca Alencar Filho (2018), alguns parlamentares que se abstiveram na votação da reforma da previdência foram punidos com a retirada de relatórios, de projetos, de presidência de comissões e de restrições aos direitos parlamentares.

Noam Chomsky, assinado por diversos intelectuais europeus, também circulou declarando rechaço às expulsões (GENRO; ROBAINA, 2006).

Ao final, a expulsão consumou-se, e os parlamentares expulsos do PT se uniram para a formação de um novo partido. O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) foi, então, fundado em junho de 2004. Apresentando-se como um “guarda-chuva para a esquerda socialista do Brasil” (SILVA, 2013, p. 96; GENRO; ROBAINA, 2006, p. 38), o PSOL foi construído em torno das bandeiras socialistas que o PT havia demonstrado ter abandonado ao longo de seu processo de transformismo político (POMPEU, 2007).

O surgimento do PSOL, portanto, deu-se por um rompimento ideológico de parlamentares do PT, que não se sentiam mais representados pelo partido devido à trajetória de mudança pela qual havia passado. O deslocamento do PT em direção ao centro da escala ideológica abriu uma estrutura de oportunidade para o surgimento de um novo ator que viesse a ocupar o espaço deixado por este partido à esquerda.

Seu marco oficial de fundação foi o seu primeiro Encontro Nacional, realizado nos dias 4 e 5 de junho de 2004, em que foram definidos seu estatuto e programa provisórios, além da eleição dos membros da Direção e da Executiva Nacional, assim como os integrantes das instâncias, sagrando Heloísa Helena como presidente nacional do partido.

Algumas tendências já estruturadas dentro do PT, como o Movimento Esquerda Socialista (MES), e a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST), migraram para o PSOL. Alguns membros da DS, corrente da qual participava Heloísa Helena, também migrou para o partido, em que pese a corrente seguir vinculada ao PT. A fundação do novo partido contou também com participação fundamental do Coletivo Socialismo e Liberdade (C-SOL), agremiação formada dentro do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados) e que havia rompido com este em 2003, o Movimento Terra e Liberdade (MTL), não ligado oficialmente a nenhum partido, ainda que parte de seus membros atuasse dentro do PSTU, além do Revolutas, pequeno grupo formado no momento em que se discutia a formação do novo partido¹¹. Além desses grupamentos organizados, o PSOL recebeu apoio de militantes sindicais dos servidores públicos ligados ao PT ou que, apesar de não formalmente vinculados

¹¹ O coletivo teve sua origem no grupo Rebento, surgido no início dos anos 1990, e que participou da fundação do PSTU. Permanecendo por um curto período neste partido, alguns de seus militantes se reagruparam após a chegada do PT ao governo federal e fundaram o coletivo Revolutas, com atuação sobretudo na região de Guarulhos – SP. O agrupamento é filiado à corrente Socialismo Internacional (IS), cuja maior organização é partido Socialist Work Party (SWP) inglês e concentra seus esforços, além do movimento sindical, nas questões de gênero, racismo, sexualidade e meio-ambiente (Delmanto e Sada, 2008).

ao partido, tinham o PT como referência política (DELMANTO; SADA, 2008; GENRO, 2018).

O PSOL se constituiu, portanto, a partir da união de grupos pré-existentes já consolidados, estando, desde sua origem, organizado na maioria das unidades da federação e com importante dispersão territorial, além de já nascer com representantes no Congresso Nacional (SILVA, 2011).

Após a união de forças para a criação de um novo partido, o PSOL demorou quase um ano para reunir os requisitos exigidos pela lei eleitoral para a sua formalização. A legislação exigia o apoio de pelo menos 0,5% do eleitorado participante da eleição anterior para a Câmara dos Deputados, distribuídos em no mínimo 1/3 dos estados-membros. Após conseguir mais de 450.000 assinaturas em dez estados do país, o partido obteve seu registro oficial pelo Tribunal Superior Eleitoral em 15 de setembro de 2005, ainda em tempo para disputar as eleições presidenciais de 2006.

A criação do partido e a campanha que fez para a sua legalização sofreram diversas críticas por parte de outros setores da esquerda, como membros do PSTU e do PT, acusando-o de possuir caráter eleitoral, na medida em que a campanha de fundação teria sido uma campanha de assinaturas para conseguir sua legalização a qualquer custo, com vistas a participar das eleições de 2006, e não um grande debate nacional sobre a refundação da esquerda (DELMANTO; SADA, 2008).

3.2.1 Segundo ciclo de rompimento com o PT

Depois da legalização do partido, em 2005, uma "segunda onda" de descontentes com o PT ingressou no PSOL. A expulsão de membros contrários às transformações pelas quais passara o PT não freou as discussões, por parte de alguns de seus membros, a respeito da relativização da posição que partido assumira após assumir o governo federal.

Em 2005, o escândalo do Mensalão, esquema de compra de votos de deputados e senadores pelo governo do PT para que votassem a favor das propostas do partido, evidenciou esquemas de corrupção nos quais estava imerso o partido, fazendo ruir a defesa da ética na política que tanto havia defendido.

Além da revelação do esquema do mensalão, o segundo ciclo de rompimento de parlamentares e militantes com o PT se evidenciou com a derrota dos candidatos da esquerda, especialmente de Plínio de Arruda Sampaio, no Processo de Eleição Direta (PED), instância

de escolha de dirigentes do partido. Em meio à realização do Processo de Eleição Direta (PED) para a escolha de seus dirigentes em todos os níveis, o PT seguiu sofrendo diversas críticas em relação ao rumo que tomara, sobretudo após a consolidação do grupo moderado na direção do partido, o Campo Majoritário, e as medidas adotadas com relação à política econômica após a assunção da Presidência da República. De todos os sete candidatos à presidência nacional do PT, apenas um deles, Ricardo Berzoini, não teceu críticas ao governo de Lula e sua política econômica, e acabou sagrando-se vencedor das eleições, passando a ocupar a presidência do PT, e deixando a ala esquerda do partido sem maioria no Diretório Nacional (AMARAL, 2010).

Plínio de Arruda Sampaio recebeu cerca de 40 mil votos e acabou em quarto lugar nas eleições. Após as eleições, sua principal corrente apoiadora, a Ação Popular Socialista (APS), decidiu, em plenárias pelo país, deixar o PT e tornar-se uma tendência interna do PSOL (DELMANTO; SADA, 2008).

A derrota de Plínio de Arruda Sampaio para o Diretório Nacional do PT, em 2005, representou um importante marco neste segundo ciclo de rompimento com o partido. As eleições realizadas neste diretório marcaram definitivamente a derrota da esquerda interna do PT, firmando sua posição moderada e demonstrando que o partido estava disposto a fazer acordos para manter-se no poder.

O resultado destas eleições nacionais internas do PT em 2005 teve, então, importância decisiva para a consolidação do PSOL. Membros históricos do PT, deputados federais da esquerda petista – Ivan Valente, Chico Alencar, Maninha e Orlando Fantazzini –, deputados estaduais – Afrânio Boppré, Randolfe Rodrigues, Carlos Gianazzi e Brice Bragato – e mais de 400 militantes deixaram o partido e ingressaram no PSOL (PSOL, 2015). Todos os parlamentares estaduais e cinco dos oito parlamentares federais que o PSOL possuía até as eleições de 2006 ingressaram no partido durante esse processo.

Ainda que tenha nascido com o objetivo de resgatar os ideais propostos pelo PT quando de seu nascimento, o processo de criação do PSOL difere-se substancialmente do experimentado quando da criação do PT. O Partido dos Trabalhadores nasceu de baixo para cima, a partir dos seus núcleos de base organizados a partir do movimento sindical, e buscando a agregação de interesses da classe trabalhadora, em detrimento da função eleitoral.

O nascimento do PSOL se deu a partir de uma articulação de parlamentares, com pouco vínculo com movimentos sociais, e, neste contexto, acabou voltando seus esforços iniciais para a disputa eleitoral, buscando sedimentar a imagem do partido junto à população

(DELMANTO; SADA, 2008). Retomando as discussões iniciais do PT, a ideia era um partido de núcleos, no qual os militantes organizados tivessem um espaço de atuação cotidiana, e não apenas nos momentos de escolha de direção ou campanhas eleitorais.

O Quadro 3 traz informações a respeito dos parlamentares que fundaram o PSOL e daqueles que migraram ao partido logo após o seu registro, em 2005.

De acordo com as informações apresentadas, é possível perceber que os primeiros parlamentares do PSOL eram todos egressos do PT, possuíam formação de nível superior, participaram previamente de algum movimento social e possuíam experiência parlamentar anterior. Sua coalizão dominante era formada majoritariamente por trabalhadores assalariados e não contava com nenhum grande empresário. A elite partidária era formada por aquele setor do proletariado que pode ser reconhecido como classe média urbana; também foi constatada a gigantesca hegemonia da categoria docente.

O PSOL nasceu, portanto, como partido socialista à esquerda do Partido dos Trabalhadores, buscando ser oposição a este (PSOL, 2004b; GENRO; ROBAINA, 2006).

Define-se estatutariamente como partido socialista democrático de esquerda radical, ético e combativo, que busca desenvolver ações com o objetivo de organizar e construir, junto com os trabalhadores do campo e da cidade, de todos os setores explorados, excluídos e oprimidos, bem como os estudantes, os pequenos produtores rurais e urbanos, a clareza acerca da necessidade histórica da construção de uma sociedade socialista, com ampla democracia para os trabalhadores, que assegure a liberdade de expressão política, cultural, artística, racial, sexual e religiosa, e solidário a todas as lutas dos trabalhadores do mundo que visem à construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária, incluindo as lutas das minorias, nações e povos oprimidos. (PSOL, 2004a).

Trouxe como bandeiras principais a ruptura com o FMI, com a dívida externa e Alca, bem como sua ligação à mudança do regime social e a conquista de um governo dos trabalhadores e das classes populares exploradas e oprimidas no capitalismo. Seu programa trouxe como principais objetivos a redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução dos salários, o progresso tecnológico, o aumento real dos salários, a reforma agrária, moradia digna para todos, reversão dos gastos públicos para saúde, educação e infraestrutura, implementação de reformas populares, democratização dos meios de comunicação, luta contra a insegurança, preservação do meio ambiente, combate ao racismo e defesa do direito das mulheres, livre expressão sexual, e a defesa dos aposentados, idosos e das minorias nacionais (PSOL, 2004b).

Quadro 3 – Primeiros parlamentares do PSOL

	Ingresso no PSOL	Tendência no partido	Carreira	Mandatos eletivos	UF	Formação escolar	Profissão	Movimento Social
Babá	2004	Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST)	PT	Vereador (1989-1990); Deputado estadual (1991-1998); Deputado federal (1999-2006)	PA / RJ	Superior	Professor universitário e engenheiro mecânico	Movimento sindical
Heloísa Helena	2004	Independente	PT	Vice-prefeita (1992-1994) Deputada estadual (1995-1998) Senadora (1999-2006) Vereadora (2009- 2013)	AL	Superior	Professora universitária	Movimento estudantil e sindical
Luciana Genro	2004	Movimento Esquerda Socialista	PT	Deputada estadual (1995-2002) Deputada federal (2003-2010)	RS	Superior	Professora de inglês	Movimento docente
José Nery	2005	Ação Popular Socialista	PT	Vereador (1997-2007) Senador (2007-2011)	PA	Superior	Professor ensino médio	Movimento eclesial de base, estudantil, sindical e popular
João Alfredo	2005	Enlace	PT	Deputado estadual (1987-1991;1995-2003) Deputado federal (2003-2006) Vereador (2009-2013)	CE	Superior	Advogado	Movimento sindical, ambientalista e de direitos humanos
Ivan Valente	2005	Ação Popular Socialista	PT	Deputado estadual (1991-1997) Deputado Federal (2001-2002; 2003- hoje)	SP	Superior	Matemático e engenheiro	Movimento anti-ditadura
Chico Alencar	2005	Independente	PT	Vereador (1989-1996) Deputado estadual (1999-2002) Deputado Federal (2003-2018)	RJ	Superior	Professor ensino básico	Movimento estudantil e associação de moradores
Maninha	2005	Ação Popular Socialista	PT	Deputada distrital (1995-2002) Deputada federal (2003-2006)	DF	Superior	Médica	Movimento sindical
Marinor Brito	2005	Ação Popular Socialista	PT	Vereadora (1997-2008) Senadora (2009-2010)	PA	Superior	Professora ensino médio	Movimento sindical e de democratização dos meios de comunicação
Randolfe Rodrigues	2005	Ação Popular Socialista	PT	Deputado estadual (1999-2006) Senador	AP	Superior	Professor universitário	Movimento estudantil

Fonte: Elaboração própria, de acordo com Silva (2013)

3.3 Organização Interna do PSOL no seu nascimento

Quando de sua fundação, no marco do I Encontro Nacional realizado em 4 e 5 de junho de 2004, o PSOL definiu seu estatuto e programa partidário provisórios, escolheu, por indicação, o Diretório e a Executiva Nacional (DELMANTO; SADA, 2008), e previu a realização de seu primeiro Congresso Nacional, que seria a instância máxima do partido e discutiria adequações estatutárias e programáticas, além de eleger membros das instâncias partidárias.

A composição da primeira coalizão dominante do PSOL foi representada pela formação da Executiva Nacional do partido, cuja composição da Executiva foi definida por acordo entre as tendências internas do partido, respeitando o tamanho de tendência interna, e se manteve na direção do partido até a realização de seu primeiro Congresso Nacional. Em 2005, foi incorporada à Executiva militantes da tendência APS, integrada ao partido neste mesmo ano (OLIVEIRA, 2017).

A formação da Primeira Executiva Nacional do PSOL foi marcada por uma importante presença dos fundadores do partido – Heloísa Helena, Babá e Luciana Genro - à exceção de João Fontes, que deixou a agremiação pouco depois de sua fundação. Evidencia-se, também a distribuição de poder entre as tendências do partido em seu momento originário. Tendências como MES e a APS já se estabeleciam com poder político, possuindo quatro e três representantes na Executiva Nacional, respectivamente (OLIVEIRA, 2017).

Previsto para acontecer em 2005, o I Congresso Nacional do PSOL somente teve lugar em junho de 2007, após ser adiado diversas vezes por problemas organizativos (DELMANTO; SADA, 2008), e definiu rumos para a atuação futura do partido e sua organização interna.

Para iniciar e contribuir com os debates do I Congresso Nacional do PSOL, diversas teses¹² foram inscritas apresentando análises da conjuntura nacional e internacional dos movimentos sociais e sindical, opiniões sobre os rumos tomados pelo PT, propostas para organização interna e eixos programáticos para o PSOL. Algumas teses sugeriam debates em

¹² As sete teses que permaneceram para votação após as discussões foram as seguintes: Consolidar uma vanguarda partidária e avançar na influência de massas (MES E MTL), PSOL com o povo rumo ao socialismo (APS), Fortalecer a estratégia socialista, inserindo o PSOL nas lutas para derrotar o governo Lula, agente de Bush, e suas reformas neoliberais (CST), Por um Brasil socialista e sustentável (Enlace), Um programa socialista, classista e internacionalista para a revolução brasileira (CSOL), alternativa socialista (AS) Construindo o PSOL (Grupo de Raul Marcelo) (Delmanto e Sada, 2008).

torno de temas específicos como juventude, feminismo e idosos (DELMANTO; SADA, 2008), enquanto que outras se limitavam a traçar a forma de organização interna do partido.

O Quadro 4 mostra os membros da primeira executiva nacional do PSOL:

Quadro 4 – Formação da Executiva Nacional do PSOL 2004-2007

Nome	Tendência Interna do PSOL
Heloisa Helena (Presidente)	Liberdade Vermelha (LV) ¹³
Babá	CST
Edilson Silva	MES
Roberto Robaina	MES
Luciana Genro	MES
Martiliano Cavalcante	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL)
João Machado	Liberdade Vermelha (LV)
Milton Temer	Independente
André Ferrari	Socialismo Revolucionário (SR) ¹⁴
Silvia Santos	CST
Mario Angra	MES
Tostão	CSOL
Júnia Gouveia	CSOL
Marcelo Badaró	Independente
Gilberto Cunha	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL)
Luiz Araújo	APS (2005)
Toninho	APS (2005)
Gesa Linhares Corrêa	APS (2005)

Fonte: Oliveira, 2017

O texto final aprovado foi marcadamente caracterizado por citações ao Partido dos Trabalhadores, fazendo referência ao fim do ciclo petista e caracterizando o PSOL como “resposta à falência do PT e da necessidade de mobilizar as forças sociais contra o capital” (DELMANTO; SADA, 2008, p. 44).

Durante as discussões que antecederam a aprovação do texto final, diversos militantes do novo partido incluíram em seus discursos referências ao Partido dos Trabalhadores. Luciana Genro afirmou que a diferença do PSOL para o início do PT é que “nós não nos dividimos entre reformistas burgueses e socialistas revolucionários, somos todos socialistas”.

¹³ Mais tarde troca de nome para Liberdade e Revolução (LR). Posteriormente, em dezembro de 2005 há um reagrupamento de tendências internas incluindo a Liberdade e Revolução (LR) que resultam na formação do Enlace (OLIVEIRA, 2017).

¹⁴ Depois se torna Liberdade, Socialismo e Revolução (OLIVEIRA, 2017).

Martiniano Cavalcanti afirmou que o PSOL nasceu da negação da “burocracia burguesa do PT” e Plínio de Arruda Sampaio proferiu críticas ao Programa Democrático e Popular formulado pelo Partido dos Trabalhadores nos anos 1980. André Ferrari infirmou a importância de “uma alternativa que supere os limites do programa do PT” (DELMANTO; SADA, 2008, p.45).

O texto final aprovado refletiu uma proposta apresentada pelas correntes MES (Movimento Esquerda Socialista), MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade) e APS (Ação Popular Socialista), que viriam a transformar-se em tendências internas do PSOL, além de contar com propostas de nomes não ligados a nenhuma tendência como Heloísa Helena e Chico Alencar e pelo chamado “Grupo do Rio”, composto por intelectuais como Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e Milton Temer, entre outros. (DELMANTO; SADA, 2008). Heloísa Helena foi eleita presidente do PSOL com ampla maioria, mantendo-se no cargo que já ocupava, como acordado, desde a fundação do partido.

3.3.1 Organização Interna

O primeiro Estatuto do PSOL previu como organização básica da vida partidária os núcleos de base, os quais se organizam em função de regiões geográficas, questões de gênero, atividades profissionais, estudo ou trabalho, atuação nos movimentos sociais (PSOL, 2004a).

Tais núcleos têm a função de permitir uma maior presença dos filiados na vida partidária e permitir um contato constante com as lutas populares, funcionando como canal de permanente comunicação do partido com as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, e tendo como objetivo a intervenção partidária na luta social (SILVA, 2011).

A previsão estatutária exige a participação dos militantes nos núcleos de base, e estabelece a realização de debates e de formação política para os mesmos, pretendendo constituir-se como um instrumento de democracia partidária ao funcionar como um caminho de comunicação da base partidária com sua direção.

A criação de um núcleo não necessita de aprovação prévia, devendo apenas ser comunicada às instâncias municipais. As funções dos núcleos, definidas estatutariamente, são “organizar a militância para debater temas de atualidade política, realizar cursos de formação e impulsionar as atividades decorrentes das diretrizes do Congresso e/ou Convenção Nacional, dos Diretórios regionais, municipais e do Diretório Nacional” (PSOL, 2004a, s. p.).

A organização dos núcleos de base do PSOL tomou por modelo os núcleos de base existentes no PT, que, no início do partido eram espaço de debate entre os filiados e uma das principais formas de aproximação do partido a novos militantes, tendo representado uma inovação na forma de organização partidária quando de sua criação.

O núcleo de base nasceu para ser uma das instâncias mais importantes do partido. Baseando seu modelo de organização no utilizado pelo PT, porém buscando não apenas voltar à organização deste partido quando de sua origem como em representar uma superação do estatuto petista (GENRO; ROBAINA, 2006), o estatuto do PSOL trouxe diversas inovações em relação ao petista quanto aos núcleos de base.

No PSOL, os núcleos de base foram pensados para serem os organismos nos quais são eleitos os delegados para os congressos do partido, algo que o próprio partido apresenta como “sem paralelo na esquerda brasileira” (SILVA, 2011, p. 38). O art. 60 do Estatuto estabelece que deverão ser realizadas plenárias de Núcleos de Base nos municípios, previamente à realização das reuniões do Diretório Nacional, que deverão ser convocadas pelos respectivos Diretórios municipais (PSOL, 2004a).

Assim, os núcleos de base seriam responsáveis pela formulação de uma política, após consulta aos membros do partido, deixando para as instâncias superiores a execução desta política.

Delmanto e Sada (2008) e Silva (2011) destacam a pouca efetividade na prática do estabelecimento de poderes formais aos núcleos de base, apesar de sua originalidade em relação ao PT. As reuniões dos núcleos antecedendo as do Diretório Nacional não chegaram a sair do papel e a escolha dos delegados congressuais diretamente pelos núcleos foi praticamente suprimida (SILVA, 2011). O I Congresso Nacional do PSOL não discutiu nem regulamentou a participação efetiva e constante dos núcleos nas decisões do partido. Na prática, tais núcleos acabam servindo apenas para tiragem de delegados em encontros, congressos e conferências. No entanto, como esses delegados podem ser escolhidos também por plenárias e outros tipos de reunião, nem a exclusividade na eleição dos delegados os núcleos detêm (DELMANTO; SADA, 2008).

Segundo Silva (2011), pode-se explicar a pouca efetividade dos núcleos de base do PSOL, em parte, em razão da conjuntura da luta de classes no país. Segundo o autor, os núcleos foram criações mais ou menos espontâneas que tiveram todo seu potencial expresso na vida do PT no momento de ápice do movimento operário e dos novos movimentos sociais que confluíram para o partido. Com a queda destes movimentos ao longo da década de 1990 e

processo de transformações pelo qual passou o PT, os núcleos experimentaram um progressivo processo de esvaziamento.

No PSOL, a tarefa de organizar os núcleos sempre foi deixada à espontaneidade das bases, não havendo uma tarefa específica das lideranças neste sentido e, nacionalmente, não há um controle do partido a respeito do número de núcleos existentes e sobre quais bases se organizam. Neste sentido, a efetividade da previsão estatutária do PSOL em relação aos núcleos de base, ainda que inovadora, acabou por ser esvaziada desde o nascimento do partido.

O PSOL tem como instância máxima de deliberação o seu Congresso Nacional, previsto para ocorrer a cada dois anos, e é o palco em que os filiados têm soberania para expressar opiniões e sugerir alterações no estatuto e programa partidários. É no Congresso Nacional que se elege o Diretório Nacional, por meio de votação por chapas e eleição proporcional, nas quais votam delegados eleitos nos núcleos, escolhidos na proporção de um para dez militantes (DELMANTO; SADA, 2008).

Em relação a esta instância máxima de deliberação, o estatuto do PSOL estabelece uma importante inovação em relação às previsões estatutárias dos partidos brasileiros. Segundo o art. 25, § 2º, “não será exigida obediência a nenhuma deliberação do Diretório Nacional que se contraponha às resoluções do Congresso Nacional ou da Convenção Nacional”.

Para Silva (2011), tal previsão estatutária se justifica com base na experiência passada do Partido dos Trabalhadores em que, ao votar contra a reforma da previdência, que culminou com a expulsão dos parlamentares que viriam a conformar o PSOL, os parlamentares votaram de acordo com as decisões do último Encontro Nacional do partido e dos princípios programáticos estabelecidos pelo PT. Dessa forma, segundo o autor, os fundadores do PSOL sentiram a necessidade de estabelecer regras que obstaculizassem que as decisões das instancias máximas, que em tese expressariam a soberania dos filiados, fossem violadas pela coalizão dirigente.

As primeiras experiências de realização de Congressos Nacionais do PSOL demonstraram que, na prática, as grandes questões a serem deliberadas surgem no âmbito das tendências do partido. Assim, os Congressos Nacionais têm se refletido em palco de disputa entre as tendências internas do partido, restando pouco espaço para os militantes independentes e para os grupos regionais.

A partir do Congresso Nacional, o partido está organizado hierarquicamente do seguinte modo: Convenção Nacional, Diretório Nacional (DN), Comissão Executiva Nacional (CEN), Convenção Estadual, Diretório Estadual (DE), Comissão Executiva Estadual (CEE), Convenção Municipal, Diretório Municipal (DM), Comissão Executiva Municipal (CEM), Zonais, tendo por instancia final os Núcleos de base. A partir de 2010, foram formalizados os setoriais temáticos no partido (PSOL, 2004a). O Quadro 5 sintetiza as informações quanto à estrutura hierárquica do partido na sua origem.

Quadro 5 – Estrutura Hierárquica do PSOL em sua Origem

Congresso Nacional
Convenção Nacional
Diretório Nacional (DN)
Comissão Executiva Nacional (CEN)
Convenção Estadual
Diretório Estadual (DE)
Comissão Executiva Estadual (CEE)
Convenção Municipal
Diretório Municipal (DM)
Comissão Executiva Municipal (CEM)
Zonais
Setoriais
Núcleos de base

Fonte: elaboração própria com base em PSOL (2004a).

A Convenção Nacional tem a função estatutária de escolher os candidatos e a linha eleitoral a ser seguida das próximas eleições, além de funcionar como uma forma de atualização da política partidária em face das transformações da conjuntura política. Entretanto, como ocorre apenas em anos eleitorais, acabou se limitando a oficializar o que as Conferências Eleitorais decidem. Estas são instancias extraoficiais do partido que chamaram para si o papel de decidir os candidatos, as alianças e a linha política durante as eleições (SILVA, 2011).

O Diretório Nacional é composto por 61 membros, escolhidos proporcionalmente de acordo com a votação de cada chapa no Congresso Nacional, e tem a previsão de reunir-se a cada três meses. Nos primeiros anos de existência do PSOL, entretanto, o Diretório Nacional havia se reunido apenas duas vezes até junho de 2008 (DELMANTO; SADA, 2008).

Dos membros do Diretório Nacional, 17 são escolhidos para fazerem parte da Comissão Executiva Nacional do partido, cuja existência se justifica pela necessidade de se tomar decisões que pressuponham uma agilidade que um Diretório que se reúne a cada três meses não poderia ter (DELMANTO; SADA, 2008). Na prática, contudo, a ausência de reuniões do Diretório e de efetiva participação dos núcleos nas deliberações acaba por fazer com que as decisões importantes do partido sejam tomadas no âmbito da Comissão Executiva. Os Diretórios Estaduais e Municipais são eleitos ordinariamente nos períodos dos Congressos, e reproduzem a mesma dinâmica da vida partidária nacional.

O PSOL apresenta um caráter de forte articulação, o que é reforçado pelas sólidas ligações verticais que estabelecem a máxima coerência entre seus subsistemas internos, com forte estímulo também às ligações horizontais, contando com mecanismos que garantem estas ligações, como instrumentos de participação diretas, como consultas e plebiscitos, e as plenárias internúcleos, momento em que núcleos de atividades afins se reúnem para debater questões de seu interesse (SILVA, 2011).

Silva (2011) salienta que esses mecanismos horizontais de participação do PSOL são herança organizativa do PT, onde tais mecanismos foram estabelecidos de modo mais forte. O autor traz à baila um dos principais mecanismos horizontais existentes do PT e ausente no PSOL, o Processo de Eleição Direta (PED). Trata-se, segundo Silva (2011), de instrumento mais democrático que a eleição indireta do Congresso, estabelecendo uma vontade coletiva a partir de sínteses realizadas dentro de uma lógica de busca pelo consenso.

É de se lembrar, no entanto, que, com o processo de transformação pelo qual passou o PT, a PED se transformou em “despotismo da maioria formada dentro de uma lógica eleitoral em que prevalece o poder político e financeiro dos quadros partidários, obscurecendo o caráter de partido de massas do PT” (SILVA, 2011, p. 44).

Com base na experiência petista, o PSOL optou por não importar do PT a experiência com o PED, por considera-lo o único mecanismo de ligação horizontal que fragiliza o sistema de solidariedade (SILVA, 2011).

Dessa forma, nota-se que a proposta organizativa do PSOL procurou importar elementos organizacionais do PT, pretendendo superar suas deficiências. Assim, buscou implementar mecanismos que fortalecem o sistema de solidariedade por meio da expansão do poder das bases e criação de barreiras ao poder de ingerência da coalizão majoritária sobre o corpo partidário, o que confere uma originalidade do PSOL em relação às demais organizações da esquerda brasileira (SILVA, 2011).

3.3.2 *Tendências Internas*

Seguindo a proposta de Ribeiro (2008d), usa-se o termo tendência interna em sentido amplo, é dizer, como se referindo a unidades encontradas logo abaixo do partido, ou “grupos que se organizam no interior de um partido a fim de impor sua própria linha política e/ou de conquistar a maior quantidade possível de cargos (internos e externos) para os próprios membros¹⁵”.

Os fundadores do PSOL sempre pensaram na organização do partido como um grupamento controlado pelas bases e com direito de tendências. Desde sua fundação, portanto, o PSOL optou por ser um partido de tendências permanentes, com a existência de agrupamentos que possuem funcionamento e organização próprios. A existência de frações no partido, salientam Genro e Robaina (2006), reflete divergências entre forças socialistas com tradições diferentes e permite a convivência pacífica entre estes diferentes grupos.

Esse modelo pressupõe que as correntes possam defender posicionamentos e ações que difiram das do partido, não sendo obrigadas a seguir políticas com as quais não estão de acordo. Esse modo de organização possibilita a convivência entre grupos de origens e concepções diferentes sem que uma maioria imponha sua decisão e limite as divergências (DELMANTO; SADA, 2008). Como foi mostrado no Quadro 1, dos parlamentares que participaram da fundação do PSOL e aqueles que ingressaram no partido logo após o seu registro, apenas Heloísa Helena e Chico Alencar não fazem parte de nenhuma das tendências do partido, declarando-se como independentes.

Silva (2011) afirma que o principal ator responsável pela constituição do partido são as tendências existentes dentro do PT que migraram para o PSOL. Embora comumente caracterizado como um partido de origem parlamentar, posto que estes representaram um importante papel em sua formação, Silva (2011) conclui que o elemento fundamental do processo de criação do PSOL foram as tendências petista de bases extraparlamentares.

O PSOL, portanto, optou por uma forma de organização pluralista baseada na utilizada pelo PT. Difere em relação a este partido na medida em que, no PT, as organizações revolucionárias sempre foram muito minoritárias, enquanto que no PSOL elas constituem o alicerce do partido (SILVA, 2011).

O Estatuto do PSOL, em seu art. 88, deixa expressa a prerrogativa de constituição de tendências partidárias, asseverando que as mesmas podem ser constituídas em âmbito

¹⁵ ZINCONE, Giovanna. (2000), “Frações”, in Bobbio, Matteucci e Pasquino (orgs.) (2000), p. 521-525. *apud* Ribeiro (2008).

nacional, estadual ou municipal e garantindo-lhes o direito de expressão de suas posições nos órgãos internos do partido e na imprensa. Estabelece, ainda, que as tendências podem se organizar livremente, sem o controle ou ingerência das direções do partido, devendo apenas submeter-se aos princípios programáticos do partido e não se contraporem aos fóruns e reuniões dos organismos partidários (PSOL, 2004a).

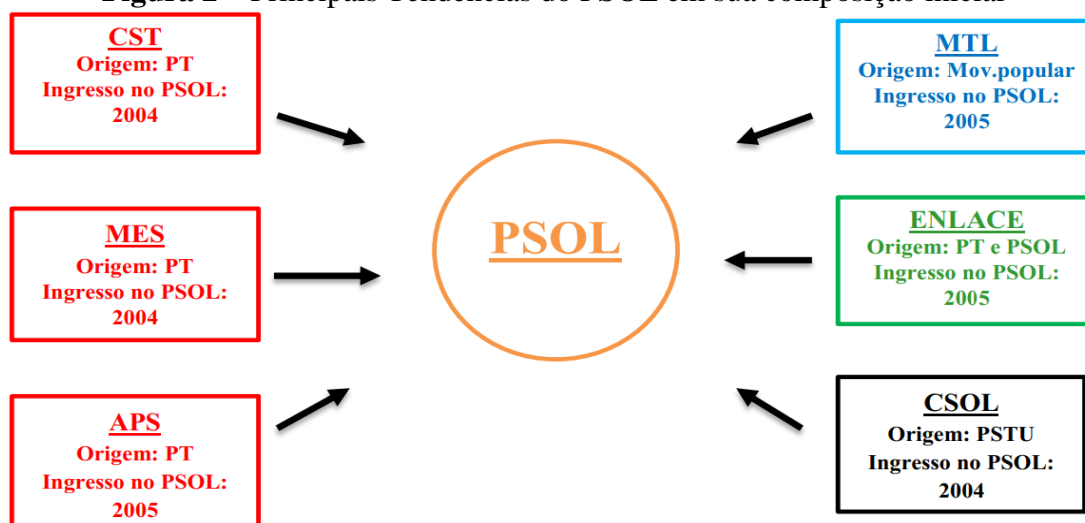
As tendências internas do PSOL têm uma importância salutar no funcionamento do partido. Alencar Filho (2016) salienta que as decisões mais importantes do partido derivam das posições e composições destes setores, cuja articulação e aproximações táticas definem as linhas gerais do PSOL, e destaca que o PSOL opera como uma “federação de tendências”, um “abrigo para a esquerda que caminha no deserto” (ALENCAR FILHO, 2016, p. 59).

Como bem destaca Silva (2013), não é tarefa fácil mapear politicamente os grupos internos que disputam o poder no PSOL, uma vez que as alianças que as tendências estabelecem entre si têm mudado muito de acordo com a conjuntura. Com frequência tendências se fundem, ou deixam de existir, com a migração de seus membros a outras já existentes ou com a criação de novas.

Nos anos iniciais da trajetória do partido, Pompeo (2007) e Delmanto e Sada (2008) identificavam a existência de sete tendências majoritárias nacionais, por seu peso social, político, formulativo e organizativo: Ação Popular Socialista (APS), Poder Popular, Movimento de Esquerda Socialista (MES), Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST), Corrente Socialismo e Liberdade (CSOL), Enlace e Socialismo Revolucionário (SR).

Em 2017, Moraes (2017) identificou a existência de 13 tendências internas no PSOL: Ação Popular Socialista (APS), Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST); Movimento Esquerda Socialista (MES); Nova Era; Insurgência; Somos PSOL; Movimento Unidade Socialista (MUS); Liberdade, Socialismo e Revolução (LSR), além de outras tendências de alcance regional. A Figura 2 mostra as primeiras tendências do PSOL e a sua origem.

Figura 2 – Principais Tendências do PSOL em sua composição inicial



Fonte: Oliveira, 2017.

A seguir, uma breve síntese das principais correntes do PSOL, que contam ou contaram com maior alcance e importância das decisões e rumos do partido.

A Ação Popular Socialista (APS) participou do processo de fundação do PT, convertendo-se em corrente interna nacional deste partido após sua criação com o nome de Força Socialista. Após a eleição de Lula, quando se aprofundaram as divergências internas na corrente, e, em 2005, quando das eleições internas do PT, nas quais o candidato que apoiavam para presidente da Nacional, Plínio de Arruda Sampaio, ficou em quarto lugar, a APS rompeu com o PT e ingressou no PSOL.

Já como tendência interna do PSOL, a APS destacou-se por ser a maior defensora do Programa Democrático Popular elaborado pelo Partido dos Trabalhadores nos anos 1980 (DELMANTO; SADA, 2008). O manifesto de fundação da tendência afirma que “um outro Brasil e um outro mundo são possíveis como fruto da disputa democrática, da auto-organização dos explorados e exploradas e a necessária construção da revolução social, em termos nacionais e internacionais” (POMPEO, 2007, p. 10). Forma, junto com o Movimento Esquerda Socialista (MES), o Campo majoritário.

A APS, após o processo eleitoral de 2012, passou por um processo de ruptura interna, subdividindo-se em três novas correntes. Duas delas reivindicavam o nome de “Ação Popular Socialista”, a APS-Corrente Comunista, que segue sendo a corrente majoritária do partido, a APS-Nova Era (ligado a setores sindicais), e o Coletivo Rosa Zumbi. Segundo Oliveira (2017), a divisão interna ocorreu devido a discordâncias no processo de escolha de candidatos para a disputa eleitoral, formando-se três grupos que se posicionam em lados distintos na divisão dos blocos das disputas internas recentes do partido.

Duas tendências internas do PSOL têm sua origem com a ruptura de um grupamento do PT, a Convergência Socialista, que foi expulsa deste partido em 1992, e formou o PSTU. Alguns militantes da Convergência discordaram da linha em que se formava o PSTU, e acabaram por criar a tendência Socialismo e Liberdade, e a Corrente Socialista dos Trabalhadores. Essa última opta por retornar ao PT, no qual se manteve até 2003 quando uma de suas lideranças, o deputado federal João Batista (Babá), foi expulso.

A corrente Socialismo e Liberdade rompe com o PSTU em 2003 e ingressa no PSOL como o Coletivo Socialismo e Liberdade (CSOL), uma tendência mais a esquerda do Campo Majoritário. Seu documento de apresentação revela que a CSL busca defender “o socialismo, o caminho da mobilização e da auto-organização democrática dos trabalhadores e do povo explorado para conquistar as profundas transformações que o país precisa (...), buscando contribuir para a unidade da esquerda” (POMPEU, 2007, p. 10).

A Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) origina-se quando da expulsão do Deputado Federal Babá em 2003. A tendência petista da qual fazia parte optou por considerar-se expulsa junto com seu parlamentar, e ingressou no PSOL dando origem à CST. Situa-se à esquerda do campo majoritário e se impôs como um dos setores críticos ao programa democrático popular (DELMANTO; SADA, 2008).

O Enlace é uma tendência originária a partir da fusão de diversos outros grupos, alguns já participantes do PSOL, como a tendência Liberdade e Revolução e o Movimento da Unidade Socialista, outros advindos do PT, como os dissidentes da Democracia Socialista, da Articulação de Esquerda e do Fórum Socialista. Dentro do PSOL o Enlace atuou em diversas ocasiões com o campo majoritário sem, entretanto, possuir uma ligação orgânica. A corrente é uma das que tem uma avaliação mais positiva de alguns governos latino americanos, tidos como de enfrentamento com a direita, como o Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia e Rafael Correa no Equador (DELMANTO; SADA, 2008; POMPEU, 2007).

Em 2013, o CSOL e o Enlace se unem, juntamente com outros grupamentos e militantes, e formam a Insurgência, têm como objetivo central a superação por via revolucionária do capitalismo e a construção de uma sociedade ecossocialista e libertária – entendida como a primeira fase da verdadeira emancipação humana, a sociedade comunista (ELIEL, 2014).

O Movimento Esquerda Socialista (MES) surge a partir de uma polarização ocorrida na CST, ainda dentro do PT, em que dois grupos são formados CST-Maioria e CST-Minoria. A CST-Maioria rompe com a corrente, formando o Movimento Esquerda Socialista, no início

dos anos 2000. O MES permaneceu no PT até a expulsão de Luciana Genro, em 2003, quando se considerou também expulso, atuando a partir daí na construção do novo partido, que viria a ser o PSOL. Nasceu com a bandeira de defender uma luta anti-imperialista, o que serviria como alavanca para futuras mobilizações de cunho socialista (DELMANTO; SADA, 2008).

O Movimento de Unidade Socialista-MUS / Fortalecer o PSOL, originou-se da antiga Convergência Socialista, da CST e do MES, entre outros militantes que atuavam no PT. Também conhecido como Fortalecer o PSOL, título da tese apresentada no 3º Congresso. No último congresso, junto com a APS e o MTL, compôs o campo moderado.

O Poder Popular origina-se a partir do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), fundado em 2002, a partir da fusão dos grupos MLST de Luta (Movimento de Libertação dos Sem-Terra de Luta), o MLS (Movimento de Luta Socialista) e o MT (Movimento dos Trabalhadores), grupos apartidários que buscavam a defesa da causa dos sem-terra e dos sem-teto. O MTL teve participação determinante na fundação do PSOL, porém, a partir de 2005, concretiza-se uma demanda já presente no MTL, a de desvincular a atuação no movimento e a disputa interna no PSOL. Para tanto, funda-se uma tendência interna, nomeada Poder Popular (DELMANTO; SADA, 2008; POMPEU, 2007).

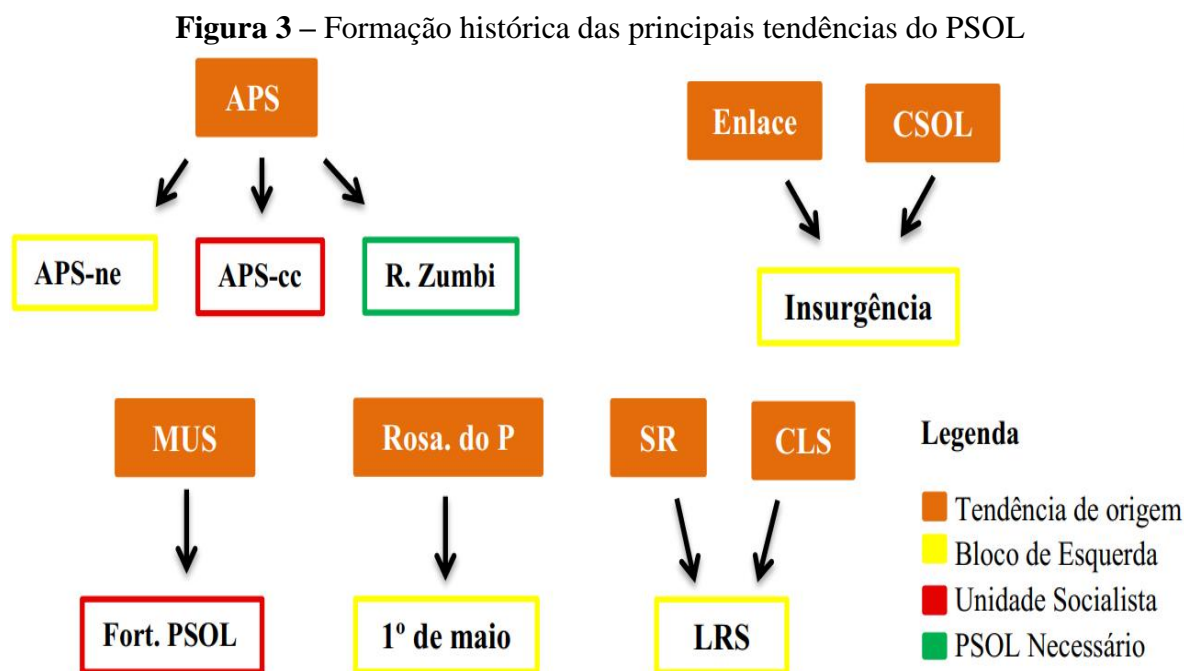
O Socialismo Revolucionário (SR) origina-se a partir da corrente Militante Socialista, tendência criada em 1991 dentro do Partido dos Trabalhadores. Quando a Convergência Socialista é expulsa do PT, esta tendência deixa o partido e ingressa no PSTU permanecendo no novo partido por menos de dois anos. O Socialismo Revolucionário é fundado oficialmente em 1996, quando rompe com o PSTU. A corrente regressa, então, ao PT, onde permanece até a expulsão dos radicais em 2003, quando ingressa no PSOL. Nasceu como um dos grupos mais à esquerda do PSOL, atuando organicamente com o “Bloco de esquerda” dentro do partido (DELMANTO; SADA, 2008).

O Coletivo Primeiro de Maio é tendência oriunda do Coletivo Rosa do Povo, é crítica do setor majoritário e da ampliação de alianças promovidas pelo PSOL no último período (ELIEL, 2014)

O Coletivo Rosa Zumbi originou-se do racha da APS, é crítica tanto do setor moderado, por sua excessiva institucionalização, quanto dos setores à esquerda, pelo seu sectarismo. Defende a validade e atualização do Programa Democrático e Popular (ELIEL, 2014).

Além das citadas tendências, sempre houve no PSOL agremiações menores e/ou regionais. Houve também espaço no partido para militantes independentes, ainda que não conseguissem alcançar peso relevante nas decisões do partido (OLIVEIRA, 2017).

A Figura 3 mostra a formação histórica das principais tendências internas do PSOL na atualidade.



Fonte: Oliveira, 2017.

Atualmente, dois campos disputam o controle do partido: um setor moderado e majoritário (Unidade Socialista), capitaneado atualmente pela APS e por diversos grupos regionais; e um setor radicalizado (Bloco de Esquerda), composto por Insurgência, MES, APS-Corrente Comunista, CST, LSR, Carlos Gianazzi, entre outras organizações e lideranças. O Coletivo Rosa Zumbi, que tem posicionamento independente aos dois blocos nos últimos congressos formando uma terceira alternativa (OLIVEIRA, 2017).

Como pontua Oliveira (2017), as tendências constituem-se como grupos políticos internos ao partido, mas sem vinculação institucional específica. Algumas derivam de movimentos sociais, em que a participação é medida apenas pela presença nos eventos da organização. Sua formação é livre e não há órgão oficial que quantifique quantidade de filiados ou participantes.

Esse apartado tinha por objetivo explicar o processo de formação do PSOL e analisar suas características organizativas quando de seu nascimento. O Quadro 6 sintetiza as características do PSOL em sua origem.

Quadro 6 – Características Originárias do PSOL (2004 – 2010)

1. Origem	Parlamentares expulsos do PT Oposição à esquerda ao PT Formalização do partido em 2005
2. Fonte de Criação	Intra legislativo, a partir de parlamentares oriundos do PT.
3. Líder	Heloísa Helena
4. Organização interna	Existência de núcleos de base pouco efetivos na prática (Silva, 2011) Existência de tendências internas
5. Programa	reivindicações dos trabalhadores e do povo pobre e medidas democráticas, anticapitalistas e antiimperialistas
6. Bandeiras	Socialismo com democracia e liberdade
7. Ideologia	Esquerda socialista
8. Base social de apelo	Setores médios e escolarizados dos grandes centros urbanos, funcionalismo público
9. Base territorial	Penetração nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro Presença mais expressiva nos centros urbanos e mais desenvolvidos economicamente
10. Principais destaques nas eleições de 2006	- Heloísa Helena recebeu mais de 6,5 milhões de votos nas eleições presidenciais, um total de 6,85% - Eleição de 3 deputados federais (Ivan Valente, Luciana Genro e Chico Alencar) - Eleição de 3 deputados estaduais (Raul Marcelo – SP, Carlos Gianazzi – SP e Marcelo Freixo – RJ)

Fonte: Elaboração própria a partir de Guzman e Oliveira (2001) e Melo (2013).

A seguir, analisam-se os documentos produzidos pelo PSOL ao longo de sua trajetória buscando identificar a ocorrência de uma mudança na estrutura programática do partido com a incorporação de demandas pós-materialistas.

CAPÍTULO IV: A TRAJETÓRIA PROGRAMÁTICA DO PSOL: DE MATERIALISTA A PÓS- MATERIALISTA

Como discutido anteriormente, o surgimento do PSOL se deu a partir do rompimento de um grupo de parlamentares que se opunham às diretrizes encaminhadas pela direção do Partido dos Trabalhadores (PT), bem como ao presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva (Lula). Nos registros desses parlamentares, que foram expulsos pela Comissão do PT ou que decidiram por se desligar do partido logo quando este obteve o registro formal, a oposição que faziam era resultado do fato de que o partido havia abandonado as pautas socialistas que faziam parte do seu escopo programático e que teriam sido bases importantes de sua fundação.

Assim como grande parte das eclosões de conflito, há sempre um momento, comumente chamado de estopim que faz exteriorizar a situação. Nesse caso, o estopim que culminou na saída dos parlamentares, segundo seus registros, teria sido a votação contrária à Reforma da Previdência proposta pelo então presidente Lula.

A saída do PT gerou nestes parlamentares a necessidade de criação de um partido próprio, dado que, segundo eles, nenhuma outra legenda se colocava como alternativa naquele momento. Cria-se então o Partido Socialismo e Liberdade em 2004, com objetivo de resgatar o socialismo e defender os valores outrora perseguidos pelo PT, construindo-se como alternativa à esquerda no cenário político brasileiro.

Nesse sentido, o PSOL nasceu em um contexto de mudanças conjunturais, em que um grupo de parlamentares não sentia que suas demandas estivessem sendo acolhidas pelo partido no qual se encontrava.

Assim, o novo partido que nasceu buscou resgatar pautas presentes quando do surgimento do PT, que representava as demandas das classes trabalhadoras, como redistribuição das riquezas, reforma tributária, combate à desigualdade social, reforma agrária, ou seja, demandas relacionadas à questão econômica, sobretudo. Nasceu, portanto, defendendo pautas classistas relacionadas à desigualdade social, economia, reforma tributária, pautas tipicamente materialistas (INGLEHART, 1977).

Importa verificar neste momento, em que sentido seu deu o desenvolvimento do Partido Socialismo e Liberdade. O trabalho parte da hipótese de que o PSOL obteve maior sucesso a partir do momento que passou a representar pautas pós-materialistas, ligadas à

representação de grupos identitários, como defesa da igualdade de gênero e dos direitos LGBTs, negros, indígenas, quilombolas etc., que não eram acolhidas pelos partidos tradicionais.

Este Capítulo analisa, a partir do estudo dos documentos produzidos pelo partido e seus membros ao longo de sua história, desde a sua fundação até as eleições presidenciais de 2018, a trajetória programática do partido, buscando averiguar mudanças – acréscimos e/ou supressões – nas pautas que defende e as demandas que buscou representar ao longo dos anos.

4.1 Programa Partidário

Nos dias 05 e 06 de junho de 2004 realizou-se, em Brasília, o Encontro Nacional de Fundação do PSOL, no qual foram definidos o programa do partido e seu estatuto. Desde então, o programa do partido sempre se manteve o mesmo, não tendo sofrido nenhuma alteração em seus 15 anos de existência.

O programa define, como princípio estratégico do PSOL, o socialismo com democracia como forma de superação da ordem capitalista. Como deixa claro em seu texto, o documento apresenta um viés claramente classista, de defesa da classe trabalhadora contra a superexploração do trabalho e a miséria, buscando um “projeto de emancipação social dos explorados e oprimidos que são produzidos pelo capitalismo imperialista” (PSOL, 2004b, s. p.).

O documento ressalta que é essencial que se busque a participação ativa dos trabalhadores na tomada de decisão do estado, uma vez que, como afirma, não seria possível a construção de uma sociedade diferente da atual sem o controle dos próprios atores e sujeitos da autoemancipação. Para tanto, rechaça a conciliação de classes e busca a unidade do povo trabalhador, sejam os que têm trabalho, os que estão desempregados, os trabalhadores do campo, sem-terra, pequenos agricultores, as classes médias urbanas, nas profissões liberais, na academia e nos setores formadores de opinião (PSOL, 2004b).

O programa propõe um enfrentamento contra a ordem capitalista e uma reconstrução da ideia de socialismo, afirmando a possibilidade de que este é compatível com um regime democrático. Sustenta, ainda, a necessidade de uma verdadeira independência nacional para o Brasil, rompendo definitivamente com o imperialismo, e defende melhores salários, a luta contra o desemprego e contra a corrupção, a defesa da reforma agrária e a busca por uma reforma tributária que taxe o grande capital.

Para que o partido possa caminhar no sentido que define, o programa traz uma lista de 21 ações e medidas que deverão orientar a atuação do partido e de seus representantes e filiados, quais sejam: (1) redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução dos salários; (2) aumento dos salários e reposição mensal da inflação; (3) reforma agrária; (4) reforma urbana; (5) investimentos dos gastos públicos para saúde, educação e infraestrutura; (6) não pagamento e auditoria das dívidas interna e externa; (7) rechaço às reformas neoliberais e apoio a reformas populares; (8) rechaço às privatizações; (9) confisco dos bens e prisão dos corruptos e sonegadores; (10) autonomia dos sindicatos e movimentos sociais; (11) democratização dos meios de comunicação; (12) garantia do direito à vida e à segurança; (13) preservação do meio ambiente; (14) combate ao racismo; (15) defesa dos direitos das mulheres; (16) defesa dos direitos das juventudes; (17) defesa dos direitos dos indígenas; (18) defesa dos direitos dos idosos e aposentados; (19) defesa do direito à livre expressão sexual; (20) defesa das liberdades democráticas; (21) unidade dos trabalhadores e do povo da América Latina (PSOL, 2004b).

A partir dos preceitos que insere em seu programa, o PSOL nasceu com um forte viés classista, buscando defender a classe trabalhadora e dando grande importância para a pauta econômica, o que fica claro quando se analisam as proposições de seu programa. Das 21 ações propostas, as 12 primeiras e a última se referem às pautas que buscam garantir o direito da classe trabalhadora, e enfatizam prioridades que se aproximam do que Inglehart (1977) define como valores materialistas.

Assim, nota-se no programa do PSOL um forte enfoque a questões relativas à segurança e à economia, tendendo a priorizar questões como o controle da inflação, a manutenção da ordem no país, o combate à corrupção e a busca da distribuição das riquezas. São pautas fortemente atreladas a valores de sobrevivência, que caracterizam as prioridades valorativas enfocadas pelos materialistas.

No entanto, o programa salienta como foco de atuação algumas pautas que se alinham com as prioridades valorativas pós-materialistas. Oito pontos dos 21 apresentados pelo documento, (do 13º ao 20º) enfocam pautas que buscam garantir o direito de auto expressão e a defesa de grupos minoritários tradicionalmente rechaçados pela sociedade, como negros, mulheres, comunidade LGBT e indígenas, citados no programa como grupos a serem defendidos pelo partido.

Dessa forma, o programa do PSOL demonstrou que o partido intencionava, desde sua criação, defender tanto as pautas materialistas quanto as pautas pós-materialistas. Ambas

estiveram presentes na concepção de atuação do partido na esfera socialista democrática que pretendia se institucionalizar na sociedade, ainda que a ênfase maior tenha recaído sobre as pautas materialistas.

Apesar de deixar claro seu viés classista e apontar essa característica com bastante veemência em seu programa, mirando a maior parte de seu enfoque para as questões econômicas e de defesa da classe trabalhadora, o partido também incluiu em seu campo de atuação questões relativas à auto expressão e à defesa da democracia e de grupos historicamente marginalizados. Neste sentido, ainda que teoricamente, percebe-se que os valores pós-materialistas sempre fizeram parte dos planos de atuação do partido.

4.2 Congressos Nacionais do PSOL

Os congressos nacionais do partido são ocasiões interessantes para se observar as prioridades partidárias do momento em que são construídas. Uma vez que o partido é fortemente caracterizado por possuir tendências internas, que com muita frequência divergem quanto a que pautas priorizar em um dado momento, as resoluções decididas nos Congressos Nacionais fornecem informação importante a respeito da posição oficial do partido. Ainda que possam não refletir o posicionamento de uma maioria dentro do partido, foram elaboradas a partir de processos oficialmente previstos em seu estatuto. Portanto, refletem a posição legitimamente decidida pelo partido nas instâncias designadas para tanto. Como definido estatutariamente, as resoluções aprovadas nos Congressos Nacionais têm como função definir as diretrizes gerais do partido sobre as questões da realidade, determinando sua atuação futura e suas prioridades¹⁶.

A formação orgânica do PSOL, sobretudo a possibilidade de formação de tendências internas, propiciou a criação de um ambiente de forte concorrência pelo poder no interior da organização. Contando com maior ou menor grau de força e controle de determinados setores em determinados momentos, e muitas vezes lideradas por parlamentares de importante expressão, as correntes internas frequentemente acabam construindo o organismo dirigente do partido e formando coalizões dominantes em sua direção. Muitas vezes contando com quatro ou mais chapas para disputar o comando nacional do partido, a direção nacional com frequência é eleita com menos de 30% de apoio dos militantes. Ainda que o estatuto do

¹⁶ Art. 36 As resoluções do Congresso representam a posição oficial do Partido e são válidas para todos os órgãos e filiados, não podendo ser substituídas ou revogadas senão por outro Congresso ordinário ou extraordinário. (PSOL, 2010).

partido preveja um formato bastante democrático para a construção da direção nacional¹⁷ a partir da eleição nos Congressos Nacionais, é comum que venha acompanhado disputas acirradas e fortes críticas às decisões tomadas pela direção por parte de grupos de oposição.

Até o ano de 2019 foram realizados seis Congressos Nacionais. A seguir, passa-se à análise dos documentos discutidos e produzidos pelo partido em cada um de seus Congressos Nacionais.

É importante salientar que parte da documentação referente aos Congressos Nacionais do PSOL não se encontra disponível nos arquivos do partido, tampouco na *web*. Neste sentido, parte da análise foi feita de forma indireta, por meio de informações coletadas em reportagens, notícias e registros dos filiados.

4.2.1 O I Congresso

O I Congresso Nacional do PSOL foi realizado entre os dias 7 e 10 de junho de 2007. O II Encontro Nacional do PSOL, ocorrido em 2005, previu a realização do I Congresso para o final de 2005. Em outubro deste mesmo ano, a Direção Nacional optou, por questões organizativas, por adiá-lo para março de 2006. Adiado novamente pelos mesmos motivos, finalmente ocorreu em junho de 2007, três anos após o Encontro Nacional que fundou o partido.

O período pré-congressual foi marcado por debates a respeito da questão organizativa do partido. Diversos agrupamentos que faziam parte do PSOL levantaram preocupações no sentido de se evitar a formação de hegemonias e a “construção de blocos destinados a combater outros blocos” (DELMANTO; SADA, 2008, p. 88), e a criação de uma disputa mais focada em garantir espaço e controle dentro do partido do que na promoção do debate em torno das questões programáticas que o PSOL nascera para defender.

Até então, o PSOL tinha o seu funcionamento determinado pelo Estatuto e Programa provisórios, definidos em seu Encontro fundacional. Estruturava-se como uma aglutinação de

¹⁷Art. 37 O Congresso Nacional elegerá proporcionalmente, na forma do Regimento Interno e dentre os filiados em condições estatutárias:

(...)

§2º A ordem de escolha dos cargos na Executiva Nacional do Partido e da Diretoria Executiva da Fundação Lauro Campos será feita pela proporcionalidade qualificada expressa da seguinte forma:

I - A chapa que obtiver o maior número de votos terá direito a primeira escolha;

II - Ao ser contemplada por uma escolha, a chapa terá seus votos divididos pelo número de cargos obtido mais um;

III - A ordem da escolha dos cargos obedecerá a ordem de votos alcançada pelas chapas após a eleição e as sucessivas divisões referidas no inciso II deste parágrafo. (PSOL, 2010).

coletivos políticos de esquerda, lideranças, intelectuais, e seu funcionamento se caracterizava por uma espécie de federação de tendências, em que a direção era composta por representação igualitária e com poder de veto nas suas instâncias deliberativas (CADERNO DE TESES, 3º CONGRESSO, 2011, p. 32).

A expectativa para o I Congresso residia na discussão de modificações estatutárias e no programa, para o estabelecimento de documentos definitivos que regeriam o funcionamento partidário, e na tentativa de avançar na questão organizativa da agremiação que acabara de nascer. Ademais, o Congresso seria o momento de eleger os membros da direção nacional e traçar as diretrizes para as eleições municipais de 2008.

Como definido estatutariamente, as tendências internas do partido, assim com qualquer filiado, podem propor teses referentes aos mais diversos assuntos, que serão debatidas e votadas no âmbito do Congresso Nacional. As teses aprovadas serão publicadas em forma de resolução e irão refletir a posição oficial do partido em todas as instâncias.

Para o primeiro Congresso, foram inscritas dezesseis teses, que apresentavam análises da conjuntura nacional e internacional, dos movimentos sociais e sindical, opiniões sobre o Partido dos Trabalhadores, propostas para organização interna e eixos programáticos para o PSOL. Algumas teses focavam temas específicos como juventude, feminismo e idosos (DELMANTO; SADA, 2008).

Os debates ocorriam nos grupos de discussão, onde eram feitas as apresentações das teses pelos principais expoentes de cada grupo, e as mesas eram votadas pelos delegados, após intensas discussões.

Ao final dos Grupos de Discussão, os responsáveis pela sistematização computaram duzentas propostas diferentes a serem encaminhadas para a votação em plenário. A votação foi dividida em eixos: Nacional, Internacional, Eleições 2008, Sindical, Construção partidária, Programa e Setoriais (DELMANTO; SADA, 2008).

Treze teses foram inscritas para votação, tendo apenas sete delas permanecido e sido objeto de deliberação. São elas: consolidar uma vanguarda partidária e avançar na influência de massas (apresentadas pelas tendências MES e MTL); PSOL com o povo rumo ao socialismo (apresentada pela APS); fortalecer a estratégia socialista, inserindo o PSOL nas lutas para derrotar o governo Lula, agente de Bush, e suas reformas neoliberais (apresentada pela CST); por um Brasil socialista e sustentável (apresentada pelo Enlace); um programa socialista, classista e internacionalista para a revolução brasileira (apresentada pela CSOL); Alternativa socialista (AS); e Construindo o PSOL (Grupo de Raul Marcelo).

A íntegra de cada uma das teses não se encontra disponível, porém, pelos títulos é possível perceber que tinham como foco principal a organização partidária, a defesa do socialismo e críticas ao Partido dos Trabalhadores e ao ex-presidente Lula.

A partir das teses apresentadas e votadas, o texto final foi composto por oito resoluções a respeito da conjuntura nacional, das eleições de 2008, da não renovação da concessão da Rede de Televisão RCTV da Venezuela, da reorganização do movimento sindical, do aborto, e dos setoriais (Agrária, Aposentados, Comunicação, Direitos Humanos, Eco-socialismo, GLBT, Juventude, Mulheres, Negros e Negras, Pessoas com deficiência e Povos Indígenas), setorial da juventude, mudanças estatutárias¹⁸ (VERBETE FGV, 2009).

Foram aprovadas, ainda, 16 moções: de apoio e solidariedade ao Povo Saharai e à Frente Polisário; retirada das tropas brasileiras do Haiti; apoio à luta e resistência dos povos Tupinikin, Guarani e Quilombolas contra a ARACRUZ Celulose; apoio à Ocupação Tamoio; apoio à luta insurgente colombiana; apoio à greve dos trabalhadores das empreiteiras que atendiam à Companhia Siderúrgica Nacional; apoio à luta parlamentar no Congresso Nacional; solidariedade ao Povo Basco; apoio ao plebiscito popular sobre a anulação do leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce; pela Libertação de Cesare Batisti; apoio à luta dos trabalhadores da educação na Bahia; apoio à greve dos servidores técnico-administrativos das Universidades Brasileiras; apoio à luta dos trabalhadores do INCRA; apoio à luta dos servidores municipais de Porto Alegre; pela readmissão e fim das punições aos sindicalistas metroviários de São Paulo; apoio à luta contra a Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto (VERBETE FGV, 2009).

O texto final aprovado acabou tendo por base uma proposta conjunta apresentada por um grupo formado pelas correntes do Movimento Esquerda Socialista (MES), do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL) e da Ação Popular Socialista (APS), por nomes de peso não oficialmente ligados a nenhuma tendência, como Heloísa Helena e Chico Alencar, e por intelectuais como Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e Milton Temer, entre outros. Começava a se configurar o que se tornou o bloco majoritário do PSOL (DELMANTO; SADA, 2008).

O documento produzido no I Congresso Nacional do PSOL foi fortemente marcado por críticas ao Partido dos Trabalhadores. O primeiro item da resolução intitulava-se “O fim de um ciclo: PT e Lula mantenedores da ordem vigente”, e referia-se ao Partido dos

¹⁸ Desafortunadamente, não se encontra disponível o texto completo das resoluções aprovadas no I Congresso Nacional do PSOL.

Trabalhadores como uma organização restrita aos limites eleitorais e adaptada ao sistema, e que perdera por completo seu caráter transformador (DELMANTO; SADA, 2008).

Apresentando forte enfoque na luta de classes, o documento afirmava que esta questão havia se tornado mais complexa, e acusava o PT e Lula de implementar uma ordem neoliberal contra a qual historicamente lutaram.

Críticas ao PT puderam ser notadas durante todo o Congresso, nos grupos de discussão e nos debates em plenário, em que o Partido dos Trabalhadores era sempre citado como um exemplo do que não deveria ser feito. Na apresentação das teses, o então deputado estadual (SP) Raul Marcelo aludiu ao PT como “um partido que apenas disputa eleições”, e Plínio de Arruda Sampaio teceu críticas ao Programa Democrático Popular formulado pelo partido dos Trabalhadores nos anos 1980. A tese defendida pela corrente Socialismo Revolucionário, que tinha como principal expoente André Ferrari, trazia em seu título uma referência expressa ao PT: “Aprender com a falência do PT e construir um partido de novo tipo” (DELMANTO; SADA, 2008, p. 45).

Os problemas nas questões organizativas do I Congresso foram igualmente referenciados na experiência negativa do PT. A este respeito, Plínio de Arruda Sampaio afirmou que os erros na organização não poderiam se repetir, ou o PSOL seguiria o mesmo caminho do PT, e Raul Marcelo destacou que o erro do PT fora também de organização (DELMANTO; SADA, 2008).

A definição do Partido Socialismo e Liberdade também partiu de referências negativas ao PT. Luciana Genro afirmou que, à diferença do Partido dos Trabalhadores, o PSOL não se dividiria entre reformistas e burgueses: “somos todos socialistas”, Martiniano Cavalcanti afirmou que o PSOL nascia da negação da burocracia do PT, e André Ferrari afirmava a necessidade de se construir uma alternativa que superasse os limites programáticos do PT.

Ao final, o documento caracterizava o PSOL como um partido nascido como resposta à falência do PT e da necessidade de mobilizar forças sociais contra o capital, e qualificava o partido como necessário e insurgente, derivado de forças que “não se venderam nem se renderam” (DELMANTO; SADA, 2008, p. 45). O texto da resolução final apontava para um programa “antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiário”, que objetivava encampar as bandeiras do socialismo.

Outro conteúdo objeto de intensos debates no I Congresso referiu-se à questão do aborto. Em defesa da legalização da prática estavam Liliana Alves, do Enlace, e o então

deputado estadual (RJ) Marcelo Freixo. Do lado oposto, Heloísa Helena e Janira Rocha, do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (DELMANTO; SADA, 2008).

Após acalorada discussão, a proposta favorável à prática saiu vitoriosa com grande vantagem. A resolução aprovada defendia a legalização do aborto acompanhada de educação sexual e reprodutiva promovida pelo Sistema Único de Saúde, além de garantir o acesso irrestrito a diversos métodos contraceptivos e a regulamentação da assistência ao aborto realizado até a 12ª semana de gestação por uma equipe de profissionais (DELMANTO; SADA, 2008).

Como destacam Delmanto e Sada (2008), a votação da legalização do aborto sinalizou a existência de espaços democráticos no interior do partido para que decisões pudessem ser tomadas pela militância ainda que em direção contrária a propostas defendidas por grandes figuras públicas do partido, referindo-se a Heloísa Helena, então presidente do partido, que sempre se posicionou contrariamente ao aborto, e foi uma das responsáveis pelo intenso debate desta questão no Congresso.

O Setorial de Mulheres do partido tentou incluir temas discutidos no I Encontro Nacional de Mulheres nas discussões do Congresso, para possibilitar a incorporação das questões feministas nas resoluções do partido e ao Programa do PSOL. No entanto, apesar das movimentações, nada foi formalmente aprovado, nem mesmo a formalização dos setoriais do partido¹⁹. A única exceção referiu-se ao do tema do aborto, que, apesar de aprovado, foi discutido de forma isolada (SETORIAL DE MULHERES AO 2º CONGRESSO).

O I Congresso do partido foi cenário também de eleições para a definição da direção nacional do PSOL. Quatro chapas foram inscritas para concorrerem à direção. No entanto, desde os debates pré-congressuais até as discussões durante o evento e o conteúdo das teses apresentadas, era possível perceber uma polarização entre dois grupos dentro do partido. De um lado os militantes reunidos em torno das correntes CSOL, CST, SR e Revolutas e das teses defendidas por elas. De outro, o que se configuraria como o campo majoritário do PSOL no Congresso e o Grupo do Rio, além do apoio de peso de nomes como Heloísa Helena, Chico Alencar e Carlos Gianazzi (DELMANTO; SADA, 2008; SILVA, 2011).

A chapa vitoriosa (“Organizar, Lutar e Vencer”), formada pela coalizão MES/APS/MTL e encabeçada por Heloísa Helena, recebeu o apoio do ex-prefeito de Belém Edmílson Rodrigues, dos deputados federais Chico Alencar, Ivan Valente e Luciana Genro,

¹⁹ O Estatuto do PSOL então em vigor não previa a existência de setoriais temáticos no partido, e os setoriais existentes funcionavam de maneira informal. Em 2010 o estatuto sofreu modificações para incluir a possibilidade de organização formal dos setoriais.

dos ex-deputados federais Maninha (DF) e Milton Temer (RJ), dos intelectuais Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder e de dirigentes sindicais e populares (VERBETE FGV).

Heloísa Helena foi, assim, eleita Presidente do Partido Socialismo e Liberdade, cargo que já ocupava desde a fundação do Partido por acordo entre as correntes fundadoras.

Em relação a proposições para as eleições do ano seguinte, após acalorados debates, optou-se por transferir a discussão para outro momento, e a resolução aprovada apontava no sentido de não ser possível avançar na definição de uma tática eleitoral concreta para 2008. Neste sentido, decidiu-se por convocar uma Conferência Eleitoral para o primeiro semestre de 2008 para a definição destas questões.

O programa e estatuto do partido, um dos pontos que se pretendia discutir no Congresso, acabaram não sendo objeto de deliberação, tendo permanecido os mesmos desde o Encontro Nacional de fundação do PSOL.

Assim, o I Congresso Nacional do PSOL foi caracterizado por proposições no sentido de se garantir uma maior organização do partido, distanciando-se da experiência do PT, e posicionando-se como um abrigo para a esquerda brasileira. Foi fortemente marcado por discussões de questões como a necessidade de se implementar o socialismo no país, e teve como principais pautas discutidas a defesa da classe trabalhadora e a questão econômica brasileira. A defesa dos direitos da população indígena também mereceu importante discussão, além da questão do aborto.

O I Congresso inaugurou uma segunda fase para o partido no que se refere à sua organização interna. A partir de então, o PSOL deu um pequeno salto organizativo, com instâncias deliberativas decidindo por maioria e produzindo orientações políticas conjunturais.

4.2.2 O II Congresso

O II Congresso do PSOL foi realizado em São Paulo entre os dias 21 e 23 de agosto de 2009, e pretendia desenhar o programa eleitoral e a estratégia de campanha para as eleições de 2010, além de definir o candidato do partido à presidência da república e eleger a direção partidária. Além de contar com a participação de filiados e parlamentares do PSOL, o II Congresso também contou com a presença de convidados que representam entidades de movimentos sociais como Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Movimento Terra e Liberdade (MTL), Conlutas, Intersindical e os partidos de esquerda PCB e PSTU.

Para início dos debates nos grupos de discussão, foram inscritas nove teses versando sobre os mais diversos temas da conjuntura nacional e internacional, com a predominância de discursos que buscavam garantir a ética na política e a luta contra a corrupção, a defesa da classe trabalhadora, e a implementação de um modelo econômico socialista.

A tese 1, “Possibilidades do PSOL nos desafios por um Novo Brasil”, defendia a organização da disputa presidencial em 2010, para contrapor o projeto de poder contra o lulismo e a velha direita do PSDB, garantido a proteção à classe trabalhadora, e a tese 2, “PSOL na luta com os trabalhadores para construir o socialismo!”, defendia a priorização da classe trabalhadora contra os ataques do imperialismo (CADERNO DE TESES 2º CONGRESSO, 2009).

A 3ª tese apresentada no debate, “Em defesa do PSOL democrático, classista e de combate”, tratou de três aspectos: a crise econômica, a crise política e a crise interna do PSOL, enquanto que a tese 4, “Colocar o socialismo na ordem do dia!”, partiu da análise de que o país vivia a crise mais importante do sistema capitalista, e defendia a adoção do socialismo como saída da crise.

A tese 5, “Uma alternativa popular, ecológica e socialista para o Brasil”, baseava-se na ideia de que o capitalismo seria o grande responsável pela degradação do meio ambiente, e defendia a adoção do socialismo como forma de preservação do meio ambiente, o chamado ecossocialismo. A 6ª tese, “Novos tempos para o PSOL”, defendia a mobilização das massas para fortalecer o partido e descentralizar os espaços de poder dentro do PSOL, em sentido similar ao proposto pela tese 7, “Postular o PSOL como alternativa para disputar influência de massas”, que defendia a mobilização popular como forma de lutar contra a corrupção, afirmando que luta contra a corrupção, a crise econômica e o capitalismo se fundem.

A tese 8, “Um partido militante para um Brasil dos trabalhadores e socialista”, defendeu o aprofundamento das relações com os países da América Latina para a construção de saídas coletivas da crise. E a tese 9, “Construir o poder popular em direção ao socialismo e à liberdade”, salientou a consolidação do PSOL e defendeu a construção de um corpo dirigente sistemático que contemple a diversidade política das tendências e persiga a síntese para a ação e não para o debate (CADERNO DE TESES 2º CONGRESSO, 2009).

Assim, as teses apresentadas levantaram questões sobretudo a respeito da crise política em que o Brasil estava inserido, trazendo o socialismo como forma de saída dessa crise, além de destacar pautas de defesa da classe trabalhadora. A aproximação do partido com as massas e a proteção ao meio ambiente também foram temas levantados pelos militantes.

Além das teses apresentadas, foram levadas à discussão também quatro contribuições ao debate, que se referiam à “formação, articulação e lutas: Os desafios do PSOL perante a fragmentação da esquerda socialista”, a busca “por um partido em que a base tenha voz e vez”, a necessidade de se “romper a cortina de fumaça e promover um debate amplo e sem preconceitos sobre a questão das drogas”, e a defesa da ideia de que “o presente é de luta, o futuro é da gente!”.

Com a intenção de promover um debate mais amplo das teses apresentadas, e possibilitar a participação de um maior número de filiados de todas as partes do país, foram promovidos cinco debates temáticos por meio de videoconferência, divididos em áreas temáticas que versavam sobre conjuntura e tática, concepção de partido e estatuto, reorganização sindical, juventude, opressões: LGBT, mulheres, negros e negras, indígenas e pessoas com deficiência (PNEs) (NOTÍCIA PSOL, 2009).

Ao final dos debates, foram aprovadas 16 resoluções que traçariam os rumos do partido a partir de então. Algumas dessas resoluções versavam sobre questões organizativas, como alterações no Estatuto e no funcionamento da Fundação Lauro Campos (RESOLUÇÕES 2º CONGRESSO, 2009).

Quanto às mudanças estatutárias, a de maior relevo se referiu à formalização e organização do funcionamento dos setoriais, definidos como instâncias partidárias integradas por filiados que atuam em determinada área específica, com o objetivo de intervir partidariamente junto aos movimentos sociais organizados, e com a possibilidade de se organizar em qualquer âmbito (RESOLUÇÕES 2º CONGRESSO, 2009).

A resolução sobre as eleições de 2010 salientou a necessidade de se construir uma alternativa de poder no Brasil fundada em um programa capaz de combinar desenvolvimento econômico, distribuição de renda, poder popular e preservação do meio ambiente, e convocou para outubro de 2009 a II Conferência Eleitoral do PSOL, que decidiria o nome a ser lançado como candidato do partido à presidência da república, além de definir questões programáticas que serviriam de base para o partido nas eleições no ano seguinte.

Sobre o Pré-sal, o Congresso aprovou a resolução definindo que os recursos sejam revertidos para o povo brasileiro e classe trabalhadora. Quanto ao aspecto ambiental da questão, ressaltou que a exploração do petróleo é uma das fontes de energia que polui, e propôs a mediação de seu uso fontes e energias não poluentes, além de orientar no sentido da constituição comitês em defesa do patrimônio ambiental e da reestatização da Petrobras (IMPrensa 2º CONGRESSO, 2009).

A respeito da crise no Senado, foi aprovada a resolução sobre o início de um debate no partido sobre o fim da Casa Legislativa e mobilização unitária do PSOL na Campanha pelo “Fora Sarney”, sugerindo que o partido se reunisse com o PSTU, Intersindical, Pastoral Operária, Conlutas e outras entidades para levar esta campanha às ruas (IMPrensa 2º CONGRESSO, 2009).

A reforma política foi outro ponto de destaque nas resoluções aprovadas. Definiu-se pela elaboração, pelo PSOL, de um projeto de lei de origem popular pelo financiamento público de campanha e fim do voto secreto em todas as câmaras legislativas e proibição de candidaturas de pessoas que estivessem envolvidas em casos de corrupção.

Uma das resoluções aprovadas salientava a importância de se reorganizar o movimento sindical em uma perspectiva socialista que buscasse a reconstrução do movimento e a construção de uma central que unificasse a classe trabalhadora e enfrentasse em melhores condições os ataques do capital e dos governos. Propunha a construção de uma central do mundo do trabalho, classista, ampla, plural, democrática, internacionalista, solidária, que tenha a unidade como valor estratégico e desenvolva o sindicalismo com uma concepção de frente única, que combata o corporativismo, o economicismo e a burocratização (IMPrensa 2º CONGRESSO, 2009).

Em relação à reforma agrária e regularização fundiária, foram aprovadas várias indicações pela participação do PSOL em lutar pela revogação da Medida Provisória 458, chamada de MP da Grilagem, e impedir a aprovação do PL 578/07, em tramitação na Assembleia Legislativa de São Paulo, que autoriza grilagem no pontal do Paranapanema. Definiu-se, ainda, a elaboração pelo partido de Projeto de Lei no sentido de garantir direitos e interesse de comunidades tradicionais e povos ribeirinhos e acelerar o processo de regularização das terras ribeirinhas e a reforma agrária.

O Setorial de Negros e Negras do PSOL apresentou contribuição ao II Congresso, propondo medidas a serem adotadas pelo PSOL na luta antirracista. Tais contribuições foram aprovadas no formato de resolução, e destacava que o racismo é inerente ao capitalismo, e que a opressão racial se soma à exploração de classe, afetando duplamente a população afro-brasileira, e defendia o socialismo como única opção para a luta contra o racismo. Afirmava o PSOL como o porta-voz daqueles que defendem um movimento negro independente, combativo e antineoliberal. A resolução propunha medidas como a explicitação no programa do partido de políticas concretas de luta contra o racismo, estimulação às candidaturas negras do partido, institucionalização de um espaço permanente de debate antirracista, por meio da

Fundação Lauro Campos, a indicação, pelo setorial de negros e negras, de representantes com direito à voz nas instâncias deliberativas do partido (RESOLUÇÕES 2º CONGRESSO, 2009).

Merece destaque a resolução aprovada a respeito da acessibilidade e garantia dos direitos às pessoas com deficiência. Com o lema “Trabalhador especial é socialista e combate o capital”, a resolução destacava que as pessoas com necessidades especiais configuram um segmento muito oprimido da classe trabalhadora, com acesso ao trabalho limitado às condições mais subalternas. Foram aprovadas a indicação à luta pelas seguintes políticas públicas: ensino da libras para crianças no ensino básico; contratação de pessoas com deficiência no serviço público; acessibilidade no serviço público e educação bilíngue para surdos (língua dos sinais como a primeira língua e portuguesa como a segunda).

Em relação à proteção ambiental, foi aprovada resolução que destacava a ampliação do debate ecossocialista. A resolução denunciava o papel predatório do capitalismo, e negava a possibilidade da existência de um “capitalismo verde”, afirmando a necessidade de o partido aprofundar internamente a discussão ecossocialista, visando balizar tanto a atuação de seus e suas militantes, quanto inserir propostas nesta temática no programa das eleições de 2010.

Foram aprovadas, ainda, moções de apoio do PSOL e de parlamentares do partido às lideranças ameaçadas pela subprefeitura do bairro Pantanal, em São Paulo que lutam pela urbanização da área; solidariedade a quatro servidores do INSS que estão em greve de fome no Rio Grande do Norte há quase um mês; aos trabalhadores da Liga Camponesa de Conceição do Araguaia, no Pará, ameaçados de morte; repúdio aos ataques e ameaças da multinacional General Motors ao movimento sindical nas fábricas e à luta dos Trabalhadores Sem Teto do município de Irecê que estão combatendo uso eleitoreiro da prefeitura do PT na construção de casas populares (IMPrensa 2º CONGRESSO, 2009).

É importante salientar que o Setorial de Mulheres do partido apresentou contribuição aos debates do II Congresso, que destacava que o capitalismo se beneficiaria da divisão sexual do trabalho, hierarquicamente organizada, reservando às mulheres atividades produtivas com baixa valorização social e salários mais baixos. Neste sentido, propunha a inserção da luta das mulheres no programa do partido e a adesão do PSOL à luta feminista. Neste contexto, reivindicava a garantia e incentivo da participação das Mulheres nos espaços do partido, a inclusão de políticas públicas para mulheres nos programas eleitorais, a existência de Estrutura de creches nos encontros do PSOL, e a discussão de gênero e sexualidade no

interior do partido. Entretanto, a contribuição do setorial de mulheres não foi transformada em resolução no Congresso (CONTRIBUIÇÃO SETORIAL DE MULHERES, 2009).

Sendo assim, as resoluções aprovadas afirmaram o PSOL como uma alternativa socialista e de luta para os trabalhadores. No debate de conjuntura política nacional, o centro do que foi deliberado referiu-se à mobilização contra a crise econômica, em defesa dos direitos dos trabalhadores. Na questão internacional, entre as várias resoluções, está o repúdio ao golpe em Honduras e a campanha pela retirada imediata das tropas brasileiras do Haiti.

Em relação às pautas discutidas e aprovadas, notou-se um pequeno crescimento na inserção de pautas pós-materialistas no debate. O congresso anterior foi fortemente focado em questões priorizadas econômicas e a busca pela implementação do socialismo e pautas fortemente atreladas a valores de sobrevivência, que caracterizam as prioridades valorativas enfocadas pelos materialistas. Ainda que tenha pontualmente tocado em proteção ao direito das mulheres quando aprovou a resolução sobre o aborto, não incluiu o debate das questões levadas à discussão pelo setorial de mulheres. O II Congresso, apesar de fortemente focado por pautas materialistas, incluiu no debate a questão das mulheres e dos negros, e aprofundou na discussão da questão da proteção ambiental e a busca pelo ecossocialismo. A contribuição do setorial dos negros foi transformada em resolução, incorporando formalmente a luta contra o racismo nas diretrizes do partido. A contribuição do setorial das mulheres, apesar de não transformado formalmente em resolução, foi extensamente debatido. A luta pelos direitos das pessoas com deficiência também mereceu destaque, contando com resolução aprovada especificamente para esta classe.

O II Congresso Nacional do PSOL também foi palco da eleição da direção nacional do partido. O processo de debates resultou na unificação de várias teses e na apresentação de três chapas. A chapa 1, composta pelas tendências Ação Popular Socialista (APS), Enlace, Coletivo Socialismo e Liberdade (CSOL), TLS, Rosa do Povo e independentes, foi encabeçada pelo deputado federal Ivan Valente, o então senador José Nery, dentre outros. A chapa 2 reuniu os militantes da CST e do Bloco de Resistência Socialista, como o ex-deputado Babá, Silvia Santos da Executiva Nacional do PSOL e André Ferrari da Direção Nacional do PSOL. A chapa 3 foi composta pelo MES, Luta Popular e independentes do Rio de Janeiro, e contou com Heloísa Helena, Luciana Genro, o então presidente da Fundação Lauro Campos Milton Temer e Martiniano Cavalcanti.

A votação foi acirrada e polarizada entre as chapas 1 e 3. Ao final, a chapa 1 obteve o maior número de votos, 182, ficando a chapa 3 em segundo lugar com 152 votos. A chapa 1,

que obteve o maior número de votos, teria o direito de escolher o primeiro cargo, mas anunciou que sua primeira indicação não seria a presidência. A chapa 3, então, usou sua segunda chamada para indicar a presidência do partido. Com este acordo, ficou acertada a recondução de Heloísa Helena para dirigir o partido nos próximos dois anos (NOTÍCIA PSOL, 2009).

O II Congresso apresentou um salto organizativo contraditório. Por um lado, demonstrou o potencial de crescimento do partido, já que foi capaz de reunir mais de 11 mil militantes em todo país para discutir seus rumos. No entanto, II Congresso também foi uma demonstração da dificuldade de consolidação de uma cultura partidária unitária. Elegeu a nova direção, mas herdou uma crise política interna que consumiu grande parte das energias partidárias no período posterior (CADERNO DE TESES 3º CONGRESSO, 2011).

A tensão política observada nas eleições para a direção nacional do partido foi agravada no ano seguinte em meio às discussões quanto à participação do PSOL nas eleições presidenciais de 2010. A direção nacional do partido havia considerado a hipótese de o partido não lançar candidatura própria a essas eleições, e iniciou conversar para apoiar a candidatura de Marina Silva, que havia recentemente saído do Partido dos Trabalhadores e se filiado ao Partido Verde (PV), e seu projeto “alternativo” de esquerda, o que dividiu o bloco majoritário formado no Congresso (CADERNO TESES 3º CONGRESSO).

Na Conferência Eleitoral do partido ocorrida em abril de 2010, a aliança com Marina Silva foi descartada pela direção nacional após o partido da então senadora coligar-se com o PSDB na disputa para o governo do Rio de Janeiro. Após a decisão de lançar candidatura própria, foram lançados os nomes de Babá, Plínio de Arruda Sampaio e Martiniano Cavalcanti como pré-candidatos à disputa, este último apoiado pelo grupo de Heloísa Helena que liderava o partido. Após as votações, Plínio de Arruda Sampaio foi escolhido como candidato do PSOL à presidência da república nas eleições de 2010.

Após as eleições, Heloísa Helena optou por renunciar ao seu cargo de presidente do PSOL, por divergências com a direção nacional e falta de identidade com as posições assumidas pelo partido, sobretudo a recomendação do partido de "voto crítico" em Dilma Rousseff (PT) ou "voto nulo" no segundo turno das eleições 2010 (G1, 2010). Para ocupar a presidência do partido a partir de então, a Executiva Nacional do partido aprovou o nome de Afrânio Bopp, que assumiu a direção do PSOL a partir de então.

4.2.3 O III Congresso

O PSOL realizou seu III Congresso Nacional entre os dias 02 e 04 de dezembro de 2011 em São Paulo. As discussões se concentraram na apresentação e defesa das teses, sobretudo quanto à construção partidária e a política de alianças para as eleições de 2012. Segundo Ferrari (2011), participaram do Congresso 332 delegados e mais de 600 observadores, além de 26 convidados internacionais, entre eles membros do *Socialist Party* da Inglaterra e País de Gales e do *Socialist Party* da Irlanda.

Foram apresentadas 10 teses, cuja discussão ocorreu no âmbito dos grupos de trabalhos específicos, com temáticas sobre sindicalismo, mulheres, negros, LGBTs, juventude, cultura e comunicação (BRITO, 2011).

Entre as principais discussões do Congresso estavam a nova situação da crise internacional, as lutas da classe trabalhadora brasileira contra os ataques do governo de Dilma Rousseff do PT, a política para as eleições municipais de 2012, a construção do partido e a participação de mulheres na direção e a política do partido para o movimento sindical e popular (FERRARI, 2011).

A primeira tese apresentada, “trabalhadores na luta socialista resistem à ofensiva do capital”, defendia a luta contra o imperialismo a garantia da autodeterminação dos povos, assim como o rechaço ao modelo econômico neoliberal e a luta pelo direito da classe trabalhadora. A tese 2, “PSOL nas lutas e nas ruas!”, salientava a necessidade de o PSOL se consolidar como uma oposição à esquerda enfocando sua atuação no apoio aos movimentos sociais e mais enraizado nas lutas do povo.

A terceira tese intitulava-se “Por um giro à esquerda no PSOL: Construção pela base, orientação à luta de classes e defesa do socialismo”, referia-se às disputas internas dos anos anteriores para defender que o partido promovesse um giro político e organizativo à esquerda, recolocando o PSOL numa posição coerente com seu projeto original de partido democrático, organizado pela base e inserido nas lutas sociais com uma perspectiva anticapitalista e socialista. A tese 4, “nas ruas e nas urnas, por um PSOL de massas”, também salientava a necessidade de o partido se posicionar como um instrumento fundamental das massas e o enraizamento nos problemas e lutas do povo (CADERNO TESES 3º CONGRESSO).

A tese 5, “Construir um projeto anticapitalista e socialista no Brasil é o grande desafio do PSOL”, igualmente destacava a importância da inserção do partido nas lutas e nos movimentos sociais, na classe trabalhadora, na juventude, nos movimentos populares e nos

bairros, e cita como pontos importantes a serem considerados pelo PSOL as questões relativas a condição da mulher, LGBTs e dos negros e negras.

A 6ª tese, “fortalecer o PSOL: por um Brasil democrático, ecológico e socialista”, defendia a garantia de uma maior participação popular e a adoção de mecanismos de consulta direta à população, como plebiscitos e referendos, sobre temas de relevância nacional, e salientava a necessidade de o partido avançar na construção de uma unidade partidária nacional em torno de um programa. A tese n 7, “a crise mundial e os desafios dos socialistas revolucionários”, faz referências à crise experimentada pelo partido nos anos anteriores e destacava a importância de se rearticular a coordenação nacional e recuperar o partido no formato definido pelo estatuto para ser capaz de avançar em relação à crise econômica e na proteção ao direito da classe trabalhadora.

A tese 8, “PSOL: um passo em direção ao Brasil real”, defendia que, para o partido se afirmar como parte relevante de um processo real de reorganização da esquerda socialista de massas no Brasil deveria organizar um programa de caráter nacional com o estabelecimento de bases programáticas de massas, como a luta contra a corrupção e contra os banqueiros, e defesa do meio ambiente.

A tese nº 9, “por outra civilização: uma sociedade ecossocialista, feminista, libertária, livre de qualquer forma de exploração, dominação e preconceito”, também destacou a falta de definição de um programa nacional que refletisse uma visão estratégica debatida e compartilhada com a militância, e defendia a capilarização do partido na sociedade formando núcleos por bairros, temas ou frentes de atuação, por meio dos setoriais. E a tese 10, “aproveitar as oportunidades para o PSOL brilhar”, ressalta a importância de contextualizar a situação nacional com a situação mundial, destacando o surgimento de partidos de esquerda radical em várias partes do mundo, e salienta a importância de perceber as experiências que os partidos socialistas revolucionários vêm demonstrando para estar na vanguarda desta experiência do Brasil (CADERNO TESES 3º CONGRESSO).

Assim, o III Congresso do PSOL foi marcado por referências à crise sofrida pelo partido nos anos anteriores, iniciada no II Congresso. As teses apresentadas com frequência suscitavam a necessidade de o partido se reorganizar, e desenvolver um programa nacional que refletisse a postura do partido de uma forma geral, para além das posições adotadas por cada uma de suas tendências. Para tanto, coincidiam em salientar a necessidade de o partido se aproximar de suas bases, criando novos setoriais e fortalecendo os existentes, além de promover uma maior aproximação com os movimentos sociais.

A defesa de temas pós-materialistas foi observada com mais frequência em relação do Congresso anterior, uma vez que algumas referências à necessidade de o PSOL construir um programa que abarcasse a defesa de grupos tradicionalmente marginalizados, como mulheres, negros, LGBTs, indígenas e pessoas com deficiência, foram pontuadas. A questão ambiental também foi frequentemente levantada, com a maioria das teses defendendo o desenvolvimento econômico sustentável e a adoção do ecossocialismo. Importante destacar, ainda, algumas referências pontuais em relação à necessidade de se desenvolver propostas que pudessem promover uma maior participação popular nas decisões do estado.

O III Congresso Nacional, portanto, veio com uma responsabilidade de reorientar o partido, consolidá-lo no sistema político e torná-lo referência no campo progressista.

Ao final dos debates, as teses 2 e 6 se uniram e lançaram um manifesto intitulado “Fortalecer o PSOL: De Esquerda, Programático e de Massas”, que foi a tese vencedora do III Congresso. Em segundo lugar ficou a composição das teses 4 e 8, e a tese 10 ocupou o 3º lugar. Os delegados que assinavam o manifesto vencedor deixaram claro que o documento funcionaria como um chamado à unidade e à luta do conjunto da militância do PSOL para que ocupasse, ofensiva e programaticamente, as possibilidades e potencialidades abertas pela conjuntura de crise do capitalismo e crescimento das mobilizações e lutas sociais no Brasil e no mundo (BRITO, 2011).

As resoluções aprovadas no III Congresso referiam-se às estratégias eleitorais para as eleições de 2012, concepção de partido, tarefas partidárias e modificações estatutárias, e eleição da direção nacional do partido e da Fundação Lauro Campos.

Duas das resoluções aprovadas no III Congresso chamam a atenção. A primeira delas diz respeito à tática eleitoral e à política de alianças para as eleições de 2012. Temendo repetir a política de alianças ocorridas após o II Congresso, e uma possível coligação do partido com Marina Silva, a resolução definiu a existência da chamada Frente de Esquerda, formada pelos partidos de esquerda de oposição ao governo federal PSTU e PCB. Qualquer aliança com os partidos da Frente de Esquerda já estaria automaticamente autorizada. Coligações que se pretendessem realizar com outros partidos que não estes deveriam ser analisadas e aprovadas caso a caso pelo Diretório Nacional do PSOL, cabendo somente a esta instância a decisão final sobre concretização das ampliações, tendo como parâmetros o programa partidário (FERRATI, 2011; OLIVEIRA, 2012).

Mesmo a partir do conteúdo da resolução, alguns membros do partido ainda temiam uma possível aliança com Marina Silva nas eleições de 2014, já que o texto resolutivo, apesar

de tecer críticas ao movimento político criado por ela, não deixou expresso que o PSOL lançaria candidato próprio às próximas eleições presidenciais (FERRATI, 2011).

Ainda quanto a táticas eleitorais, ficou definido que o partido realizaria prévias para a definição partidária de quem seria o candidato (a) nos casos em que houvesse mais de uma candidatura em uma determinada cidade.

A segunda proposta que merece destaque refere-se definição da participação paritária de gênero. A partir de proposta do Setorial de Mulheres, e trabalhando na perspectiva de se alcançar futuramente uma composição partidária com 50% de mulheres e 50% de homens nas instâncias dirigentes do partido, o III Congresso aprovou a obrigatoriedade de que um mínimo de 30% de mulheres ocupe cadeiras na Executiva Nacional, e 40% no Diretório Nacional.

Segundo Ferrati (2011), a paridade de 50% não foi votada no III Congresso por entender o partido tratar-se de uma política que não se aplica automaticamente, sendo necessário aprofundar a discussão sobre a ampliação da participação das mulheres no interior da agremiação e tomar medidas para formar politicamente as militantes mulheres, viabilizando sua participação efetiva em todos os espaços.

O III Congresso do PSOL votou, ainda, resolução reafirmando a necessidade de se reconstruir as condições para a unidade do movimento sindical combativo e independente de governos (incluindo organizações sindicais como a CSP-Conlutas, a Intersindical, etc) numa mesma Central sindical (FERRATI, 2011).

Quanto à construção partidária, o documento aprovado reuniu um conjunto de teses para o enfrentamento do que chamava de hegemonia burguesa representada pelo PT e aliados:

Construir este espaço de diálogo com o povo brasileiro é nossa principal tarefa no momento. Para isso, precisamos de um partido que concentre a maior parte de suas energias para a disputa de projetos de sociedade. Um partido que tenha uma clara identidade ideológica e uma firme base programática, que lhe permita construir alianças sociais e políticas orientadas pelo enfrentamento das elites nacionais e regionais comprometidas com a transformação social e o aprofundamento das conquistas democráticas e sociais. [...] Um partido que saiba combinar a luta social com a luta institucional, onde a mobilização do povo e a disputa eleitoral estão conectadas. Um partido socialista, plural, democrático e de massas, inserido no debate de nosso tempo e não fechado em si mesmo, com direitos e deveres claramente definidos entre seus militantes e filiados, e com instâncias capazes de promover o mais amplo debate e a unidade de nossas ações. (BRITO, 2011).

Assim, é possível notar que os temas trazidos à discussão no III Congresso inseriram com mais força no PSOL o debate de questões ligadas a prioridades valorativas pós-materialistas. Além da questão da preservação ambiental, pauta trazida pela maioria das teses apresentadas, o partido aprovou a adoção da cota de gênero, em que garantia, no mínimo, a

participação de 30% de mulheres em seus órgãos decisórios. É de se notar, no entanto, que pautas ligadas a valores que priorizam questões de sobrevivência, como a questão econômica e a defesa da classe trabalhadora, além da adoção do socialismo, continuam sendo temas centrais nos debates do partido.

As questões levantadas nos debates do III Congresso em relação à necessidade de reorganização do partido, assim como as discussões sobre as coligações e a ameaça de uma aliança com Marina Silva acabaram por provocar um realinhamento das correntes internas do PSOL (FERRATI, 2011). Duas importantes correntes nacionais sofreram divisões internas provocando o surgimento de novas correntes e novos alinhamentos. A corrente Enlace, originada principalmente de setores da esquerda do PT que aderiram ao PSOL em 2005, dividiu-se em dois grupamentos: um setor que se aproximou da Ação Popular Socialista (APS), e outro setor, que manteve o nome Enlace, formado principalmente por apoiadores da corrente internacional conhecida como IV Internacional, e que se deslocou à esquerda do partido, passando a rejeitar coligações amplas.

O Movimento Esquerda Socialista (MES) que antes compunha a ala mais à direita do PSOL, chegando, inclusive, a apoiar as negociações de aliança com Marina Silva em 2009, também sofreu uma divisão. A ala mais à direita do MES rompeu com a corrente e passou a compor, junto com o Poder Popular / Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (PP/MTL) e um grupo do Rio de Janeiro, a ala de extrema direita do PSOL (FERRATI, 2011).

O setor que permaneceu no MES passou a adotar posições mais à esquerda internamente, sobretudo em razão da disputa com a APS pelo controle do partido e pela escolha do candidato a prefeito em São Paulo nas eleições de 2012, e passaram a buscar uma aliança interna com a esquerda do partido, tendo formado, ao final, uma chapa com a CST (Corrente Socialista dos Trabalhadores), o grupo do qual romperam no passado para formar o MÊS (FERRATI, 2011).

Nas eleições para a definição da Direção Nacional do partido saiu vitoriosa com 52% dos votos a chapa 4, formada pela APS, parte do Enlace e TLS, considerada de centro no interior do partido. A chapa de centro-esquerda MES-CST ocupou o segundo lugar nas votações. O deputado federal Ivan Valente, da APS, foi eleito para ocupar a presidência do partido pelos próximos anos.

Como destaca Oliveira (2017), a partir da eleição da Executiva Nacional (EN) no III Congresso, pode-se perceber o início de predominância da APS no corpo dirigente do partido. Além de alcançar a presidência do partido por meio da eleição do Deputado federal Ivan

Valente, um dos principais líderes da corrente, além de Afrânio Boppré, que ocupara até então a presidência do partido após a renúncia de Heloisa Helena, a tendência elegeu mais 5 componentes na Executiva Nacional, representando o domínio majoritário da coalizão dominante do Partido. O MTL e o MES, grupos com segundo maior número de membros da EN, apareciam com 3 integrantes cada um.

As eleições de 2012 acabaram por gerar intensos debates no interior do PSOL. Durante o 2º turno das eleições municipais em Macapá/AP, em que o partido à prefeitura saiu vitorioso e conquistou a primeira prefeitura do PSOL, o candidato Clécio Luís recebeu duras críticas de membros da direção nacional em função da adesão do DEM e do PSDB à campanha. A campanha, fortemente apoiada pelo então senador do PSOL Randolfe Rodrigues, também recebeu apoio do PSB e da ex-senadora Marina Silva.

4.2.4 O IV Congresso

O IV Congresso Nacional do PSOL ocorreu nos dias 29 e 30 de novembro e 1º de dezembro de 2013, na cidade de Luziânia, no Distrito Federal. O encontro debateu a situação política do país evidenciada pelas mobilizações ocorridas em junho de 2013, além de discutir a organização partidária e diretrizes para as eleições de 2014, e eleger membros da direção do partido.

Para dar início aos debates, as correntes apresentaram nove teses para serem discutidas e votadas nas plenárias (CADERNO DE TESES 4º CONGRESSO, 2013). A primeira tese, “democracia real já, nas ruas e no PSOL”, referenciava-se nas jornadas de junho de 2013 para afirmar que o Brasil, a exemplo do ocorrido em outras partes do mundo, passara por uma mudança política em que temas como democracia real e luta por direitos humanos ganharam relevo, e defendia a necessidade de o PSOL garantir a sintonização das suas posições com o espírito do levante de junho.

Também se referenciando nas jornadas de junho, a tese 2, “as jornadas de junho, nossa estratégia e os desafios do PSOL”, afirmava que o pano de fundo das mobilizações fora o agravamento da crise econômica no Brasil, e sustentava que o PSOL deveria capitanear as bandeiras levantadas nas jornadas, o que só seria possível se se mudasse a direção partidária que governava o partido que, segundo afirmava, afastou o PSOL de seus militantes. A terceira tese, “para o PSOL continuar necessário”, defendia a construção programática do partido na

perspectiva da nova economia, ecossocialista, libertária, de radicalização da democracia e da busca da identidade nacional.

A tese 4, “PSOL: um partido para a revolução brasileira”, também fazia referência às jornadas de junho, enfatizando com muita veemência a necessidade de o PSOL se distanciar definitivamente do PT e se afirmar como um partido que luta contra toda forma de opressão e busca a defesa intransigente das mulheres, LGBTs, negros, indígenas e imigrantes. A 5ª tese apresentada, “Avançar a resistência popular e defender o PSOL”, igualmente cita as manifestações de junho como retomada da resistência popular, e defendia para o PSOL um aprofundamento nos laços com organizações populares e movimentos sociais, e sua definitiva afirmação como oposição à esquerda.

A tese nº 6, “por novos levantes no Brasil”, afirmava que as jornadas de junho de 2013 mudaram a correlação de forças entre as classes a favor dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre, e defendia a afirmação do PSOL como um partido dos indignados, que precisava estabelecer um programa em consonância com a agenda de junho de 2013. A tese 7, “tomar as praças e ruas, avançar nas conquistas rumo ao socialismo!”, ressaltava o caráter ecossocialista e anticapitalista do partido, salientando a necessidade de o PSOL se engajar na luta do povo e impulsionar mobilizações por todo o país.

A 8ª tese, “por um PSOL afinado com as ruas: de luta, socialista e radicalmente democrático!”, citava, uma vez mais, as manifestações de junho de 2013 ressaltando que a esquerda socialista e o PSOL precisariam conquistar sua legitimidade diante do movimento das massas, e apoiava que o partido aproveitasse as oportunidades da nova situação para fazer avançar a luta socialista no Brasil. E a tese 9, “unidade socialista por um PSOL popular”, novamente salientava a mudança ocorrida no Brasil a partir de junho de 2013 e a necessidade de o PSOL capitanear as novas demandas surgidas então.

Assim, todo o debate ocorrido durante o IV Congresso foi vigorosamente marcado por referências às jornadas de junho. Quase todas as teses se referenciavam neste acontecimento para salientar um novo contexto na conjuntura nacional, contexto este favorável ao PSOL. Pode-se verificar que temas como a defesa de grupos tradicionalmente oprimidos como mulheres, negros, LGBTs e indígenas foram citados com mais frequência pelas teses apresentadas como pautas a serem destacadas com mais ênfase pelo partido.

Os debates ocorridos no IV Congresso resultaram em resoluções que definiam as diretrizes do partido em relação a três grandes questões: conjuntura internacional, conjuntura nacional e construção partidária.

Quanto à conjuntura internacional, a resolução cita a experiência socialista e comunista de outros países, como China, Cuba e a primavera árabe, ressaltando a importância dos movimentos; entretanto, salientando a necessidade de superação destes modelos e a urgência de se buscar uma ressignificação do socialismo. Ressaltava a resolução que a alternativa socialista que o PSOL precisa construir deverá ter presente questões como a desalienação do trabalho, autonomia da sociedade civil em relação ao Estado, diversidade cultural, combate às opressões de gênero, orientação sexual, étnica, racial etc. (RESOLUÇÕES 4º CONGRESSO, 2013).

Quanto à conjuntura nacional, a resolução aprovada no IV Congresso trouxe inúmeras referências às jornadas de junho de 2013, afirmando que os protestos romperam com o conformismo e conciliação até então presentes e ingressou o país em um momento histórico mais favorável às lutas sociais e a um programa de mudanças estruturais.

O texto da resolução salientava a importância de o PSOL se apresentar como alternativa a essas mudanças ocorridas, e reforçar os vínculos do partido com os movimentos sociais. Entendendo que a construção de uma nova sociedade pressupõe a luta contra as opressões, a resolução aprovada convocava o partido a combater a homofobia, defender a autonomia das mulheres sobre seus corpos e os direitos sexuais e reprodutivos, defender a laicidade do Estado, lutar contra o racismo, sobretudo a partir do combate à repressão policial da instituição de cotas raciais e sociais nas universidades públicas, combater a precarização do trabalho, defender o meio ambiente e lutar pelos direitos da população indígena.

Além disso, buscar a democratização dos meios de comunicação e garantia da liberdade na internet e promover uma reforma política ampla e democrática, com financiamento exclusivamente público de campanha e que ampliasse a participação direta da população na política.

A resolução sobre construção partidária fazia um balanço da atuação do PSOL nos últimos anos e apresentava propostas para a atuação do partido em vários setores e frentes de luta. A resolução fez referências à qualidade da gestão eleita no congresso anterior, afirmando que as vitórias colecionadas pelo partido derivaram do acerto da linha política implementada nos últimos anos e pela atuação da militância em diferentes frentes de luta. Essa sistemática teria ampliado o enraizamento social do partido, o aumento da presença institucional do PSOL e o fortalecimento do partido como alternativa socialista.

Assim, sugeria a necessidade de se voltar para as disputas externas, ampliando a presença nos movimentos sociais e nas principais lutas, aprimorando a atuação parlamentar e

fortalecendo a organização partidária a partir do funcionamento sistemático dos nossos núcleos, setoriais e diretórios. A resolução enfatizava a necessidade de se fortalecer os setoriais e garantir a representação paritária de mulheres.

Pelas resoluções aprovadas no IV Congresso, é possível notar uma maior inserção de temas pós-materialistas nas pautas destacadas com de atuação prioritária do partido. Todas as resoluções aprovadas enfocavam a necessidade de o PSOL se engajar na luta contra as classes oprimidas, citando expressamente a defesa das mulheres, negros, LGBTs e indígenas, a partir, sobretudo, de uma maior aproximação com os movimentos sociais. A questão ambiental e a participação direta da população na política também foram pautas aprovadas para atuação prioritária do partido. No entanto, temas materialistas como a defesa da classe trabalhadora e questões econômicas continuaram a ter um importante peso nas diretrizes apontadas para o PSOL.

O IV Congresso Nacional do PSOL foi palco, ainda, da eleição de sua direção nacional. A chapa Unidade Socialista, composta por vários grupos e liderada pela APS, saiu vencedora, e indicou o nome de Luiz Araújo para a presidência do partido. A chapa vencedora, que contou com 51,95% do congresso, enfatizou a importância de se haver alcançado uma maioria dentro do partido (NOTA COLETIVO ROSA ZUMBI, 2013).

A votação do nome que concorreria às eleições presidenciais de 2014 foi alvo de imensas discussões partidárias no IV Congresso em virtude do lançamento de Randolfe Rodrigues como uma das opções viáveis. Randolfe sofrera duras críticas nas eleições de 2012, quando apoiou a candidatura de Clécio Luiz como prefeito de Macapá, e firmou aliança com DEM, PSDB E PTB para a sua eleição. Ademais, havia publicizado sua decisão de votar em Dilma no segundo turno das eleições presidenciais de 2010, quando o PSOL havia decidido não demonstrar apoio a nenhum dos candidatos concorrentes.

Em que pese a polarização da disputa, o nome de Randolfe foi aprovado como pré-candidato à presidência da república pelo PSOL para as eleições de 2014, tendo o nome de Luciana Genro ficado em segundo lugar na disputa.

Às vésperas das eleições presidenciais, no entanto, Randolfe Rodrigues renunciou à sua candidatura à presidência pelo PSOL, o que acabou trazendo dificuldades para o partido e exigiu uma rápida transição. Com o apoio da maioria da direção partidária, foi aprovado o nome de Luciana Genro para concorrer ao cargo, que terminou as eleições em 4º lugar, com mais de 1,6 milhão de votos (MEDEIROS, 2016).

No segundo turno das eleições, em que a disputa foi polarizada entre Dilma Rouseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), a posição oficial do PSOL foi de não declarar apoio a nenhum dos candidatos. No entanto, a direção nacional do partido decidiu por liberar seus membros a manifestarem apoio individual a Dilma. Tal decisão foi duramente criticada pela ala mais à esquerda do partido, que não apoiava a ideia de se permitir um apoio, ainda que individual, a alguma candidatura do PT, sempre duramente criticado pelo PSOL desde a sua fundação.

4.2.5 O V Congresso

O V Congresso Nacional do Partido Socialismo e Liberdade ocorreu entre os dias 4 e 6 de dezembro de 2015 na cidade de Luziânia, no Distrito Federal, no ano em que o partido completava 10 anos de sua formalização legal e 11 anos de existência. Foi destacada a trajetória do partido até então, com o crescimento da participação das mulheres, negros e jovens nas instâncias partidárias, a projeção conquistada pela bancada de deputados federais, a atuação do partido nos estados e a forte presença das lutas sociais do país (PSOL COBERTURA 5º CONGRESSO, 2015).

A convocatória ao Congresso trouxe como temas para discussão e aprovação de resoluções a conjuntura nacional, internacional e tática para o período, atualização programática e diretrizes para programa de governo 2016, modificações estatutárias e eleição da direção nacional e da fundação Lauro Campos.

O mandato da direção eleita no Congresso anterior, que sagrou a chapa Unidade Socialista vitoriosa com mais de 50% dos votos, foi alvo de intensos debates por parte da ala à esquerda do partido, que considerava que a chapa buscava uma unidade do partido a qualquer custo e a construção de um PSOL “para fora” (TESE LSR AO 5º CONGRESSO, 2015).

Uma das resoluções mais importantes aprovadas no V Congresso Nacional diz respeito ao posicionamento do partido sobre o pedido de *impeachment* da então presidente Dilma Rouseff. O texto da resolução foi marcado por severas críticas a Eduardo Cunha, relator do processo de *impeachment* e presidente da Câmara dos Deputados, a quem o partido chamou de ilegítimo, além de fazer referências a denúncias de corrupção, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, ocultação de bens e outros crimes existentes contra ele.

A resolução afirmava que o processo de *impeachment* havia sido construído em um ambiente de chantagens mútuas e posições oportunistas de todos os grandes partidos, configurando-se como verdadeira retaliação do deputado Eduardo Cunha contra o Partido dos

Trabalhadores. Destacava, ainda, que o mérito da denúncia que embasaria o afastamento da presidente da República não teria substância para promover destituição de quem detém mandato eletivo (RESOLUÇÃO IMPEACHMENT 5º CONGRESSO, 2015).

Neste sentido, o PSOL se posicionou radicalmente contra o processo de impeachment, apesar de se manter como oposição programática ao governo Dilma, e afirmou que não participaria em manifestações de defesa do governo, e tampouco naquelas de defesa do impeachment. Segundo o texto:

Destituir Dilma, a cujo governo antipopular nos opomos, para colocar em seu lugar Michel Temer (PMDB), significaria aprofundar “uma ponte para o futuro” que é mera continuidade do presente, pavimentada pelos materiais do privatismo puro e duro. (RESOLUÇÃO IMPEACHMENT 5º CONGRESSO, 2015).

Outra importante resolução aprovada no V Congresso diz respeito à aprovação de cotas para negros na direção nacional do partido. Ficou definida a cota obrigatória de 30% para a participação de negros e negras em todas as direções do partido. A proposta aprovada havia sido construída pelo Setorial Negros e Negras do PSOL, e reforçava a necessidade de se combater o racismo estrutural no Brasil.

Foi aprovada, ainda, a destinação de 5% do fundo partidário recebido pelo partido para o Setorial de Mulheres, além de aprovar resolução normativa para casos de violência contra mulheres no interior do partido.

O texto final das resoluções destacava a necessidade de o partido se posicionar frente à crise econômica e o avanço da direita conservadora, e reafirmava a necessidade de se estar nas ruas, ao lado de outras organizações do campo da esquerda. Além disso, enfatizava a disposição do PSOL de lutar contra o financiamento privado de campanha e garantir maior participação popular nos espaços da política, destacando que a saída da crise somente seria possível com ampla mobilização popular em torno de reformas profundas, que instituíssem um novo modelo econômico, soberano, igualitário e ambientalmente sustentável, que aprofundasse a democratização do país, e que pudesse garantir que as maiorias sociais se tornassem as maiorias políticas.

O V Congresso reelegeu para presidente do partido Luiz Araújo, que encabeçou a chapa “PSOL sem medo”. O presidente reeleito destacou a estabilização do partido nos últimos anos, tendo se tornado um “partido mais atrativo e mais seguro para aqueles que estão insatisfeitos com a política no Brasil, insatisfeitos com os rumos do governo Dilma, insatisfeitos com o avanço conservador e que encontram no PSOL uma alternativa de esquerda” (PSOL COBERTURA 5º CONGRESSO).

4.2.6 O VI Congresso

O VI Congresso Nacional do PSOL ocorreu nos dias 01 e 03 de dezembro de 2017 em Luziânia/GO. A mesa de abertura foi composta pelo presidente nacional do partido, Luiz Araújo, e por representantes dos Setoriais de Mulheres, Negras e Negros e LGBT, que deram início às falas destacando a trajetória do partido. Os representantes dos setoriais afirmaram a urgência de o PSOL reafirmar a centralidade da pauta racial para a construção de um projeto socialista para o país, e a necessidade de mais unidade entre todas as mulheres do partido para enfrentar as opressões. Foi destacada, ainda, a exigência de a população LGBT se articular de forma mais organizada, junto à classe trabalhadora, para enfrentar o cenário de fortes retrocessos.

Após a abertura do congresso, deu-se início às discussões das teses inscritas. Para debate, foram apresentadas doze teses elaboradas pelas diversas tendências do PSOL e militantes independentes sobre as diretrizes que o partido deveria seguir a partir de então. A primeira delas “A saída da crise é pela esquerda: é preciso superar o PT para o PSOL se consolidar como alternativa de poder para o povo brasileiro”, fazia severas críticas aos governos do PT e de Temer, e destacava a necessidade de o PSOL retomar bandeiras históricas como reforma agrária e reforma tributária.

A 2ª tese, “Caminhando contra o vento”, ressalta a necessidade de o partido fortalecer os núcleos de base e as instâncias de direção e superar a sua débil inserção social, e buscar o socialismo com democracia e a defesa de uma sociedade mais justa e plural, que garanta a todos a sua liberdade individual e o respeito às identidades e diferenças. A tese 3, “Construir nas ruas uma alternativa de esquerda e independente do lulismo”, foi marcada por referências negativas à direção partidária, a quem acusava de defender o PT e contrariar as bases fundacionais do PSOL. Defendia a superação das velhas direções e defendia a construção de uma verdadeira alternativa de esquerda e da luta dos trabalhadores.

A tese nº 4, “construir um programa e uma estratégia para o novo ciclo na esquerda brasileira”, trouxe referências ao *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff afirmando que este fato teria gerado uma crise político-institucional com reflexos sobretudo na esquerda brasileira. A tese elogiava a atuação do PSOL de críticas ao *impeachment* e, ao mesmo tempo, desaprovava o governo Dilma, e defendia o fortalecimento de um PSOL mais amplo como ferramenta de reorganização da esquerda brasileira, aberto a receber todos os ativistas, lutadores sociais e socialistas que viessem a romper com o petismo e que defendessem os

direitos das mulheres, negros, LGBTs e indígenas. A 5ª tese, “é hora de fazer do PSOL uma alternativa”, enfatizava a necessidade de se resgatar os aspectos programáticos das jornadas de junho, da campanha do PSOL em 2014, das Primaveras Cariocas de 2012 e 2016, das campanhas da juventude, da Primavera das Mulheres, das lutas da negritude e LGBTs, posicionando o PSOL como ferramenta para buscar esses combates e pelo socialismo com liberdade.

A 6ª tese apresentada, “em defesa dos direitos, reorganizar a esquerda e transformar o Brasil”, reafirmava a necessidade de se fortalecer a unidade partidária investindo em sua capilaridade, e reorganizar a esquerda em torno de um programa que superasse as limitações do lulismo e relançasse a estratégia de enfrentamento dos “de baixo” contra o grande capital, tendo em mente que o combate à discriminação contra todas as classes deveria estar presente em todo o programa e nas principais políticas propostas, e não apenas como um “penduricalho” (TESE AO 6º CONGRESSO UNIDADE SOCIALISTA). A tese 7, “Organizar a Resistência Popular e construir o PSOL como alternativa programática de esquerda”, defendia o posicionamento do PSOL como oposição à esquerda, opondo-se ao PT e à política de alianças com partidos governistas e de direita. Defendia, ainda, o fortalecimento da unidade do partido a partir de políticas definidas democraticamente e construir os setoriais, especialmente os construídos coletivamente pelos militantes, como a de ecossocialismo, negras/os e mulheres.

A tese 8, “por uma frente da esquerda socialista no Brasil”, salientava a necessidade de o PSOL traçar uma estratégia capaz de luta da classe trabalhadora e ruptura com o capitalismo e seu sistema político, a partir da unidade tática de todos/as exploradas/os e oprimidas/os do país em torno de bandeiras comuns, e defendia o PSOL como um partido classista, anticapitalista, socialista, antirracista, antilgbtfóbico, feminista, ecológico. A 9ª tese, “PSOL de muitas lutas para derrotar o projeto reacionário conservador e construir o socialismo”, ressaltava a necessidade de o PSOL superar o PT e manter a coerência e responder aos anseios da classe trabalhadora, combatendo a opressão de gênero, raça e classe social, nas lutas e na sociedade.

A 10ª tese, “reafirmar o PSOL como parte da construção de uma alternativa de direção política para a classe trabalhadora brasileira”, teceu críticas à direção nacional do PSOL, a quem acusou de ser refém do lulismo e de se afastar do projeto original do partido para transformá-lo meramente em um partido para disputar as eleições. Defendia a atuação do PSOL enquanto ferramenta política de lutas, enraizando-se nas lutas, apoiando os movimentos

sociais e lutando ao lado da classe para que pudesse contribuir para a reorganização do movimento sindical, popular e da juventude.

A tese 11, “reformas estruturais e revolução brasileira: é preciso romper com o atual sistema e organizar uma real alternativa de poder”, defendia a busca pela unidade programática dos que não querem o PSOL como linha auxiliar do petismo, impondo-se como alternativa real de poder para a sociedade brasileira que valoriza a diversidade, combata o preconceito, a opressão, a xenofobia, a intolerância religiosa, o racismo, a homofobia, e que contribua para o fortalecimento da esquerda. E a tese 12, “resistir e reexistir”, buscou referências no processo de impeachment afirmando que este teria inaugurado um novo ciclo de luta de classes no Brasil, e destacou a necessidade de o PSOL buscar um maior enraizamento popular e capacidade programática para responder aos desafios, a partir de uma experiência feminista, libertária e antirracista, compartilhada e diversa, radical e democrática.

Além das 12 teses apresentadas, o coletivo MAIS – Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista – apresentou manifesto referenciando-se na luta das mulheres, movimento negro, das juventudes e de diversos movimentos sociais, que lutam contra as medidas impopulares tomadas pelo governo. Afirmou o desafio do PSOL no processo de superar o modelo de conciliação do ciclo petista, que teria se esgotado no país. Ao final, foi aprovada resolução que incorporou formalmente o movimento ao partido.

Para colaborar com o debate, foram apresentadas, ainda, 12 contribuições parciais formuladas por, no mínimo, 250 militantes do PSOL. A íntegra de cada uma delas não se encontra disponível, no entanto, podem ser analisadas pelos títulos a temática que pretendiam levar ao debate. São elas: A Primavera Feminista deve ocupar o PSOL; Demarcação já! Povos Originários em luta por direitos essenciais!; Ecosocialista; Empalidecimento negro e a conjuntura análoga ao escravismo; O PSOL e a luta LGBT; Para o PSOL avançar na luta contra o machismo, racismo e LGBTfobia; Por um projeto para o Brasil na perspectiva do povo Negro; Por uma militância LGBT socialista Setorial de Cultura; Setorial de Saúde; Setorial de Mulheres do PSOL; e Sindical.

Ao final dos debates, foram aprovadas resoluções relativas às conjunturas nacional e internacional, construção partidária, eleições 2018, plano de lutas junto aos movimentos sociais e, também, as campanhas que o PSOL vai organizar nos próximos anos.

A resolução sobre a conjuntura internacional destaca o amplo apoio do partido à luta dos povos, frente ao acirrado processo de acumulação capitalista que ameaça a vida em escala global. O texto fazia referências à situação dos povos da América Latina, da Europa, África e

Ásia, onde os vários conflitos têm colocado em risco a sobrevivência de suas populações. Destacava, ainda, o contexto brasileiro, ressaltando que a sua política externa do então presidente Michel Temer estaria alinhada com o imperialismo americano.

O texto aprovado apontou os espaços a serem ocupados pelo conjunto dos lutadores que defendem um novo modelo de sociedade em direção a um modelo anticapitalista, e afirmou a solidariedade do partido na luta dos trabalhadores e povos oprimidos do mundo inteiro e seu compromisso de seguir lutando por um mundo de justiça, paz e igualdade: o mundo socialista (6º CONGRESSO RESOLUÇÃO INTERNACIONAL, 2017).

A resolução a respeito da conjuntura nacional trazia como chamado “Unidade da esquerda para derrotar as reformas de Temer”. O texto citava o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, a que chamava de golpe, para salientar os avanços nas forças mais conservadoras no país, tanto no plano econômico quanto nas questões morais e de comportamento. O documento estabeleceu como tarefa prioritária para o PSOL em todo o país a necessidade de ampliação da luta contra o governo em conjunto com as diversas organizações sociais. Afirmava a necessidade de ampliação da unidade partidária a partir da organização da luta local, com a participação do partido e dos militantes nos diversos movimentos que têm surgido nos bairros e nas cidades do interior (RESOLUÇÃO CONJUNTURA NACIONAL 6º CONGRESSO, 2017).

Ademais das citadas resoluções, o 6º Congresso do PSOL aprovou, ainda, as resoluções de diversos setoriais do partido. A partir da “Carta das Mulheres ao PSOL”, construída no Setorial de Mulheres do Partido, o texto ressaltava que as mulheres são as mais atingidas pelas políticas de ajuste fiscal, e que diversas medidas dos governos anteriores atacavam frontalmente as mulheres, especialmente mulheres negras, trans e indígenas. A resolução firmava o compromisso de orientar o programaticamente o partido no sentido fortalecer o movimento feminista, dentro e fora da agremiação.

A resolução apresentada pelo Setorial das Negros e dos Negros, intitulada “por um projeto para o Brasil na perspectiva para o povo negro”, foi aprovada por unanimidade no congresso. O texto salientava o avanço do fundamentalismo conservados no mundo e no Brasil, e impunha para o partido a necessidade de pensar a centralidade da luta do combate ao racismo. Segundo a resolução, é necessário compreender a luta antirracista não apenas como uma pauta identitária, mas pensar na sua dinâmica estratégica, estrutural e material na luta de classe, destacando que a luta racial e de gênero não pode ser vista como apêndice na dinâmica social.

A resolução do Setorial Ecosocialista aprovada ressaltava que a luta ecosocialista e a pauta indígena têm que ser uma luta de todo o PSOL, e enfatizava a necessidade de o partido incorporar em seu programa a luta contra as diversas formas de destruição da natureza, em especial aquelas que expropriam os bens comuns em favor da reprodução do capital como os setores de mineração, do agronegócio, da indústria do petróleo e do carro, da mercantilização da água e das energias não sustentáveis.

A resolução aprovada derivada da contribuição do Setorial de Pessoas Com Deficiência destacou a obrigação de se avançar na acessibilidade para garantir ampla participação dos militantes com qualquer tipo de deficiência, e sugeria que a direção nacional do partido fizesse uma campanha interna de incentivo à criação do setorial nos estados.

Em relação à participação do PSOL nas eleições de 2018, a resolução aprovada definiu a convocação de uma Conferência Eleitoral para aprovação do nome a ser lançado como candidato à presidência da república. A resolução definiu que o PSOL lançaria candidato próprio nestas eleições, e que a construção da candidatura deveria representar o acúmulo das lutas dos movimentos sociais combativos, da Frente Povo Sem Medo, das lutas no parlamento contra o golpe institucional e em defesa de um novo campo político na esquerda que expressasse a negação da conciliação de classes como estratégia política.

O 6º Congresso Nacional do PSOL também elegeu sua direção nacional, tendo consagrado Juliano Medeiros, da chapa “Sem medo de lutar”, presidente nacional do partido. Com a eleição de Juliano, que pertencia ao mesmo grupo do presidente anterior Luiz Araújo, a Unidade Socialista renovou seu comando na direção nacional do PSOL.

O histórico dos congressos nacionais do PSOL (QUADRO 7) dá um panorama da trajetória programática do partido. Nos primeiros anos de existência oficial do partido o PSOL se apresentava com um mais combativo, denunciante, de oposição ao executivo federal e suas diretrizes, e a figura de Lula, de apoio a movimentos grevistas e de oposição, e de posicionamentos alinhados a correntes específicas do socialismo.

Referências negativas ao PT e aos governos petistas tomavam grande parte das proposições e debates do partido, demonstrando um forte sentimento antipetista, e colocando o afastamento do PT como panaceia para a reorganização da esquerda.

No primeiro e no segundo congressos do partido, percebe-se uma disputa muito acirrada em relação aos grupos que buscavam o controle nacional do partido. Fortes disputas entre suas tendências internas, e a divergência de posicionamento em relação a alguns pontos debatidos eram constantes, e decisões tomadas pela direção nacional do partido eram por

vezes duramente criticadas por aqueles agrupamentos de oposição. Assim, o PSOL se mostrava mais como um conjunto de grupos e menos como um partido orgânico.

Quadro 7 – Evolução dos debates nos Congressos Nacionais do PSOL

I Congresso	<ul style="list-style-type: none"> - enfoque no debate de questões organizativas; - fortes críticas ao PT; - defesa do socialismo; - defesa da classe trabalhadora; - pautas econômicas; - reorganização do movimento sindical; - legalização do aborto; - defesa da população indígena aparece de forma pontual
II Congresso	<ul style="list-style-type: none"> - socialismo como única saída da crise; - defesa da classe trabalhadora; - pautas econômicas: desenvolvimento econômico e distribuição de renda; - reforma agrária e urbana; - reorganização do movimento sindical; - reforma política; - formalização do funcionamento dos setoriais; - proteção ambiental e ecossocialismo - luta contra o racismo; - direito das pessoas com deficiência
III Congresso	<ul style="list-style-type: none"> - crise interna do partido; - necessidade de reorganização do PSOL buscando maior unidade partidária; - reorganização do movimento sindical; - pautas econômicas; - defesa da classe trabalhadora - temas como direitos das mulheres, negros, LGBTs, indígenas e pessoas com deficiência aparecem com mais ênfase nas teses apresentadas, mas ainda; - aprovação da cota de 30% e 40% de mulheres nas instâncias partidárias;
IV Congresso	<ul style="list-style-type: none"> - referências às jornadas de junho de 2013; - teses apresentadas trouxeram com mais ênfase a debate sobre questões como a defesa de grupos tradicionalmente oprimidos como mulheres, negros, LGBTs e indígenas; - questões econômicas; - defesa da classe trabalhadora; - ecossocialismo - combate às opressões de gênero, orientação sexual, étnica, racial etc; - democratização dos meios de comunicação; - maior participação popular na tomada de decisão do estado;
V Congresso	<ul style="list-style-type: none"> - pautas econômicas; - defesa da classe trabalhadora; - reformas tributária e agrária; - críticas ao impeachment de Dilma - aprovação da cota de 30% para negros nas instâncias partidárias; - destinação de 5% do fundo partidário ao setorial de mulheres; - aprovação de resolução normativa para casos de violência contra mulheres no interior do partido.
VI Congresso	<ul style="list-style-type: none"> - pautas econômicas; - defesa da classe trabalhadora; - maior presença de negros, mulheres e LGBTs na apresentação de temas ao debate; - teses apresentadas pelos setoriais; - Possibilidade de pequenos grupos de militantes contribuírem ao debate - incorporação do coletivo MAIS; - resoluções específicas para negros, mulheres, pessoas com deficiência e ecossocialistas.

Fonte: elaboração própria.

A partir de III Congresso o cenário se torna mais propositivo por parte dos integrantes do PSOL, apesar de ainda contar com bastantes referências negativas ao PT. A questão da ética na política é um dos pontos centrais da luta do partido, assim como outras bandeiras muito ligadas a ideologia socialista como luta contra políticas neoliberais, auditoria da dívida pública, reforma tributária e defesa dos direitos dos trabalhadores continua detendo importância salutar nos debates do partido, e comungados quase que majoritariamente por todos do partido. Percebe-se, no entanto, a incorporação de outras demandas sociais, como a questão ambiental e a necessidade de se implementar o ecossocialismo, além de referências pontuais à necessidade de o PSOL construir um programa que abarcasse a defesa de grupos tradicionalmente marginalizados, como mulheres, negros, LGBTQs, indígenas e pessoas com deficiência, e a busca por uma maior participação popular nas decisões do estado. A aprovação da cota mínima de mulheres de 30% de na Executiva Nacional e 40% no Diretório Nacional é significativa neste sentido.

A partir do III Congresso Nacional do PSOL, percebe-se dualidades, que se explicam pela cisão entre as chamadas frente de esquerda e direita no partido. A polarização se dá sobre a concepção do partido enquanto um “partido de massas” ou “partido de vanguarda”. Ainda que seja temerário à grande maioria das manifestações o risco de uma ampliação do partido, há um forte embate entre as possibilidades e os benefícios de uma ampliação, onde se vê possibilidades de alianças num campo mais amplo e, por outro lado, a visão de um partido mais fechado em relação a possíveis alianças, deixando de fora os partidos que compusessem a base do governo PT e daqueles socialdemocratas ou neoliberais.

Um dos lados defende que o partido só lograria como partido de massas, com potencial de se tornar um projeto nacional alternativo de esquerda socialista, se facilitasse uma filiação mais ampla, sem demandar dos novos ingressantes, concordância total com o conteúdo programático do PSOL, com visões restritas de alianças e sem estratégias eleitorais. Numa outra perspectiva, defende-se que somente zelando pela filiação mais restrita, a partir da identificação programática poderia manter-se vivo o ideal socialista e de liberdade a que se propôs o partido.

Ao final do III Congresso, a vitória da APS com uma maioria de 52% inaugura uma nova fase do PSOL. Como ressalta Araújo (2019), a partir de 2011 foi construído um campo que se tornou maioria no interior do partido, que começou com a vitória da APS no 3º Congresso e continuou com as chapas vencedoras dos congressos seguintes, e que possibilitou que o PSOL se tornasse mais aberto aos movimentos sociais com movimentos novos que

surgiam na luta e que eram críticos ao governo, manteve uma porta de diálogo com a base social que se referenciava até então no PT, e que pudesse implementar um programa e uma visão para fora que tornasse o partido mais atrativo.

Até então, segundo afirma, não havia uma relação de maioria/minoria, e pequenos grupos ultra sectários tinham poder de veto, o que acabava por inviabilizava o partido a atrair setores que se reconheciam na esquerda e que estavam distantes do PSOL.

No IV Congresso Nacional, em 2013, percebe-se que uma boa parcela dos integrantes do PSOL via de maneira positiva as Manifestações de Junho, fazendo referências ao apoio da mobilização social, a uma oportunidade de se firmar como opção à esquerda devido ao desgaste do PT e afirmações no sentido de reconhecer alto nível de politização das manifestações. Essas mesmas manifestações defendiam que não era possível manter vacilações em relação ao PT.

As pautas levantadas pelas manifestações passaram a ser tratadas com destaque pelo PSOL em seus Congressos Nacionais, onde se enfatizavam a importância de se firmar como representante dessas novas demandas, ocupando um espaço não preenchido pelos partidos tradicionais, que não foram capazes de cooptar os interesses das classes que forma às ruas em 2013, deixando clara sua intenção de agregar esses novos *issues* para se firmar no mercado político.

Ainda com forte presença das pautas materialistas, de defesa da classe trabalhadora e questões econômicas, nesse período o partido destaca também sua atuação frente aos direitos humanos e minorias, referindo-se expressamente, nos documentos oficiais do partido produzidos do IV Congresso, à necessidade de o PSOL se engajar na luta contra as classes oprimidas, na defesa das mulheres, negros, LGBTs e indígenas. Observa-se um importante enfoque, ainda na questão ambiental e a participação direta da população na política, que se incluem como pautas prioritárias para indivíduos identificados com o pós-materialismo.

Os dois Congressos Nacionais seguintes refletem essa postura mais aberta do PSOL. No 5º Congresso, o partido se posicionou contrariamente ao *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, apesar de se impor como oposição programática ao PT. Para Araújo (2019), esta abertura possibilitou que o partido pudesse se posicionar dessa forma, afirmando-se tratar de um golpe desde o início, que era necessário ir pra rua se diferenciar do governo, mas a principal era evitar o retrocesso que estava por vir.

Quanto à priorização de temas pós-materialistas, é importante destacar a adoção da cota obrigatória de 30% para a participação de negros e negras em todas as direções do

partido, a destinação de 5% do fundo partidário recebido pelo partido para o Setorial de Mulheres e a aprovação de resolução normativa para casos de violência contra mulheres no interior do partido. É possível notar que o PSOL buscava ser uma referência na proteção destes grupos tanto externamente, quanto a propostas a serem implementadas para a população, quanto internamente, em seus próprios quadros partidários.

É de se ressaltar, no entanto, que pautas materialistas continuaram recebendo destaque nas discussões do partido. Merecem destaque as propostas reformistas, que miravam o partido na luta pela reforma política, reforma tributária, reforma agrária e reforma urbana, além de um forte enfoque na defesa da classe trabalhadora.

O VI Congresso foi marcado por referências à necessidade de reestruturação do PSOL no sentido de fortalecer os núcleos de base e instâncias de direção, superar nossa fragilidade organizativa e ainda débil inserção popular, estabelecendo um diálogo com os movimentos sociais e com os partidos que tenham compromisso com a transformação social, e estruturar-se como um catalisador da união dos movimentos de esquerda do país.

Valores pós-materialistas aparecem com bastante ênfase nas discussões e decisões do VI Congresso. Diversos canais de participação foram abertos para permitir o debate mais profundo das lutas identitárias. Houve uma grande participação dos setoriais de mulheres, negros, LGBTs, que apresentaram propostas e contribuíram para o debate. O Coletivo MAIS, que se referenciava na luta das mulheres, movimento negro, das juventudes e de diversos movimentos sociais foi incorporado ao partido. Contribuições parciais aos debates, formuladas por pequenos grupos de militantes, foram apresentadas, todas versando sobre a defesa de negros, mulheres, LGBTs, e população indígena. As resoluções aprovadas refletem esse caráter do partido, com a inserção destes temas nas diretrizes do PSOL para os próximos anos.

As análises contidas nas subseções precedentes permitiram concluir que o PSOL, de fato, passou a incorporar em suas pautas a defesa de valores pós-materialistas. Sem jamais abandonar a defesa da mudança do modelo econômico capitalista, a defesa da classe trabalhadora, a luta pela reforma agrária e urbana, reforma política e reforma tributária, e questões relativas inflação, taxa de juros, destinação do PIB e auditoria da dívida pública, pautas tipicamente materialistas, que demonstram uma maior preocupação com valores de sobrevivência e segurança física, o PSOL passou a dar cada vez mais ênfase a pautas como a defesa de grupos tradicionalmente oprimidos, como mulheres, negros, LGBTs e indígenas, à proteção ambiental e à participação popular na tomada de decisões do Estado.

Tratam-se de pautas entendidas por Inglehart (1977; 1990) como relacionadas a prioridades valorativas pós-materialistas, que enfocam valores de auto expressão e qualidade de vida, e são priorizadas por indivíduos que passaram a adotar uma postura mais crítica e participativa, são interessados na política no sentido de tomar parte dos assuntos públicos de uma maneira mais ativa e direta, e defendem temas como a igualdade de gênero, direito dos homossexuais, aborto e respeito à diferença de uma forma geral.

A literatura que estuda as razões de êxito dos novos partido políticos (HARMEL E ROBERSTON, 1985; KITSCHOLT, 1997; HUG, 2000; BOLLEYER, 2011; MIRAGLIOTA, 2012; SIKK, 2012) salienta que o surgimento de novas demandas na sociedade pode propiciar um espaço de crescimento e estabelecimento de um partido como exitoso, sempre que os partidos tradicionais não sejam capazes de agregar tais demandas.

As jornadas de junho de 2013 evidenciaram a existência de uma nova agenda e uma nova postura que seriam típicas do pós-materialismo (SINGER, 2013; RESENDE, 2013), e a literatura nacional (MADEIRA; VIEIRA; TAROUÇO, 2017) mostrou que estas demandas não são suficientemente agregadas pelos partidos tradicionais. A incorporação destas demandas pelo PSOL, sobretudo a partir do seu 3º Congresso Nacional pode haver contribuído para o partido apresentar um crescimento eleitoral ascendente e se estabelecer no cenário político nacional ocupando esse novo nicho de representação.

4.3 Programa de Governo

Esta seção analisa os programas de governo apresentados pelos candidatos do PSOL às eleições presidenciais em que o partido concorreu. Considera-se que as propostas apresentadas pelos candidatos às eleições tendem a ser uma fonte relevante para se verificar as pautas mais enfocadas pelo partido em um determinado momento, uma vez que dá um direcionamento de como será a tentativa de administrar o país, caso os candidatos cheguem, de fato, ao Palácio do Planalto. As propostas constantes dos programas de governo refletem as decisões tomadas pelos militantes – em todas as instâncias decisórias do partido e em todos os níveis de atuação –, além de terem sido sistematizadas pela direção nacional, tratando-se, dessa forma, de um documento que expõem as prioridades programáticas do partido para além dos posicionamentos de suas tendências internas.

Desde o seu nascimento, o PSOL participou de quatro eleições presidenciais, lançando candidato próprio ao cargo de presidência da república. Na primeira delas, em 2006, lançou o

nome de Heloísa Helena para a disputa presidencial. Em 2010, o candidato escolhido pelo partido para as eleições do executivo federal foi Plínio de Arruda Sampaio. Em 2014, o partido lançou Luciana Genro para a disputa e, em 2018, indicou o nome de Guilherme Boulos.

A seguir, passa-se às análises dos programas de governo lançados pelo partido para cada uma dessas eleições.

4.3.1 Eleições de 2006

Para as eleições de 2006, o recém-criado partido lançou o nome de Heloísa Helena para concorrer ao cargo máximo do executivo federal. Heloísa era o nome mais indicado no momento, visto que foi a fundadora do partido e a sua primeira presidente.

No entanto, para estas eleições, o partido não apresentou programa de governo, tendo concorrido sem registrar oficialmente suas propostas. A recém criação do partido e a luta que travaram seus fundadores e apoiadores para a legalização a tempo de participar das eleições de 2006 fez com que o partido não tivesse tempo hábil para elaborar e registrar um programa de governo (HELOÍSA HELENA, 2019).

Devido a esse motivo, as propostas do partido para as eleições de 2006 foram obtidas de forma indireta, por meio de reportagens na mídia e entrevista dos candidatos a veículos de comunicação.

Segundo o deputado Edmilson Rodrigues (2018), um esboço de programa de governo chegou a ser elaborado por César Benjamim, então candidato à vice-presidência da república. No entanto, segundo afirma, alguns segmentos do PSOL, como a maioria das tendências MES e CST, consideraram o programa muito reformista, contendo propostas que não condiziam com as bandeiras defendidas pelo partido. Como salienta o deputado, as decisões dentro do partido eram tomadas a partir de acordos, em que era necessário um equilíbrio de forças, e o programa elaborado para as eleições de 2006 acabou por não ser aprovado por não se haver conseguido chegar a um acordo a seu respeito.

Desde o início da corrida eleitoral de 2006 o partido deixou claro que tinha como propostas, sobretudo, bandeiras ligadas à questão econômica, enfatizando sua pretensão de romper com o modelo econômico que vinha sendo implantado desde o governo Collor, consolidado no governo FHC e aprofundado por Lula (LE MONDE, 2006).

Na conferência partidária que lançou o nome de Heloísa Helena como candidata à presidência da república, o PSOL elaborou um documento base que pretendia servir de parâmetro para a elaboração do programa partidário. Nele, o partido reafirmou a necessidade de reformular as políticas públicas e tratar de temas fundamentais, como a questão da dívida pública e sua auditoria; a promoção do crescimento econômico com o combate à miséria e o desemprego; a luta em torno dos direitos básicos como educação, saúde, moradia, reforma agrária e cultura (REPORTAGEM PSOL, 2006).

Assim, o partido defendia o aumento dos gastos públicos para as estruturas que dinamizam a economia local, geram emprego e renda, em detrimento da política econômica até então adotada que, segundo afirmava, concentrava mais da metade da riqueza nacional para 0,005% das famílias brasileiras (RODA VIVA, 2006).

Ainda quanto à questão econômica, Heloísa Helena enfatizava como prioridades do seu plano de governo, a auditoria da dívida pública, o reajuste mensal dos salários e a redução da taxa de juros como única alternativa para o crescimento da economia, além de defender um novo pacto federativo e uma nova construção orçamentária. Assinalava, na época, a impossibilidade de ocorrência de um surto inflacionário, e se comprometia com a estabilidade monetária e o crescimento econômico, que seria possível, principalmente, a partir da redução da taxa de juros e de alteração do formato da política econômica (O GLOBO, 2006).

O discurso da candidata do PSOL quanto às suas propostas de governo, enfatizava a priorização de uma política econômica, cambial, orçamentária e a relação com o Banco Central que garantisse a implementação de um Estado Nacional.

Em relação à elaboração da política orçamentária, a que a candidata se referia como o coração da administração pública (RODA VIVA, 2006), propunha a transparência da arrecadação, afirmando que a forma como seriam estabelecidas as despesas deveria ser partilhado com a sociedade.

Defendia, ainda, a reforma tributária que impedisse a transferência de renda dos mais pobres, da classe média assalariada e do setor produtivo para o capital financeiro, além de defender a repactuação das dívidas dos estados e dos municípios para possibilitar que tivessem recursos para investir em segurança pública, saúde, educação e infraestrutura (RODA VIVA, 2006).

No que se refere à segurança pública, propunha uma alteração na matriz conceitual para que se realizasse ao mesmo tempo a repressão dos efeitos e o tratamento das causas,

além de propor o estabelecimento de um sistema único de segurança pública, com melhoria das condições de trabalho e de salário das polícias militares e civis (RODA VIVA, 2006).

Outro ponto salutar em seu discurso como meta de governo caso viesse a alcançar a presidência da república referia-se à reforma agrária, afirmando a possibilidade de realização do assentamento de um milhão de famílias em quatro anos.

Além disso, propunha a realização de uma política agrícola que dinamizasse a economia local, gerasse emprego e renda, ademais da realização do zoneamento agrícola, assistência técnica e infraestrutura (RODA VIVA, 2006). Defendia, ainda, uma agropecuária voltada para a demanda interna do Brasil e também para nichos comerciais internacionais como forma de garantir o equilíbrio comercial, afirmando ser possível que a agricultura de exportação estivesse vinculada não apenas a grandes produtores (O GLOBO, 2006).

Outra questão enfatizada com muita insistência era a luta contra a corrupção. Propunha a existência de um Congresso Nacional independente, em que os senadores e deputados trabalhem no sentido de fiscalizar o executivo, e sua proposta era coibir o patrocínio do tráfico de influências, intermediação de interesses privados, exploração de prestígio (RODA VIVA, 2006).

As propostas apresentadas por Heloísa Helena para as eleições de 2006 enfatizavam com bastante veemência duras críticas ao governo anterior do PT, e a garantia de que seu governo, caso viesse a ser eleita, em muito se distanciaria as políticas adotadas por Lula quando ocupara a presidência da república. Apesar de afirmar a excelência, com ressalvas, de algumas políticas adotadas por Lula, e a sua intenção em mantê-las, em muitas ocasiões (FOLHA DE SP, 2006; RODA VIVA, 2006) chegou a afirmar que as eleições de 2006 deveriam ter um caráter plebiscitário de quem é omissos, cúmplice ou não (FOLHA DE SP, 2006) dos escândalos de corrupção que foram evidenciados durante o governo Lula, sobretudo o escândalo do mensalão.

Heloísa Helena afirmou em algumas ocasiões (RODA VIVA, 2006; LE MONDE, 2006) que "O medo venceu a esperança", em uma clara contraposição ao *slogan* do candidato Lula em 2002, "A esperança vencerá o medo".

Em trabalho que avalia a produção dos discursos do HGPE na TV de alguns candidatos às eleições presidenciais de 2006, Machado (2009) observou que a candidata do PSOL, Heloísa Helena, se apresentou como desafiante sugerindo ser a alternativa da ética e justiça social, e se concentrou nas críticas em relação aos escândalos de corrupção envolvendo o PT. Com o tempo muito reduzido na campanha, Heloísa Helena não conseguiu, segundo a

autora, desenvolver o discurso propositivo e elevou o tom crítico contra os esquemas de corrupção no governo do PT.

Machado (2009) destacou que a campanha eleitoral da candidata do PSOL concentrou-se muito na contraposição ao governo do PT, apresentando um discurso com pouco conteúdo programático, pois quando o discurso se demonstrava propositivo, o foco era em investimentos na área social.

As propostas do PSOL para as eleições de 2006 (QUADRO 8) concentraram-se fortemente em pautas econômicas e sociais, demonstrando também enfáticas críticas ao governo do ex-presidente Lula quanto a questões econômicas e corrupção. Neste sentido, as propostas do partido para 2006 centraram-se quase que exclusivamente em pautas materialistas, relativas à segurança, economia, combate à corrupção e distribuição de riquezas, que caracterizam as prioridades valorativas enfocadas pelo materialismo.

Quadro 8 – Principais propostas do PSOL para as eleições de 2006

Alteração da política econômica
Redução da taxa de juros
Auditoria da dívida pública
Construção de orçamento público compartilhado com a sociedade
Reforma tributária
Reforma Agrária
Luta contra a corrupção

Fonte: Elaboração própria

Em que pese o fato de haver sido Heloísa Helena a primeira mulher candidata à presidência da República no Brasil, esse fato foi pouquíssimo explorado pelo partido, e o programa de governo pouco se concentrou em igualdade de gênero e a importância do papel da mulher na política, tampouco em propostas para grupos identitários específicos.

Em entrevista realizada ao programa Roda Viva, em 12/06/2006, uma telespectadora perguntou à candidata sobre como seria um governo com uma mulher na presidência, e se seria possível colocar a marca da mulher no governo. Apesar da pergunta direta a este respeito, a candidata não teceu comentários sobre as propostas do partido em relação aos direitos das mulheres ou à igualdade de gênero, limitando-se a afirmar que preferia não usar o discurso da mulher para não parecer “legislar em causa própria” e tentar alcançar desta forma o eleitorado feminino, e que se viesse a ocupar a presidência buscaria honrar as mulheres e homens de bem e de paz do Brasil (RODA VIVA, 2006).

Pitthan (2007) destaca alguns sutis elementos presentes na campanha da candidata do PSOL que remetiam à figura feminina da candidata. Segundo observou, a campanha trouxe símbolos que a relação da candidata com o universo feminino, como ofertas de ramalhetes de flores à Heloísa durante os eventos nas ruas e beijos, afagos, e colo que as crianças buscavam da candidata. Para a autora, em alguns momentos, a candidata afirmava representar “as mulheres brasileiras que não aceitam a traição, a roubalheira e a mentira” (PITTHAN, 2007: p. 10), e ressaltou que o Jornal Estado de São Paulo afirmava que a candidata investiria na busca do voto feminino.

Além destas sutis referências, nenhuma proposta concreta quanto à igualdade de gênero foi apresentada pelo partido para as eleições de 2006. Dessa forma, é clara a concentração das propostas do PSOL em temas materialistas, e a pouca referência a pautas pós-materialistas como propostas de governo.

4.3.2 Eleições de 2010

Em 2010, após a recusa de Heloísa Helena à sua indicação como candidata para a presidência da república, o PSOL escolheu o nome de Plínio de Arruda Sampaio para concorrer ao cargo. Para essas eleições, o partido registrou junto ao Tribunal Superior Eleitoral um programa de governo de duas páginas, contendo diretrizes gerais e tarefas que seriam assumidas por todas as candidaturas do PSOL, tanto proporcionais quanto majoritárias. Identificando-se como “Um programa socialista, ecológico e popular para o Brasil” (PROGRAMA DE GOVERNO, 2010, p. 1), o documento apresentava-se na forma de 25 tópicos em que eram enumeradas as propostas que o partido pretendia implementar caso viesse a ocupar a chefia do executivo federal.

O programa de 2010 retomou algumas pautas defendidas nas eleições de 2006, sobretudo em relação à pauta econômica. Quanto a este aspecto, o documento propunha a auditoria da dívida pública, com suspensão do pagamento dos juros e amortizações; o controle do fluxo de capitais e do câmbio, e redução da autonomia do Banco Central; a taxa progressiva das grandes fortunas; o combate às privatizações e reestatização das empresas já privatizadas, defesa da Petrobrás com capital 100% estatal e o monopólio estatal da produção e exploração de petróleo; controle estatal e social sobre o pré-sal; e destinação de 10% do PIB para garantir educação pública em todos os níveis. O programa retomou, ainda, a pauta da luta contra a corrupção, propondo a punição de todos os envolvidos em denúncias de

desvios de verbas, cassação de mandatos de parlamentares corruptos, e a reforma política baseada no financiamento público exclusivo de campanha.

A reforma agrária mereceu destaque nas proposições do partido em 2010, que propunha a defesa dos movimentos sociais sem-terra e das suas ocupações; limitação do tamanho da propriedade rural ao tamanho máximo de mil hectares, com expropriação de todas as terras que utilizem trabalho escravo e infantil. Propunha, ainda, a reforma urbana, com a defesa dos movimentos sociais de sem tetos e das ocupações urbanas, a luta pelo direito à moradia digna, contra as remoções forçadas e implementação de um plano de utilização de imóveis vazios como ponto de apoio fundamental em uma política de habitação popular.

Em relação à classe trabalhadora, o documento trazia como proposta do partido a manutenção do direito de greve e fim dos interditos proibitórios; o fim do fator previdenciário e a defesa da previdência pública; redução da jornada de trabalho de 40 horas, sem redução de salários; fim da flexibilização da jornada e dos direitos trabalhistas; e o fim dos bancos de horas. Especificamente em relação aos servidores públicos, o programa apoiava a defesa do direito de greve dos servidores públicos; rechaço ao arrocho salarial e o congelamento de salários; luta contra as medidas e projetos que visassem precarizar, privatizar e destruir os direitos dos servidores e os serviços públicos (PROGRAMA DE GOVERNO, 2010).

Para a saúde, o documento propunha o fim do modelo de gestão por Organizações Sociais na saúde e extinção das fundações privadas na gestão pública; e a defesa da saúde pública universal, integral e com controle social.

Quanto à política externa a proposição era no sentido de garantir a defesa da soberania nacional, com a retirada das tropas militares do Haiti e sua substituição por contingentes de médicos, técnicos e professores; o combate ao imperialismo e apoio à autodeterminação dos povos; e o fim da privatização das florestas, e o combate à legalização da grilagem no campo.

Além das propostas citadas, o programa trazia como proposições do partido a reforma política com participação popular; o apoio e investimento em novas iniciativas de economia solidária, cooperativas e associativas; a segurança alimentar da população, contra os alimentos transgênicos; o fim da criminalização dos movimentos sociais e da pobreza, com anistia a todos os militantes e dirigentes dos movimentos perseguidos com mandatos de prisão, condenações e processos judiciais; a democratização dos meios de comunicação por meio da auditoria de todas as concessões das emissoras de rádio e TV, fim da criminalização das rádios comunitárias, anistia aos comunicadores populares, proibição da propriedade cruzada

dos meios de comunicação, banda larga universal operada em regime público, criação do Conselho Nacional de Comunicação como instância deliberativa de definição das políticas de comunicação com participação popular, políticas públicas de incentivo à implementação de softwares públicos e livres, ampliando o acesso e a democratização (PROGRAMA DE GOVERNO, 2010).

Interessante ressaltar o relativo destaque que a pauta de proteção ambiental recebeu no programa de 2010, o que não havia ocorrido em 2006, quando se podia identificar apenas menções pontuais no discurso da candidata quanto ao desenvolvimento econômico sustentável que pretendia implementar. O programa de 2010 trazia como propostas para a proteção do meio ambiente a política de desmatamento zero; o rechaço à construção da hidrelétrica de Belo Monte; a revitalização e o rechaço à transposição das águas do Rio São Francisco, e o não apoio a obras que inviabilizassem a permanência das comunidades tradicionais da região; a defesa da revitalização e implantação de projetos para combater os efeitos da seca; a transição da exploração do petróleo para fontes de energia renováveis; a auditoria da dívida ecológica decorrente dos passivos ambientais provocados pelas grandes indústrias e o agronegócio, com a utilização do dinheiro do resgate dessa dívida para pesquisa e transição para matrizes energéticas limpas e renováveis.

O programa de 2010 incluiu dentre suas propostas, ainda que de forma pontual e sem desenvolver um plano de ação para implementação das medidas que propunha, a defesa dos direitos dos povos indígenas, com apoio aos índios e população ribeirinhas e tradicionais contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte; a demarcação, homologação, titulação e garantia de inviolabilidade dos territórios indígenas, quilombolas e os territórios de matriz africana; e o combate ao racismo ambiental.

Quadro 9 – Principais propostas do PSOL para as eleições de 2010

Suspensão do pagamento e auditoria da dívida pública
Taxação das grandes fortunas
Reforma agrária
Reforma urbana
Proteção aos direitos dos trabalhadores
Luta contra a corrupção
Proteção ambiental
Garantia de direitos à população indígena
Luta contra o racismo, o machismo e a homofobia

Fonte: Elaboração própria, de acordo com Programa de governo (2010).

Interessante ressaltar temas que aparecem pela primeira vez como proposta de governo do partido, quais sejam: a defesa da legalização do aborto, o fim da criminalização das mulheres, e a luta contra o racismo, a homofobia e o machismo.

O programa do PSOL para as eleições de 2010 apresentou considerável evolução quando comparado com as propostas do partido para as eleições anteriores. Além da manutenção das pautas econômicas, de redução das desigualdades sociais, reforma tributária, de defesa da classe trabalhadora e promoção da reforma agrária, o documento apresentado em 2010 acrescentou diversos temas que não haviam sido objeto das propostas do partido em 2006. Merece destaque as pautas que buscam a defesa do meio ambiente e a implementação de um ecossocialismo, a defesa da população indígena, negros, luta contra o racismo, machismo e homofobia.

No entanto, à exceção da proteção ao povo indígena, em que o partido apresentou um plano de ações concretas que pretendia tomar para garantir a proteção a esse grupo de pessoas, a luta contra o racismo, a homofobia e o machismo foram apenas citados como propostas de governo no documento registrado no TSE. Nenhuma medida concreta foi elaborada como plano a ser implementado, caso o partido viesse a ocupar a presidência.

De toda forma, é possível perceber um maior peso, ainda que muito relativo, das pautas pós-materialistas no programa de propostas do partido, o que não podia ser observado nas propostas apresentadas nas eleições anteriores.

4.3.3 Eleições 2014

Em 2014, após a renúncia do então senador Randolfe Rodrigues, que havia tido sua pré-candidatura à presidência da república aprovada no IV Congresso do PSOL, o partido lançou o nome de Luciana Genro, até então pré-candidata à vice-presidência da república, para concorrer ao cargo de chefia do executivo federal.

O programa de governo lançado pelo partido para concorrer às eleições de 2014 que tinha como lema “o povo acordou por mais direitos” (PROGRAMA DE GOVERNO, 2014, p. 1), foi marcado por referências às jornadas de junho de 2013 e o apelo à garantia de direitos de grupos identitários, sobretudo, mulheres e LGBTs, além de manter a defesa de pautas econômicas, como reforma tributária e suspensão do pagamento da dívida pública. Foi construído de forma consideravelmente mais robusta do que demonstrou ser o plano de

governo das eleições anteriores, apresentando-se como um documento de 100 páginas contendo propostas concretas e um plano de ação em diversas áreas.

Intencionando funcionar como “um programa para além das eleições” (PROGRAMA DE GOVERNO, 2014, p. 7), o programa de governo do PSOL apresentado às eleições de 2014 parte de referências às jornadas de junho, que ocorreram em todo o país no mês de junho de 2013. Segundo o programa, as manifestações de junho de 2013, que tiveram como ponto de partida a luta contra o aumento das tarifas do transporte público, expressaram um descontentamento mais amplo do povo contra as péssimas condições de vida nos grandes centros urbanos brasileiros e a insatisfação com a subordinação do interesse público aos negócios privados. Sustenta que estas manifestações se deram contra a exclusão de uma maioria que vive na cidade sem acesso a serviços públicos de qualidade na saúde, educação, segurança pública, cultura e lazer.

Nesse sentido, segundo afirma o partido no programa, as jornadas de junho içaram o país a uma nova conjuntura, mais favorável às lutas sociais e à defesa de um programa de mudanças estruturais voltado para o combate às desigualdades sociais, à garantia de direitos, à ampliação da democracia direta e à defesa de um projeto político e econômico que garantisse mobilidade urbana, direitos dos trabalhadores, serviços públicos de qualidade e preservação do meio ambiente e dos bens comuns.

Neste contexto, o programa veio para afirmar o PSOL como uma plataforma de organização das bandeiras levantadas pelas jornadas de junho de forma não tradicional, sem elaboração estratégica, espontânea e desorganizada, em torno de um debate estratégico (PROGRAMA DE GOVERNO, 2014, p. 8). Apresentou-se como um guia para a ação de governo e um desafio para o povo que lutou e venceu em junho de 2013 para continuar nas ruas por mais direitos.

O documento dividiu-se em três eixos: política econômica e modelo de desenvolvimento; sistema político e democracia; e garantia de mais e melhores direitos.

Dentro do primeiro eixo, política econômica e modelo de desenvolvimento, o PSOL propunha o que chamou de superação da política econômica e do modelo de desenvolvimento que depreda o meio-ambiente e as riquezas naturais do país.

A proposta que o partido apresenta em relação à economia faz um balanço entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Segundo consta do programa, a proposta do partido estaria ligada ao ecossocialismo, uma vez que, como afirma, não é

possível defender o meio ambiente sem que se supere as leis do capital, que sorve os recursos naturais e explora o ser humano.

Assim, a superação do capitalismo seria uma ação necessária para a promoção do desenvolvimento econômico sustentável, já que a destruição da natureza e a degradação do meio ambiente estariam diretamente relacionadas à exploração econômica típica do regime capitalista.

As propostas econômicas constantes do eixo 1 do programa de 2014 estão estritamente vinculadas à reforma tributária. Para garantir a soberania nacional e o combate à concentração de renda e às desigualdades sociais, o programa propunha ações como a mudança na estrutura tributária de regressiva a progressiva, a desoneração da folha de pagamento e redução do IPI, sobretudo em relação a bens de consumo duráveis, maior tributação sobre os rendimentos do capital do que sobre os rendimentos do trabalho, maior taxação do estoque de riqueza dos ricos, instituição do imposto sobre grandes fortunas e maior tributação do setor primário, com impostos específicos sobre a exportação.

Além da reforma tributária, a proposta econômica abarcava, ademais, a defesa da soberania nacional a partir de um controle público das áreas estratégicas, como a energia, mudanças na política de financiamento do BNDES no sentido de limitar a concessão de empréstimos a grandes empreiteiras e multinacionais e a reversão das privatizações realizadas pelos governos anteriores. Reforçava, ainda, a necessidade de se realizar uma revisão no sistema agrário brasileiro, com a realização de uma reforma agrária que incentivasse atividades que gerem empregos e desenvolvam de forma sustentável a economia no campo (PROGRAMA DE GOVERNO, 2014).

O eixo 2 do programa do partido traz propostas no sentido de transformar o sistema político e aumentar a participação popular. Para tanto, a primeira ação que propunha era o combate à corrupção. Segundo afirma em seu texto, as instituições da democracia brasileira não responderiam aos interesses da maioria do povo porque seriam reféns do poder econômico e estariam corrompidas pela corrupção e, portanto, distanciadas de uma representação legítima da população. Como ressalta o programa, a corrupção impediria a genuína vontade popular de se expressar.

Aqui o programa, uma vez mais, se referencia nas jornadas de junho de 2013, afirmando que as manifestações demonstraram uma crise de representação da política tradicional em suas instituições, sobretudo para as novas gerações.

A proposta do partido era a de que o poder vem das ruas e, portanto, propunha uma democratização do poder a partir da criação de mecanismos de democracia direta, a revogabilidade dos mandatos dos políticos, e a realização de uma reforma política real, sobretudo para a adoção de um financiamento público das campanhas eleitorais. Além disso, propunha incentivar e garantir a participação de setores historicamente alijados da vida política, como mulheres, negros e outros setores sociais tradicionalmente sub-representados.

O terceiro eixo do programa de 2014 propunha a ampliação dos direitos e das liberdades dos trabalhadores, bem como dos setores socialmente mais vulneráveis e oprimidos. Trazendo novamente referências às jornadas de junho de 2013, o programa afirmava que os problemas sociais evidenciados a partir das manifestações seriam resultado do modelo econômico excludente.

Neste sentido, o programa enfatizou a garantia de direitos aos trabalhadores, como jornada de trabalho de 40 horas semanais, aumento dos salários e garantia contra demissões arbitrárias.

Neste ponto, o programa salientou a importância de garantia aos direitos humanos e proteção a grupos tradicionalmente discriminados, como negros, mulheres e homossexuais. Para tanto, propunha-se o combate à homofobia e o casamento civil igualitário, o combate ao racismo, o rechaço à violência contra a mulher e seus direitos sexuais e reprodutivos, a descriminalização do aborto e a luta contra a desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

Propunha, ainda, o fim da guerra às drogas e a legalização da maconha como forma de promoção da segurança pública. Como afirmava, a guerra às drogas tem funcionado como sinônimo de criminalização da pobreza e instigação ao racismo.

O documento propunha reunir demandas reais e apontar os caminhos necessários para que se efetivassem. Para tanto, organizou um sistema de propostas divididas em 20 áreas diferentes: (1) economia; (2) trabalho, emprego e renda; (3) sistema previdenciário e aposentadorias; (4) educação; (5) ciência e tecnologia; (6) saúde; (7) meio ambiente; (8) energia; (9) reforma agrária; (10) habitação e reforma urbana; (11) mobilidade e transporte; (12) segurança pública; (13) reforma política; (14) relações exteriores; (15) direitos humanos; (16) LGBT; (17) mulheres; (18) comunicação; (19) cultura e (20) esporte e atividade física.

Em cada uma dessas áreas, o programa identificava as prioridades que mereciam atenção imediata caso o partido chegasse ao governo, e enumerava as ações que pretendia tomar para chegar ao objetivo que propunha.

Ainda que o programa tenha sido fortemente marcado por propostas econômicas, de garantia da segurança, diminuição das desigualdades sociais e luta contra a corrupção, pautas elencadas por Inglehart (1977) como tipicamente defendidas por indivíduos que tem prioridades valorativas ligadas ao materialismo, é possível identificar que as pautas relacionadas à proteção a grupos identitários e ao meio ambiente, pautas tipicamente pós-materialistas, receberam um considerável destaque no programa das eleições de 2014, em comparação com os programas anteriores. Nota-se, ainda, uma grande preocupação do partido com a garantia de promoção de uma maior participação da população na tomada de decisão do estado.

Como destaca Inglehart (1977; 1990), a mudança nas prioridades valorativas e a emergência de um grupo de pessoas que priorizam valores pós-materialistas levaria ao surgimento dos novos movimentos sociais, buscando estratégias para a manifestação de suas preferências sobre assuntos específicos, como aborto, direito das mulheres e homossexuais e questões ambientais. Conduz, ademais, a uma maior tolerância em relação às diferenças, e a busca à garantia de direitos a esses grupos historicamente marginalizados pela sociedade, como mulheres, negros, indígenas e LGBTs.

Esses valores pós-materialistas foram incluídos com bastante destaque no programa de governo apresentado às eleições de 2014. Além de constar como prioridade em um dos três eixos das propostas, o programa dedicou três apartados separados para traçar propostas para a proteção de grupos identitários, e um para a proposição de políticas destinadas à proteção ambiental.

No apartado de número 15, o documento apresentava propostas para garantir o direito de todos, qualquer que fosse sua condição. Como afirmava, pela amplitude de pautas que pretendia propor, alguns dos temas que compunham a defesa dos direitos humanos – direitos dos negros e negras, defesa dos direitos da mulher, direitos da juventude, direitos da comunidade LGBT foram tratados em apartados específicos, alguns dos quais com documentos específicos produzidos pelos setores mais próximos a essas lutas.

Nesse sentido, em relação aos direitos humanos, o documento propunha a defesa dos direitos indígenas, com a demarcação de todas as terras indígenas no país, a implantação de políticas de proteção e promoção dos direitos indígenas em substituição às políticas assimilacionistas e assistencialistas, e o fortalecimento das organizações de defesa dos direitos indígenas. Propunha, ainda, a elaboração de um Plano Nacional de Acessibilidade em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, e a garantia dos direitos dos imigrantes e dos idosos.

Especificamente em relação à população LGBT, o programa dedicou um apartado específico, o tópico 16, e estabeleceu como prioridades o combate a todas as formas de preconceito por orientação sexual e/ou identidade ou expressão de gênero, a garantia de igualdade jurídica para a população LGBT em todos os âmbitos, e a elaboração participativa de políticas públicas visando combater o preconceito, garantir a igualdade e promover a inclusão social da população LGBT, entendendo que essas políticas devam estar presentes em todas as áreas de governo.

Para tanto, trazia como propostas de ação a atuação em 10 frentes de trabalho: (1) criminalização da discriminação contra LGBT e implantação de políticas concretas de combate sistêmico à homofobia e à transfobia; (2) criação de um observatório para monitoramento da violência homofóbica; (3) constitucionalização da proteção às LGBTs e a todas as formas de família; (4) Alteração o Código Civil para assegurar a conquista do casamento civil igualitário; (5) Garantia do direito à autodefinição da identidade de gênero; (6) Garantia do direito de travestis e transexuais à saúde integral; (7) Revisão de políticas públicas de combate ao HIV e DSTs com conscientização e atendimento das LGBTs; (8) Implementação do kit “Escola sem Homofobia” e revisão dos materiais já existentes; (9) Qualificação dos servidores públicos para o atendimento à população LGBT e (10) Fortalecimento da participação direta das LGBTs.

Em relação à garantia de direitos às mulheres, o programa dedicou todo o tópico 17, e estabeleceu como prioridades o combate a todas as formas de machismo e sexismo, o compromisso em defesa e ampliação dos direitos das mulheres, e a construção participativa de políticas públicas visando combater o machismo por meio do diálogo permanente com os movimentos sociais e entidades de defesa destes direitos.

Para alcançar as prioridades que propunha, o documentos trouxe a proposição de atuação em 10 ações: (1) combate à violência contra a mulher; (2) aumento da oferta de vagas na educação Infantil; (3) legalização do aborto; (4) defesa de uma assistência humanizada no parto e luta contra a violência obstétrica; (5) busca pela equidade salarial; (6) Aumento do tempo de licença maternidade e paternidade; (7) reforma política que fortaleça a participação das mulheres; (8) implementação de uma educação não-sexista; (9) garantia de direitos às mulheres negras e (10) Combate à lesbofobia e à transfobia.

Ainda quanto à ênfase demonstrada pelo partido em relação à apresentação de propostas direcionadas a grupos identitários tradicionalmente discriminados pela sociedade, é possível verificar que o programa se preocupou especificamente com estes grupos quando

trouxe propostas que não estavam especificamente direcionadas a eles. No tópico 4, ao tratar de educação, uma das propostas de ação apresentadas referia-se à implementação de uma educação contra as opressões, em que se propunha a utilização da educação como uma ferramenta para combater a opressão e a discriminação, a partir da superação de visões conservadoras e que combata o racismo, o sexismo, a homofobia, a lesbofobia e demais discriminações.

O tópico 9, ao tratar de reforma agrária, propunha uma proteção específica aos indígenas e aos quilombolas, sugerindo a demarcação de todas as áreas indígenas como forma de garantir a manutenção de seus espaços de reprodução cultural, social e econômica, além de defender a regularização de todas as terras quilombolas do país.

O tópico 17, ao propor ações para incentivar a prática de esportes e atividade física, trazia como plano de ação o fomento ao esporte feminino, afirmando que historicamente há uma grande disparidade entre o incentivo ao esporte feminino e masculino.

Em relação à população negra, o programa trouxe uma carta-compromisso da candidata à presidência, Luciana Genro, dirigida ao movimento negro, contendo propostas e plano de ações para coibir o racismo no país. O documento propunha a educação e mobilização para combate ao racismo, propondo, para tanto, as seguintes ações: práticas de educação popular para o combate ao racismo e o fomento da diversidade e dos direitos humanos visando ao fortalecimento de organizações negras que desenvolvem projetos no campo educacional; criação do fundo para reparação histórica e humanitária para os descendentes de escravizados e indígenas, como previsto pela declaração de Durban de 2001; realização de uma campanha nacional de mobilização pela prática da lei 10639/03, que estabelece a obrigatoriedade de incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a temática "História e Cultura Afro-Brasileira"; criação da Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça para os crimes da escravidão e crimes de hoje por parte do estado; transformação do Plano Juventude Viva, plano de prevenção à violência contra a juventude negra criado pelo Governo Federal em 2014, em programa, com destinação de recursos e garantia de autonomia de ação; titulação de todos os territórios quilombolas e indígenas; promoção de espaços de diálogo, audiências e consultas públicas permanentes, abertas e livres, por parte do governo no que diz respeito à temática do combate ao racismo; Mudança na Lei de Cotas Federal para que o percentual de reserva de vagas incida sobre 100% das vagas destinadas a negras e negros por estado, além do estabelecimento de uma Política de permanência estudantil para

alunos cotistas, e a implementação de cotas na pós-graduação; e a construção de espaços de elaboração de ações interministeriais de enfrentamento ao genocídio da juventude negra.

Outra proposta estabelecida pela carta-compromisso referia-se à luta contra a violência racista, que estabelecia o seguinte plano de ação: implementação de um modelo de segurança pública desmilitarizado e antirracista; Regulamentação do artigo 5º da Constituição Brasileira que define o racismo como crime inafiançável e imprescritível, e a definição de Racismo como Crime de Lesa Humanidade; rechaço a leis que criminalizem movimentos sociais e determinados perfis de grupos; fim da revista vexatória; formulação de projeto que preveja a responsabilização penal de racismo e assassinatos promovidos por policiais e a Federalização dos crimes cometidos por policiais civis e militares contra negros; Política de apoio psicossocial e indenização para familiares de negros vítimas do Estado; fim da política do encarceramento em massa e mutirão do Judiciário para revisão de penas dos presos.

Ainda em relação aos negros, a carta-compromisso trazia propostas relacionadas à política internacional, propondo a acolhida e integração do povo Haitiano, bem como todo o povo das Américas e da África que vierem ao país na condição de refugiados, e a pela retirada das tropas brasileiras do Haiti, estabelecendo-se uma saída política e soberana da crise do povo haitiano e a garantia de ajuda humanitária.

Quadro 10 – Principais propostas do PSOL para as eleições de 2014

Política econômica que combata a desigualdade social
Reforma tributária
Não pagamento e auditoria da dívida pública
Reforma agrária
Ecosocialismo e desenvolvimento econômico sustentável
Combate à corrupção
Reforma política
Criação de mecanismos de participação popular
Luta pela igualdade de gênero e garantia dos direitos das mulheres
Combate ao racismo e garantia dos direitos nos negros
Combate à homofobia e garantia dos direitos dos LGBTs
Garantia dos direitos da população indígena e quilombola

Fonte: Elaboração própria, de acordo com Programa de Governo (2014)

É de se notar que a elaboração o programa contou com a contribuição do movimento de juventude, que se organizaram para a construção de uma síntese de reivindicações da juventude, incorporadas ao programa de governo do PSOL. A contribuição da juventude incluía propostas direcionadas aos jovens, como educação e trabalho da juventude, e incluía

também propostas relativas ao direito à cidade, democratização da comunicação, informação e cultura, e proposições direcionadas especificamente a mulheres, negros e negras, e LGBTs, além de trazer projetos a respeito da violência e desmilitarização da polícia e sobre política de drogas.

Neste sentido, o programa de governo apresentado pelo PSOL para as eleições de 2014, além de acrescentar pautas àquelas tradicionalmente defendida pelo partido até então, permitiu uma maior participação popular na sua construção, abrindo para a contribuição da juventude e do movimento de negros na elaboração de seu conteúdo.

É de se notar, ainda, que o programa do PSOL para as eleições de 2014 manteve, como nas eleições presidenciais anteriores, severas críticas aos governos anteriores do PT. O programa é enfático ao criticar a postura do governo na condução das demandas levantadas pela população nas jornadas de junho de 2013, afirmando que manteve intacto o modelo de desenvolvimento econômico e a política econômica que demonstrara adotar até então. O documento acusava o governo da ex-presidente Dilma Roussef de promover uma maior concentração de capital e crescente dominação financeira, tendo mantido altas taxas de juros, privatizações, pagamento da dívida pública e realização de alianças com o agronegócio, trazendo retrocessos à questão da reforma agrária, e afirmava que não aceitaria nem o continuísmo representado pelo PT e aliados, nem o retrocesso simbolizado por PSDB e aliados.

De toda forma, o programa se referencia, a todo momento, nas manifestações ocorridas em junho de 2013, em uma clara alusão à sua intenção de capitanear os anseios da população que emergiram com os protestos. Como já salientado por Singer (2013) e Resende (2013), as manifestações deixaram clara a emergência de novas demandas valorativas no Brasil, que não encontravam expressão nas instituições políticas tradicionais.

A inclusão destas demandas no programa de governo do PSOL em 2014 como pautas a serem debatidas e defendidas demonstra que o partido pretendia se afirmar como uma possibilidade de representar estas demandas e fazê-las chegar à institucionalidade, ocupando um espaço vazio deixado pelos partidos políticos tradicionais.

4.3.4 Eleições de 2018

Para as eleições presidenciais de 2018, o PSOL aprovou a chapa Guilherme Boulos e Sônia Guajajara como candidatos do partido à presidência e vice-presidência da república. A

escolha dos nomes derivou de um longo processo de debates junto a movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e diversos outros setores da sociedade civil que compuseram uma ampla aliança em prol de um novo projeto para o país (PROGRAMA DE GOVERNO, 2018).

O programa de governo apresentado às eleições de 2018 foi resultado de um acúmulo da plataforma “Vamos!”, criada a partir de uma iniciativa da Frente Povo Sem Medo (FPSM) – uma organização política brasileira, formada em 2015, como uma frente de mobilização popular, composta por movimentos sociais, partidos políticos de esquerda e centrais sindicais que se consideravam oposição à esquerda ao governo de Dilma Rousseff. Entre as organizações que compõem a Frente estão o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), as Brigadas Populares (BPs), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), o Polo Comunista Luiz Carlos Prestes, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Mídia Ninja e militantes e entidades partidárias ligadas ao PSOL, Partido Comunista Brasileiro (União da Juventude Comunista) e Partido da Causa Operária (EL PAÍS, 2015).

O programa, que teve como lema “vamos sem medo de mudar o Brasil” (PROGRAMA DE GOVERNO, 2018, p. 1), foi, portanto, construído de forma coletiva, com a participação de 17 grupos de trabalho e cerca de 300 pessoas ligadas aos movimentos sociais e à intelectualidade. Os trabalhos iniciais que deram origem ao texto final do programa foram submetidos a debate público e coleta de propostas na plataforma *online* do movimento “Vamos”. Buscando construir um programa de governo de baixo para cima, o documento final derivou também de diversos debates presenciais ocorridos em várias partes do país e buscou apresentar propostas para garantir direitos e levar a população para o centro das decisões do Estado (PSOL, 2018).

O programa de 2018 contava com 228 páginas, apresentando um perfil anti-sistêmico, popular, radical (PROGRAMA DE GOVERNO, 2018); buscava combater o conservadorismo e estabeleceu dois eixos ordenadores das propostas de governo apresentadas: a luta contra as desigualdades sociais e a democratização do poder político com a radicalização da democracia e da participação popular.

O programa esclarecia ter fundamentado suas bases propositivas no combate às desigualdades sociais com centralidade nas demandas de mulheres, negros, LGBTI, pessoas com deficiência, indígenas, e em um outro modelo de desenvolvimento econômico

compatível com a garantia de direitos a essas classes (PROGRAMA DE GOVERNO, 2018). Enfatizava que a defesa desses grupos de pessoas, assim como a proteção do meio ambiente, somente é possível a partir da reestruturação do modelo econômico até então adotado e combatendo as desigualdades sociais que assolam com mais ênfase esses grupos.

Nesse sentido, propunha um modelo de desenvolvimento e política econômica compatíveis com a preservação do meio ambiente e a manutenção de recursos naturais, florestas e comunidades humanas, e que ao mesmo tempo fosse capaz de garantir uma política de geração de emprego para a juventude (PROGRAMA DE GOVERNO, 2018). Ao abordar as demandas das pautas de opressões, referia-se tanto à classe trabalhadora quanto ao feminismo, luta da negritude, reivindicações do movimento LGBTI, ou seja, elementos transversais e estruturantes das desigualdades e dominação no Brasil, como afirmava. E, quando se referia a Estado e democratização do poder, tratava da soberania nacional, da democratização dos meios de comunicação, de um estado voltado para os direitos sociais, de participação popular na decisão dos grandes temas nacionais e de uma política de segurança pública cidadã.

Para propor medidas para o que considerava as principais questões nacionais, o programa foi separado em 19 tópicos, em que eram apresentadas, dentro de cada um deles, as demandas prioritárias e as propostas de ação para superar aquela questão. Os tópicos foram divididos da seguinte forma: (1) economia; (2) poder e política; (3) direitos dos negros; (4) direitos das mulheres; (5) direitos dos LGBTs; (6) educação; (7) saúde; (8) segurança pública; (9) reforma urbana; (10) meio ambiente e reforma agrária; (11) direitos dos trabalhadores; (12) assistência e seguridade social; (13) previdência social; (14) direito das pessoas com deficiência; (15) cultura; (16) democratização dos meios de comunicação; (17) direitos da juventude; (18) esporte e lazer; (19) relações internacionais.

A grande maioria das propostas tinha como plano de fundo a questão econômica, mais especificamente, a necessidade de realizar uma intensa redistribuição de renda almejando e garantindo a soberania do país. As propostas para a economia partem da superação da crise econômica em que, segundo deixava claro, o Brasil estaria imerso. Segundo afirmava, a crise econômica atingiria de maneira brutal os setores mais vulneráveis, sendo necessário adotar medidas de alteração da política econômica para proteger direitos dessas classes como mulheres, negros, indígenas e população LGBTI.

Como é ressaltado no texto, o documento sugere que a crise econômica atual derivaria de uma política de conciliação de classes adotada pelos governos anteriores, que teriam

adotado uma política de redistribuição de renda na base da pirâmide sem enfrentar a concentração de renda no topo e seus mecanismos de reprodução. Salientava, ainda, que o desenvolvimento econômico fomentado pelos governos anteriores demonstrou-se predatório ao meio ambiente, e devastador com a população nativa e trabalhadores (PROGRAMA DE GOVERNO, 2018).

Para superar a crise econômica, o programa propunha um projeto de transformação da estrutura econômica nacional, reorganizando a estrutura produtiva e direcionando o sistema de ciência, tecnologia e inovação para um modelo voltado a atender majoritariamente as longas carências que existem na sociedade brasileira. Assim, o foco das propostas econômicas era a implementação de uma política de investimentos direcionada à melhoria dos serviços públicos e da infraestrutura e na redução das desigualdades regionais, com um forte componente de geração de empregos e de melhoria direta das condições de vida da classe trabalhadora.

As propostas econômicas inseridas do programa de 2018 retomavam as propostas inseridas nos programas das eleições anteriores, e tinha como foco a reforma tributária, pautada pelo viés de onerar mais os mais ricos, desonerar os mais vulneráveis, a partir de propostas de reformulação do Imposto de Renda, instituição do imposto sobre grandes fortunas, aumento na alíquota de impostos como IPTU, ITR e ITCD. Retomavam, ainda, a pauta de auditoria da dívida pública, redução da taxa de juros e maior independência do Banco Central.

Ainda quanto às propostas econômicas, o programa se referia à implementação de um desenvolvimento produtivo e tecnológico, em outras palavras, um modelo de desenvolvimento nacional que promovesse uma estrutura produtiva diversificada com base em políticas de inovação tecnológica. Estas políticas promoveriam a adequação gradual do sistema científico, tecnológico e de inovação aos problemas da própria sociedade, moldando, assim, novas trajetórias de especialização do setor produtivo brasileiro.

Outras propostas retomadas pelo partido no programa de 2018, referem-se à realização de reforma agrária, segurança pública, luta contra a corrupção, reforma urbana, assistência social e reforma da previdência. Outros temas que se destacam referem-se à violência, cuja abordagem no programa concentra-se em prevenção a partir da educação, democratização dos setores policiais e fim da política de “guerra às drogas”. Importante salientar que todos os programas propostos têm respaldo financeiro nas reformas de caráter econômico abordadas durante parte expressiva do documento.

Outro ponto de bastante destaque no programa refere-se à necessidade de incorporação da população aos processos de decisão e gestão do Estado (PROGRAMA DE GOVERNO, 2018). Propunha, para tanto, uma revolução democrática que tivesse início de baixo para cima, a partir da revolta da população trabalhadora, indígena, sem-teto, negros, mulheres etc., é dizer, por grupos de pessoas tradicionalmente marginalizados pela sociedade e vítimas de uma pequena classe privilegiada.

Para tanto, propunha a transferência paulatina de parte das atribuições dos poderes executivo, legislativo e também do judiciário para a deliberação direta, engajando continuamente as pessoas comuns nas decisões sobre seus cotidianos. A partir da afirmação “todo poder aos povos”, salientava a necessidade de superação do "ciclo participacionista" (PROGRAMA DE GOVERNO, 2018, p. 25) dos governos anteriores oferecendo maior qualidade democrática para conselhos e fóruns com poderes de gestão e orçamentário, defendendo que o Estado deveria decidir suas políticas públicas a partir das decisões tomadas por conselhos populares setoriais e por conselhos populares locais.

Com o fim de atingir este objetivo, o programa trazia propostas como o poder popular de revogação, deliberação e autorrepresentação, propondo a necessidade de se realizar um referendo popular, se assim o exigir 10% do eleitorado, para tomada de decisões como reforma da constituição, revogação de mandatos e veto a decisão tomada pelo Congresso.

Além disso, propunha a transparência da gestão em rede e abertura das informações, a partir da implementação de melhorias tecnológicas no setor público com a intenção de resolver a integração de dados e plataformas antigas e dotar gestores e cidadãos de ferramentas digitais de acessibilidade. Propunha também o pleno acesso às plataformas, dados e informações públicas, considerados pelo documento a principal ferramenta do estado e da cidadania contra a corrupção e desvio das verbas públicas.

Trata-se de pauta típica de indivíduos que refletem prioridades valorativas pós-materialistas (INGLEHART, 1977; 1990), que demonstram o desejo de tomar parte dos assuntos públicos e buscam uma intervenção cidadã na política a partir de novos canais que valorizam a autonomia da pessoa, levando a uma maior demanda por participação em formas não convencionais de ação política.

Valores pós-materialistas foram destacados, ainda, no programa no tópico 3, em que propunha medidas para a garantia de direitos à população negra e para o combate ao racismo. O documento afirma que o Brasil constituiu uma arquitetura institucional importante para o enfrentamento do racismo e a promoção da equidade racial no país, sobretudo após o advento

da Constituição de 1988. Porém, ressalta a existência de graves problemas estruturais que dificultam o combate ao racismo. Um deles é o que chamou de racismo institucional, que se refere ao fato de as instituições existentes terem uma estrutura de funcionamento permeada pelo racismo e, por isto, as políticas públicas aprovadas não seriam implantadas a contento (PROGRAMA DE GOVERNO, 2018). Quanto a este aspecto, o documento propunha reformas nestes sistemas institucionais particularmente com a maior presença de profissionais negros no seu comando.

O programa salientou, ainda, o que chamou de racismo estrutural, e o relacionou ao capitalismo e à regulação de mercado, que pressionariam pela regulação do mercado de trabalho e gerariam uma tendência à pauperização do trabalho, assolando com maior veemência os trabalhadores negros, intensificando o racismo.

Aqui, uma vez mais, o programa enfatiza com bastante força que o problema do racismo no Brasil deriva de um modelo econômico implementado pelos governos anteriores, e que somente pode ser combatido por mudanças na política de economia adotado no país:

E não é por acaso **que homens negros e mulheres negras ocupam a base da pirâmide social** e são alvos constantes dos mecanismos de violência mesmo em momentos de vigência de políticas de inclusão racial. 130 anos após a abolição, ainda existem trabalhadores em situação análoga à escravidão em diversos estados. As instituições são racistas não por uma deformação delas, mas porque atuam funcionalmente em relação à estrutura capitalista implantada no país. (...) **A articulação dos mecanismos de violência racial com as dinâmicas do capitalismo é a chave para a compreensão destes processos.** Neste sentido, mais que institucional, devemos considerar o **racismo como ESTRUTURAL**, isto é, como um **processo lógico de um sistema de acumulação de riquezas no geral**, e de superexploração do trabalho no particular do Brasil. (PROGRAMA DE GOVERNO, 2018, p. 45, grifo nosso).

A partir deste contexto, o documento salientou que não há como aprofundar a democratização do país sem estender a democracia para a periferia, e se comprometeu a implementar políticas de combate ao que chamou de genocídio da população negra, referindo-se ao encarceramento em massa de jovens negros e tortura nas delegacias, invasões de domicílio sem ordens judiciais e extermínio de negros nas periferias²⁰, advindos, sobretudo, pela política de guerra às drogas até então implementada.

Para superar o racismo, o programa propunha medidas como a desmilitarização da polícia, o fim da guerra às drogas, combate ao feminicídio e à violência doméstica. Propunha,

²⁰ O programa embasa essa afirmativa em dados segundo os quais, nos últimos dez anos, 553 mil pessoas foram assassinadas no Brasil, e enquanto o homicídio de jovens brancos diminuiu 6,8%, dentre a população negra esse número aumentou 23,1%, e em 2016 os negros corresponderam a 71,5 % das vítimas de homicídio no país. Ademais, afirma que o feminicídio atinge principalmente as mulheres negras, uma vez que tem taxas de violência 71 % maiores do que entre as mulheres brancas. (PROGRAMA 2018: 48).

ainda, a implementação ações afirmativas como políticas públicas, como ampliação das cotas raciais em universidade e concursos públicos, garantia de representação da população negra, em especial a mulher negra, nos espaços de poder institucional por meio da instituição de cotas para mulheres, negros e indígenas nas chapas proporcionais e majoritárias, titulação de todas as terras quilombolas e o enfrentamento do racismo religioso e garantia da laicidade do Estado (PROGRAMA DE GOVERNO, 2018).

Quanto às propostas para combater o racismo, o documento dividiu o tópico 3 em subseções relativas a diversas áreas, fazendo propostas específicas para a garantia de direitos dos negros quanto à saúde, educação, participação popular, emprego, moradia e cultura (PROGRAMA DE GOVERNO, 2018). Tais medidas incluíam, por exemplo, garantia da plena participação das representações do movimento negro na construção e gestão das políticas de ação afirmativa; a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, e o enfrentamento às doenças com maior incidência na população negra; a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que obrigam o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena na rede pública e particular de ensino; extensão de todas as leis trabalhistas para todas trabalhadoras domésticas; a regularização fundiária de moradias em favelas e empreendimentos populares; e a instituição de programas de fomento à cultura negra e periférica.

Ainda quanto ao destaque dado ao programa a valores pós-materialistas, o documento dedica todo o tópico 4 à apresentação de propostas para combater o machismo e garantir os direitos das mulheres. O programa ressalta a imensa diferença entre homens e mulheres em vários aspectos como o maior índice de desemprego entre mulheres do que entre homens, a diferença salarial observada entre homens e mulheres no mesmo cargo e mesma função, e maior carga de trabalho doméstico às mulheres.

Como solução a estes problemas, propunha a mudança no modelo econômico até então adotado para um modelo que garanta salário igual para homens e mulheres; a proteção legal às empregadas domésticas; ampliação e universalização do acesso à creche para todas as crianças; políticas de formação e emprego para pessoas transexuais e travestis (PROGRAMA DE GOVERNO, 2018).

Em relação à desigualdade de gênero, o programa se refere especificamente, além das mulheres, à população transgênero, transexuais e travestis, trazendo diversas propostas direcionadas especificamente a estes grupos. O programa das eleições de 2014 trazia um apartado bastante extenso de propostas para a garantia de direitos da população LGBT –

lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgênero. No entanto, as propostas eram mais amplas, e direcionadas a toda a classe em geral, não havendo propostas específicas para cada um dos grupos abarcados pela sigla. Pode-se perceber um forte enfoque, em diversos pontos do programa, na apresentação de propostas para garantir a identidade de gênero e a proteção de direitos específicos dos indivíduos transgêneros e transexuais. No apartado referente a propostas para a garantia dos direitos das mulheres, o programa se dirige a, além das mulheres cisgênero, aquelas que se identificam com o gênero feminino, também a mulheres transexuais, travestis e homens trans. Assim, sempre que se refere a mulheres está se referindo também a estas populações.

Especificamente para a população de transexuais, travestis e homens transgênero, o programa traz propostas como implementação de políticas de formação e emprego para pessoas transexuais e travestis; tratamento profissional adequado e respeitoso às mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais; reconhecimento da identidade de gênero para mulheres transexuais e oferecer a atenção necessária à sua saúde de forma despatologizada; tipificação do feminicídio de travestis e transexuais; possibilidade de mulheres transexuais e travestis escolherem cumprir pena em unidades prisionais femininas, enquanto houver prisão e a discussão de gênero nas escolas (PROGRAMA DE GOVERNO, 2018).

Quanto à garantia de igualdade de gênero de forma geral, o programa trouxe como metas a serem alcançadas a garantia de direitos sexuais e reprodutivos. Para tanto, defendia o tratamento humanizado do parto e o fim da violência obstétrica e a descriminalização e legalização do aborto de forma segura e gratuita.

O programa salientava, ainda, o problema da violência contra a mulher, referindo-se ao assédio sexual e moral sofrido pelas mulheres em todos os locais, a exploração sexual infantil de meninas e o tráfico internacional de mulheres. Como propostas para a busca de solução nestas questões, o programa propunha destinação de 1% do PIB ao programa nacional contra a violência e pela vida das mulheres, a ser implementado pelo Estado de forma interfederativa, que implementasse, por exemplo, Casas de acolhimento provisório para mulheres em situação de violência e patrulhas municipais Maria da Penha para realização de visitas residenciais às mulheres em situação de violência doméstica (PROGRAMA DE GOVERNO, 2018).

Dentre outras propostas direcionadas à garantia de direitos às mulheres, o programa destacava a garantia de o acesso a unidades de saúde com oferta de profissionais voltados à saúde da mulher, bem como programar, por meio do Centro de Referência em Saúde do

Trabalhador, ações voltadas aos agravos à saúde das trabalhadoras; o desenvolvimento de programas de educação sexual, de prevenção da DST/AIDS e planejamento familiar para homens e mulheres com garantia de acesso permanente a diversos métodos contraceptivos; e garantia da proteção legal às empregadas domésticas

A garantia de direitos à população LGBTI e a luta contra a homofobia recebeu importante destaque, merecendo todo o tópico 4 para a apresentação de propostas para a defesa desta classe. Em primeiro lugar, verifica-se que o programa de 2018 utiliza a sigla LGBTI, enquanto que os programas anteriores utilizavam a sigla LGBT. Nesse sentido, o programa de 2018 inseriu na lista de população a ser protegida os indivíduos intersexuais, expressão a que se refere a letra I da sigla, e que diz respeito àquelas pessoas que podem se identificar como homem, como mulher ou como nenhum dos dois.

Quanto a esta questão, o programa enfatizava o retrocesso na garantia de direitos a esse grupo nos últimos anos, sobretudo, como afirmava, no governo do ex-presidente Michel Temer. Visando buscar a igualdade de direitos, o respeito, a liberdade e a cidadania plena para essa população, o programa se comprometia a garantir a cidadania da população LGBTI como política de Estado, com a igualdade de direitos e oportunidades para LGBTIs e a promoção de formas de participação democrática dessa comunidade na elaboração de políticas públicas.

Para atingir o objetivo proposto, o tópico 4 do programa foi subdividido em seções relativas a diversas áreas, cada qual apresentando um plano de ações específico para cada uma destas áreas. A primeira seção referiu-se à garantia de direitos para todas as famílias, em que se defendeu a legalidade de qualquer tipo de formação familiar, propondo ações como a positivação do casamento civil igualitário; mudanças na política de adoção de forma a incluir casais do mesmo sexo e pessoas solteiras como possível adotantes, e transformando a atual licença maternidade em licença parental, sem distinção legal entre pai e mãe ou por orientação sexual e/ou identidade de gênero (PROGRAMA DE GOVERNO, 2018).

As outras seções referiam-se a políticas de inclusão para pessoa trans, educação, saúde, emprego e moradia, e segurança. As propostas apresentadas incluíam medidas como apoio ao projeto de lei que despatologiza a transexualidade e reconhece o direito das pessoas trans à identidade de gênero e à autonomia para decidir sobre seus corpos; a produção de material didático com perspectiva de diversidade de gênero e sexualidade para uso na formação de educadores e estudantes e implementação de ações afirmativas para o acesso e permanência dos LGBTIs na universidade; criação de programas de assistência, formação técnica e profissional para a inserção da população LGBTI no mercado de trabalho;

promoção de debate no Congresso Nacional dos projetos que visam a criminalização da LGBTI-fobia; e promoção da despatologização das identidades LGBTI, assim como o fim chamada “cura gay” (PROGRAMA DE GOVERNO, 2018, p. 62).

O programa dedicou um tópico para apresentação de propostas para o meio ambiente e, apesar de não haver dedicado tópico específico para abordar propostas para a garantia dos direitos dos indígenas, tratou com bastante veemência a esse respeito em tópicos sobre a reforma agrária, a participação popular, a educação, a saúde, a segurança pública e, sobretudo, quando tratou da questão ambiental, no tópico 10.

Quadro 11 – Principais propostas do PSOL para as eleições de 2018

Combate às desigualdades sociais
Reforma tributária
Auditoria da dívida pública
Segurança pública
Assistência social e reforma da previdência
Reforma urbana
Desenvolvimento tecnológico
Proteção ao meio ambiente
Garantia de direitos à população indígena
Garantia de direitos aos negros
Garantia de direitos às mulheres
Garantia de direitos à população LGBT
Participação popular nas decisões e gestão do estado

Fonte: Elaboração própria de acordo com Programa de Governo (2018)

Tomando como base as propostas apresentadas no Quadro 11, o programa de 2018 é construído de uma forma bastante diferente quando comparado aos programas das eleições anteriores do partido.

Cabe ressalva para um forte viés econômico, com foco no combate às desigualdades sociais e na redistribuição de rendas, que perpassa todas as propostas do partido, em todos os eixos que apresenta. O documento enfatiza a preocupação na proteção de grupos tradicionalmente marginalizados como mulheres, negros, população indígena e LGBTIs, e salienta que a saída para a garantia de direitos a esses grupos reside na mudança da política econômica e superação das desigualdades sociais:

Neste processo de expansão global, o capital se defronta com esta agenda da diversidade que cresceu nos últimos tempos. Por isto, há uma apropriação capitalista

da diversidade (étnica, de gênero, de orientação sexual, entre outras) transformando-a em mercadorias e até nichos de mercado. (PROGRAMA PSOL, 2018, p. 45).

Neste sentido, entende-se que as pautas materialistas, de adoção de medidas de caráter econômico e de segurança, se associam fortemente a medidas que salientam a importância de valores pós-materialistas. Diferente dos programas anteriores, sobretudo o das eleições de 2014, o programa de 2018 não trata cada uma delas de forma separada, mas como parte de um todo.

De toda forma, percebe-se a importância que valores pós-materialistas tem para o partido neste momento, uma vez que deixa claro ao longo de todo o programa a necessidade de se construir uma sociedade tolerante às diferenças, com garantia de direitos às classes marginalizadas. Além disso, propõe com bastante ênfase a necessidade de construção de um modelo mais participativo de democracia, com a garantia da soberania popular a partir da implementação de formas mais diretas de democracia e mecanismos para o cidadão tomar parte na decisão e gestão do Estado, valores tipicamente caros para indivíduos que demonstram prioridades valorativas pós-materialistas.

Ainda que o programa tenha mantido com bastante destaque as pautas materialistas, como nos programas precedentes, inclusive propondo medidas econômicas e, sobretudo, a superação das desigualdades sociais, como panaceia para os problemas mais graves da sociedade, é possível observar uma ampliação da ênfase em valores pós-materialistas. Merece destaque a escolha de uma representante da população indígena como candidata à vice-presidência na chapa do partido, algo inédito para o cenário político brasileiro, e que acabou por deixar clara a intenção do partido em promover a luta por direitos a esta classe.

Cabe destacar que o programa de 2018 se ocupou em fazer severas críticas aos governos anteriores, assim como os programas precedentes do partido. O inédito do programa de 2018 é a moderação em relação às críticas ao PT, focando sua insatisfação com o governo do ex-presidente Michel Temer que, segundo afirmava, não teria legitimidade e respaldo social, revelando-se como um verdadeiro “usurpador” (PROGRAMA DE GOVERNO, 2018, p. 22). O programa fez referências ao processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, ao qual chamou de golpe jurídico-parlamentar-midiático, como agravador da crise econômica no Brasil, e salientou a ilegalidade da prisão do ex-presidente Lula que, segundo afirmava, teria sofrido perseguição política, além de tecer críticas à operação Lava Jato, considerada pelo documento arbitrária e seletiva.

Frente à essas considerações, é nítida a diferença em relação ao estabelecimento de pautas para os programas de governo apresentados pelo partido às eleições presidenciais que participou. Nas eleições de 2006 o programa foi focado estritamente em pautas econômicas, de segurança e combate à corrupção. O programa apresentado às eleições de 2010 também apresentou um forte enfoque às pautas econômicas e de segurança, contando, no entanto, com a inserção, de forma pontual, de algumas questões relativas à defesa de pautas pós-materialistas, como defesa do meio ambiente e promoção da participação popular na tomada de decisão do estado. Para as eleições de 2014, o PSOL apresentou um programa muitíssimo mais extenso, bastante marcado pela defesa de direitos de grupos identitários, com forte enfoque para a proteção dos negros, mulheres, LGBTs e indígenas, e contendo algumas propostas pontuais para imigrantes e quilombolas. É de se notar, no entanto, que as pautas econômicas, de segurança e combate à corrupção não foram deixadas de lado, sendo a elas acrescidas as pautas identitárias citadas. Em 2018, o programa retoma a linha adotada em 2014, com forte enfoque nas pautas econômicas, além de dar especial destaque à garantia de direitos a grupos identitários tradicionalmente marginalizados, como negros, mulheres, LGBTs e indígenas, ademais de propor com bastante veemência a necessidade de participação popular na tomada de decisão e gestão do Estado. Apresentou, no entanto, formato diferente dos programas até então apresentados, focando grande parte dos problemas nas questões econômicas e definindo como panaceia para todos eles a superação das desigualdades sociais.

O Quadro 12 sintetiza as propostas do partido nas eleições presidenciais em que participou. Observa-se, portanto, quanto aos programas de governo apresentados às eleições presidenciais, uma trajetória no sentido de se dar cada vez mais ênfase a pautas pós-materialistas como propostas de governo. A cada eleição, as pautas identitárias, de proteção ao meio ambiente e inserção da população na tomada das decisões do Estado foram tomando maior proporção, e um maior destaque no programa do partido, que passou a dar mais ênfase a tais questões e apresentar um maior rol de propostas para a defesa dessas pautas.

Quadro 12 – Evolução das propostas do PSOL às eleições presidenciais

Programa 2006	<ul style="list-style-type: none"> - partido não apresentou programa de governo. - Forte enfoque à questão econômica: redução da taxa de juros, reforma tributária, suspensão do pagamento e auditoria da dívida pública; - reforma agrária; - luta contra a corrupção; - combate à miséria e ao desemprego; - severas críticas ao PT;
Programa 2010	<ul style="list-style-type: none"> - programa curto (2 páginas) e apresentado em tópicos. - Enfoque à questão econômica: reforma tributária, suspensão do pagamento e auditoria da dívida pública; - defesa da classe trabalhadora - reforma agrária; - reforma urbana; - luta contra a corrupção; - proteção ambiental - garantia de direitos à população indígena inserido de forma pontual - luta contra o racismo, o machismo e a homofobia apenas mencionada, sem estabelecimento de propostas concretas.
Programa 2014	<ul style="list-style-type: none"> - Programa mais extenso (100 páginas) elaborado pelo partido com a contribuição dos movimentos negro e da juventude. - Enfoque à questão econômica: reforma tributária, não pagamento e auditoria da dívida pública; - redução das desigualdades sociais; - reforma agrária; - combate à corrupção; - reforma política; - Criação de mecanismos de participação popular - forte ênfase na garantia de direitos à população negra, LGBTs, indígenas e mulheres, com apartados específicos para cada população contendo propostas direcionadas especificamente a cada classe.
Programa 2018	<ul style="list-style-type: none"> - programa extenso e detalhado (228 páginas) construído de forma conjunta entre partidos e movimentos sociais, com participação popular. - forte enfoque na questão econômica e combate às desigualdades sociais como forma de garantir direitos a todas as classes marginalizadas; - reforma tributária, auditoria da dívida pública, reforma da previdência; - proteção ao meio ambiente; - forte enfoque na garantia de direitos dos indígenas, destacando-se a candidatura indígena à vice-presidência; - forte enfoque na garantia de direitos a negros; - forte enfoque na garantia de direitos às mulheres, estendendo as propostas também à população transgênero, transexuais e travestis; - forte enfoque à garantia de direitos à população LGBTI, destacando-se a inserção da letra I à classe protegida, referindo-se à população intersexual; - forte enfoque no estabelecimento de mecanismos para a participação popular das decisões e gestão do Estado.

Fonte: elaboração própria.

Neste sentido, a análise dos programas de governo confirma a hipótese de que o PSOL caminhou no sentido de adotar pautas que não enfrentava com veemência quando nasceu. Ainda que constasse de seu programa partidário desde sempre, percebe-se que nos primeiros anos de funcionamento do partido o enfoque se dirigia a pautas econômicas, de defesa da classe trabalhadora e luta contra a corrupção, *issues* tradicionalmente materialistas, demonstrando um nítido resgate das pautas historicamente defendidas pelo PT e relativizadas

quando de sua chegada ao governo federal. Sem jamais abandonar a defesa destas pautas, o PSOL demonstra haver apresentado uma trajetória de incorporação de pautas pós-materialistas em suas propostas, sobretudo em relação à defesa de grupos identitários tradicionalmente marginalizados, proteção ao meio ambiente e participação popular, ao menos quando se analisam os seus programas de governo.

Esta ênfase em pautas pós-materialistas se observou com maior veemência a partir do programa apresentado às eleições de 2014. Naquele momento, a ocorrência das jornadas de junho de 2013 deixava claro o surgimento de novas demandas relacionadas a prioridades valorativas pós-materialistas (SINGER, 2013; RESENDE, 2013), que não encontraram acolhimento nos partidos políticos tradicionais (MADEIRA, VIEIRA, E TAROUCO, 2017).

A partir de então, o PSOL passou a dar cada vez mais destaque a estas pautas, buscando se posicionar em um campo político não ocupado por outras agremiações. Como destacam Harmel e Roberston (1985), Hug (2000), Bolleyer (2011), Sikk (2012) e Miragliota (2012), o surgimento de novas demandas, a partir mudanças socioeconômicas ou morais, combinado com a incapacidade dos partidos tradicionais de dar uma resposta satisfatória a estas novas demandas, criaria o ambiente propício para um novo partido se estabelecer e agregar tais demandas.

Assim, incluindo esses novos temas em sua agenda, o partido pretendia dizer que poderia se firmar como o agente político responsável por levar a defesa desses novos temas ao mecanismo institucional de tomada de decisões, posicionando-se em um novo nicho do mercado político que se encontrava carente de representação.

O Capítulo V analisa a trajetória eleitoral do PSOL e busca observar se o partido demonstrou uma trajetória ascendente tanto quanto à conquista de cadeiras no legislativo quanto em relação ao apoio que recebeu por parte do eleitor, e pretende verificar se o partido pode ser considerado como bem-sucedido.

CAPÍTULO V: DESEMPENHO ELEITORAL DO PSOL

As análises empreendidas nos tópicos anteriores permitem concluir que o PSOL de fato passou por um processo transformação que o levou a agregar novas pautas às aquelas historicamente defendidas por ele. A inserção de pautas pós-materialistas como a defesa de grupos tradicionalmente marginalizados, a defesa do meio ambiente e a busca por mecanismos que permitem uma maior participação popular na tomada de decisão do estado foi observada em todos os documentos analisados, e nas falas das lideranças entrevistadas, tendo sido igualmente detectada pelo programa de análise de conteúdo.

Este Capítulo busca analisar a trajetória eleitoral do PSOL e verificar o seu crescimento ao longo do tempo, o aumento no contingente de votos recebidos e a conquista de maior número de cadeiras no parlamento, além de investigar o perfil dos parlamentares eleitos pelo partido e sua evolução a cada eleição, permitindo examinar se o PSOL pode ser entendido como um partido bem-sucedido, segundo conceito de sucesso que se utiliza para este trabalho.

Em 2006 o PSOL participava de suas primeiras eleições. O partido já entrou neste ano eleitoral contando com parlamentares, já que aqueles que haviam sido expulsos do PT levaram consigo seus mandatos ao novo partido. Assim, o segundo ciclo de rompimento com o Partido dos Trabalhadores implicou em um importante incremento no número de cadeiras no legislativo federal, estadual e municipal do PSOL, passando a contar com sete deputados federais e dois senadores.

O resultado obtido nas eleições presidenciais de 2006 foi muito positivo para o PSOL. A candidata do partido à presidência da República, Heloísa Helena, recebeu mais 6,5 milhões de votos, correspondendo a um expressivo 6,85% dos votos válidos.

Importante destacar, no entanto, que os votos dados a Heloísa não se transferiram automaticamente para o conjunto do partido (Silva, 2011). Muitos dos membros do partido que detinham mandato não conseguiram se reeleger, ficando o partido com um número menor de parlamentares do que contava antes das eleições, ainda que se considere os novos mandatos conseguidos pelos deputados federais Chico Alencar, Ivan Valente e Luciana Genro, e os estaduais Raul Marcelo (SP), Carlos Giannazi (SP) e Marcelo Freixo (RJ), e pelo Senador José Nery (DELMANTO; SADA, 2008).

A Tabela 8 revela uma queda do número de votos obtidos pelos parlamentares do PSOL candidatos à reeleição em 2006 em relação à eleição anterior, tendo sido reeleitos apenas três dos sete parlamentares, indicando o alto custo que representou deixar o PT.

Naquele momento, o PSOL era tido como “aposta de risco”. Ricardo Antunes²¹ afirmou então que a candidata Heloisa Helena perdeu um mandato para ser uma anti-candidata, já que, se houvesse permanecido no PT, teria grandes chances de ser reeleita para o Senado, ou de ser eleita deputada federal pelo estado de Alagoas (DELMANTO; SADA, 2008).

Tabela 8 – Votação dos deputados Federais do PSOL candidatos à reeleição em 2006

Deputados Federais	UF	2002	2006	2002/2006%	Eleito em 2006
Babá	PA/RJ	57.136	27.367	47,9	Não
Chico Alencar	RJ	169.131	119.069	70,4	Sim
Ivan Valente	SP	110.034	83.719	77	Sim
João Alfredo	CE	112.144	59.961	53,4	Não
Luciana Genro	RS	99.629	185.071	185,8	Sim
Maninha	DF	98.049	46.090	47	Não
Orlando Fantazzini	SP	123.163	24.843	20,1	Não
Total	BR	769.286	546.120	71	-

Fonte: Adaptado de Silva, 2011

Silva (2011) relata haver uma diferença nos resultados eleitorais entre os deputados que fundaram o PSOL e os deputados que ingressaram no partido no segundo ciclo de ruptura com o PT. Estes últimos apresentaram uma maior queda nos resultados eleitorais, tendo todos eles uma votação individual reduzida e, em conjunto, atingiram pouco mais de 54% dos votos recebidos na eleição anterior. Por outro lado, Luciana Genro, uma das fundadoras do PSOL, recebeu uma votação substancialmente superior, alcançando 185% dos votos recebido em 2002.

Esta diferença nas votações recebidas pelos parlamentares reside em parte no apelo midiático que o primeiro processo de ruptura com o PT, em que os radicais foram expulsos, recebeu, tendo tido muito maior visibilidade que o segundo. Neste sentido, os nomes dos primeiros dissidentes do PT – Heloisa Helena, Luciana Genro e Babá, tiveram sua popularidade grandemente ampliada pelo contexto de sua expulsão pelos dirigentes petistas. Para o autor, o deputado Babá apenas não saiu vitorioso destas eleições pelo fato de haver

²¹ Apud Delmanto e Sada, 2008.

concorrido não pelo seu estado de origem, o Pará, mas pelo estado do Rio de Janeiro (SILVA, 2011).

Importante destacar que as eleições de 2006 representaram uma hegemonia do PSOL na esquerda da escala ideológica. Do total de votos recebidos pelos partidos da Frente Esquerda, coligação da qual o PSOL fazia parte juntamente com PSTU e PCB, mais de 93% foram recebidos por candidatos do PSOL, tendo eleito três deputados federais e três deputados estaduais, contra apenas um deputado estadual do PCB e nenhum dos demais (SILVA, 2011).

Com a votação recebida pela candidata Heloisa Helena, o PSOL terminou as eleições presidenciais em terceiro lugar, atrás de Geraldo Alckmin e Lula. No segundo turno, por decisão da Executiva Nacional, o PSOL não apresentou apoio a nenhum dos dois concorrentes, ainda que alguns políticos do partido, como Plínio de Arruda Sampaio e Gilberto Maringoni, houvessem defendido a possibilidade de apoiar a candidatura de Lula (DELMANTO; SADA, 2008).

Silva (2011) afirma que as eleições 2006 tiveram ares plebiscitários - continuidade do governo Lula ou volta ao governo do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB). A candidatura de Heloisa Helena teria se apresentado como principal alternativa ao caráter plebiscitário da eleição, o que poderia explicar, em parte, o expressivo resultado que obteve.

O I Congresso do PSOL, realizado em junho de 2007, foi palco da realização de um balanço dos resultados das eleições de 2006. As tendências MES e MTL, além de alguns militantes (DELMANTO; SADA, 2008), avaliaram que a força da ideia do PSOL teria se materializado no forte apoio que a candidata Heloisa Helena recebeu, e a campanha teria permitido que o nome do partido ficasse conhecido por setores de massas em todo o país e reconhecido por segmentos mais ativos como uma referência de coerência na política, considerando este resultado uma verdadeira vitória.

Outras tendências também se mostraram positivas em relação aos resultados das eleições. Em que pese, em seu entendimento, as eleições ainda não terem sido capazes de aglutinar o vazio de esquerda deixado pelo PT, o entendimento geral foi o de que as eleições mostraram ao povo brasileiro que a esquerda não terminara com Lula e o PT (DELMANTO; SADA, 2008).

Algumas críticas à forma como a campanha foi conduzida também foram explicitadas no marco do I Congresso. Em sua maioria, as críticas salientavam as divergências entre o programa do partido e o apresentado no pleito, além da excessiva liberdade demonstrada pela

candidata à presidência, que defendeu posições que não haviam sido previamente acordadas pelas instâncias partidárias. Citou-se a forma limitada em que a campanha eleitoral teria abordado o programa do partido no sentido de se afirmar como um projeto de ruptura com a atual ordem econômica e os poderes da república, o que representava um ideal programático do partido (DELMANTO; SADA, 2008). Apontou-se, ainda, o descompasso entre as posições defendidas pela candidata à presidência da república e as sustentadas pelo candidato ao Governo de São Paulo, Plínio de Arruda Sampaio, afirmando que este teria se mantido fiel à posição do partido em detrimento de suas posições, o que não teria sido seguido por aquela candidata.

Após as suas primeiras eleições, em 2007 o PSOL realizou seu I Congresso Nacional, em que elegeu sua direção e formalizou o nome de Heloísa Helena como presidente nacional do partido. Na Câmara dos Deputados, Chico Alencar foi escolhido líder do PSOL, comandando diversas lutas, como o “Fora Renan”, em que se exigia a renúncia do presidente do Senado Renan Calheiros, envolvido em denúncias de corrupção (MEDEIROS, 2016).

Nas eleições municipais de 2008, o PSOL apresentou uma tendência similar à apresentada nas eleições de 2006, afirmando sua hegemonia na esquerda da escala ideológica, tendo apresentado resultados eleitorais muito mais expressivos que os demais partidos de esquerda - foi responsável por 84% dos votos da esquerda a prefeito e 77% dos votos a vereador - ainda que muito aquém das eleições presidenciais de 2006 (SILVA, 2011).

Em 2008, os três deputados federais do partido concorreram à prefeitura em suas cidades: Luciana Genro em Porto Alegre, Ivan Valente em São Paulo e Chico Alencar no Rio de Janeiro. Já o único senador do partido, José Nery, não se apresentou como candidato, permanecendo no seu mandato (DELMANTO; SADA, 2008). Nestas eleições, mesmo sem conquistar prefeituras, o PSOL elegeu 30 vereadores, sendo 10 deles eleitos em cidades com mais de 200 mil eleitores: João Alfredo em Fortaleza; Fernanda Melchionna e Pedro Ruas em Porto Alegre; Heloísa Helena e Ricardo Barbosa em Maceió; Eliomar Coelho no Rio de Janeiro; Clécio Luz em Macapá; Elias Vaz em Goiânia; Renatinho em Niterói; e Pedro Roberto em São José do Rio Preto. João Alfredo e Heloísa Helena foram, respectivamente, os mais votados de Fortaleza e Maceió (Silva, 2011). Em Macapá, o ex-deputado estadual Randolfe Rodrigues chegou ao segundo turno como candidato a vice-prefeito (MEDEIROS, 2016).

No ano seguinte, em 2009, o PSOL realizou seu II Congresso Nacional, mantendo Heloísa Helena como presidente nacional do partido. Sua gestão, no entanto, como salienta

Medeiros (2016), foi marcada por uma série de divergências internas. Mesmo contando com grande apoio interno, Heloísa rejeitou sua indicação como candidata à presidência das eleições do ano seguinte, e acabou por renunciar à presidência do PSOL, assumindo o seu lugar o ex-deputado estadual e então secretário geral do partido Afrânio Boppré.

Em 2010, o PSOL disputou sua segunda eleição presidencial. Com a decisão de Heloísa Helena de não concorrer ao cargo, o partido partiu para a escolha de um novo candidato. Em Conferência Eleitoral realizada, após intensos debates, Plínio de Arruda Sampaio, militante histórico da esquerda brasileira (Medeiros, 2016), sagrou-se vencedor, e disputou às eleições presidenciais como o candidato do PSOL contra Dilma Roussef (PT), José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV).

Como salienta Medeiros (2016), a entrada da candidata Marina Silva na arena eleitoral abalou sobremaneira as candidaturas à esquerda. No final do pleito, Plínio alcançou um total de 886.800 votos, uma votação bastante menos expressiva do que a obtida pela candidata do partido nas eleições de 2006. Apesar dos resultados na corrida presidencial, o partido manteve o tamanho de sua bancada federal de 3 deputados, reelegendo Ivan Valente e Chico Alencar, e elegendo pela primeira vez Jean Wyllys pelo Rio de Janeiro.

No Senado Federal, o partido conquistou duas cadeiras, elegendo Marinor Brito, pelo estado do Pará, e Randolfe Rodrigues, o mais votado do Estado do Amapá, com 203.259 votos. Em âmbito estadual, o partido elegeu 5 (cinco) deputados estaduais.

O III Congresso Nacional do PSOL foi realizado em 2011, e elegeu o deputado federal Ivan Valente como presidente Nacional do Partido. No ano seguinte, voltou às urnas elegendo seus dois primeiros prefeitos, Clécio Luís, em Macapá/AP, e Gelsimar Gonzaga, em Itaocara/RJ, além dos candidatos ao executivo municipal Edmilson Rodrigues, em Belém/PA e Marcelo Freixo, no Rio de Janeiro que, apesar de não saírem vitoriosos, demonstraram excelentes desempenhos (Medeiros, 2016). No âmbito legislativo, o partido elegeu 49 vereadores, sendo 21 em capitais, incluídos os mais votados em Belém, Maceió e Porto Alegre.

Em 2013, em seu IV Congresso Nacional, o PSOL elegeu o professor Luiz Araújo como presidente do partido. Neste mesmo congresso foi aprovada, em uma disputa muito polarizada, a pré-candidatura do Senador Randolfe Rodrigues à presidência da república nas eleições no ano seguinte. No ano seguinte, o senador, renunciou à sua candidatura à presidência da república, exigindo uma rápida transição do partido. Com o apoio da maioria da direção partidária, Luciana Genro, até então pré-candidata à vice-presidência, foi escolhida

a candidata do partido à chefia do executivo federal. Luciana chegou ao final do pleito em 4º lugar, conquistando mais de 1,6 milhões de votos.

Naquelas eleições, o partido elegeu cinco deputados federais – Jean Wyllys, Chico Alencar, Ivan Valente, Edmilson Rodrigues e Cabo Daciolo, 12 deputados estaduais, entre eles Marcelo Freixo o deputado estadual mais votado do Brasil, com 350.000 votos. Nas eleições municipais de 2016, o PSOL elegeu 53 vereadores, entre eles os mais votados em Belém, Belo Horizonte e Porto Alegre - Marinor Brito, Áurea Carolina e Fernanda Melchionna, respectivamente.

Em 2015, por divergências programáticas com as posições do partido, o PSOL optou por expulsar o deputado federal Cabo Daciolo da agremiação. Nesse mesmo ano, o partido ganhou mais dois representantes na Câmara Federal, após a filiação de Luiza Erundina e Glauber Braga, ambos eleitos pelo PSB nas eleições de 2014.

Nas eleições de 2018, o partido elegeu 10 deputados federais e 18 deputados estaduais (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Amapá, Pará, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Bahia).

O Quadro 13 sintetiza a representação parlamentar do PSOL a cada eleição, mostrando que o número de representantes eleitos pelo partido para cargos do legislativo (deputado federal e estadual) aumentou de um pleito a outro.

Quadro 13 – Evolução da representação parlamentar do PSOL

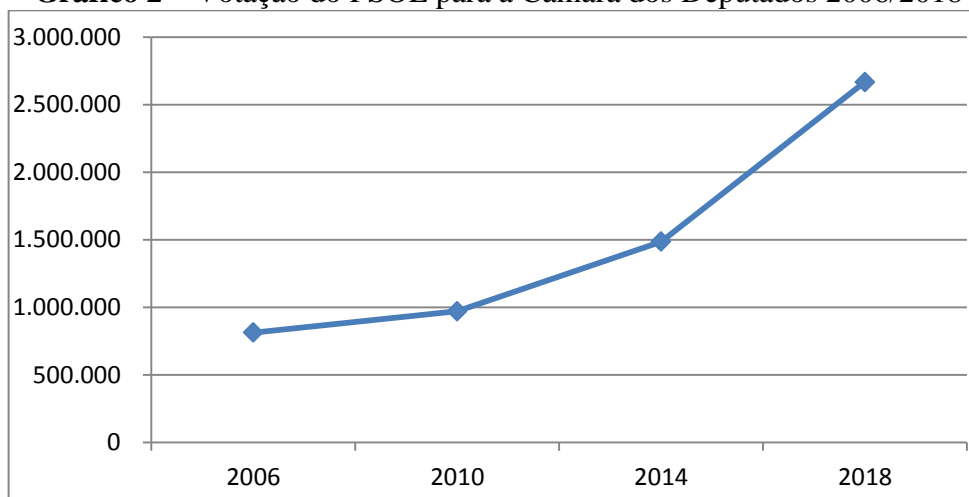
Cargos	Eleições 2006	Eleições 2008	Eleições 2010	Eleições 2012	Eleições 2014	Eleições 2016	Eleições 2018
Deputado federal	3	---	3	---	5	----	10
Deputado estadual	3	---	5	---	12	---	18
Vereador	---	30	---	49	---	53	---

Fonte: elaboração própria com base em dados do TSE.

Assim, é possível identificar que PSOL demonstrou um contínuo crescimento no número de representantes eleitos a cada eleição que participou. O mesmo crescimento pode ser percebido no número de votos que recebeu a cada pleito disputado. O Gráfico 2 mostra a evolução da quantidade de votos obtida pelo partido nas eleições para deputado federal. Em 2006, o partido recebeu um total de 813.339 votos para o cargo, aumentando esse número para 969.954 em 2010. Nas eleições de 2014 o partido demonstra um crescimento ainda maior no número de votos recebidos para o legislativo federal, tendo sido apoiado por 1.486.393

eleitores. O maior salto verifica-se nas eleições de 2018, em que o partido quase dobrou o seu número de votos, e recebeu o apoio de 2.667.291 de eleitores.

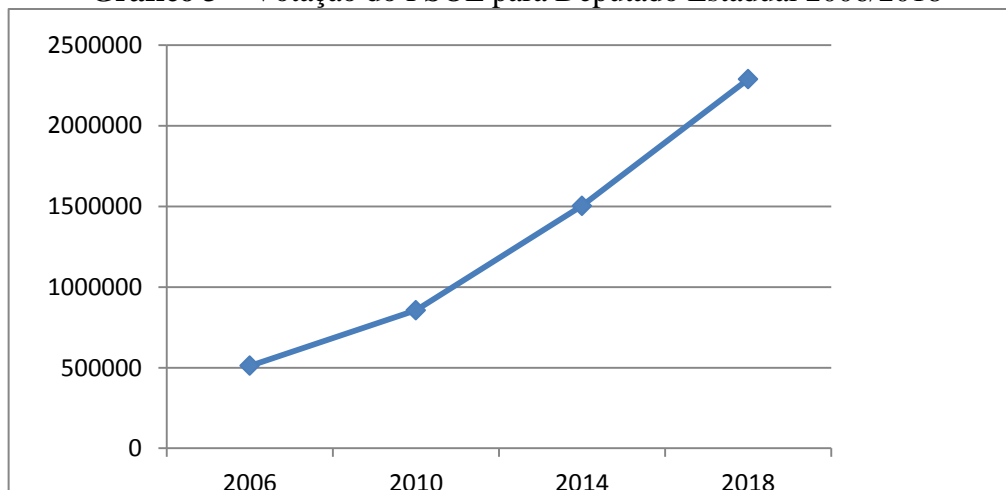
Gráfico 2 – Votação do PSOL para a Câmara dos Deputados 2006/2018



Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE.

Padrão similar pode ser observado na votação do PSOL para a eleição de deputados estaduais, em que o partido demonstrou uma ascendência contínua no número de votos recebidos para o cargo. Em 2006, o PSOL recebeu um total de 511.197 votos para deputado estadual, aumentando esse número para 855.957 no pleito de 2010. Nas eleições de 2014 o partido deu um salto ainda maior no número de votos contabilizados, alcançando um total de 1.503.025. Nota-se um crescimento considerável no pleito de 2018, em que o partido passou a contar com o apoio de 2.287.774 votos para o legislativo estadual. O Gráfico 3 apresenta a evolução da votação do PSOL para deputados estaduais.

Gráfico 3 – Votação do PSOL para Deputado Estadual 2006/2018



Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE.

Os dados expostos no Gráfico 3 permitem observar que o PSOL apresentou uma trajetória ascendente quanto ao número de votos que recebeu em cada eleição, além de haver conquistado cada vez mais cadeiras no legislativo, tanto para a Câmara Federal quanto para as Assembleias Legislativas.

No entanto, como destaca Telles (2007), a avaliação sobre o desempenho eleitoral dos partidos não pode se basear apenas na quantidade de votos ou de cadeiras obtidas na Câmara dos Deputados, em função dos coeficientes de desproporcionalidade. Os efeitos dos cálculos que transformam votos em cadeiras devem ser considerados. Os partidos podem ser prejudicados ou beneficiados por esta distorção. Desta forma, ainda que se observe um aumento expressivo no desenvolvimento do partido, não necessariamente significa um aumento em seus representantes na Câmara, e vice-versa. Ainda que conte com um aumento de representação na Câmara, não necessariamente quer dizer que o partido obteve um maior apoio do eleitorado.

Neste sentido, para medir o avanço eleitoral de um partido, não é suficiente adotar um critério baseado exclusivamente na porcentagem de cadeiras ou votos da organização, uma vez que estes números não são comparados com o aumento ou diminuição do comparecimento dos eleitores em cada eleição.

Por este motivo, mediram-se os resultados eleitorais do PSOL, e o seu crescimento eleitoral, segundo o Índice de Razão de Avanço (IRA), desenvolvido por Simas (2011). A Tabela 9 mostra o IRA calculado para o PSOL para as eleições para a Câmara dos Deputados em todas as eleições que o partido participou.

Tabela 9 – Índice de Razão de Avanço PSOL – Câmara dos Deputados (2006/2018)

Par de Eleição	IRA
2006/2010	1,00
2010/2014	1,48
2014/2018	1,76

Fonte: elaboração da autora a partir de dados do TSE.

É possível notar que, entre o primeiro par de eleições, 2006 e 2010, o PSOL manteve uma estabilidade quanto ao apoio eleitoral que recebeu, revelando um índice igual a 1 que, segundo Simas (2001), significa estabilidade entre uma eleição e outra. Nos pares de eleições seguintes, o PSOL demonstrou um considerável crescimento do apoio dos eleitores, revelando um IRA de 1,48 entre 2010 e 2014, e um índice ainda maior entre 2014 e 2018, de 1,76.

Como já salientado, para o presente trabalho entende-se como sucesso a análise de duas dimensões do partido: o aumento no número de representantes eleitos para cargos do legislativo a cada eleição; e o aumento no seu desempenho eleitoral, entendido como ganho de apoio por parte do eleitorado. Neste sentido, a partir dos dados apresentados, pode-se concluir que, para os fins deste trabalho, o PSOL pode ser considerado como um partido exitoso, na medida em que demonstrou uma trajetória ascendente em ambos os aspectos. O partido experimentou uma trajetória sempre no sentido de aumentar o número de representantes eleitos para o legislativo de uma eleição para outra, além de demonstrar aumento progressivo em seu apoio eleitoral a cada pleito.

Assim, os dados analisados acima permitem concluir que, ainda que o PSOL não tenha se firmado como um grande competidor na arena política nacional, e conte com um reduzido número de votos para eleições do executivo nacional, trata-se de um partido próspero, no sentido de demonstrar uma trajetória ascendente tanto quanto ao número de representantes eleitos para o legislativo quanto em relação ao seu desempenho eleitoral e o apoio recebido pelo eleitorado.

Para além dos resultados eleitorais apresentados pelo PSOL, é interessante analisar o perfil dos eleitos pelo partido em cada um dos pleitos. Nas primeiras eleições que participou, o PSOL elegeu três deputados federais. O Quadro 14 mostra o perfil dos eleitos pelo partido nestas eleições.

Quadro 14 – Bancada eleita pelo PSOL em 2006 – Câmara dos Deputados

	Escolaridade	Profissão	Movimento Social	Cor	Idade²²	Sexo	Local de Origem
Luciana Genro	Superior	Professora	Movimento docente	branca	35	feminino	RS
Ivan Valente	Superior	Matemático e engenheiro	Movimento anti-ditadura	branca	59	masculino	SP
Chico Alencar	mestrado	Professor de ensino superior	Movimento estudantil e associação de moradores	branca	56	masculino	RJ

Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE e Câmara dos Deputados.

Todos os eleitos pelo partido nestas eleições contavam com formação superior e pertenciam à raça branca, sendo dois do sexo masculino e um do sexo feminino. Ademais, todos possuíam militância em movimentos sociais antes de entrarem para a política, e

²² A idade mostrada nas tabelas refere-se às idades em que os deputados contavam na época da eleição.

concentravam sua atuação nas regiões sul e sudeste. Dois dos eleitos exerciam a ocupação de professor antes de entrarem para a política.

Em 2010, o PSOL manteve o número de representantes na bancada federal, e é possível notar que o perfil dos eleitos sofre uma pequena alteração. A bancada do PSOL passou a ser composta exclusivamente por representantes do sexo masculino, e passou a contar com um representante da cor preta. Todos eles contavam com formação superior, sendo dois deles no grau de mestrado. O deputado federal eleito Jean Wyllys, além de se auto declarar como representante da classe negra, declarava-se homossexual, e passou a atrair, a partir de sua chegada ao parlamento, a atenção de pessoas desta classe, e tornar-se referência na representação de seus interesses.

Quanto ao exercício profissional, dois dos eleitos ocupava a função de professor antes de se tornarem políticos. O perfil da bancada eleita em 2010 está exposto no Quadro 15. No pleito de 2014, o PSOL aumentou seu número de representantes para cinco. Manteve os mesmos representantes eleitos no pleito anterior, e elegendo, além deles, Edmilson Rodrigues e Cabo Daciolo. Com a eleição dos dois novos deputados federais, o PSOL passou a contar com um representante de fora das regiões sul e sudeste – Edmilson Rodrigues, do Pará - algo até então inédito para o partido.

Quadro 15 – Bancada eleita pelo PSOL em 2010 – Câmara dos Deputados

	Escolaridade	Profissão	Movimento Social	Cor	Idade	Sexo	Local de Origem
Jean Wyllys	mestrado	Professor universitário e jornalista	-----	preta	36	masculino	RJ
Ivan Valente	Superior	Matemático e engenheiro	Movimento anti-ditadura	branca	63	masculino	SP
Chico Alencar	mestrado	Professor de ensino superior	Movimento estudantil e associação de moradores	branca	60	masculino	RJ

Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE e Câmara dos Deputados.

Ademais, passou a contar com mais um representante da classe preta, diversificando o perfil de sua bancada, ainda que, neste momento, contasse apenas com representantes do sexo masculino. Todos contavam com formação superior, sendo três deles no grau de mestrado ou doutorado, mais da metade exercia a função de professor antes de entrarem para a política. O Quadro 16 mostra o perfil dos eleitos em 2014.

Quadro 16 – Bancada eleita pelo PSOL 2014 – Câmara dos Deputados

	Escolaridade	Profissão	Movimento Social	Cor	Idade	Sexo	Local de Origem
Jean Wyllys	mestrado	Professor universitário e jornalista	----	preta	40	masculino	BA/RJ
Ivan Valente	Superior	Matemático e engenheiro	Movimento anti-ditadura	branca	67	masculino	SP
Chico Alencar	mestrado	Professor de ensino superior	Movimento estudantil e associação de moradores	branca	64	masculino	RJ
Edmilson Rodrigues	doutorado	Professor universitário	----	branca	57	masculino	PA
Cabo Daciolo	Superior completo	Bombeiro militar	----	Parda	38	masculino	RJ

Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE e Câmara dos Deputados.

Nas eleições de 2018 o PSOL demonstrou um crescimento importante de sua bancada, passou a apresentar um perfil bastante eclético de seus representantes eleitos. O Quadro 17 sintetiza o perfil da bancada eleita neste pleito.

Em relação ao pleito anterior, o partido dobrou o número de representantes na Câmara Federal, elegendo dez deputados federais. Além disso, o PSOL foi o único partido, nestas eleições, que conquistou a paridade de gênero da bancada, contando com 50% de representantes mulheres e 50% de representantes homens. Ainda, elegeu como representantes duas mulheres negras, um homem negro e LGBT, representantes jovens e idosos, além de haver alcançado uma maior diversidade regional, contando com representantes de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará e Rio Grande do Sul. É de se notar que metade dos deputados federais eleitos contava com atuação prévia em movimentos sociais. Quanto à formação acadêmica, todos os eleitos contavam com formação superior, sendo metade deles com grau de mestrado ou doutorado, e quase todos exerciam a função de professor antes de atuarem como político.

Comparando-se a bancada do PSOL eleita em 2018 com a bancada geral, percebem-se diferenças importantes. Quanto à escolaridade, tem-se que 80,9% da bancada geral eleita conta com formação de nível superior, enquanto que a bancada do PSOL é formada 100% por deputados que contam com este nível de ensino.

Quadro 17 – Bancada eleita em 2018 – Câmara dos Deputados

	Escolaridade	Profissão	Movimento Social	Cor	Idade	Sexo	Local de Origem
Ivan Valente	Superior	Matemático e engenheiro	Movimento anti-ditadura	branca	72	masculino	SP
Edmilson Rodrigues	doutorado	Professor universitário	----	branca	62	masculino	PA
Jean Wyllys*	mestrado	Professor universitário e jornalista	—	preta	45	masculino	RJ
Áurea Carolina	mestrado	socióloga	Movimento demulheres, da negritude, LGBT, das juventudes, dos povos e comunidades tradicionais	Parda	35	feminino	MG
Marcelo Freixo	Superior completo	Professor e historiador	----	branca	52	masculino	RJ
Sâmia Bomfim	Superior completo	Servidora pública e professora de inglês	movimento estudantil e movimento feminista	branca	29	feminino	SP
Talíria Petrone	Mestrado	professora	—	preta	34	feminino	RJ
Fernanda Melchionna	Superior completo	bibliotecária	Movimento estudantil universitário	branca	35	feminino	RS
Glauber Braga	Superior completo	Advogado	—	branca	36	masculino	RJ
Luiza Erundina	mestrado	Assistente social e política	—	branca	84	feminino	SP
David Miranda ²³	superior	jornalista	Movimento de juventude e LGBT	preta	34	masculino	RJ

Fonte: elaboração própria.

No que tange à representação feminina na Câmara dos Deputados, no pleito de 2018 foram eleitas 77 mulheres dentre os 513 parlamentares que conquistaram assento, o que

²³ O deputado federal David Miranda não foi eleito no pleito de 2018, tendo ficado como primeiro suplente nestas eleições. Assumiu o mandato após a renúncia do deputado federal eleito Jean Wyllys.

representa 15% do total da bancada. Nesse aspecto, o PSOL alcançou a paridade de gênero, de forma que metade da bancada é composta por mulheres e a outra metade por homens.

Quanto à raça/cor, o perfil da bancada eleita pelo PSOL apresenta diferenças importantes em relação à bancada geral eleita, sobretudo quanto à representação de negros. Dentre os 513 deputados eleitos, 75% são brancos, 20% são pardos e 4% são negros. Dentre os eleitos pelo PSOL, 70% são brancos, 10% são pardos e 20% são negros.

No que se refere à profissão dos eleitos para a bancada geral da Câmara Federal, a profissão mais frequente é a de empresário, contando com 107 parlamentares eleitos que exercem este ofício, o que representa 20% do total, seguida pela profissão de advogado, que contou com 78 representantes eleitos, 15% do total. A profissão de professor, que representa 50% dos eleitos pelo PSOL, representa 5% do total de eleitos.

Observa-se, portanto, uma importante evolução da bancada do PSOL desde a sua primeira eleição. Além de aumentar consideravelmente o número de representantes eleitos desde sua estreia, o partido apresentou uma enorme diversidade no perfil de seus eleitos. Passou a contar com representantes mulheres, negros, LGBTs, jovens e idosos, e uma grande parcela de deputados com atuação prévia em movimentos sociais. Interessante notar que todos os eleitos pelo PSOL para o cargo de deputado federal, em todas as eleições que participou, contavam com formação superior, sendo uma importante parcela deles no grau de mestrado ou doutorado. Quanto à profissão dos eleitos, predomina representantes que exerciam o cargo de professor antes de se tornarem políticos.

A evolução do perfil das bancadas eleitas pelo PSOL parece acompanhar a mudança programática pela qual o partido passou. Ao mesmo tempo em que passou a incorporar em suas pautas a defesa de grupos identitários como mulheres, negros e LGBTs, o partido passou também a eleger um maior número de parlamentares representantes destes grupos.

Este fato corrobora a conclusão de que o PSOL passou a representar novas demandas que não encontravam voz nos partidos tradicionais, que não ofereciam espaços para a manifestação destes grupos e para a defesa de seus interesses.

Como salientam Harmel e Robertson (1985), um dos fatores que exercem impacto no sucesso de novos partidos relaciona-se com a diversidade sociocultural entre a população. A formação de novos partidos fornece um veículo para a expressão dessa diversidade, especialmente quando nem todas as visões estão adequadamente representadas pelos partidos existentes. Essa diversidade cultural pode criar novas demandas que, se não atendidas pelos

partidos existentes, podem servir como incentivo para a criação e êxito de novos partidos (HUG, 2000; BOLLEYER, 2011; MIRAGLIOTA, 2012; SIKK, 2012).

No contexto brasileiro, as novas demandas surgidas na sociedade, já capitaneadas pelos movimentos sociais, porém sem espaço institucional para se manifestar justamente pela falta de um partido político que acolhesse suas demandas, foram cooptadas pelo PSOL, que começou a se firmar em um novo nicho de representação. Esta postura do partido refletiu nos parlamentares que elegeu, representantes dessas novas demandas inseridas nas pautas defendidas pela agremiação, uma considerável parte deles com atuação prévia em movimentos sociais diversos.

Para buscar a confirmação da existência de uma possível relação causal entre o sucesso do PSOL e a inserção de pautas pós-materialistas em sua agenda, é importante verificar as regiões do país em que o partido demonstrou um maior desempenho eleitoral, e o perfil demonstrado por estas regiões. Como destaca Inglehart (1977), tendo em vista o contexto que propicia a mudança geracional de valores e a emergência de valores pós-materialistas, tende-se a encontrar indivíduos que priorizam o pós-materialismo em regiões que apresentam um maior desenvolvimento econômico e maior nível educacional. São locais em que, de uma forma geral, espera-se que os indivíduos tenham superado questões de segurança material e passem a se interessar mais pela busca de valores relacionados à qualidade de vida.

Para verificar o desempenho eleitoral do PSOL, foi calculado o índice IRA do partido para as cinco regiões brasileiras, no intuito de analisar se o crescimento da votação do PSOL apenas se referiu ao crescimento proporcional do eleitorado, ou se de fato representa um aumento do grau de apoio dos eleitores à agremiação. O resultado pode ser visto na Tabela 10:

Tabela 10 – Índice de Razão de Avanço por Região PSOL 2006/2018

Região	IRA 2006/2010	IRA 2010/2014	IRA 2014/2018
Norte	0,56	7,9	1,27
Nordeste	1,11	1,16	1,5
Centro-oeste	0,15	8,9	0,63
Sudeste	1,40	1,79	1,99
Sul	0,70	0,58	2,92

Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE.

Inglehart (1977) também observou que os indivíduos passavam a adotar valores pós-materialistas quanto maior fosse o seu grau de escolaridade. Este fato foi observado no caso brasileiro por Ribeiro (2008a; 2008b; 2008c). Procedeu-se, então, à análise do perfil das regiões brasileiras (TABELA 11) quanto a seu crescimento econômico e o nível de escolaridade de sua população, buscando verificar se o PSOL demonstrou um maior desempenho eleitoral nas regiões que apresentam um maior nível em ambos os indicadores, tendendo a identificar um maior número de indivíduos pós-materialistas.

Tabela 11 – IRA, PIB e Educação por par de eleição (2006/2018)

	2006/2010	2010/2014	2014/2018
Região Norte			
IRA	0,56	7,9	1,27
PIB ²⁴	164.232.646	257.585.321	322.645.003
Educação ²⁵	8,4	9,9	10,9
Região Nordeste			
IRA	1,11	1,16	1,5
PIB	420.358.730,5	663.934.209	851.591.033
Educação	7,5	9,5	10,7
Região Centro-oeste			
IRA	0,15	8,9	0,63
PIB	279.110.345	448.723.926,50	587.760.813,50
Educação	14,5	16,7	17,6
Região Sul			
IRA	0,7	0,58	2,92
PIB	498.257.392,50	784.317.206	1.007.710.978
Educação	14,5	16,1	16,8
Região Sudeste			
IRA	1,4	1,79	1,99
PIB	1.785.689.345	2.677.839.228,50	3.253.371.063,50
Educação	14	14,3	15,3

Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE e IBGE

²⁴ Produto Interno Bruto a preços correntes (mil reais). Dados retirados das pesquisas realizadas em 2006, 2010, 2014 e 2016. Para cada par de eleição, o valor do PIB corresponde à média dos dois anos em que a pesquisa foi realizada. Par de eleição 2006/2010, média do PIB de 2006 e 2010; par de eleição 2010/2014, média do PIB de 2010 e 2014; par de eleição 2014/2018, média do PIB de 2014 e 2016 (último ano em que o dado foi coletado)

²⁵ Percentual de pessoas que possuem nível superior de ensino. Dados IBGE/PNAD (variável: pessoas que frequentavam creche ou escola, por nível de ensino e rede de ensino que frequentavam, sexo e grupos de idade). Dados retirados das pesquisas realizadas em 2007, 2011, 2014 e 2015. Para cada par de eleição, o percentual de pessoas que possuem nível superior de ensino corresponde à média de dois anos em que a pesquisa foi realizada. Par de eleição 2006/2010, média percentual de pessoas que possuem nível superior de 2007 e 2011; par de eleição 2010/2014, média percentual de pessoas que possuem nível superior de 2011 e 2014; par de eleição 2014/2018, média percentual de pessoas que possuem nível superior de 2014 e 2015 (último ano em que o dado foi coletado).

Para tanto, foi analisado o PIB de cada uma das regiões, por se tratar de um indicador de fluxo de novos bens e serviços finais produzidos durante um período (IBGE, 2019), e representar um índice que indica como vai a economia daquela região. Analisou-se também a porcentagem de pessoas das regiões analisadas que contavam com formação em nível superior.

Ao analisar a tabela tomando como base as colunas, observa-se que no primeiro par de eleição, entre 2006 e 2010, o PSOL demonstrou desempenho eleitoral ascendente apenas nas regiões Nordeste e Sudeste, de forma que nos demais estados o partido demonstrou perda de apoio eleitoral entre uma eleição e outra. No segundo par de eleição, entre 2010 e 2014, o PSOL demonstrou desempenho eleitoral muito alto nas regiões centro-oeste e norte, um ganho relativo de apoio no sudeste e nordeste, e perda de apoio eleitoral na região sul. A partir dos dados de PIB e educação, nestes dois pares de eleição, não parece haver correlação entre o aumento do desempenho eleitoral do PSOL e o crescimento por demandas pós-materialistas. As regiões onde o partido demonstrou maior ganho de apoio eleitoral foram aquelas em que a escolaridade e o PIB são mais baixos.

Quando se analisa o último par de eleição, no entanto, a conclusão parece ser outra. Entre 2014 e 2018, o PSOL avança eleitoralmente em quase todas as regiões, à exceção da região centro-oeste, demonstrando ganhar mais apoio nas regiões sul e sudeste, aquelas que apresentam maior número de pessoas que possuem ensino superior e um crescimento maior do PIB, e que, por isso, tenderiam a contar com um maior número de indivíduos que se inclinam a prioridades valorativas pós-materialistas.

O período abarcado pelo último par de eleição coincide com o momento em que a adoção de pautas pós-materialistas foi destacada com maior evidência pelo partido. A análise das documentações partidárias empreendidas nas seções anteriores dá conta de que a saliência de pautas identitárias, o desenvolvimento econômico sustentável, e a busca por maiores mecanismos de participação popular, demandas tipicamente pós-materialistas, se deu com mais ênfase a partir do 3º Congresso do PSOL, em que o partido promoveu uma maior abertura e se aproximou mais dos movimentos sociais, passando a representar as lutas desses grupos de pessoas, que não encontravam representação nos partidos tradicionais até aquele momento.

A ênfase em pautas pós-materialistas se evidenciou com mais força a partir das eleições de 2014, a primeira eleição federal ocorrida após a abertura interna do partido. A Tabela 11 parece indicar que, a partir do momento em que o PSOL passou a ser representante

das pautas pós-materialistas, ele demonstrou um maior desempenho eleitoral em todas as regiões, recebendo maior apoio naquelas mais desenvolvidas e escolarizadas. A partir deste momento, o PSOL começou a crescer, mudando sua pauta, expandindo, atingindo novos públicos, deixando de se referenciar com tanta veemência no PT e na necessidade de se construir como forte oposição a ele, e passando a se configurar em um novo nicho.

De toda forma, a análise de dados agregados, por si só, não permite inferir categoricamente que o estabelecimento do PSOL como um partido exitoso está relacionado com o fato de o partido haver passado a representar demandas pós-materialistas.

A análise do perfil do eleitorado do PSOL poderia fornecer informação importante neste sentido. No entanto, não há dados disponíveis a respeito dos eleitores do partido. Neste sentido, procede-se à análise qualitativas das entrevistas realizadas com lideranças e ex-lideranças do partido, que permitirá verificar a percepção interna do partido quanto às razões de seu crescimento.

Para buscar a confirmação da existência de uma possível relação causal entre o sucesso do PSOL e a inserção de pautas pós-materialistas em sua agenda, é importante verificar as regiões do país em que o partido demonstrou um maior desempenho eleitoral, e o perfil demonstrado por estas regiões. Como destaca Inglehart (1977), tendo em vista o contexto que propicia a mudança geracional de valores e a emergência de valores pós-materialistas, tende-se a encontrar indivíduos que priorizam o pós-materialismo em regiões que apresentam um maior desenvolvimento econômico e maior nível educacional. São locais em que, de uma forma geral, espera-se que os indivíduos tenham superado questões de segurança material e passem a se interessar mais pela busca de valores relacionados à qualidade de vida.

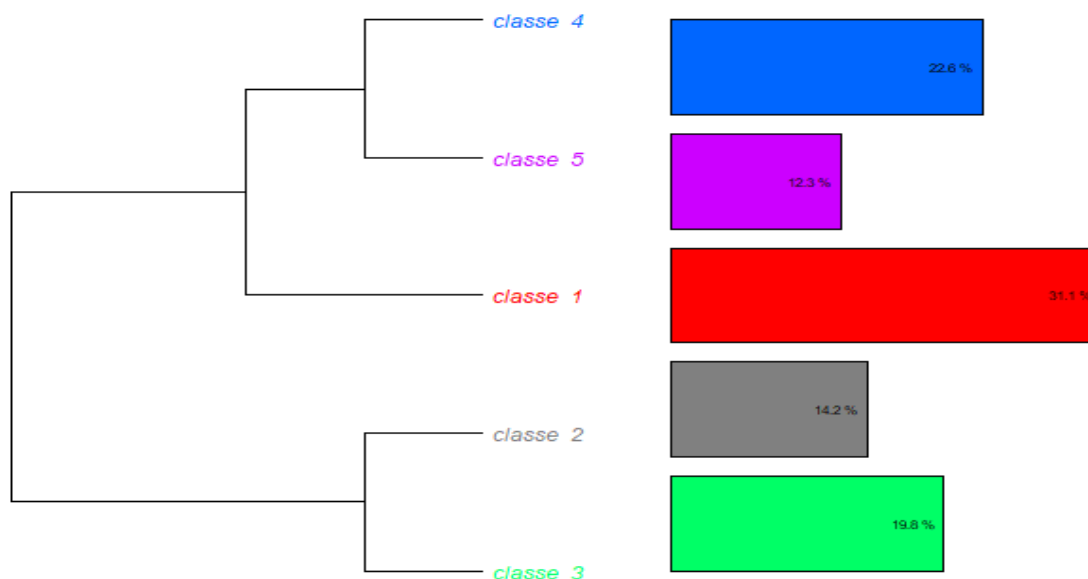
CAPÍTULO VI: A TRAJETÓRIA PROGRAMÁTICA DO PSOL SEGUNDO SUAS LIDERANÇAS: ENTREVISTAS COM LÍDERES E EX-LÍDERES DO PARTIDO

Com o intuito de verificar se a incorporação de pautas pós-materialistas favoreceu o sucesso do PSOL no sistema político brasileiro, foram realizadas entrevistas com membros históricos e lideranças do partido.

A compreensão da percepção das lideranças é essencial para se determinar como elas perceberam as mudanças ocorridas no PSOL desde a sua fundação até a sua atual configuração, e a que atribuem o crescimento eleitoral e sucesso do partido.

A Figura 4 apresenta o gráfico com a categorização das classes e os valores percentuais dos segmentos de textos em relação ao total do *corpus* analisado neste trabalho.

Figura 4 – Dendograma de Classificação Hierárquica Descendente

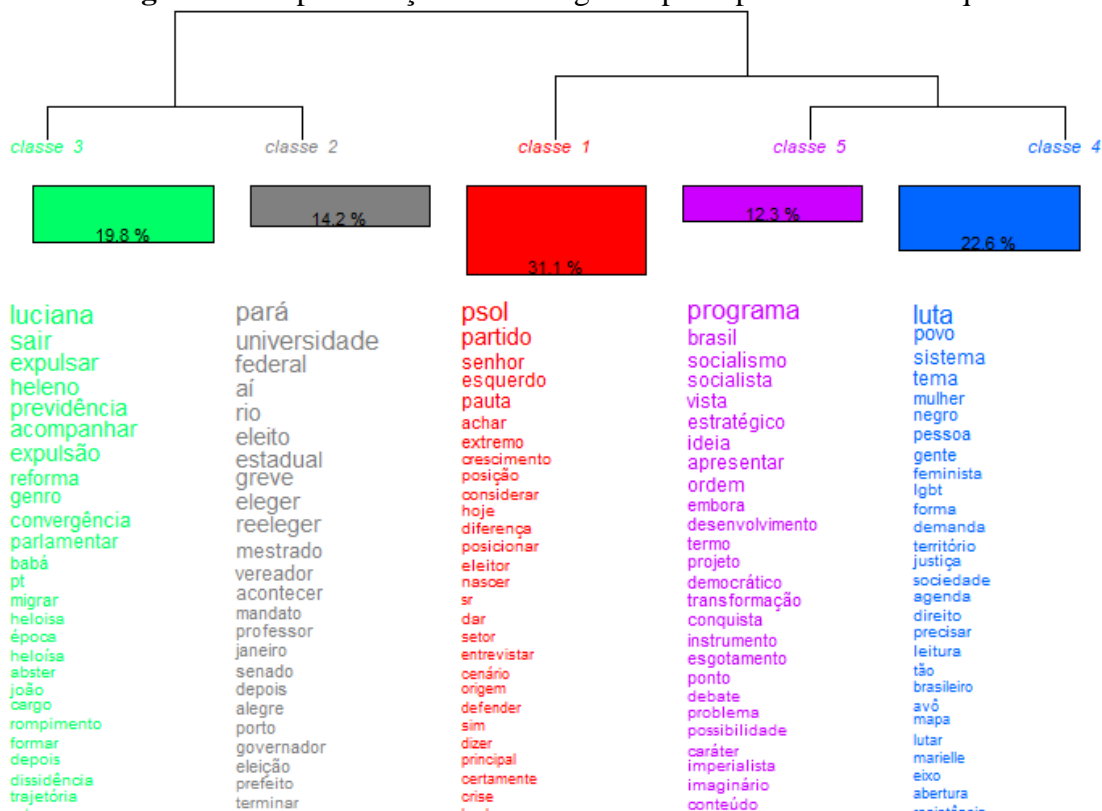


Fonte: Dados da pesquisa.

Constata-se que após a concretização da Classificação Hierárquica Descendente a partir das entrevistas realizadas, foram identificadas cinco classes distribuídas em dois eixos: o primeiro subdividido em outros dois eixos compostos pela classe 4, com 22,6% dos segmentos de textos, e classe 5, com 12,3% dos segmentos de textos, e o segundo eixo referindo-se à classe 1, com 31,1% dos segmentos de texto. O eixo 2 foi composto pela classe 2, com 14,2% dos segmentos de textos e classe 3, com 19,8% dos segmentos de textos.

As palavras que emergiram nas classes se apresentam conforme a divisão e ordem estabelecidas pelo programa, com base em sua frequência no discurso dos entrevistados. A Figura 5 apresenta as palavras que emergiram em cada uma das classes.

Figura 5 – Representação do dendograma pelas palavras de destaque



Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando-se a Figura 5, partindo-se primeiramente da observação do eixo 2, constata-se que a classe 3 refere-se ao processo de formação do PSOL. Destacando-se palavras como “luciana”, “sair”, “expulsar”, “previdência”, “reforma”, “heloisa”, “babá”, “PT” e “dissidência”, a classe sinaliza para o contexto que deu origem ao partido Socialismo e Liberdade, em que os parlamentares Luciana Genro, Heloísa Helena e Babá foram expulsos do PT por apresentarem posicionamento divergente do Partido dos Trabalhadores quanto à reforma da previdência. A partir de então, fundaram um novo partido, como uma dissidência do PT.

O conjunto de palavras destacadas na classe 2 sinalizam para a formação política e intelectual dos membros do partido. Em sua maioria, as lideranças do PSOL, seus fundadores, e os membros da bancada federal apresentam formação universitária superior, muitos tendo cursado mestrado e doutorado e ocupado o cargo de professor, fato já constatado por Silva

(2013). Ademais, grande parte apresenta carreira política prévia a seu ingresso no partido, tendo ocupado cadeiras de vereadores, deputados estaduais e senadores.

Em relação ao eixo 1, o programa trouxe a classe 1 e a subdividiu nas classes 4 e 5. O conjunto de palavras em destaque na classe 1 parece indicar para as pautas defendidas pelo partido e o seu posicionamento ideológico, mostrando os princípios que norteiam a sua atuação. A análise sugere que o PSOL é um partido de esquerda, que apresenta como bandeira principal a defesa do socialismo, e que tem apresentado um crescimento nos últimos anos.

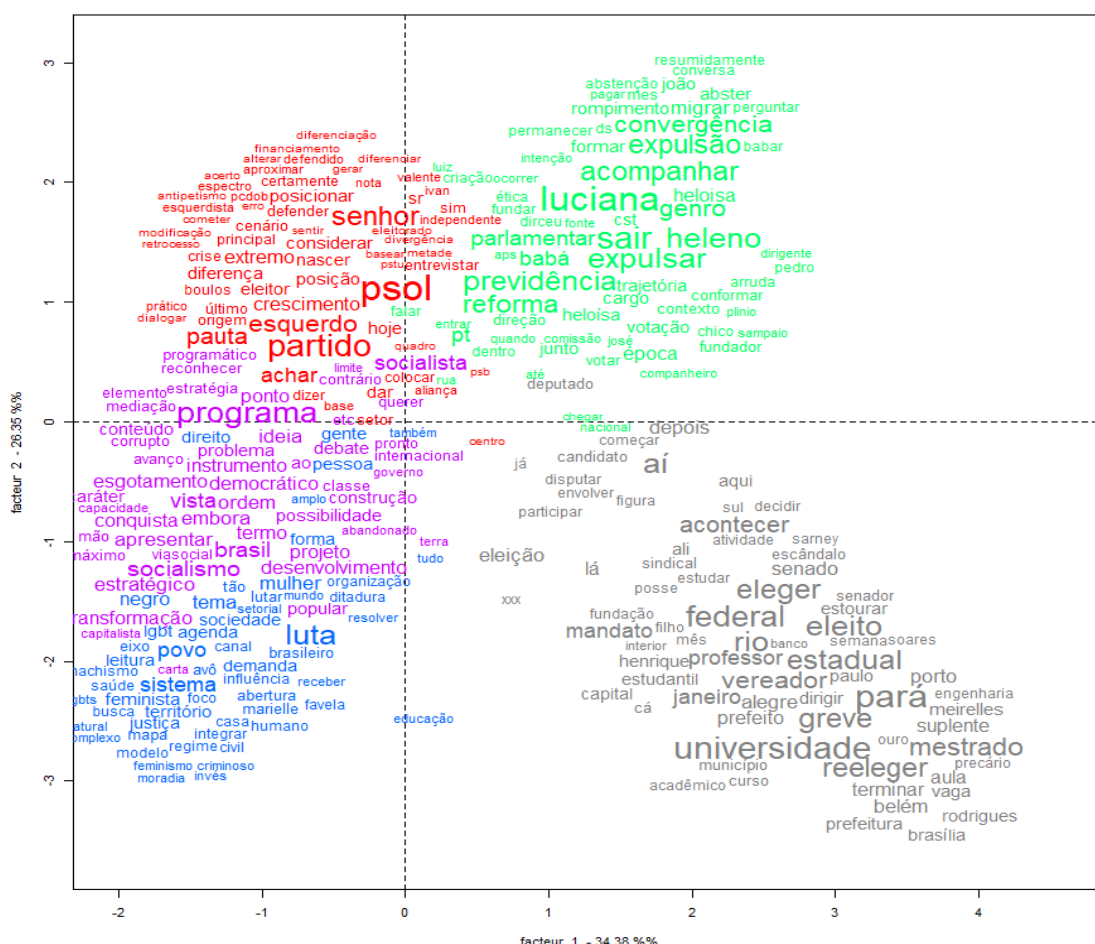
A primeira das subdivisões da classe 1 é a classe 5. Pela análise das palavras em destaque, “socialismo”, “ordem”, “desenvolvimento”, “democrático”, “transformação”, “esgotamento”, “imperialismo”, percebe-se que esta classe se refere a pautas historicamente defendidas pelo partido desde o seu nascimento. De fato, as análises dos tópicos anteriores deixaram claro que o PSOL nasceu com a intenção de ser um instrumento de reorganização da esquerda, que passara por um processo de esgotamento com a chegada do PT ao poder, e lutar pela implementação de um socialismo com democracia no país, tendo como bandeiras principais a mudança da política econômica de desenvolvimento, a luta contra o imperialismo e a defesa da classe trabalhadora.

A classe 4, ainda uma subdivisão da classe 1, parece se referir às novas pautas incluídas pelo PSOL ao longo de sua trajetória. A saliência de palavras como “luta”, “povo”, “mulher”, “negro”, “feminista”, “LGBT”, “demanda”, “abertura” parece corroborar o que as análises dos tópicos anteriores indicavam: a incorporação de novos temas às pautas do partido. Dessa forma, a análise indica que o PSOL passou por um processo de abertura que o permitiu cooptar para sua agenda novas demandas de parte da população que não se sentia representada por nenhuma outra agremiação. Neste contexto, enfatizou em seu discurso pautas como a defesa de grupos identitários tradicionalmente marginalizados, como mulheres, negros e LGBTs, e a luta pelos direitos dos povos em geral.

Interessante observar que a classe 5, pautas históricas do PSOL, corresponde a 12,3% dos segmentos de texto, enquanto que a classe 4, pautas recentemente salientadas pelo partido, corresponde a 22,6%. Este resultado é revelador. Indica que as palavras destacadas na classe 4 apareceram com mais frequência do que aquelas salientadas na classe 5, o que sugere que o PSOL tem dado maior enfoque às pautas relacionadas à luta pelos direitos dos povos, como mulheres, negros, LGBTs, do que às aquelas históricas pautas classistas e econômicas.

A Figura 6 mostra a interação entre as classes obtidas pelo programa a partir da leitura do *corpus*, na qual se pode verificar que as classes 1 (vermelha), 4 (azul) e 5 (roxa) são as que mais se aproximam entre si.

Figura 6 – Interação das classes de acordo com a aproximação entre as palavras



Fonte: Dados da pesquisa.

De fato, ao analisar a categoria a que cada classe se refere é possível entender essa aproximação. A classe 1 (vermelha), referente aos princípios que norteiam a atuação do partido, encontra-se em posição superior, representando o momento de nascimento do partido e os princípios gerais que embasam a concepção de agremiação que pretende ver implementada. Dela derivam, respectivamente, a classe 5 (roxa), e em seguida a 4 (azul), em uma espécie de cadeia evolutiva, como que representando fases pelas quais o partido passou, como que em uma linha do tempo de cima para baixo.

Assim, fica claro que o partido começou a partir de uma concepção de esquerda, ou extrema esquerda²⁶, da qual derivou a adoção de pautas salientadas pela classe roxa, como socialismo democrático, projeto de desenvolvimento anticapitalista, a luta contra o imperialismo e a garantia de ordem.

Ainda em forma de cadeia evolutiva, o PSOL passou por um processo de transformação que o levou a abarcar pautas que não tinham tanta saliência dentro do partido, e passou a incluir em sua agenda de debates temas como o feminismo e a defesa de classes tradicionalmente oprimidas, como negros e LGBTs, e a luta pela garantia do direito dos povos em geral. Algumas palavras das classes 4 e 5 se sobrepõem, interligando as classes de uma forma mais profunda e, algumas vezes, indissociável. Percebe-se, por exemplo, que a classe roxa aparece salpicada com algumas palavras em azul, que pertencem à classe 4. Essa imagem muito bem representa o fato de que as pautas mais atuais sempre estiveram presentes na agenda do partido, e apenas eram discutidas com menos ênfase. Da mesma forma, as palavras em roxo podem ser vistas na parte inferior, inseridas da classe 4, representando o fato de que o PSOL, ainda que tenha cooptado com mais ênfase as pautas destacadas na classe azul, jamais abandonou as suas pautas tradicionais, tendo apenas mudado a ênfase que deu a cada uma delas.

Neste sentido, percebe-se a linha do tempo traçada pelo software a partir da análise das entrevistas. O PSOL nasceu como um partido de esquerda socialista, que buscava ressignificar o socialismo no Brasil. Em seu nascedouro, defendia pautas como o desenvolvimento econômico anticapitalista e a defesa da classe trabalhadora. Ao longo de sua trajetória, passou por um momento de transformação e apresentou um crescimento eleitoral significativo, ao mesmo tempo em que passou a dar mais saliência a pautas identitárias e diminuir o foco em pautas classistas.

Importante ressaltar, ainda, que a classe 3 (verde), que representa o processo de formação do PSOL a partir de uma dissidência do PT, encontra-se muito próximo da classe 1 (vermelha), relativamente distante da classe 5 (roxa) e ainda mais distante da classe 4 (azul). Esta representação indica que o processo de formação do PSOL definiu os princípios que norteiam a atuação do partido de uma forma geral. No entanto, a medida que avança em sua trajetória, cada vez mais se distancia daquelas pautas que compunham sua agenda no momento de sua formação. É importante lembrar que a classe 1 (vermelha), que contou com o maior número de segmentos de texto entre todas as classes originadas pelo software (31,1%)

²⁶ Como será ressaltado posteriormente, há divergências entre as lideranças do PSOL no caso de o partido se posicionar como de esquerda ou de extrema-esquerda.

representa os princípios que dirigem a atuação do partido desde que nasceu até os dias atuais. O seu posicionamento como um partido de esquerda e a defesa do socialismo democrático e com liberdade, que basearam a sua criação, jamais deixaram de nortear sua atuação. A transformação ocorrida no partido refere-se à saliência de determinadas pautas. Enquanto algumas deixaram de ser tratadas com mais ênfase (classe 5 – roxa), outras passaram a ocupar um importante espaço na agenda do PSOL (classe 4 – azul). Essas pautas que ganharam saliência nos últimos anos não contavam com tanta importância no contexto de criação do partido, o que é muito bem representado pela distância entre as classes 3 e 4 na Figura 6.

Assim, a análise das entrevistas indica para a confirmação da hipótese proposta. O PSOL apresentou um crescimento eleitoral significativo nos últimos anos, o que parece haver sido favorecido pela incorporação de pautas identificadas com valores pós-materialistas, sobretudo a defesa temas como a igualdade de gênero, direito dos homossexuais, aborto e respeito à diferença de uma forma geral.

A seguir, passa-se à discussão das entrevistas em relação a cada uma das classes fornecidas pelo programa a partir do *corpus* inserido. Para melhor visualização e compreensão, inicia-se a análise a partir da perspectiva apresentada na Figura 5 (dendograma de palavras), da esquerda para a direita, iniciando-se, portanto, pela classe 3, seguida da 2, 1, 5 e 4, nesta ordem.

6.1 Classe 3 – Processo de formação do PSOL

As palavras agrupadas pelo programa na classe 3 indicam para o contexto que deu origem ao partido Socialismo e Liberdade, em que os parlamentares Luciana Genro, Heloísa Helena e Babá foram expulsos do PT por apresentarem posicionamento divergente do Partido dos Trabalhadores, sobretudo quanto à reforma da previdência.

Figura 7 – Palavras destacadas na classe 3



Fonte: Dados da pesquisa.

O Partido Socialismo e Liberdade se originou a partir de uma dissidência do Partido dos Trabalhadores, formada por parlamentares e algumas tendências internas do partido, insatisfeitos com o rumo que o PT tomara após a assunção do governo federal pelo ex-presidente Lula.

Os três membros fundacionais entrevistados, além de outras lideranças que participaram no processo de fundação do PSOL, foram claros em afirmar as intenções e negociações que culminaram com a criação de um novo partido. O processo de transformação do PT que culminou com a criação do PSOL teve seu início desde antes de o Partido dos Trabalhadores assumir de fato o poder, após as eleições de 2002 sagrarem Lula como vencedor. No ano anterior, a direção nacional do PT havia feito intervenção em Alagoas em virtude de aliança celebrada pelo partido com o Partido Liberal – PL, que não era aceita pelos petistas do estado (CARVALHO, 2019). Após as eleições, a equipe de transição já começou a implementar medidas que deixaram parte do partido descontente. Heloísa Helena, principal personagem na ruptura com o PT e criação do PSOL, afirmou que

antes da posse foram decididas algumas coisas na equipe de transição que implicava no trabalho que eu acompanhava na comissão de assuntos econômicos, e a indicação do Henrique Meirelles. Então ai foi uma contenda muito grande com a direção nacional (...). **Antes mesmo da posse, saíram alguma medidas provisória que já eram fruto da equipe de transição e eram muito impactantes do ponto de vista do que nós entendíamos do debate orçamentário, das políticas sociais.** E a decisão da **indicação do Henrique Meirelles** já se deu ante mesmo da posse. (HELOPISA HELENA, 2019, grifo nosso).

Assim, antes mesmo do PT assumir formalmente o governo federal, mudanças em sua postura e a flexibilização na formação de alianças já era percebida e rechaçada por alguns de seus membros. Após a posse, diversas medidas que ratificavam essa flexibilização foram concretizadas. A política econômica e a aliança com o PMDB, além da reforma da previdência, foram algumas das ações tomadas pelo PT citadas com frequência pelos parlamentares que criaram o PSOL:

o Lula assumiu em janeiro de 2003. E qual foi a primeira atitude do Lula? A primeira foi justamente buscar o **Henrique Meireles, do Bank of Boston, pra dirigir o Banco Central**, e colocar a economia a aprofundar aos serviços dos banqueiros (...), colocou o **Sarney pra Presidência do Senado** (BABÁ, 2019, grifo nosso).

Acho que uma coisa simbólica é a **ida do Henrique Meireles para o Banco Central**. (...) Já o **voto no PMDB pra presidente do Senado** no primeiro governo, para trazer o PMDB para o governo, a pouca aceleração na reforma agrária. Varias coisas pontuais aqui foram mostrando que o Governo não estava disposto a enfrentar, alterar e mexer com o status quo. Isso foi dando uma insatisfação e acho que **a reforma da previdência foi fundamental para mostrar que o governo**

tinha se adaptado à ordem econômica, a não fazer as alterações (ALEXANDRE VARELA, 2018, grifo nosso).

nós entendemos que o **PT se afastou do seu programa democrático popular** no qual ele concorreu em 89, o Lula quase ganhou eleição então. E segundo porque, ao entrar no governo, eles começaram a **aplicar um programa que era contraditório com a coerência histórica do seu programa**. (IVAN VALENTE, 2018, grifo nosso).

O início do conflito entre alguns parlamentares e o PT teve seu eixo central na figura de Heloísa Helena, então senadora pelo partido. Como ela mesma salienta, a sua negativa em votar a favor do nome de Henrique Meireles para presidente do banco central motivou sua retirada, pelo PT, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, da qual fazia parte, para que a decisão pudesse ser aprovada pela comissão (HELOÍSA HELENA, 2019). Em seguida, a então senadora também se negou a votar em José Sarney para a presidência do Senado, como havia sido acordado entre PT e PMDB, o que levou seu partido a abrir contra si processo na comissão de ética.

Posteriormente, com a votação da reforma da previdência, a então senadora uma vez mais se mostrou contrária à decisão do partido de aprovar a reforma, e votou contra, assim como os então deputados federais Luciana Genro, Babá e João Fontes. Assim, os quatro parlamentares foram expulsos do Partido dos Trabalhadores. Segundo afirma a ex-senadora, a expulsão dos parlamentares foi um recado aos grupos mais radicais do partido de que a independência parlamentar não seria tolerada.

Na verdade, o nosso voto na reforma da previdência nada mais foi que, digamos, a **manobra que eles utilizaram para justificar a nossa expulsão**, como se fosse a velha forma de queimar as bruxas né, ou seja, pra que o **nosso grito alertasse aos outros o que lhes podia acontecer**. (HELOÍSA HELENA, 2019, grifo nosso).

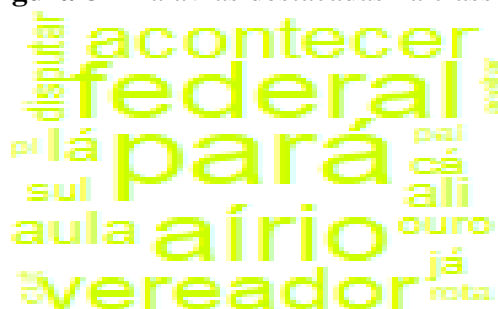
A questão fundamental para a direção do PT naquele momento era **dar uma sinalização para o mercado financeiro, e também pra base de governo dos outros partidos, de que o PT estava unido em defesa da reforma da previdência**. Então, a nossa postura de votar contra a reforma da previdência era um confronto direto com essa necessidade da direção do PT de mostrar essa coesão. (LUCIANA GENRO, 2018, grifo nosso).

Nesse contexto, portanto, os parlamentares expulsos do partido deram início ao processo de criação de um novo partido. O Partido Socialismo e Liberdade - PSOL foi, então, fundado em junho de 2004, buscando reorganizar a esquerda no Brasil e retomar as bandeias históricas que o PT havia abandonado ao longo de sua trajetória.

6.2 Classe 2 – Trajetória política e intelectual dos membros do PSOL

As palavras salientadas na classe 2 apontam para a formação política e intelectual dos membros do partido, corroborando o já destacado por Silva (2013) de que uma considerável parte dos membros do PSOL tem experiência política prévia e procede do meio acadêmico, tendo cursado mestrado ou doutorado, e ocupado o cargo de professor.

Figura 8 – Palavras destacadas na classe 2



Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar a biografia dos parlamentares do PSOL, Silva (2013) detectou que praticamente todos os parlamentares investigados possuem pelo menos nível superior completo (não foram investigadas as pós-graduações). A profissão declarada da maioria é a de professor, com mais da metade destes declarando-se como professores universitários. Isso assinala para um perfil altamente intelectualizado do grupo pesquisado.

Silva (2013) ainda destacou a trajetória política dos parlamentares do PSOL, observando que uma grande maioria apresentava trajetória política prévia, já tendo exercido mandatos eletivos de diversos cargos, uma grande parte deles enquanto membros do PT. Segundo o autor, dados referentes a mandatos mostram trajetórias lentas e graduais, típicas de parlamentares cujos recursos político-eleitorais se originam de atuações em movimentos sociais e entidades de representação de classe. Revelam, ainda, uma profissionalização desses parlamentares, de tal modo que é possível dizer que as figuras públicas do PSOL não vivem somente para a política, mas também da política.

em 88 eu fui eleito vereador da capital, Belém. Em 86 o PT elegeu dois companheiros no estadual, e 88 eu fui eleito, eu e outro companheiro do PT, como Vereador. Em 1990 fui eleito deputado Estadual (...). E aí em 94 eu concorri e fui reeleito deputado Estadual (...), em 98 em fui eleito deputado Federal. (...) Então **eu fui 8 anos deputado Estadual, e oito anos deputado federal** (...). Eu passei **dois anos ainda como vereador** (...) A Marielle foi outro destaque dessa eleição, teve 46 mil votos, e eu acabei ficando como primeiro suplente do PSOL. Infelizmente, essa barbaridade aconteceu com a Marielle, **eu assumi o mandato**, no finalzinho de março de 2018, a partir de abril. E desde então **eu estou como vereador** aqui na câmara dos vereadores. (BABÁ, 2019, grifo nosso).

Eu fui **Deputado** de 87, fui eleito em 86 pelo PT a 94, na verdade janeiro de 95. (...) Aí eu fiquei 2 anos sem mandato, 95 e 96. Em 96 eu aceitei o convite pelo PT de ser candidato a **prefeito** e fui eleito, então fui eleito prefeito em 96, reeleito em 2000, fiquei 8 anos como prefeito. (EDMILSON RODRIGUES, 2018, grifo nosso).

Fui candidata, me elegi a primeira vez então em 2008 a **vereadora** de Porto Alegre, depois me reelegi como a mulher mais votada em 2012 (...) Em 2016 eu fui a **vereadora** mais votada de Porto Alegre, de todos, homens e mulheres, (...) e em 2018 então concorri a **Deputada Federal** e fui eleita Deputada Federal pelo Rio Grande do Sul. (FERNANDA MELCHIONNA, 2019, grifo nosso).

Fui candidato a **Deputado Federal** a primeira vez, foi minha primeira disputa eletiva, no ano de 2006. Fiquei como suplente, vim a assumir o mandato no ano de 2009, fui **reeleito em 2010 e 2014 e agora em 2018**. (GLAUBER BRAGA, 2018, grifo nosso).

Em 1986 eu fui eleito **deputado estadual** pelo PT em São Paulo, depois **reeleito** novamente em 90 até 94, e de lá para cá, nós tivemos aí vários mandatos de **Deputado federais**, desde 95 a 98 Nós perdemos uma eleição, mas assumimos a suplência durante um ano e meio. E aí a partir 2002 consecutivamente nós **estamos no sexto mandato completo de deputado federal** agora na próxima legislatura. (IVAN VALENTE, 2018, grifo nosso)

Assim, o autor é enfático em caracterizar o PSOL como um partido dirigido por professores. De fato, o perfil dos entrevistados corrobora a análise do autor. Das treze lideranças do PSOL entrevistadas, mais da metade já ocupou o cargo de professor, quase todos em universidade federais²⁷. Quanto à formação acadêmica, a grande maioria cursou mestrado e/ou doutorado. Dos entrevistados, apenas quatro²⁸ não cursaram, no mínimo, o grau de mestrado.

Eu tive uma **passagem na universidade**, sou formada em Ciências Sociais, depois fiz uma **especialização** em Gênero e Igualdade na Espanha, e depois fiz **mestrado** em ciência política na UFMG. (ÁUREA CAROLINA, 2019, grifo nosso).

Então já como **professor**, eu comecei, aí sim, participar das lutas. Eu sou **fundador da associação de professores do Pará** (...). Terminado em 2004 o mandato de prefeito eu decidi que iria fazer doutorado em São Paulo, e eu decidi fazer geografia humana para cumprir um objetivo de estudar a obra de Milton Santos, tendo como base teórica fundamental para análise da dinâmica territorial brasileira, e aí defendi uma tese né, “território e soberania na globalização: Amazônia, jardim de águas sedento”. (EDMILSON RODRIGUES, 2018, grifo nosso).

Em relação à carreira política dos membros e lideranças do partido, a saliência de palavras como “mandato”, “vereador”, “senado”, “prefeito”, “reeleger” corroboram o fato de que a quase totalidade das principais lideranças do PSOL contam com experiência política

²⁷ João Batista – Babá, Chico Alencar, Ivan Valente, Edmilson Rodrigues, Heloísa Helena, Luiz Araújo e Talíria Petrone

²⁸ Alexandre Varela, Fernanda Melchionna, Glauber Braga e Ivan Valente.

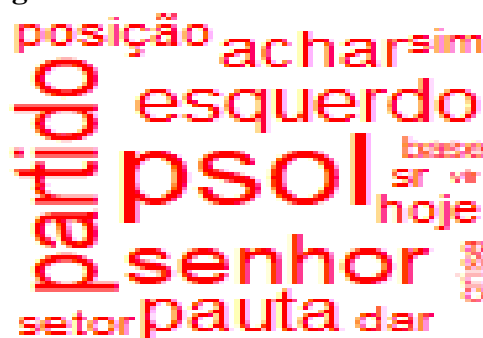
prévia, já tendo ocupado diversos cargos eletivos. Por meio do Apêndice 1, é possível observar que, dos treze entrevistados, apenas um deles, Juliano Medeiros, nunca participou de eleições e ocupou cargo eletivo. Conta, no entanto, com experiência política como membro de cargo diretivo no PSOL, já tendo exercido funções como secretário de comunicação e de relações internacionais do partido, presidência da Fundação Lauro Campos, além da presidência nacional do PSOL, cargo que atualmente ocupa.

A saliência da palavra Pará indica que muitos de seus membros são ou foram militantes do partido neste estado. De fato, a presença do PSOL no estado do Pará é relevante. Diversos membros e lideranças do partido começaram sua atuação política neste estado. Entre os entrevistados, três deles iniciaram sua militância e têm atuação política no Pará.

6.3 Classe 1 – Princípios norteadores do PSOL

A Classe 1 do dendograma salienta palavras que indicam a posição ideológica do PSOL, e os princípios que norteiam a sua atuação desde o seu nascimento. Destacando palavras como “partido”, “esquerdo”, “posição”, “extremo”, e “pauta”, confirma as observações apontadas no Capítulo I em relação ao posicionamento ideológico do partido e as pautas que defende.

Figura 9 – Palavras destacadas na classe 1



Fonte: Dados da pesquisa.

O Partido Socialismo e Liberdade nasceu, como já salientado, com a intenção de resgatar as pautas abandonadas pelo PT após trajetória de mudanças pela qual passara. Buscou se posicionar como um partido socialista à esquerda, pretendendo ser oposição ao Partido dos Trabalhadores. Heloísa Helena definiu o PSOL naquele momento como um abrigo para a esquerda socialista democrática (CARVALHO, 2019), ou seja, um local de encontro de todas aquelas pessoas que se identificavam com os princípios da esquerda e que

não viam mais no PT um instrumento para institucionalizar estas pautas. Como destaca Juliano Medeiros:

os princípios dessa área do PSOL são em parte **muito semelhantes aos princípios fundacionais do PT nos anos 80** e ao mesmo tempo uma **negação dos limites que o PT** como instrumento para transformação social no Brasil passou a demonstrar ao longo do tempo. (JULIANO MEDEIROS, 2019, grifo nosso).

Quanto ao posicionamento do PSOL na escala ideológica, foi destacado pelos entrevistados, de uma forma geral, que o partido ocuparia a posição à esquerda no cenário político brasileiro. Entretanto, quanto a este aspecto, há divergências de opinião entre os entrevistados. Perguntados onde posicionariam o PSOL na escala ideológica em que 0 corresponde à extrema esquerda e 10 à extrema direita, a maioria preferiu não responder, afirmando apenas tratar-se de um partido de esquerda.

Alguns afirmaram tratar-se de um partido de extrema-esquerda, como é o caso do deputado Edmilson Rodrigues, que salientou que “o que tem mais de esquerda no Brasil é o PSOL” (EDMILSON RODRIGUES, 2018). Babá afirmou que o PSOL sempre se localizou como um partido fortemente de esquerda, porém, não de ultraesquerda (BABÁ, 2019). Luciana Genro destacou que a palavra extrema ela carrega uma negatividade que não condiz com a criação do PSOL, e se referencia no PT para posicionar o PSOL à sua esquerda (LUCIANA GENRO, 2018). Quanto ao fato de se considerar o PSOL como um partido de esquerda ou de extrema esquerda, Heloísa Helena apontou que:

É um partido de esquerda. É a velha polêmica de sempre né. Para gente ou é de esquerda ou não é. Não tem extrema-esquerda, centro-esquerda, meia-esquerda, ou é de esquerda ou não é. Mesmo que você milite no movimento que não necessariamente tenha esse carimbo, mas ou se é de esquerda ou não é. (HELOÍSA HELENA, 2019, grifo nosso).

A deputada Áurea Carolina salientou a fragilidade da classificação da escala ideológica para classificar as lutas que se tem travado na sociedade contemporânea:

Tipicamente eu posicionaria o PSOL hoje como um partido de **extrema esquerda**, mas eu acho que **são rótulos muito frágeis, que não dão conta da complexidade dessas lutas pelo bem viver, pela autonomia dos povos, pela ideia de auto governo**, que é isso que eu defendo: ocupar o sistema político para restituir um poder que foi moldado a força, que foi tirado com base na violência, das invasões, da escravidão, da exploração econômica, do patriarcado, tudo isso. (ÁUREA CAROLINA, 2019, grifo nosso).

Juliano Medeiros aponta para uma mudança do posicionamento do PSOL na escala ideológica ao longo de sua trajetória, destacando que o partido nasceu como uma agremiação de extrema esquerda, e hoje posiciona-se como um partido de esquerda:

Na sua origem, **eu acho que o PSOL na sua origem ele está muito próximo na extrema esquerda (...). O PSOL hoje não é um partido nem de centro-esquerda nem de extrema esquerda, eu diria que é um partido que se posiciona no espectro de um partido de esquerda como existe na Europa e em outros países da América Latina.** (JULIANO MEDEIROS, 2019, grifo nosso).

Assim, como corroborado pelas palavras destacadas pelo programa na classe 1, o PSOL se destaca como um partido de esquerda. O destaque dado pelo programa à palavra “crescimento” e à palavra “pautas” nesta classe será analisado nos itens a seguir, ao tratar-se das classes 4 e 5, subclasses da classe 1.

6.4 Classe 5 – Bandeiras históricas do PSOL

A classe 5, subtipo da classe 1, dá destaque a palavras que remetem às pautas historicamente defendidas pelo PSOL, que se encontram definidas em seu programa.

Figura 10 – Palavras destacadas na classe 5



Fonte: Dados da pesquisa.

As lideranças que participaram na construção do PSOL almejavam manter viva uma tradição de esquerda, e criar uma agremiação que buscasse a ressignificação do socialismo e a luta pela implementação de um modelo socialista até então nunca experimentando em nenhum lugar do mundo, o socialismo com liberdade e democracia. Essa ressignificação do socialismo foi destacada com bastante ênfase pelos fundadores do partido:

ressignificação do socialismo, nós sabemos que ao longo da história a experiência do socialismo foi muito pouco compatível com a liberdade, então nosso nome

também é uma busca, **socialismo e liberdade**. (...) Então é uma tentativa de criar um novo instrumento, não principal sequer, nem o mais importante, nem o partido de vanguarda exclusivo, mas um partido que ajude a **contribuir pra novos rumos para esquerda**, que vive uma profunda crise de destino no mundo. (CHICO ALENCAR, 2019, grifo nosso).

foi um debate grande para gente **incorporar uma liberdade** porque até então a velha polêmica de socialismo e liberdade, tinham pessoas que entendiam que eram absolutamente incoerente. (HELOÍSA HELENA, 2019, grifo nosso).

Não bastava ser um governo bom, a gente queria um governo que transformasse de fato, e o PSOL nasceu pra isso, né. Com esse objetivo de **construir o próprio socialismo e a liberdade no aspecto mais amplo do que ela significa**. (ALEXANDRE VARELLA, 2018, grifo nosso).

Os primeiros documentos produzidos pelo PSOL faziam constantes referências ao PT como um modelo a ser ferozmente combatido. As lideranças que participaram da fundação do PSOL enfatizam esse afastamento do PT com bastante veemência, e identificavam o PSOL como resultado do esgotamento vivenciado pelo PT como alternativa de esquerda. Ivan Valente destacou que o Partido dos Trabalhadores passou a não suprir mais as necessidades de uma transformação mais profunda da sociedade brasileira, e desmobilizou sua força social ao chegar ao governo (IVAN VALENTE, 2018).

Assim, era de extrema importância para os fundadores que o novo partido pudesse representar essa necessidade de transformação, e deixar claro para a sociedade que não se tratava de uma nova experiência petista, mas de uma agremiação que em muito se distanciava do PT, posicionando-se como forte oposição a esse partido:

essa expulsão nossa do PT, nós percebemos que havia a necessidade de **constituição de um partido pra resgatar na verdade as bandeiras de esquerda que o PT veio abandonando**. E também lutando contra as políticas econômicas que o Fernando Henrique vinha implementando e que depois o Lula deu continuidade. (BABÁ, 2018, grifo nosso).

a ideia de construir um partido movimento na ideia de ter um guarda-chuva para todos os matizes da esquerda socialista que estão vendo que o governo do PT era um governo que estava fazendo o jogo do modus operandi do sistema político brasileiro. (FERNANDA MELCHIONNA, 2019).

Nesse sentido, a construção do PSOL como um novo partido retomou as lutas travadas pelo PT quando nasceu, e o programa do novo partido focou com bastante ênfase as pautas defendidas pelo Partido dos Trabalhadores em sua origem. Como ressaltou Medeiros (2019), o PSOL teve uma “origem muito acentuada sobre um programa e uma estratégia levados do PT dos anos 80, 90, de crítica ao modelo capitalista no Brasil”.

Temas como a mudança do modelo econômico capitalista, a independência do imperialismo, as reformas urbana, agrária e tributária, luta contra a corrupção e suspensão do pagamento da dívida pública, além da defesa da classe trabalhadora eram pautas fortemente destacadas pelo partido quando de sua origem. Quando perguntados quais as pautas defendidas pelo PSOL em sua origem, todos coincidiram em citar estes temas como prioritários:

a **suspensão do pagamento da dívida, enfrentamento com os banqueiros**, e tudo mais (...), as bandeiras que eram na verdade da **classe trabalhadora** que foram sendo abandonadas. (BABÁ, 2019, grifo nosso).

(...) a **independência de classe, a mobilização como método das grandes transformações** eu destacaria como um dos princípios do PSOL, a ideia de uma **esquerda plural** que confluísse várias tradições aí da esquerda de nosso país, a ideia do internacionalismo no sentido de ter **relações internacionais com outros partidos que tem uma visão anticapitalista** como a nossa. (FERNANDA MELCHIONNA, 2019, grifo nosso).

Assim, ficou claro que as pautas defendidas pelo PSOL em seu início referiam-se, sobretudo, a valores materialistas, que buscam resguardar a sobrevivência e segurança dos indivíduos. Temas como a independência do estado soberano, o combate ao estado mínimo e a política econômica anticapitalistas eram pautas caríssimas para o partido em seu nascedouro.

No entanto, a análise da trajetória do PSOL deixa patente que o partido sofreu um processo de transformação ao longo de sua história, que provocou importantes reflexos em suas pautas programáticas e em seu crescimento eleitoral. Essa transformação foi destacada por algumas de suas lideranças:

o PSOL saiu de uma visão mais raivosa vamos dizer assim, que tinha em relação ao PT e a parte da esquerda, vamos dizer, mais tradicional, pra compreender uma disputa mais ampla, entendendo que você pode ter aliados nessa esquerda mais tradicional do PT. (...) compreender de que o **inimigo está no aspecto da luta de classe, não está na esquerda tradicional**. (ALEXANDRE VARELA, 2018, grifo nosso).

Eu acho que ficou, como é que vou te dizer, uma característica **menos radical. O PSOL teve essa característica radical**. (BABÁ, 2019, grifo nosso).

A gente cresceu um pouco mais, a gente tá **menos briguento do ponto de vista interno**. Eu diria que o PSOL tá mais realista, sem perder o ethos revolucionário, a dimensão da inquietude. (CHICO ALENCAR, 2019, grifo nosso).

Foi possível perceber a partir da análise das entrevistas, corroborada pelo uso do *software* levadas a cabo neste trabalho, o PSOL nasceu com a bandeira de resgatar pautas

guerra às drogas (...) passou a ter uma pauta muito corajosa de defender a **legalização** pelo menos **da maconha**, a **questão LGBT** que passou a ser uma coisa muito cara, então, a questão das **pautas dos direitos individuais** passou a ter um peso muito grande no PSOL que **no início tinha, mas não era tão prioritário**. (ALEXANDRE VARELA, 2018, grifo nosso).

No mesmo sentido, o deputado Edmilson Rodrigues afirmou que o PSOL nasceu fortemente vinculado à defesa de pautas classistas, e, ao longo de sua trajetória, passou a incorporar outros elementos, e a redefinir o que entendia por socialismo:

Incorporou, nasceu com os vícios da esquerda revolucionária, esquerda marxista, de pensar muita na **luta de classe** e as **relações econômicas do capital, do trabalho a mais-valia, a exploração** e tal... Só que capitalismo é muito mais que isso. (...) o estado da economia estatal não necessariamente representa o socialismo se as **mulheres** continuam vítimas da violência, do **machismo**, se **LGBT** continua sendo identificado como um doente, se o **negro** continua ocupando os cargos subalternos e sofrendo preconceito racial, se os **indígenas** continuam sendo vistos como pessoas que não pensam e precisam de tutores. (...) Então o PSOL tem enriquecido muito o debate sobre o **eco socialismo**. (EDMILSON RODRIGUES, 2019, grifo nosso).

Como destaca Juliano Medeiros (2019), ao longo de sua trajetória o PSOL foi incorporando a questão do ecossocialismo, o feminismo, a luta anti-racista, os direitos LGBT, pautas que não estavam tão fortemente presentes na origem do partido. A defesa desses grupos identitários foi destacada de forma muito enfática pelos entrevistados como as pautas mais salientes do partido na atualidade, o que não ocorria nos primeiros anos de funcionamento do PSOL:

Eu acho que a **gente incorporou com mais força as pautas chamadas identitárias**, sem absolutizá-las, nós não somos um partido com o discurso da renovação dos costumes, mas a questão das minorias. (...) Então nós temos uma **abertura muito grande com essas novas formas de expressão. Isso no modelo original do PSOL não estava marcado**. (CHICO ALENCAR, 2019, grifo nosso).

Eu acho que tem uma agenda bem ampla assim de abertura do sistema político, de justiça socioeconômica, de lutar contra as desigualdades, de pautar uma redistribuição de recursos para a sociedade. Existe **uma força muito grande das lutas feministas, anti-racistas, da população LGBTQ**, existe um início de construção com **os povos e comunidades tradicionais**. (ÁUREA CAROLINA, 2019, grifo nosso).

Em que pese o importante destaque que as pautas pós-materialistas receberam pelo partido ao longo de sua trajetória, as lideranças entrevistadas foram enfáticas em salientar que as pautas econômicas e de defesa dos trabalhadores continuam tendo muita relevância no PSOL:

Eu acho que tem pautas, por exemplo como a **suspensão do pagamento e auditoria da dívida ela continuou na pauta do partido**. (BABÁ, 2019, grifo nosso).

Nós acreditamos que é preciso lutar por **reforma urbana, para democratizar as cidades, por reforma agrária, por reforma política**, para que as maiorias sociais possam ser maioria política na representação, mas combinando tudo isso, que a gente chama de **democratização da justiça, da informação, da comunicação**, mas compatibilizando tudo isso, com as lutas sociais, **não abandonar essa instância das lutas sociais e das suas novas formas de expressão**. (CHICO ALENCAR, 2019, grifo nosso).

Nós achamos que é fundamental defender as liberdades democráticas e nenhum retrocesso na constituição de 88, ter uma política muito vinculada com a luta dos movimento sociais populares, para não ter uma devastação dos nossos direito (...) a ideia da **independência de classe**, ou seja, o governo com **trabalhadores, com os aposentados, a juventude**, um bloco político e não com setores do sistema financeiro e com as elites econômicas do país, uma luta pela **reforma agraria** num país como o nosso, que tem grandes concentrações de riquezas, a luta pela **reforma urbana**, a luta em defesa dos **direitos das mulheres**, num país tão machista como o nosso e com tantos traços do patriarcado na conjuntura política, seja no feminicídio, na violência sexual, seja na participação das mulheres na política, a defesa dos **LGBT** e a luta contra a **LGBTfobia**, a luta por mais direitos, a luta **antirracista**. (FERNANDA MELCHIONNA, 2019, grifo nosso).

É interessante considerar que o PSOL, sobretudo a partir das eleições de 2018, passou a tratar de temas materialistas e pós-materialistas de forma conjunta, sem dissociar um do outro. É dizer, sem abandonar as pautas anteriores, mas sem simplesmente mudar o foco dos temas que defende, desenvolveu um discurso que busca defender um desenvolvimento econômico que seja capaz de garantir os direitos das classes identitárias, a defesa dos direitos da classe trabalhadora que proteja as trabalhadoras mulheres, os trabalhadores negros e LGBTs. Ou seja, passou a focar seu discurso na defesa de políticas públicas que possam, a uma só vez, garantir valores materialistas e pós-materialistas. Esse fato é destacado por alguns dos entrevistados:

esse modelo econômico que a gente tem, econômico-político da lógica do capital ele é a barbárie. Então eu acho que enfrentar esse modelo, ou seja, um anti capitalismo que funda e estrutura tantas lutas é muito importante, mas tendo como saída para esse anti capitalismo frente ao capitalismo uma **alternativa que enfrente o modelo de desenvolvimento dos mega empreendimentos**, de uma lógica produtivista, então **associar isso a outra relação entre homens, mulheres e natureza, valorizando as comunidades e os povos tradicionais**, acho que isso é algo que estrutura as outras coisa ne. (TALÍRIA PETRONE, 2019, grifo nosso).

Considero que a principal pauta do partido é conseguir **compatibilizar um programa econômico que seja de defesa dos direitos da maioria**. (...) se você é de esquerda, você não considera que essa seja uma verdade, você acha que o **Estado tem um papel fundamental** (...) ao mesmo tempo, ser de esquerda pra mim compatibiliza também com uma posição de **garantia de direitos individuais** como (...) direitos das **mulheres, da população LGBT, de negros e negras**. (GLAUBER BRAGA, 2019, grifo nosso).

A pauta de independência, do estado soberano, de um **estado que olhe menos para o capital, que tenha prevalência aos direitos individuais, de homens, mulheres,**

LGBTs, negros, que isso seja olhado pra uma questão de classe, que a gente faça uma revisão da nossa dívida pública, que a gente possa estar investindo no Estado (...) um estado responsável que combata o estado mínimo, que você pense na defesa da educação pública, da saúde pública, que bote o Estado a serviço do povo e não a serviço dos bancos. Então acho que o objetivo do PSOL é esse, e mexer com pautas que de fato melhorem e transformem a vida do povo mais pobre. (ALEXANDRE VARELA, 2018, grifo nosso).

Assim, como destaca Medeiros (2019), com o passar dos anos o PSOL foi atualizando algumas leituras sobre processo de desenvolvimento capitalista, especialmente no que se diz a respeito ao peso dos movimentos sociais urbanos, e a incorporação desses elementos com mais peso representou um processo de amadurecimento programático do PSOL nesses anos. (JULIANO MEDEIROS, 2019).

A incorporação ou a saliência de novas pautas pode ser identificada com clareza pela análise dos documentos do PSOL e das entrevistas com as lideranças do partido. É possível verificar, também, que o partido passou por um processo de abertura, que permitiu a aproximação a estes grupos e a uma relativização da acirrada postura de combate ao PT e ao governo Lula/Dilma.

Para Luiz Araújo (2019), a abertura pela qual o partido passou derivou de uma reorganização de suas forças internas que fez com que um grupo chegasse à direção nacional do partido apoiado por uma ampla maioria, o que permitiu a tomada de decisões de forma mais unitária. A possibilidade de se fazer representar por uma maioria deu ao partido um caráter mais orgânico e menos sectário, como era caracterizado em seu início, por possuir muitas tendências e grupamentos com poder de veto nos Congressos.

A partir da conquista da direção partidária por este grupo apoiado pela maioria, que começou a ocorrer a partir do 3º Congresso Nacional do PSOL, foi possível ao partido adotar uma postura mais aberta e se tornar uma agremiação mais ampla, que representasse uma oposição ao PT, mas tendo como foco principal não o antipetismo, mas o combate à direita e ao seu crescimento. Essa abertura possibilitou o partido a atrair setores que se reconheciam na esquerda e que estavam distantes do PSOL, “setores que estavam se desgarrando do PT e que não iriam para um partido que fosse totalmente antipetista” (LUIZ ARAÚJO, 2019).

Esse campo [que se tornou maioria] deu uma **estabilidade para o partido**, tornou ele mais **aberto aos novos movimentos sociais**, estreitou seus laços com o MTST e com movimentos novos que surgiam na luta e que eram críticos ao governo, manteve uma **porta de diálogo com a base social que se referenciava no PT**, e criou uma maioria que podia **atrair novos parlamentares**, como a Erundina, como Glauber, que estavam em outros partidos, e **se posicionou corretamente** em um momento muito delicado da conjuntura como foi **o processo do impeachment**. (LUIZ ARAÚJO, 2019, grifo nosso).

Dessa forma, Babá (2019) destaca que a conquista desta direção majoritária deu condições ao partido de implementar um programa e uma visão externa que o tornava mais atrativo. Destaca que, apesar de se manter o direito das tendências, o que é positivo por democratizar mais o partido, a maioria consegue colocar o PSOL para uma posição mais direcionada. Neste sentido, salienta que, somente a partir de então que o PSOL passou a ser

um polo atrativo para **reorganização da esquerda**. Um partido radical, um partido que incorpore os novos **movimentos sociais de negros, negras, mulheres, LGBTs, novas formas de organização na cidade**, que incorpore a militância em torno do MTST, que **descole do petismo**, quem está insatisfeito, que tem uma visão mais à esquerda, e que seja **um polo aglutinador de uma nova esquerda renovada no Brasil**, e que possa voltar a ser protagonista, pós a falência do PT, em termos programáticos e de governo. (LUIZ ARAÚJO, 2019, grifo nosso).

Para Luiz Araújo (2019), as razões de crescimento do partido, e o caminho para que continue esta trajetória ascendente, reside na apresentação de um “programa de mudanças aberto a esses novos segmentos, atrativo a essas novas lideranças sociais, estreitando seus laços no movimento concreto de resistência cotidiana do nosso povo, sendo um partido feminista, antirracista, e melhorando sua forma de, digamos assim, partidária mesmo, e não sendo uma integração de pequenos grupos”.

As análises produzidas pelo *software* Iramuteq indicam para confirmação da hipótese, é dizer, os resultados da análise por classificação hierárquica descendente apontam para uma possível associação entre a inserção de pautas pós-materialistas e o sucesso do PSOL.

Para fortalecer a sugestão apontada de confirmação da hipótese, passa-se a seguir à análise individualizada das respostas dos entrevistados quanto às razões de crescimento do PSOL. No questionário aplicado às lideranças do partido foi incluída a seguinte pergunta: “Nas últimas eleições, o PSOL passou de uma bancada de 6 deputados para 10, além de vitórias significativas de parlamentares do PSOL no âmbito local e regional. A que o senhor credita esse crescimento do partido?”

Como resposta a esta pergunta, a grande maioria dos entrevistados respondeu entender que o crescimento do PSOL se relacionava à inserção de novas pautas em sua agenda. Mesmo entre os membros fundadores do partido, foi destacada a inserção destas pautas como justificativas para o crescimento do PSOL. O ex-deputado Babá afirmou:

eu acho que **o crescimento se reflete nesse crescimento do movimento das mulheres, da juventude, das universidades**. (...) Então o PSOL também passou a ser uma alternativa a esses setores que se desencantaram, ou setores que nunca haviam participado de política. Nunca foram do PT. Principalmente a juventude tem muito disso, e até mesmo o **movimento de mulheres, movimento LGBT**, que tem uma força muito grande dentro do PSOL. (BABÁ, 2019, grifo nosso).

Luciana Genro, candidata à presidência da república nas eleições de 2014, creditou o seu desempenho nas eleições – terminou o pleito com mais de 1,6 milhão de votos à incorporação de pautas identitárias, sobretudo à luta pela igualdade de gênero:

Em 2014 **ganha relevância essas pautas que são chamadas de pautas identitárias**, embora a minha campanha tenha sido muito pautada também pela questão econômica né, falei muito sobre capital financeiro, sobre problema da política econômica, mas **o que galgou mais apoio social**, digamos assim, na minha campanha em 2014 **foi a pauta feminista e a pauta LGBT**, que são pautas que também sempre estiveram presentes, mas que conforme a conjuntura vão ganhando relevância. (LUCIANA GENRO, 2019, grifo nosso).

Destaca-se, ainda, quanto a pautas identitárias, a transformação na organização interna do partido, que aprovou a cota obrigatória mínima de 50% e 30% para mulheres e negros, respectivamente, nos cargos diretivos do partido. Isso reflete o peso que as questões identitárias passaram a ter para o PSOL, e acaba por sinalizar para a população que partido está aberto a representar externamente estes grupos. Isso fica claro pelas falas do ex-presidente do partido Luiz Araújo e da deputada federal Talíria Petrone:

aprovamos a **paridade de gênero** e isso representou o **empoderamento das mulheres nas direções partidárias em todas as instâncias**, experimentamos instâncias partidárias inclusive com 100% de mulheres, como Belém, por exemplo, mas na direção isso representou uma mudança. Segundo, **incorporar a cota de 30% de negros e negras**. Isso mostra que as **questões identitárias ganharam peso dentro do partido**, mas ganharam peso **não só para fora, na defesa desses direitos, mas também no funcionamento interno**. (LUIZ ARAÚJO, 2019, grifo nosso).

um PSOL que se **parece mais com a população** é o PSOL que **vai atrair mais gente, mais mulheres, mais negros, mais povo**. (TALÍRIA PETRONE, 2019, grifo nosso).

Assim, a incorporação de pautas identitárias, que se relacionam com a adoção de prioridades valorativas pós-materialistas, foi destacada pela maioria dos entrevistados como o principal fator de crescimento do PSOL. A maior abertura do partido à entrada desses novos movimentos, de defesa de negros, mulheres, LGBTs e etc. foi possibilitada, segundo Luiz Araújo (2019), após a assunção da direção partidária pelo grupo apoiado pela maioria foi destacado por diversos entrevistados como um dos fatores para o sucesso do partido. Essa abertura do partido a esses novos movimentos foi destacada por algumas lideranças:

Eu acho que essa **abertura para novas experiências** de organização, que são experiência **que conectam mais com o povo e com o território**, eu acho que de alguma maneira também faz com que as pessoas vejam o PSOL não mais como a velha política, como algo que está disposto a romper com essa velha política, um

instrumento em que há essa possibilidade. (TALÍRIA PETRONE, 2019, grifo nosso).

Então, **trazer Erundina, trazer Glauber, trazer o pessoal das Muitas em BH, setores populares no maranhão, incorporar muitos setores populares na Bahia**, sinaliza que o partido está amadurecendo para **acolher corretamente estes setores e tê-los dentro do partido**, fazendo uma nova síntese. (LUIZ ARAÚJO, 2019, grifo nosso).

A presença de candidaturas femininas foi questão ressaltada com ênfase por algumas das lideranças. Luciana Genro ressaltou que o crescimento da bancada federal do PSOL nas eleições de 2018, que dobrou o número de representantes eleitos quando comparada com as eleições de 2014, se deu, em parte, pela capacidade do partido de cooptar a representação dessa classe:

Então eu acho que o crescimento da bancada federal, ela se deu por esses dois fenômenos né... Essa atratividade que o pessoal passa a ter para o eleitorado petista decepcionado com a corrupção e com os próprios resultados dos governos do PT, e **com o fenômeno das mulheres**, que o pessoal **soube ser porta-voz desses fenômenos** inclusive **apresentando candidaturas feministas competitivas que dialogaram com esse sentimento das mulheres ocuparem mais a arena política**. (LUCIANA GENRO, 2019, grifo nosso).

Outro fator pontuado como importante no processo de crescimento eleitoral do PSOL refere-se à coerência demonstrada pelo partido quanto à não adoção de práticas não previstas por seu programa partidário, e a estreita política de alianças, que rechaça coalizões com partidos que historicamente sempre combateu:

O PSOL sempre teve uma coerência, uma combatividade muito grande e **nunca se submeteu em esquema e nunca teve contradição**, as pessoas sabem qual a nossa posição. **E esse sinal de coerência foi nos permitindo ter espaço**. (ALEXANDRE VARELA, 2018, grifo nosso).

A sua **identidade de programa de esquerda autêntico**, que inclusive, não se intimida em reagir e, inclusive, se contrapor a esse avanço do reacionarismo, ou seja, **não fazer mediações** com isso e dizer que isso tem que ser enfrentado com todas as cartas sendo colocadas na mesa. (GLAUBER BRAGA, 2019, grifo nosso).

A coerência do PSOL foi citada, ainda, ao se referir à forma de fazer política do partido, caracterizada por ser afastada da política tradicional do “toma-lá-dá-cá” (FERNANDA MELCHIONNA, 2019; LUCIANA GENRO, 2018).

Eu acho que essa nossa construção que **não tem uma ranço tradicional de partido** mas que reconhece, legítima o partido, porém tentando **superar práticas viciadas** é o que tem de mais promissor na nossa conjuntura hoje. (...) acho que no Brasil o PSOL é o partido que consegue, mesmo com todas as dificuldades, acolher essas

experiências já que nos não podemos ocupar o sistema político fora dos partidos. (ÁUREA CAROLINA, 2019, grifo nosso).

Eu acho que tem a ver justamente com os lugares que a gente teve oportunidade de mostrar **nossa forma de fazer política**, uma forma que **une as lutas democráticas populares, que organiza as demandas sociais e constrói os nossos projetos a partir dessa mobilização**. (FERNANDA MELCHIONNA, 2019, grifo nosso).

Medeiros associa essa forma de fazer política do PSOL com o despertar das esquerdas independentes na Europa, e equipara o partido com o afloramento de experiências de esquerda radical como o Podemos, na Espanha e o Syriza, na Grécia:

Acho que se dá dentro de um quadro internacional de **fortalecimento de alternativas** que a gente pode chamar assim da **esquerda radical**. Na Europa esse fenômeno já é mais bem identificado com a crise dos partidos social-democratas, que perderam amplo terreno no parlamento em vários países da Europa, dando lugar a **novos partidos de esquerda independentes**, como o Podemos na Espanha, Bloco de Esquerda em Portugal, o Parti de Gauche, na França, o próprio Syriza na Grécia, que chegou ao governo. Então é um fenômeno mundial de crise da centro-esquerda e de fortalecimento de alternativas de uma esquerda mais independente. No caso do Brasil **essa esquerda independente está muito identificada com o PSOL**. Então começa a haver um **reconhecimento de uma nova geração de eleitores de esquerda que buscam uma alternativa**, como eu disse, aos antigos partidos de esquerda e que encontram o **PSOL mais bem posicionado e conectado com essas agendas** políticas que caracteriza essa esquerda radical em outros países. (JULIANO MEDEIROS, 2019, grifo nosso).

O fator mais citado pelas lideranças entrevistadas como possível causa para o crescimento do PSOL refere-se à inserção de novas pautas conectadas com o afloramento dos movimentos sociais, sobretudo àquelas relacionadas à proteção de grupos identitários tradicionalmente discriminados, pautas que se conectam a prioridades valorativas pós-materialistas.

Neste sentido, a análise das entrevistas permite sugerir para a confirmação da hipótese de que o crescimento eleitoral do PSOL se relaciona com a adoção de pautas pós-materialistas e a representação destes valores, que não encontravam eco entre os partidos tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou a trajetória programática do Partido Socialismo e Liberdade no cenário político brasileiro, observando se o seu crescimento eleitoral está relacionado à mudança de pautas experimentada pelo partido no sentido de se dar mais saliência a temas pós-materialistas. O foco da pesquisa residiu não em explicar as razões de surgimento do PSOL, mas os fatores que contribuíram para que obtivesse sucesso e demonstrasse um desempenho eleitoral ascendente a cada eleição.

Como destacado no Capítulo I, o conceito de sucesso é polissêmico, sobretudo em contextos heterogêneos e complexos como os presentes na América Latina, em que é possível perceber formas parciais de êxito, como o crescimento contínuo da votação eleitoral, a mera sobrevivência do partido ao longo do tempo, ou sua inclusão como um ator relevante dentro do sistema político.

Considerando-se que o conceito que se utiliza de sucesso ou fracasso está estritamente relacionado com a dimensão do partido ou do sistema partidário que se pretende analisar, para o presente trabalho, considerou-se como sucesso a análise de duas dimensões do partido: o aumento progressivo no número de representantes eleitos para cadeiras do legislativo a cada eleição disputada pelo PSOL, e o aumento do apoio recebido pelo partido por parte do eleitorado.

O PSOL demonstrou desde o seu nascimento uma trajetória ascendente quanto ao número de representantes legislativos eleitos, tendo alcançado cada vez mais cadeiras para os cargos de deputado federal, deputado estadual e vereador a cada eleição. Ademais, o índice IRA calculado para as eleições para o cargo de deputado federal de todos os pleitos disputados pelo PSOL deixou claro que o partido aumentou seu desempenho eleitoral, e passou a ser apoiado por um contingente cada vez maior do eleitorado. Neste sentido, considera-se, para fins do trabalho, tratar-se o PSOL de um partido exitoso, ainda que o PSOL não tenha se firmado como um grande competidor na arena política nacional e não represente uma ameaça à hegemonia dos grandes partidos nacionais.

Tendo isso em vista, o trabalho pretendeu verificar as razões que contribuíram para o sucesso do PSOL, propondo que esta trajetória exitosa está relacionada a mudanças na importância que passou a dar a determinadas pautas, e partindo da hipótese de que o partido apresentou um maior crescimento eleitoral quando passou a abarcar pautas ligadas a prioridades valorativas pós-materialistas, sobretudo a defesa de grupos identitários, como

mulheres, negros, LGBTs e indígenas, a proteção ao meio ambiente e a busca por maior participação popular nas tomadas de decisão do Estado.

Para chegar ao objetivo proposto, o analisou o processo de surgimento do PSOL, e o contexto que viabilizou sua criação, assim como o formato de sua organização interna. Neste sentido, o trabalhou verificou que o PSOL surgiu a partir de um rompimento de alguns de seus parlamentares e grupamentos com o PT após a chegada deste partido ao governo federal.

Atitudes tomadas pelo PT antes mesmo da posse de Lula, e medidas adotadas pelo governo petista ao assumir a presidência revelavam uma postura mais flexível deste partido e a manutenção do modelo econômico neoliberal adotado pelos governos anteriores, e contra o qual sempre lutou. Esta flexibilização do Partido dos Trabalhadores, que culminou com a aprovação da reforma da previdência em 2003, motivou a expulsão de quatro parlamentares que votaram contra a reforma. Os quatro parlamentares expulsos se organizaram para a formação de um novo partido, que funcionasse como “abrigo para todos os matizes de esquerda” (HELOÍSA HELENA, 2019) que não encontravam mais no PT um instrumento para a representação de uma ideia socialista para o país.

A forma de organização do PSOL manteve desde o seu início a lógica da organização petista, com a previsão em seu estatuto da possibilidade de formação de tendências internas e o fortalecimento dos núcleos de base locais e regionais.

Para entender as razões do sucesso que o PSOL demonstrou conquistar no cenário político brasileiro, o trabalhou fundou-se nas teorias que buscam explicar as variáveis que fomentam a criação e determinam o êxito ou fracasso de uma agremiação partidária. Como demonstrado no Capítulo I, estudiosos destacaram a importância de fatores institucionais, mudanças estruturais, cálculo estratégico dos atores e o surgimento ou saliência de novas demandas não representadas pelos partidos existentes entre os principais fatores responsáveis pelo surgimento e êxito de novos partidos em um determinado contexto político.

No presente caso, no sentido sugerido por Hug (2000), Bolleyer (2011), Miragliota (2012) e Sikk (2012), é possível relacionar o crescimento eleitoral do PSOL ao surgimento de novas demandas não incorporadas com sucesso pelos partidos tradicionais. Ou seja, as análises parecem indicar que o sucesso do PSOL deriva de mudanças nas estruturas das clivagens como consequência da aparição de novos grupos sociais com novas demandas.

O protagonismo observado pelos movimentos sociais, ocorrido, sobretudo, após as chamadas jornadas de junho de 2013, fez aflorar a busca por uma representação institucional destes grupos, que sempre se movimentaram fora do cenário político, mas não encontravam

nos partidos políticos tradicionais campo para a institucionalização de suas lutas. A maior abertura do PSOL para a entrada destes movimentos, propiciada pela assunção da direção nacional do partido por um grupo majoritário, que contava com o apoio de mais de 50% dos filiados, consolidou uma unidade partidária favorável à tomada de decisões que incluísse a representação destes grupos. A partir de então, tais grupos se sentiram atraídos ao partido, que passou a incluir em suas pautas a defesa de seus direitos.

Em relação à mudança geracional de valores, que provocou uma alteração nas prioridades valorativas dos indivíduos, e cuja ocorrência foi corroborada por Inglehart (1977; 1990) para as democracias pós-industriais avançadas, a mesma não pôde ser observada com a mesma intensidade no caso brasileiro. Como destacado no Capítulo III, o número de indivíduos pós-materialistas no Brasil gira em torno de 30% da população brasileira, e tem se mantido estável ao longo dos anos.

Ainda que não conte com um alto número de indivíduos que se inclinam a prioridades valorativas pós-materialistas, a análise do posicionamento dos brasileiros em geral a respeito de questões tipicamente relacionadas ao pós-materialismo tem demonstrado uma maior aceitação deste tipo de tema no país. À exceção da aceitação do aborto, que vem contanto com cada vez menos adeptos entre os brasileiros, temas como proteção ao meio ambiente e tolerância ao homossexualismo e ao feminismo, e um maior rechaço ao racismo, demonstraram contar com um maior apoio entre os brasileiros, ainda que, quanto a este último, a variação tenha sido pequena.

A pesquisa demonstrou que os indivíduos brasileiros que se enquadram como pós-materialistas, e priorizam valores seculares e de auto expressão, são mais tolerantes em relação a grupos minoritários, mais interessados, atribuem maior importância e conversam mais sobre política, além de participarem mais em instituições ou atividades políticas, como partidos, grupos locais de discussão e sindicatos, e são mais propensos a elegerem a democracia como melhor forma de governo e a rejeitar situações políticas que afrontem seu funcionamento adequado.

A representação de valores pós-materialistas pelo PSOL ficou evidenciada pelas análises empreendidas na pesquisa. A partir do estudo dos documentos produzidos pelo PSOL, realizado no Capítulo IV, é possível afirmar que o partido de fato passou a incorporar em suas pautas a defesa de valores pós-materialistas. Sem jamais abandonar a defesa da mudança do modelo econômico capitalista, a proteção da classe trabalhadora, a luta pela reforma agrária e urbana, reforma política e reforma tributária, e questões relativas inflação,

taxa de juros, destinação do PIB e auditoria da dívida pública, pautas tipicamente materialistas, que demonstram uma maior preocupação com valores de sobrevivência e segurança física, o PSOL passou a dar cada vez mais ênfase a pautas como a defesa de grupos tradicionalmente oprimidos, como mulheres, negros, LGBTs e indígenas, à proteção ambiental e à participação popular na tomada de decisões do Estado.

Trata-se de pautas entendidas por Inglehart (1977; 1990) como relacionadas a prioridades valorativas pós-materialistas, que enfocam valores de auto expressão e qualidade de vida, e são priorizadas por indivíduos que passaram a adotar uma postura mais crítica e participativa, são interessados na política no sentido de tomar parte dos assuntos públicos de uma maneira mais ativa e direta, e defendem temas como a igualdade de gênero, direito dos homossexuais, aborto e respeito à diferença de uma forma geral.

Como destaca Ribeiro (2008d), aproximação não é sinônimo de migração: “a ênfase da sociologia weberiana quanto à permanência dos *sinais de nascença* das instituições é mais válida que nunca”. No caso do PSOL, a aproximação a valores pós-materialistas não acarretou o seu afastamento dos valores materialistas presentes em seu nascedouro. O que se evidenciou foi uma mudança na importância que se passou a dar a determinados temas, com a consequente mitigação na importância de outros *issues*, que passaram a ser tratados de forma menos enfática.

Quanto à correlação entre a adoção de valores pós-materialistas e o sucesso do PSOL, as análises empreendidas no trabalho parecem indicar para a confirmação da hipótese proposta, porém não são suficientes para determinar categoricamente a existência de uma relação causal direta entre o êxito do partido e a representação de temas relacionados a prioridades valorativas pós-materialistas.

A análise de dados agregados, verificados nas regiões brasileiras em que o PSOL demonstrou maior crescimento, não permite inferir definitivamente que o estabelecimento do PSOL como um partido bem-sucedido se deu porque passou a representar demandas pós-materialistas. A análise das entrevistas permite sugerir para a confirmação da hipótese, mas referem-se à percepção das lideranças partidárias a respeito dos rumos da agremiação, e não fornece conclusões contundentes a este respeito.

O PSOL apresentou um crescimento eleitoral significativo nos últimos anos, além de haver aumentado seu desempenho eleitoral, com crescente apoio do eleitorado. Ao mesmo tempo, o partido passou a incorporar novas demandas identificadas com valores pós-materialistas, sobretudo a defesa de temas como a igualdade de gênero, direito dos

homossexuais, aborto e respeito à diferença de uma forma geral, que não encontravam eco entre os partidos tradicionais. As investigações realizadas neste trabalho, ainda que não conclusivas, permitem indicar para o caminho da existência de uma correlação entre estes fatores.

A ampliação da agenda programática do PSOL, com o acréscimo desses *issues*, possibilitou a sua emancipação e seu descolamento do PT. A atual agenda do partido o coloca como uma das referências da esquerda no Brasil, com uma pauta que deita suas raízes nas discussões ideológicas e nas diretrizes históricas da esquerda, mas que se modernizou e buscou atingir novos públicos e temas. O PSOL atingiu sucesso eleitoral, como ficou evidenciado na pesquisa, e prospera por conseguir pautar no jogo político agendas que antes eram colocadas a margem. A vocalização dos anseios de parcelas importantes dos eleitores pós-modernos abre um cenário de disputa importante. Demandas, ao serem colocadas na agenda, possuem potencial de crescimento. Neste sentido, tornar-se referência na representação desta pauta pode render frutos para o partido em formato de votos e respaldo.

Frente ao cenário apresentado, vale ressaltar que essa tese traz importantes elementos para expandir a análise a respeito de um novo partido – pouco estudado pela ciência política brasileira – e fornecer informações a respeito de seu funcionamento e de sua trajetória programática, e seu estabelecimento como um *player* cada vez mais importante no cenário político brasileiro. A análise de dados a nível individual, sobretudo quanto aos eleitores do partido, permitirá uma conclusão mais certa quanto à existência de uma relação causal entre o crescimento do partido e adoção de pautas pós-materialistas, a ser empreendidas por investigações futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Contemporânea do Brasil, 1990.

ALDRICH, John H. **Why Parties?** The origin and transformation of political parties in America. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

ALENCAR FILHO, Francisco R. Entrevista concedida a Noelle Carvalho del Giúdice, 12 dez. 2018.

ALENCAR FILHO. O Porvir do PSOL. In MEDEIROS, J; DUTRA, I (org.). **Um partido necessário**: 10 anos do PSOL. Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2016.

AMARAL, Oswaldo. **A estrela não é mais vermelha**: as mudanças do programa petista nos anos 90. São Paulo: Garçon, 2003.

AMARAL, Oswaldo. Adaptação e resistência: o PT no Governo Lula entre 2003 e 2008. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 4. Brasília, julho-dezembro de 2010, pp. 105-134.

AMARAL, Oswaldo. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 11-32, 2013.

ARAÚJO, João B. Oliveira (2019a). Entrevista concedida a Noelle Carvalho del Giúdice, 28 jan. 2019.

ARAÚJO, Luiz (2019b) Entrevista concedida a Noelle Carvalho del Giúdice, 04 fev. 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, 2009.

BARNEA, S.; RAHAT, G. Out with the old, in with the new: what constitutes a new party? **Party Politics**, v. 17, n. 3, p. 303-320, 2011.

BIANCHI, A. **A organização como uma questão estratégica**: passado e presente. 2010. Disponível em: www.pstu.org.br/teoria_materia.asp?id=11420&ida=29. Acesso em: 10 ago. 2018.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOLIN, N. **How new parties shape their own fate**: an actor-centered framework for analysis. In: ECPR GRADUATE CONFERENCE, 3., 2010, Dublin.

BOLLEYER, N. New party organization in Western Europe: of party hierarchies, stratarchies and federations. **Party Politics**, v. 18, n. 3, p. 315-336, 2011.

BRAGA, Glauber M. Entrevista concedida a Noelle Carvalho del Giúdice, 12 dez. 2018.

BRAGA, M. do S. **O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política 1982-2002.** São Paulo: Humanistas, 2006.

BRAGA, M. S. e BOURDOUKAN, A. Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público, **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 117-148, jan./jun. 2009.

BRASIL. **Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.** Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19096.htm

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. **Estabelece normas para as eleições.** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm

BRITO, M. **3º Congresso Nacional Do PSOL: segundo dia foi de discussão de teses**, 2011. Disponível em: <http://marinorbrito.blogspot.com/2011/12/3-congresso-nacional-do-psol-avanca-na.html>. Acesso em: 07 maio 2019.

BURNI, A.; CLARET, A.; FRAHIA, P. Valores Pós-materialistas e Democracia: Brasil e Uruguai em perspectiva comparada. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.6, n.3, p.60-82, jul. 2014

CARBALLO, Marita; MORENO, Alejandro. **El cambio de valores en America Latina: Hallazgos de La encuesta mundial de valores.** CESOP: DF (Mexico), 2013.

CARVALHO, Heloísa H. Entrevista concedida a Noelle Carvalho del Giúdice, 28 mar. 2019.

CASTANHO; M.; SILVA, M.; CASARIN, S; DORIGHELLO, L. Concepções e ações de professoras sobre propostas de um programa de educação integral. **Ensaio aval pol públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.26, n.100, p. 780-800, jul./set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002601204>. Acesso em 14/05/2019.

COX, Gary W. **Making Votes Count.** Strategic Coordination in the World's Electoral Systems. New York: Cambridge University Press. 1997.

DALTON, R. J., BECK, P. A., & Flanagan, S. C. (1984). **Electoral Change in Advanced Industrial Democracies - Realignment or Dealignment?** Princeton: Princeton University Press.

DELMANTO, J.; SADA, J. **PSOL: uma hipótese.** Trabalho de Conclusão de Curso (bacharelado em Jornalismo). Faculdade Cásper Líbero, São Paulo: 2008.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria Econômica da Democracia.** São Paulo: EDUSP, 1999.

DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos.** Rio de Janeiro: Zahar/UNB, 1980.

ELIEL, L Cartografia da Esquerda no Brasil. **Revista Esquerda Petista**, n. 1, março de 2014.

EV, LEONARDO; MELO, PAULO VICTOR. **De onde vem e como sobrevivem os nanicos?** Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros. Trabalho apresentado no 38 Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 27 a 31 de outubro de 2014. Disponível em:

<http://www.opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/EV-e-MELO-De-onde-vem-e-como-sobrevivem-os-nanicos-ANPOCS1.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2017.

FLANAGAN, S. C. Value Change in Industrial Societies. **American Political Science Review**, 1987.

FERRARI, André. **III Congresso do PSOL não bloqueou o caminho para alianças eleitorais com partidos governistas**, 2011. Disponível em: <https://www.lsr-cit.org/?p=778>
Acesso em: 07 maio 2019.

GENRO, L.; ROBAINA, R. **A falência do PT e a atualidade da luta socialista**. Porto Alegre: L&PM, 2006. 110 p.

GENRO, Luciana K. (2018) Entrevista concedida a Noelle Carvalho del Giúdice, 17 dez. 2018.

GUNTHER, Richard, and Kuan Hsin-chi. (2007). Value Cleavages and Partisan Conflict. In Richard Gunther, José Ramón Montero, and Hans-Jürgen Puhle, eds., **Democracy, Intermediation, and Voting on Four Continents**. Oxford: Oxford University Press.

GUSMAN, C. E.; OLIVEIRA, E. S. Brasil. In: ALCÁNTARA, M.; FREIDENBERG, F. **Partidos Políticos de América Latina: Cono Sur**. Salamanca, Espanha. Ediciones Universidad Salamanca, 2001.

HARMEL, R.; ROBERTSON, J. D. Formation and success of new parties: a cross-national analysis. **International Political Science Review**, v. 6, n. 4, p. 501-523, 1985.

HAUSS, Charles; RAYSIDE, David. The development of new parties in western democracies since 1945. In: COOPER, Joseph; MAISEL, Louis. **Political Parties: development and decay**. Beverly Hills: Sage, 1978.

HUG, Simon. Studying the electoral success of new political parties: a methodological note, **Party Politics**, v. 6, n. 2, p. 187-197, 2000.

HUNTER, Wendy. The Normalization of an Anomaly: The Workers' Party in Brazil. **World Politics**, Volume 59, Number 3, April 2007, pp. 440-475

IGNAZI, Piero. The Crises of Parties and the Rise of New Political Parties. **Party Politics**. Vol. 2, nº4, 1996.

_____. The Re-emergence of the Extreme Right in Europe. **Reihe Politikwissenschaft**, 21, März, 1995.

INGLEHART, Ronald. **The Silent Revolution**. Princeton, Princeton University Press, 1977.

_____. **Culture shift in advanced industrial society**. Princeton, Princeton University Press, 1990.

_____. **Modernización y posmodernización: el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo Veintiuno, 2001.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence**. New York, Cambridge University Press, 2005.

INGLEHART, R., et al. **World Values Survey: Round Six - Country-Pooled Datafile Version**, Madrid: JD Systems Institute. 2014. Disponível em: <http://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV6.jsp>. Acesso em: 10 jan. 2018.

KATZ, R.; MAIR, P. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. **Party politics**, London/New Delhi, vol. 1, n.1, p. 5-28, 1995.

KECK, Margaret E. **PT: a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.

KESTLER, T.; KRAUSE, S.; LUCCA, J.B. Los Break-in parties en América Latina: ¿éxito o fracaso? **Revista Debates**, Porto Alegre, v.7, n.2, p.159-171, maio-ago. 2013.

KIRCHHEIMER, O. The transformation of the Western European party systems. In: Lapalombara, J.; Weiner, M. **Political parties and political development**. Princeton: Princeton University Press, 1966.

KITSCHHELT, H. **The Transformation of European Social Democracy**. Cambridge (etc.): Cambridge University Press, 1994.

KIRSCHHEIMER, O. A Transformação dos Sistemas Partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p. 349-385, 2012.

KRAUSE, S.; GERARDI, D. A. **Executivo Estadual Faz Diferença?** A estreia eleitoral do PSD nas eleições municipais de 2012. Trabalho apresentado no IX Encontro da ABCP, Brasília, 04 a 07 de agosto de 2014. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/03/governador-faz-diferenca-estrela-eleitoral-psd-nas-eleicoes.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2017.

KRAUSE, S.; SCHAEFER, B.; BARBOSA, T. **Decifrando as dinâmicas de surgimento de novos partidos na América do Sul (1982-2015)**. Trabalho apresentado no 9º Congresso da Associação Latino-Americana de Ciência Política, Montevideu, 26 a 28 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.congresoalacip2017.org/archivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPIjtzOjQ6IjI0NjYiO30iO3M6MT0iaCI7czoMjoiMTI4ZmY4OTEzZWZhM2I5OWYxNTEzNjhiZWU0ODhhMDIiO30%3D>. Acesso em: 21 mar. 2019.

KRAUSE, S.; FERREIRA, D.; RIBEIRO, P.; MELO, P. V. Fragmentação das eleições locais e a emergência de novas forças políticas do Brasil. In Lavareda, A.; Telles, H. **A lógica das eleições municipais**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016. 420p.

KRIESI, H., GRANDE, E., Lachat, R., Dolezal, M., Bornschier, S. y Frey, T. **West European Politics in the Age of Globalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

- LAGO, I.; MARTÍNEZ, F. (2011). Why new parties? **Party Politics** 17 (1) 3-20.
- LAPALOMBARA, J.; WEINER, M. **Political parties and political development**. Princeton: Princeton University Press, 1966.
- LAWSON, Kay. When Parties Dedemocratize. In: LAWSON, Kay; MERKL, Peter. **When Parties Prosper: the uses of electoral success**. Boulder (Colorado): Lynne Rienner Publishers, 2007.
- LAZARSELD, PAUL F., BERNARD BERELSON, and HAZEL GAUDET. **The People's Choice: How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign**. (Second edition). New York: Columbia University Press, 1948.
- LEVITSKY, S.; LOXTON, J. e VAN DYCK, B. Introduction: Challenges of Party-Building in Latin America [pp. 1-50]; In: LEVITSKY, S.; LOXTON, J.; VAN DYCK, B. e DOMINGUEZ, J. (Eds.), **Challenges of Party-Building in Latin America**. New York: Cambridge University, 2016.
- LIPSET, S. and ROKKAN, S. Cleavage Structure, Party Systems and Voter Alignments. In: _____ **Party System and Voter Alignment**. The Free Press, 1967.
- LOPEZ, Santiago. Partidos desafiantes en América Latina: representación política y estrategias de competencia de las nuevas oposiciones. **Revista de Ciencia Política**, Volumen 25, nº 2, 2005, p. 37 – 64.
- LOSADA, R.; LIENDO, N. El peso de los nuevos partidos em el sistema de partidos colombiano, 1986-2010. **Papel Político**, n. 20, v. 1, p. 35-62, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.papo20-1.eppn>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- LUCARDIE, Paul. Prophets, purifiers and prolocutors: Towards a Theory on the Emergence of New Parties. **Party Politics**, v. 6. n. 2, p.175-185, abril, 2000.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MACHADO, Mônica. A retórica da reeleição: mapeando os discursos dos Programas Eleitorais (HGPE) em 1998 e 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 1, p.159-189, junho, 2009.
- MADEIRA, R.; VIEIRA, S.; TAROUÇO, G. Agendas, preferências, competição: PT e PSDB em disputas presidenciais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 30, n. 80, p. 257-273, Maio/Ago. 2017.
- MAINWARING, S.; TORCAL, M. (2006). Party System Institutionalization and Party System Theory After the Third Wave of Democratization. In R. S. Katz & W. Crotty (Eds.), **Handbook of Party Politics** (pp. 204-227). London: Sage.
- MAINWARING, S.; ZOCO, E. (2007). Political Sequences and the Stabilization of Interparty Competition - Electoral Volatility in old and new democracies. **Party Politics** 13, 155-178.

- MARTINEZ GONZALEZ, V. H. **Fisiones y fusiones, divorcios y reconciliaciones: la dirigencia del Partido de la Revolución Democrática (PRD) 1989-2004**. Mexico DF: Plaza y Valdez, 2005.
- MEDEIROS, Juliano. Por uma história do PSOL. *In*: MEDEIROS, J.; DUTRA, I. (2016) **Um partido necessário: 10 anos do PSOL**. Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2016.
- MEDEIROS, Juliano. Entrevista concedida a Noelle Carvalho del Giúdice, 12 fev. 2019.
- MELO, CARLOS RANULFO. **Retirando as cadeiras do Lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985 – 2002)**. UFMG, Belo Horizonte. 2004.
- MELO, Paulo Victor. **O PMDB e sua manutenção no centro do jogo político: de catch all a cartel**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- MENEGUELLO, R.; AMARAL, O. **Ainda Novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil**. Brazilian Studies Programme, University of Oxford, Occasional Paper 02-08, p 1-25, 2008. Disponível em: http://www.brazil.ox.ac.uk/__data/assets/pdf_file/0007/10051/BSP-02-08.pdf. Acesso em: 23 nov. 2016.
- MENEGUELLO, Rachel. **PT: A formação de um partido, 1979-1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- _____. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo, (1985-1997)**. São Paulo, Paz e Terra, 1989.
- MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: UNB, 1982.
- MIRAGLIOTTA, N. From local to national: explaining the formation of the Australian Green Party. **Party Politics**, v. 18, n. 3, p. 409-425, 2002.
- MORENO, Alejandro. Value Cleavages Revisited. *In*: Gunther. R; BEK, P; MAGALHÃES, P; MORENO, A. **Voting in Old and New Democracies**. Routledge; 1 edition. 2015.
- NASCIMENTO, W.; TEIXEIRA, A. **Tamanho é documento? Análise do desempenho eleitoral dos Partidos Pequenos com base em uma nova classificação (2006-2014)**. Trabalho apresentando no IV Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política, Niterói/RJ, 4 a 6 de agosto de 2015.
- PANEBIANCO, A. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PERES, P.; LAMEIRA. R.F. **O lugar do PMDB na política brasileira: o limite das tipologias partidárias**. I Seminário Internacional de Ciência Política Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Set. 2015.
- PIERSON, Paul. Increasing Returns, Path Dependence, and the Study of Politics. **American Political Science Review**, v. 251, n. 94 pg. 252-257, 2000.

PITTHAN, Júlia. **Uma Onça sertaneja**: a candidatura de Heloísa Helena nas páginas de O Estado de S. Paulo. Trabalho apresentado no XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos – 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.

POGUNTKE, T. Anty-party Sentiment: Conceptual thoughts and Empirical Evidence: Explorations into a Minefield, **European Journal of Political Research**, n. 29, p. 319-344, 1996.

POMPEO, F. S. As origens do PSOL. **Revista Urutágua**, n. 12, 2007.

PSOL. **Estatuto do Partido Socialismo e Liberdade**. Brasília, 2004a.
Disponível em: <http://psol50.org.br/partido/estatuto/>. Acesso em: 28 out. 2017.

_____. **Programa do Partido Socialismo e Liberdade**. Brasília, 2004b. Disponível em: <http://psol50.org.br/partido/programa/>. Acesso em: 28 out. 2017.

_____. **História do Partido Socialismo e Liberdade**. 2015. Disponível em: <http://psol50.org.br/site/paginas/1/nossa-historia>. Acesso em: 28 out. 2017.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RESENDE, A. L. O mal estar contemporâneo. **Política Democrática Revista de Política e Cultura**, ano XII, nº 36, julho de 2013, p. 30-37.

RIBEIRO, E.; BORBA, J. Participação e pós-materialismo na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 16, nº 1, Junho, 2010, p. 28-63.

RIBEIRO, Ednaldo. Pós-materialismo e participação política no Brasil. **Sociedade e Cultura**. Goiânia, Goiás. p. 375-387. 2008a.

_____. Valores pós-materialistas e adesão normativa à democracia entre os brasileiros. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 103-133, jul.-dez. 2008b

_____. **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil**. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2008c.

_____. Mudança de valores e tolerância entre os brasileiros. **Mediações** - Revista de Ciências Sociais, v. 15, n. 1, , p. 220-240, 2010.

_____. Participação política e juventude: mudança no padrão de relacionamento entre os cidadãos e a política? **Em Debate**, Belo Horizonte, v.4, n.8, p. 26-34, nov. 2012

RIBEIRO, Pedro. **Dos sindicatos ao governo**: a organização nacional do PT de 1980 a 2005. Tese de Doutorado. São Paulo: UFScar, 2008d.

_____. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos, **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 10, p. 225-265, jan./abr., 2013.

ROBERTS, K.; WIBBELS, E. Party Systems and Electoral Volatility in Latin America: A Test of Economic, Institutional, and Structural Explanations. **The American Political Science Review**, v. 93, n. 3, p. 575-590, Sep., 1999.

RODRIGUES, Edmilson B. Entrevista concedida a Noelle Carvalho del Giúdice, 11 dez. 2018.

SAMUELS, D.; SHUGART, M. **Presidents, Parties, and Prime Ministers: How the Separation of Powers Affects Party Organization and Behavior**. Cambridge: CUP, 2010.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Brasília: UNB, 1976.

SECCO, Lincoln. **História do PT: 1978 – 2010**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

SERRANO, G. **Investigación cualitativa: retos e interrogantes – I. Métodos**. Madrid: Ed. La Muralla, 2004.

SIKK, A. Newness as a winning formula for new political parties. **Party Politics**, v. 18, n. 4, p. 465-486, 2012.

SILVA, Áurea C. F. (2019a) Entrevista concedida a Noelle Carvalho del Giúdice, 12 fev. 2019.

SILVA, Fernanda M. (2019b) Entrevista concedida a Noelle Carvalho del Giúdice, 19 mar. 2019.

SILVA, J. C. G. (2011). **Partido, política e organização: o PSOL e os dilemas estratégicos da nova esquerda radical do Brasil (2004-2010)**. Dissertação (mestrado em Ciência Política). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

_____. Partido dos professores: elite partidária e evolução política do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). **Revista Paraná Eleitoral**, v. 2, n. 1, p. 63-98, 2013.

SIMAS, Marcelo. **Índice de razão de avanço**. Rio de Janeiro: mimeo, 2001.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov., 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 abr. 2019.

SOARES, Talíria P. (2019) Entrevista concedida a Noelle Carvalho del Giúdice, 28 mar. 2019.

SOUZA, Marli Aparecida Rocha de et al. O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 52, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1980-220x2017015003353>. Acesso em: 10 jan. 2019.

TAROUCO, G.; MADEIRA, R. Partidos, programas e o debate sobre Esquerda e direita no Brasil. **Revista de sociologia e política** v. 21, n. 45, p. 149-165, mar., 2013.

TAVITS, Margit. Party Systems in the Making: The Emergence and Success of New Parties in New Democracies. **British Journal of Political Science**, 2008, v. 38, n. 1, p. 113-133, 2008.

_____. Party system change: testing a new model of new party entry. **Party Politics**, v. 12, n. 1, p. 99-119, 2006.

TELLES, Helcimara. Centro, direita e esquerda nas eleições para a Câmara dos Deputados: uma análise longitudinal dos resultados eleitorais. In: DIAS, Marcia R.; PEREZ, Jose Manuel Santos. (Org.). **Antes do Vendaval**. Um diagnóstico do governo Lula antes da crise política de 2005. 1ed.Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, v. 1, p. 103-134.

_____. El desempeño de los partidos políticos en las elecciones para la cámara de diputados en Brasil. **América Latina Hoy**, 45, 2007, pp. 141-169

_____. **O PT e a ordem** - identidade, conflito e interação: um estudo de caso sobre os candidatos a vereador nas eleições de 1992. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

_____. **Os partidos e a competição política**: o desempenho do Partido dos Trabalhadores nas eleições para a Câmara dos Deputados (1982/1998). 2003. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

TORCAL, M. **La dimensión materialista/postmaterialista en España**: las variables del cambio cultural, nota de investigación, Fundación Ortega y Gasset, Madrid, 1989.

TORCAL, M., MONTERO, J.R. e GUNTHER, R. **Ciudadanos y partidos en el sur de Europa**: los sentimientos antipartidistas, Estudio/workingpaper 6/2002.

VALENTE, Ivan (2018) Entrevista concedida a Noelle Carvalho del Giúdice, 11 dez. 2018.

VAN COTT, Donna Lee. From Exclusion to Inclusion. Bolivia's 2002 Elections. **Journal of Latin America Studies**, London, v. 35, n. 4, p. 751-755, nov. 2003.

VARELA, A. (2018). Entrevista concedida a Noelle Carvalho del Giúdice, 12 dez. 2018.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. Unb, 1991.

WILLEY, Joseph. Institutional arrangements and de success of new parties in old democracies. **Political Studies**, v. XLVI, p. 651-668, 1998.

WOLINETZ, Steven. Beyond the catch-all party: approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies, in GUNTHER, R. MONTERO, J. R. e LINZ, J. (Orgs) **Political parties**: cold concept, new challenges. Oxford: Oxford University Press, 2002.

CADERNO DE TESES 2º CONGRESSO, 2009. **Teses que foram defendidas no plenário do 2º Congresso do PSOL**. Disponível em: <http://psol50sp.org.br/2009/08/teses-que-foram-defendidas-no-plenrio-do-ii-congresso-do-psol/>. Acesso em: 07 maio 2019.

CADERNO DE TESES 4º CONGRESSO, 2013

CONTRIBUIÇÃO SETORIAL DE MULHERES, 2009. **Contribuição do Setorial de Mulheres ao 2º Congresso do PSOL: O PSOL e a luta feminista**. Disponível em: <http://psol50sp.org.br/2009/08/contribuicao-do-setorial-de-mulheres-ao-2%C2%BA-congresso-do-psol-o-psol-e-a-luta-feminista/>. Acesso em: 07 maio 2019.

EL PAÍS. TALITA BEDINELLI. **Movimentos sociais lançam frente de esquerda anti-Levy e sem o PT: Esquerdistas se dividem por divergência na estratégia de lidar com crise política**. 08/10/2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/07/politica/1444171412_797786.html. Acesso em: 01 maio 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Heloísa concentra ataques em Lula para atrair os votos do PT**. 24/07/2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2407200605.htm>. Acesso em: 24 abr. 2019.

IMPRENSA 2º CONGRESSO, 2009. **2º Congresso aprova resoluções consensuais**. Disponível em: <http://psol50sp.org.br/2009/08/2-congresso-aprova-resolues-consensuais/>. Acesso em: 07 maio 2019.

INSURGÊNCIA. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.insurgencia.org/pagina-exemplo/>. Acesso em: 07 maio 2019.

LE MONDE. **Heloísa Helena, a opção radical frente à reeleição anunciada do presidente**. 20/09/2006. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lemonde/2006/09/20/ult580u2151.jhtm>. Acesso em: 24 abr. 2019.

NOTA COLETIVO ROSA ZUMBI, 2013. **NOTA DA TESE “PARA O PSOL CONTINUAR NECESSÁRIO” SOBRE O 4º CONGRESSO NACIONAL DO PSOL**. Disponível em: <https://coletivorosazumbi.wordpress.com/2013/12/14/nota-da-tese-para-o-psol-continuar-necessario-sobre-o-4o-congresso-nacional-do-psol/>. Acesso em: 09 maio 2019.

NOTICIA PSOL, 2009. **Debates temáticos do 2º Congresso do PSOL**. Disponível em: <http://psol50sp.org.br/2009/07/debates-tematicos-do-2%C2%BA-congresso-do-psol/>. Acesso em: 07 maio 2019.

O GLOBO. **Heloísa Helena: programa de governo é o que vale**. 18.09.2006. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2006/heloisa-helena-programa-de-governo-o-que-vale-5001931>. Acesso em: 24 abr. 2019.

PROGRAMA DE GOVERNO LUCIANA GENRO. **O povo acordou por mais direitos**. Eleições 2014. Por que votarei em Plínio Sampaio por Raphael Tsavkko Garcia (09/08/2010). Disponível em: <https://www.revistaamalgama.com.br/08/2010/por-que-votarei-em-plinio-sampaio/>. Acesso em: 29 abr. 2019.

PSOL COBERTURA 5º CONGRESSO, 2015. **5º Congresso do PSOL**: veja aqui a cobertura completa e as resoluções aprovadas. Disponível em: <http://psol50.org.br/arquivo/2015/12/16/5o-congresso-do-psol-veja-aqui-a-cobertura-completa-e-as-resolucoes-aprovadas/>. Acesso em: 09 maio 2019.

REPORTAGEM PSOL. **Conferência do P-SOL apresenta Heloísa Helena e César Benjamin**. 30/05/2006. Disponível em: <http://psol50.org.br/arquivo/2006/05/30/conferencia-do-p-sol-apresenta-heloisa-helena-e-cesar-benjamin/>. Acesso em: 30 abr. 2019.

REPORTAGEM PSOL. **Construir uma alternativa nas eleições 2018**: conheça a resolução política da Conferência Eleitoral do PSOL. 13/03/2018. Disponível em: <http://psol50.org.br/construir-uma-alternativa-nas-eleicoes-2018-conheca-a-resolucao-politica-da-conferencia-eleitoral-do-psol/>. Acesso em: 28 nov. 2018.

RESOLUÇÃO IMPEACHMENT 5º CONGRESSO, 2015. **5º Congresso Nacional do PSOL referenda resolução do Diretório Nacional sobre impeachment**. Disponível em: <http://psolsaopaulo.org/2015/12/5o-congresso-nacional-do-psol-referenda-resolucao-do-diretorio-nacional-sobre-impeachment/>. Acesso em: 09 maio 2019.

RESOLUÇÕES 2º CONGRESSO, 2009. Disponível em: <http://psol50sp.org.br/2009/09/resolucoes-completas-aprovadas-no-2%C2%BA-congresso-nacional-do-psol/>. Acesso em: 08 maio 2019.

RODA VIVA. **Entrevista com Heloísa Helena**. 12/06/2006. Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/493/entrevistados/heloisa_helena_2006.htm. Acesso em: 24 abr. 2019.

TESE LSR AO 5º CONGRESSO, 2015. **Construir uma alternativa socialista unitária contra o “lulismo” e a direita**. Disponível em: <https://www.lsr-cit.org/?p=1268>. Acesso em: 09 maio 2019.

VERBETE FGV 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-socialismo-e-liberdade-psol>. Acesso em: 07 maio 2019.

APÊNDICE I – INFORMAÇÕES DAS LIDERANÇAS ENTREVISTADAS

Nome	Cargo atual	Filiado desde	Cargos já ocupados	Eleições que participou	Filiação anterior
Alexandre Varela	Liderança do PSOL na Câmara	Setembro 2005	Coordenador das campanhas do PSOL no DF em 2006, 2010, 2014 e 2018	Prefeitura Valparaíso/GO (não eleito)	PT
Áurea Carolina	Deputada federal	2015	Vereadora de BH	Vereador 2016 Deputado federal 2018	—
Babá (João Batista)	Vereador RJ	2004	Vereador Belém (1989 PT) Deputado estadual (1990 PT) Deputado Federal (1998 PT) Deputado Federal (2016 PSOL) Vereador RJ (2015 PSOL) ²⁹ Vereador (2018 PSOL) ³⁰	Vereador Belém (1989 PT) Deputado estadual (1990 PT) Deputado Federal (1998 PT) Deputado Federal (2016 PSOL) Vereador RJ (2015 PSOL) Vereador (2018 PSOL)	PT
Chico Alencar	—	2005	Deputado Estadual RJ (1998 PT) Deputado federal (2002 PT) Deputado federal (2006 a 2017 PSOL)	Deputado Estadual RJ (1998 PT) Deputado federal (2002 PT) Deputado federal (2006 PSOL) Prefeito RJ 2008 PSOL Deputado federal (2010 PSOL) Deputado federal (2014 PSOL) Senador (2018) PSOL	PT
Edmilson Rodrigues	Deputado federal	2005	Deputado estadual (PT) Prefeito Belém (PT) Deputado estadual (PSOL) Deputado federal (PSOL)	1986 deputado estadual (PT) 1990 deputado estadual (PT) 1994 Senador (PT) 1996 Prefeito Belém (PT) 2000 Prefeito Belém (PT) 2006 Governador Pará (PSOL) 2010 deputado estadual (PSOL) 2012 Prefeito Belém (PSOL) 2014 deputado federal (PSOL) 2016 Prefeito Belém (PSOL) 2018 deputado federal (PSOL)	PT
Fernanda Melchionna	Deputada federal	2004	Vereadora Porto Alegre (PSOL) Deputada federal (PSOL)	2008 vereadora Porto Alegre (PSOL) 2012 vereadora Porto Alegre (PSOL) 2016 vereadora Porto Alegre (PSOL)	PT

²⁹ Disputou as eleições de 2012, ficou como suplente e assumiu em 2015 após a saída de Eliomar Coelho, eleitor deputado estadual.

³⁰ Disputou as eleições de 2016, ficou como suplente e assumiu em 2018 após a morte de Marielle Franco.

				2018 deputada federal (PSOL)	
Glauber Braga	Deputado federal	2015	Secretário de governo município Nova Friburgo Deputado federal (2009)	2006 Deputado federal (PSB) 2010 Deputado federal (PSB) 2014 Deputado federal (PSB) 2018 Deputado federal (PSOL)	PSB
Heloísa Helena	Vereadora Maceió	2004	Vice-prefeita Maceió (PT) Deputada estadual AL (PT) Senadora (PT) Presidência Nacional PSOL Vereadora Maceió (PSOL)	1992 vice prefeita Maceió (PT) 1994 deputada estadual AL (PT) 1996 prefeita Maceió (PT) 1998 Senadora (PT) 2006 Presidente da República (PSOL) 2008 vereadora Maceió (PSOL) 2010 Senadora (PSOL) 2012 Vereadora Maceió (PSOL) 2014 Senadora 2018 deputada federal (REDE)	PT
Ivan Valente	Deputado federal	2005	Direção Nacional do PT Deputado estadual SP Deputado federal (PT) Presidência do PSOL	1986 deputado estadual (PT) 1990 deputado estadual (PT) 1994 deputado estadual (PT) 1998 deputado federal (PT) 2002 deputado federal (PT) 2006 deputado federal (PSOL) 2008 Prefeito SP (PSOL) 2010 deputado federal (PSOL) 2014 deputado federal (PSOL) 2016 Vice prefeito SP (PSOL) 2018 deputado federal (PSOL)	PT
Juliano Medeiros	Presidente Nacional do PSOL	2005	Diretório nacional do PSOL Secretaria de relações internacionais do PSOL Secretaria de comunicação do PSOL Presidência da Fundação Lauro Campos Presidência do PSOL Coordenador da campanha Edmilson Belém – 2012 e 2016 Coordenador campanha Luciana – 2014	—	PT

			Coordenador campanha Boulos - 2018		
Luciana Genro	Deputada estadual RS	2004	Deputada estadual (PT) Deputada federal (PT) Deputada federal (PSOL)	1994 deputada estadual (PT) 1998 deputada estadual (PT) 2002 deputada federal (PT) 2006 deputada federal (PSOL) 2010 deputada federal (PSOL) 2014 Presidente da República (PSOL) 2016 Prefeita Porto Alegre (PSOL) 2018 deputada estadual (PSOL)	PT
Luiz Araújo	Ex-presidente do PSOL	2005	Vereador Belém Deputado (PT) estadual (PT) Secretário de Educação Belém (PT) Presidente do INEP (PT) Secretário Geral do PSOL Presidente do PSOL	—	PT
Talíria Petronne	Deputada federal	2009	Dirigente partidário municipal (PSOL – RJ) Vereadora Niterói – RJ Deputada federal	2016 veradora PSOL 2018 deputada federal (PSOL)	nenhuma

APÊNDICE II - ROTEIRO ENTREVISTAS

Introdução

1. Você poderia resumidamente falar um pouco da sua trajetória política até aqui? Seu cargo, suas atribuições.

Quando o PSOL foi criado, o senhor era deputado federal pelo PT

2. Quando e em que contexto o senhor se filiou ao PSOL? Quais foram suas motivações pessoais para se filiar ao Partido?
3. Você fazia parte de alguma tendência interna do PT? Qual?
4. Você faz parte de alguma tendência interna do PSOL? Sempre foi a mesma ou já fez parte de outras? Porque mudou?

Rompimento com PT

5. (caso não tenha falado ainda) Você estava ligado ao PT quando da expulsão dos integrantes que criaram o PSOL (Heloísa Helena, Luciana Genro, Babá e João Fontes)? Se não, acompanhou este contexto? O senhor foi favorável à reforma da previdência proposta pelo PT ou a combateu? Votou a favor ou contra (se for o caso)? Porque?
6. Quais fatores você identifica como principais na iniciativa de retirar esses integrantes do PT? A saída desses integrantes era algo pensado por vocês (eles) anteriormente?
7. Como você avalia a organização interna do PT à época? Havia muitas dissidências? As posições partidárias eram compartilhadas com seus membros?

Criação do PSOL

8. Quais foram os princípios que basearam a criação do PSOL? Quais eram as insatisfações principais que deram origem a orientação de construção de um novo partido?
9. Como se deu a criação do PSOL em relação à população, as bases? Você identifica transferência de apoiadores/militantes do PT, de movimentos sociais, para o PSOL? E de outros partidos, houve transferência? Caso contrário, qual foi o foco identificado para conseguir as assinaturas (necessárias a abertura do partido)?

O PSOL

10. No espectro ideológico (0 a 10, onde zero é extrema esquerda e 10 extrema direita) onde você posiciona o PSOL na sua origem? Você acredita que esse posicionamento tenha se alterado com o passar dos anos? Em que posição o senhor colocaria o PSOL hoje?
11. Quais são as principais pautas do partido atualmente?
12. Como são organizadas as posições/orientações partidárias? Há assembleias? Encontros? Se sim, qual a periodicidade deles e como são organizados?
13. No caso de haver disputas internas no partido, como você observa a atuação da direção interna?
14. Como são recebidas as demandas da sociedade e dos militantes pelo partido? Há algum canal específico para isso?
15. Segundo o Sr., quais são as bases do PSOL? Quem são seus eleitores? Eles se modificaram desde a fundação do partido até as últimas eleições? O que diferencia o perfil do eleitor do PSOL do perfil dos eleitores de outros partidos de esquerda? E do PT?

Desenvolvimento/crescimento do PSOL

16. Nas últimas eleições, o PSOL passou de uma bancada de 6 deputados para 10, além de vitórias significativas de parlamentares do PSOL no âmbito local e regional. A que o senhor credita esse crescimento do partido?
17. O senhor acredita que o partido tenha se modificado desde o surgimento? Em que sentido?
18. A entrada de novas lideranças alterou de alguma forma a estrutura do partido? Como você vê estas mudanças? Há atritos entre os membros antigos/históricos do PSOL com as novas lideranças?

PSOL na Câmara (se for o caso)

19. Como você definiria a bancada do PSOL na Câmara? Qual o papel que os políticos do partido ocupam hoje?
20. Como são definidas as votações? A bancada vota junto ou as decisões individuais são permitidas? Quando há diferença de opinião entre o sr., sua base e a direção do partido, como são tomadas as decisões?
21. Como lidam com possíveis divergências?

22. Quais os pontos principais que diferenciam a agenda/pauta do PSOL e a do PT? E dos outros partidos de esquerda?

Eleições 2018 (se for o caso)

23. O Senhor não foi/foi (re)eleito nas eleições de 2018 (ou teve uma votação mais/menos expressiva). A que o senhor acha que se deve este fato?
24. Que pautas o senhor defendeu durante sua campanha 2018? Foram as mesmas pautas defendidas nas eleições anteriores? Sempre foram as mesmas pautas em todas as eleições disputadas pelo senhor?
25. Quando o Sr. Era candidato pelo PT (ou outro partido), o senhor defendia quais pautas em suas campanhas?

Avaliações

26. Em uma escala de 0 a 10, como você avalia o governo Lula 1
27. E o governo Lula 2
28. E o governo Dilma 1
29. E o governo Dilma 2
30. E o governo Temer
31. Em uma escala de 0 a 10, como você avalia os seguintes partidos:
- PMDB
 - PT
 - PSDB
 - PSTU
32. Em uma escala de 0 a 10, como você avalia o ex-presidente Lula?
33. Em uma escala de 0 a 10, como você avalia a ex-presidente Dilma
34. Em uma escala de 0 a 10, como você avalia o presidente eleito Jair Bolsonaro
35. Em sua opinião, o impeachment da ex-presidente Dilma Roussef foi legal/constitucional?